



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

ALINE COSTA DA SILVA

JOSÉ VERÍSSIMO: SEUS ANOS DE FORMAÇÃO (1877-1891)

**BELÉM
2021**

ALINE COSTA DA SILVA

JOSÉ VERÍSSIMO: SEUS ANOS DE FORMAÇÃO (1877-1891)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Instituto de Letras e Comunicação da Universidade Federal do Pará, para obtenção do grau de Doutorado em Letras (Área de Concentração: Estudos Literários).

Orientador: Prof. Dr. Gunter Karl Pressler

BELÉM
2021

AUTORIZO A REPRODUÇÃO DESTE TRABALHO PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE
CITADA A FONTE.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C837j Costa da Silva, Aline.
 José Veríssimo: : Seus anos de formação (1877-1891) / Aline
 Costa da Silva. — 2021.
 306 f. : il. color.

 Orientador(a): Prof. Dr. Gunter Karl Pressler
 Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de
 Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras,
 Belém, 2021.

 1. José Veríssimo. 2. Etnografia. 3. . Literatura. 4.
 Educação. 5. Recepção. I. Título.

CDD 809

ALINE COSTA DA SILVA

JOSÉ VERÍSSIMO: SEUS ANOS DE FORMAÇÃO (1877-1891)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Instituto de Letras e Comunicação da Universidade Federal do Pará para obtenção do título de Doutor em Letras (Área de Concentração: Estudos Literários).

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gunter Karl Pressler (UFPA/PPGL)
(Orientadora e Presidente da Banca)

Profa. Dra. Maria de Fátima do Nascimento (UFPA/PPGL)
(Avaliadora Interna)

Profa. Dra. Prof.^a Dra. Valéria Augusti (UFPA/PPGL);
(Avaliadora Interna)

Prof. Dr. Antônio Dimas (USP/PPGL)
(Avaliador Externo)

Profa. Dra. Cristina Donza Cancela (UFPA/PPHIST)
(Avaliador Externo)

Prof. Dr. Otávio Guimarães Tavares (UFPA/PPGL)
(Suplente Interno)

Prof. Dr. Salomão Hage (UFPA/ICED)
(Suplente Externo)

A Quem mais senão a Ti?

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará- PPGL;

Ao Profº. Dr. Gunter Karl Pressler pela orientação comprometida e humanizada;

Ao Profº. Dr. Antônio Dimas pela coorientação, sugestões e energia acadêmica;

Aos demais professores da Banca de Defesa pela grande contribuição: Profª. Dra. Maria de Fátima do Nascimento (UFPA); Profª Dra Valéria Augusti (UFPA); Profª. Dra. Cristina Donza Cancela (UFPA);

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará- PPGL, que diretamente e indiretamente colaboraram com esta tese;

Ao corpo de bibliotecários do Museu Emílio Goeldi, da Universidade Federal do Pará, da Biblioteca Pública Arthur Viana, da Biblioteca Ferreira Penna, da Academia Brasileira de Letras e do Arquivo Público do Estado do Pará, por todo o apoio no andamento exaustivo da pesquisa;

Aos meus pais, Anice Gomes da Costa e João Martiniano da Silva (*In memoriam*);

Aos meus filhos Alice Costa, Gilberto Belo e Gilson Elizeu pela existência e amor;

Ao meu esposo Gilvandro da Silva por todo o apoio e compreensão;

Ao William Freire, Marcelo Martins, Ana Brito, Karl Max, Daiane Alves e Jailma Alves pela presença nos momentos decisivos;

Aos colegas do doutoramento e do grupo de pesquisa ANA, representados pela amiga Profª. Drª Patrícia Cezar;

Ao amigo Profº. Drº Fernando Alves da Silva Júnior pelas conversas que engrandecem a vida;

Aos leitores de José Veríssimo que vieram antes de mim.

Não basta – cremos nós – produzir borracha, cumpre também gerar ideias; não é suficiente escambar produtos, é ainda preciso trocar pensamentos.

José Veríssimo, 1883.

RESUMO

A tese “José Veríssimo: Seus anos de formação (1877 a 1891)”, reflete a respeito da produção intelectual deste pensador amazônico em seus anos paraenses, de 1877 a 1891. Tem como objetivo a compreensão do pensamento do crítico — de como apresenta e inclui a Amazônia no cenário intelectual da época, a partir das temáticas etnográficas, literárias e educacionais iniciadas na imprensa belenense e que culminaram em obras que marcaram as primeiras manifestações de seu pensamento. Com método de pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico, a tese baseou-se em estudos da hermenêutica de Friedrich Schleiermacher (1999), da estética da recepção de Hans Robert Jauss (1979), da paratextualidade apresentada por Gerard Genette (1982), da história do livro de Roger Laufer (1980[1972]) e Robert Darnton (1995), dos estudos narratológicos de Wolf Schmid (2010) e da recepção de textos pragmáticos de Karlheinz Stierle (1979). No que tange à recepção da antologia de José Veríssimo, considerou-se, a título de ilustração, a leitura de Franklin Távora (1883), Silvio Romero (1980), Machado de Assis (1899), Francisco Prisco (1937), João Alexandre Barbosa (1974) e Felipe Tavares de Moraes (2018). A análise dos dados elucidou que nas três temáticas em que o intelectual obidense transitou — Etnográfica, Literária e Educacional — o referido crítico trouxe ao debate questões da cultura popular, da política, da arte, da mulher, da mestiçagem, do indígena, do negro, da classe operária, da religião, da habitação, da linguagem, do folclore, da economia, entre outras, apresentando, como um pensador amazônico, uma necessidade de representação e interesse pela construção de um projeto intelectual nacional. Percebeu-se, por sua vez, que a recepção das produções se organiza em diversos campos de conhecimento, por meio dos quais os leitores atualizam as obras e buscam compreender as raízes históricas do país e a formação da linguagem crítica do autor de *Cenas da Vida Amazônica*.

Palavras-Chave: José Veríssimo. Etnografia. Literatura. Educação. Recepção

ABSTRACT

The work, “José Veríssimo: His formative years (1877 to 1891)”, is about the intellectual production of this Amazonian thinker in his years in Pará, from 1877 to 1891. It aims to comprehend the critic’s thought – how he introduces and integrates the Amazon in the intellectual setting of the time, based on ethnographic, literary and educational themes that started in the Belenian press and which culminated in works that marked the first expressions of his thought. Using a qualitative bibliographic research method, the thesis was based on studies of hermeneutics by Friedrich Schleiermacher (1999), on the aesthetics of reception by Hans Robert Jauss (1979), on the paratextuality presented by Gerard Genette (1982), on the history of book by Roger Laufer (1980[1972]) and Robert Darnton (1995), the narratological studies by Wolf Schmid (2010) and the reception of pragmatic texts by Karlheinz Stierle (1979). Regarding the reception of José Veríssimo's anthology, the reading of Franklin Távora (1883), Silvio Romero (1980), Machado de Assis (1899), Francisco Prisco (1937), João Alexandre Barbosa (1974) and Felipe Tavares de Moraes (2018). Data analysis revealed that in the three themes in which the Obidense intellectual moved - Ethnographic, Literary and Educational - the critic brought to the debate issues of popular culture, politics, art, women, mestizaje, the indigenous, the black, from the working class, religion, housing, language, folklore, economy, among others, introducing, as an Amazonian thinker, a need for representation and interest in the building of a national intellectual project. It was noticed, in turn, that the reception of works is organized in several fields of knowledge, through which readers update the works and seek to understand the historical roots of the country and the formation of the critical language of the author of *Scenes from Amazonian Life* (1886).

Keywords: José Veríssimo. Ethnography. Literature. Education. Reception.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 UM PENSADOR AMAZÔNICO	14
2.1 A compreensão do cenário amazônico	16
2.2 Da atividade jornalística até à obra <i>Primeiras Páginas</i> (1878)	23
2.3 Defesas Literárias e a <i>Revista Amazônica</i> (1883)	56
2.4 Dos Motins Políticos às <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1886)	83
3 A LITERATURA: “O DESPERTAR DO ESPÍRITO NACIONAL”	137
3.1- <i>Estudos Brasileiros</i> (1889)	141
3.2- Linguagens popular e literária	157
3.3- Estudos da prosa e da poesia	163
4 A EDUCAÇÃO DA MENTALIDADE BRASILEIRA	176
4.1- Cargos públicos	184
4.2- A Educação Nacional reformadora	189
5 RECEPÇÃO E CRÍTICA	226
5.1- Leituras das questões amazônicas	228
5.2- Compreensões de um projeto literário nacional	239
5.3- Interpretações sobre <i>A educação Nacional</i>	254
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	267
BIBLIOGRAFIA GERAL	272
BIBLIOGRAFIA ATIVA	276
BIBLIOGRAFIA PASSIVA	284
APÊNDICES	293
Apêndice 1- Jornais Paraenses- Listagem de atividades, publicações, referências e fontes primárias	293
Apêndice 2- Revistas Paraenses- Listagem de atividades, publicações, referências e fontes primárias	302
Apêndice 3- Revistas Externas - Listagem de atividades, publicações, referências e fontes primárias	304

1 INTRODUÇÃO

A obra do pensador amazônico José Veríssimo (1857-1916) é objeto de estudo da presente tese, cujo plano de pesquisa ateu-se nas investigações da produção bibliográfica, da recepção e da crítica do intelectual, principalmente, a que revela a “fase provinciana” — período compreendido entre 1878 e 1891 — que correspondia à articulação da formação do literato paraense enquanto escritor, conforme João Alexandre Barbosa. O recorte temporal foi atualizado para o ano de 1877, uma vez que se encontrou atuações intelectuais de José Veríssimo nos jornais correspondentes a essa época.

O presente estudo é originado a partir da realização de pesquisa de mestrado¹, que versava acerca da história e a recepção do livro *Cenas da Vida Amazônica* (1886). Na dissertação compreendeu-se a referida obra em sua qualidade plenamente literária, capaz de instituir os estudos literários voltados à cultura dita popular, uma obra que figurava como ponto condensador e culminante do que Veríssimo pensou e produziu sobre a Amazônia e o Brasil, antes de sua carreira como crítico literário no final do século XIX.

Considerando o lugar consagrado do estudioso paraense como crítico brasileiro, dividido entre a estética e a história, João Alexandre Barbosa (1978) evidencia a incipiência de informações acerca da primeira fase intelectual de José Veríssimo, período fundamental para a “compreensão da evolução de sua atividade e das modificações a que foi submetendo o seu modo de pensar e discutir os problemas literários” (BARBOSA, 1978, p. 11). Segundo este, as obras editadas entre 1878 e 1889 são textos preciosos “para o estudo de sua evolução bibliográfica, compreendendo os onze anos iniciais de sua longa carreira [...]” (p. 39). Ao ponderar-se a relevância dos estudos anteriores sobre José Veríssimo e, neles, o reconhecimento da primeira fase de produção intelectual, torna-se importante repensar o discurso que a sua recepção denominava de “fase provinciana” (BARBOSA, 1974).

Ainda que João Alexandre Barbosa se refira à subdivisão do território brasileiro, à época, denominada Província, a expressão “fase provinciana”, nesse contexto, é repensada e ressignificada para uma outra acepção semântica que valoriza a “fase de formação” do pensador amazônico. A expressão “fase de formação” propõe a superação do estereótipo vocabular provinciano e representa um fazer de agitação intelectual. Portanto, os escritos dessa época (1877-1891) são compreendidos enquanto projetos intelectuais que ao mesmo tempo em que se

¹ *Travessia no Rio-Tempo: A História e a Recepção de Cenas da Vida Amazônica (1886), de José Veríssimo*. Dissertação de mestrado defendida em 2016, pelo Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia, da Universidade Federal do Pará, Campus Bragança, sob orientação do profº. Drº. Gunter Karl Pressler.

formulam com base nas ciências vigentes, demonstram novas perspectivas para o entendimento da sociedade e da intelectualidade brasileira.

Cumprе ressaltar que a mencionada “fase provinciana”, doravante, “fase de formação” situa-se diante da oposição entre dois discursos: um que trata sobre o período como um tempo de escritas imaturas, fato que inevitavelmente chama ao debate as falas historicamente depreciativas sobre a Amazônia, e o outro, que reconhece a importância desse momento para se saber acerca da formulação do pensamento e da linguagem crítica de José Veríssimo, compreensão esta adotada pela presente tese.

O fato de que determinadas críticas — desde as de Sílvia Romero, principal desafeto de Veríssimo, até àquelas que consideravam a origem do literato paraense como argumento para subestimar a sua produção intelectual — evidencia que este trabalho científico contempla uma ampla discussão das interpretações que gravitam em torno da obra de José Veríssimo.

Pretende-se não realizar formulações bairristas, mas considerar que se trata de um sujeito que participou da construção sociopolítica e cultural brasileira, que conheceu e dialogou com os movimentos científicos do seu tempo e estabeleceu conexões com a intelectualidade europeia e norte-americana. Conforme afirma José Veríssimo (1889), havia no Brasil um imenso cosmopolitismo que desconhecia a agitação das outras regiões, por isso considera-se que, mesmo que sua obra, entre 1877 e 1891, não tenha tido um amplo conhecimento dos centros intelectuais do século XIX, tal empecilho não desvalida o acervo bibliográfico do estudioso amazônida, pois, nesse período, ele já participara da organização e construção do pensamento intelectual brasileiro.

Esta tese evidencia que o período inicial de produção do estudioso paraense não é uma fase de imaturidade, tampouco uma intelectualidade de maior ou menor relevância, mas um período que constituía a completude do pensamento de José Veríssimo: um obidense, que às margens do grande rio Amazonas constrói as suas afetividades e experiências sobre a Amazônia, fala sobre ela com a propriedade de quem pisa no seu chão, de quem cresce nele, busca compreender e divulgar a Amazônia em seus estudos de cunhos etnográfico, literário e crítico, mesmo sob uma ótica positivista.

Este estudo elaborou-se a partir das seguintes ponderações: se a produção intelectual de José Veríssimo, na fase de formação, é proveitosa para a compreensão do pensamento do crítico, de como apresenta e representa a Amazônia no cenário intelectual. Ainda, como a recepção e crítica testemunham a sua obra.

As hipóteses de pesquisa consistem no entendimento de que tal produção demonstra maturidade intelectual acerca das diversas questões que constituem a Amazônia, como as temáticas etnográficas, literárias e educacionais. Ainda, que a recepção e a crítica atualizam a obra do paraense de maneira interdisciplinar e considera a importância dos escritos de 1877 a 1891.

Para a execução da pesquisa, adotou-se um método de pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico, com investigação de fontes primárias e secundárias do escritor. Acerca deste, priorizou-se manuscritos, documentos oficiais, livros e estudos. A coleta de dados, em um rol ilustrativo, realizou-se em: sebos, Arquivo Público do Estado do Pará, seção de obras raras; microfilmagem de periódicos da Biblioteca Pública Arthur Vianna; setor de obras raras da Biblioteca Ferreira Penna, no museu Emílio Goeldi; Biblioteca Fran Paxeco, do Grêmio Literário Português; Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional; banco de teses e dissertações de universidade brasileiras; bibliotecas digitais da Academia Brasileira de Letras; Internet Archive, Brasiliana Guita e José Mindin e HathiTrust Digital Library.

Vale ressaltar que os Estudos Literários vivem de maneira resistente, constituindo pesquisa científica. No caso deste trabalho, por utilizar obras raras, tratou-se de uma investigação cara, pelo investimento das obras adquiridas e digitalizadas; e de bastante atenção despendida, pelo tempo dedicado à leitura de jornais e revistas seculares. No que tange aos instrumentos e locais de pesquisa, houve um exercício de paciência para o manejo disputado com outros colegas por máquinas de microfilmagens danificadas, em bibliotecas erguidas pelo Estado, mas mantidas com dignidade pelo serviço público, essencial para a realização dessa tese.

A leitura das fontes de pesquisa norteou-se em estudiosos como Friedrich Schleiermacher (1999), pela consideração da hermenêutica como arte e técnica de interpretação; e Hans Robert Jauss (1979), pelo postulado teórico acerca da Estética da Recepção, cujas teses 4, 5 e 6 abordam a renovação dos sentidos de uma obra que, uma vez esquecida, pode renascer através do leitor, em um jogo de perguntas para as quais os textos constituem uma resposta. Ainda no quadro dos referenciais teóricos, levou-se em conta os estudos de Gérard Genette (1982), visto que este considera os paratextos para a compreensão da obra, bem como dos estudos de Roger Laufer (1980[1972]) e Robert Darnton (1995) a respeito da história do livro, cuja ideia de circuito de comunicação se encerra na figura do leitor.

Para lidar com as questões dos textos literários, seguiu-se os estudos de Wolf Schmid (2010), os quais consideram a figura do narrador e a do evento para a constituição de uma

narrativa literária. Além disso, a teoria de Karlheinz Stierle (1979) denomina *textos pragmáticos* como aqueles menos complexos que os textos ficcionais, mas que são alcançados pela recepção como processamento, com uma abordagem psicológica, sociológica e crítico-ideológica. Acerca da recepção da obra de José Veríssimo, considerou-se leitores contemporâneos ao autor, como Franklin Távora (1883), Silvio Romero (1980), Machado de Assis (1899), além de outros que marcaram a atualização da obra do paraense, como Francisco Prisco (1937) e João Alexandre Barbosa (1974), citados por seus leitores posteriores. Desse modo, a reunião da recepção considera, a partir de uma abordagem cronológica, leitores que acrescentam novas interpretações sobre os textos da fase de formação.

O percurso metodológico constituiu-se em um círculo hermenêutico de leitura, a partir de um horizonte de expectativa inicial, de uma análise das condições gerais da existência dos textos, suas constituições e paratextos. Em seguida, enfocou-se no horizonte externo à obra, sua história e recepção, cujas análises levaram a compreensão de como o evoluir das circunstâncias arrefeceu, esqueceu e retomou a produção de José Veríssimo em seus anos paraenses, entendimento que alargou o horizonte de expectativas inicial, reforçado pelo universo de significados das obras. Em busca de um posicionamento interventivo, os dados após interpretados, foram organizados para posterior disponibilização a outros pesquisadores e novas leituras.

As seções da tese são apresentadas conforme às questões que tematizam a atividade intelectual de José Veríssimo e foram organizadas para formar um paralelismo temático. A segunda seção considera Veríssimo enquanto um pensador amazônico, que buscou compreender o seu contexto social, político, cultural, socializando com a sociedade letrada às questões que impactaram a região amazônica e o Brasil. As atividades jornalísticas nos folhetins dos jornais apontam para a formação de sua função crítico-literária — atuação esta que se sobressaiu com a publicação do livro *Primeiras Páginas* (1878).

A seção dois, ainda, apresenta a participação do paraense nos congressos internacionais europeus e a *Revista Amazônica* (1883) como um trabalho interdisciplinar de apresentação da Amazônia para o Brasil e a América latina. Ademais, o mencionado capítulo interpreta as atividades políticas que movimentaram a imprensa paraense até a publicação do livro *Cenas da Vida Amazônica* (1886), com suas perspectivas etnográfica e literária.

A terceira seção desenvolve-se com foco no trabalho de Veríssimo acerca da literatura, compreendida pelo crítico obidense como instrumento para o despertar do espírito nacional, indispensável para a independência intelectual brasileira. Nesse sentido, analisa-se a antologia

Estudos Brasileiros (1889) e os desdobramentos temáticos envolvidos na obra como a formação e o destino da literatura brasileira, os autores, ensaios sobre a religiosidade dos povos originários, assuntos de arqueologia e, ainda, sobre o pensamento da nacionalidade na poesia brasileira. Chama-se atenção os apontamentos acerca das questões populares, de como o autor discutiu pela primeira vez sobre a poesia popular brasileira e considerou o conto e a linguagem nessa perspectiva popular. O capítulo três estende-se ao evidenciar as representações da sociedade nas obras e ao refletir as influências que o movimento político republicano exerceu no Pará, segundo a concepção de José Veríssimo.

A quarta seção discorre sobre a educação da mentalidade brasileira conforme o propósito do intelectual obidense. Tal ponto dedica-se ao estudo dessa temática a qual compõe a sua biografia intelectual, desde os cargos públicos ocupados, como o ofício de bibliotecário público (1880), a fundação da Sociedade Paraense Promotora da Instrução (1882), a implantação do Colégio Americano (1883), a diretoria da Instrução Pública do Pará (1890) e as atuações à frente do Museu Emílio Goeldi (1890). A seção, ainda, dedica-se à obra *A Educação Nacional* (1890) — tanto na forma manuscrita quanto na edição impressa — que teoriza as vivências do autor frente ao ensino público e materializa seu projeto de educação nacional.

Na quinta seção buscou-se reunir a recepção e a crítica da obra do estudioso, a partir das três seções anteriores e suas temáticas: Amazônia, Literatura e Educação. Para tanto, considerou-se os leitores de ontem e de hoje, os q

,Quais atualizam as obras e ampliam os horizontes de expectativas acerca das questões amazônicas, que compreendem as proposições do crítico sobre a literatura e interpretam *A Educação Nacional* (1890).

A sexta seção apresenta as considerações finais, levando-se em conta que cada momento que constituiu a fase de formação intelectual colaborou para a compreensão da construção do pensamento crítico de José Veríssimo, assim como a reunião de seus leitores que acrescentam, no amplo campo de discussão que a obra do paraense transita, diversificadas interpretações que as renovam e dão, como recomendou Machado de Assis (1899), testemunhos mais esclarecidos.

2 UM PENSADOR AMAZÔNICO

“Debruçado na amurada do navio contemplo o grande rio que amo com amor de filho. Viu-me nascer, o murmúrio de suas ondas na praia adormeceu-me, enquanto as suas auras me embalavam a pequena rede: amo-o” (VERÍSSIMO, 1878, p. 35).

Figura 1: Rio Amazonas e a cidade de Óbidos em 1953.



Fonte: IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/obidos/historico>

Às margens do ponto mais estreito do rio Amazonas, existia a antiga aldeia dos Pauxis. Posteriormente, em 1854, uma fortaleza foi construída, dando origem à cidade de Óbidos. Esta, desenvolvida economicamente com a pecuária e a cultura de cacau, favoreceu a chegada de cativos afrodescendentes e, posteriormente, com as revoltas, houve a criação de quilombos. Nessa cidade nasceu, em 8 de abril de 1857², “José Clemente”, nome recebido em homenagem ao estadista da Independência.

² Segundo Francisco Prisco (1937, p.10), não havia vida intelectual no Pará no ano de nascimento de José Veríssimo, salvo o jornal denominado *Sentinela Obidense*, o qual durou pouco mais de um ano.

Aos 14 anos, José Clemente substituiu seu nome para José Veríssimo de Dias Matos, pois almejava fazer uma homenagem aos seus ascendentes — pai e avô — que possuíam o mesmo nome. O pai do futuro autor paraense era médico, dono de uma fazenda local, nascido no Rio de Janeiro e filho de outro José Veríssimo, importante fazendeiro e dono de

terras largas e plantadas; a casa grande e sempre pronta a acolher hóspedes; a mesa farta onde se reúnem a senzala cheia de escravos; o gado espalhado no campo; os carros de carga; os cavalos de montar etc. E paralelamente a isso, uma autoridade incontestável como chefe de clã (VERÍSSIMO, 1966, p. 22-23).

O pai José Veríssimo era contratado³ da companhia de aprendizes marinheiros e recebia vencimentos que competiam aos segundos-cirurgiões do corpo de saúde d'armada. A historiografia revela que o médico possuía boas condições financeiras, pois em 1º de novembro de 1867, o *Jornal do Pará* divulgara nota de recompensa pela busca de dois de seus escravizados, Horácio Crioulo e Jovêncio. Estes, posteriormente, foram capturados e conduzidos pela polícia a Óbidos.

O pai de José Veríssimo⁴ atuou, também, na câmara da cidade em 13 de outubro de 1868. Em 1870, ocupou o cargo de delegado de polícia da cidade, permanecendo até 6 de julho do mesmo ano. No ano seguinte, assumiu o posto de delegado literário em Óbidos. Em 1876, aos 25 anos de profissão, passou a residir na capital da província, onde morou na rua da Trindade, canto da rua da Cruz das Almas (*O Liberal do Pará*, 19.03.1876, ano VIII, n. 64, p. 3).

A mãe de José Veríssimo, Ana Flora da Piedade, nasceu em Serro, Minas Gerais. Era filha de um fazendeiro, capitão de milícias, e ela, aos 18 anos, aprendeu a ler. Um fato notável, uma vez que tal privilégio não se estendia à educação feminina de sua época. Ana Flora faleceu aos 42 anos.

A mencionada retrospectiva confirma as evidências de que José Veríssimo pertencia a uma família economicamente destacada, detentora de posses e de prestígio social. Tais privilégios proporcionaram acessos a centros de estudo de referência, nas regiões norte e sul do Brasil. Nesses percursos formativos, aos oito anos, em 1865, o futuro autor paraense viaja para Manaus, onde inicia o curso primário. Aos 10 anos, volta a Belém, cidade que estava em pleno

³ O contrato data de 26 de outubro de 1867.

⁴ José Veríssimo dedicou ao seu pai a 2ª edição de *Cenas da Vida Amazônica* (1899): “Tanto aquele a quem devo a existência, mas, antes, ao incomparável amigo, ao homem honestíssimo cuja vida tem-me sido ótima lição e salutar exemplo”.

desenvolvimento urbano, para estudar no seminário episcopal. Em 1869, com 12 anos, viaja para o Rio de Janeiro onde termina o ciclo secundário e ingressa na escola central para estudar engenharia, curso interrompido no primeiro ano devido aos problemas de saúde que o fizeram retornar para Belém.

Na década de 1870, o comércio da capital paraense era abastecido por portugueses que concentravam em suas mãos as riquezas locais. A economia se desenvolvia pela exploração da borracha e reverberava a Belle Époque nos costumes locais, cuja elite vivia, surpreendentemente, mais à moda dos centros europeus em detrimento dos novos ideais republicanos que estavam em plena agitação no restante do Brasil.

2.1 A COMPREENSÃO DO CENÁRIO AMAZÔNICO

Na produção intelectual de José Veríssimo, é possível observar a Amazônia compreendida e representada a partir da moda cientificista do século XIX. Isso ocorre devido às teorias filosóficas da época gravitarem em torno dos princípios evolucionistas, positivistas e deterministas, marcantes na Europa da Idade Contemporânea. No entanto, seus contos e esboços⁵ são os primeiros que se escrevem para além do descritivismo próprio das ciências naturais, para apontar, ainda que, de modo preliminar, o hibridismo social e cultural que estavam em voga e se sucediam na Amazônia.

Os personagens literários de Veríssimo são os excluídos da sociedade, são os tipos humanos povoando as cidades ou as margens dos rios, cujos modos de organização social e costumes são apresentados ao leitor como indolentes e inaptos ao trabalho. Não obstante, são igualmente habilidosos, realizam feitos heroicos e são característicos do espaço Amazônico. Seja o indígena ou o tapuio, o negro ou a mulher, todos representantes da parte marginalizada da sociedade e evidenciando o Brasil periférico com duas arquiteturas dicotômicas: a urbana e a rural. A título de exemplo, cita-se José Tapuio, cujo sobrenome é uma alusão ao indígena que assimila a cultura do branco, mas que conhece seus costumes, ou não teria permanecido calado em seu julgamento, enquanto os homens das letras arguiam em oratórias pela inocência ou culpabilidade do indígena.

⁵ No livro *Primeiras Páginas* (1878), José Veríssimo publica os “Quadros Paraenses”, que republicados em *Cenas da Vida Amazônica* (1886), foram renomeados como Esboços.

O advogado, em “O Voluntário da Pátria”, é outro personagem que se muda para a cidade, modifica os modos de falar e exhibe o peito sem pelos apenas com vistas a ganhar votos políticos. Além dessas questões étnicas, a interação entre a natureza e o homem constitui a sociedade amazônica representada na obra pelos: iletrados, pobres, mestiços, mulheres e, inclusive, o negro silenciado na obra. Esse rol da classe subalterna é meramente exemplificativo. Nele, verifica-se que não é a questão racial que conduz as narrativas para uma divisão social, mas uma divisão de classe reproduzida pelo poder do capital que exclui e marginaliza o homem, inclusive pelas vias do poder simbólico, conforme os postulados teóricos de Bourdieu (1989).

É justamente essa classe a escolhida para protagonizar os textos literários, com suas linguagens, suas crenças, seus costumes, mostrando, às vezes, a fragilidade do homem colonizador. Desse modo, a recepção da obra *Cenas da Vida Amazônica*, a qual afirma que José Veríssimo defende a uniformidade da Amazônia no pensamento social brasileiro, é superada, uma vez que seu livro, na verdade, prenuncia uma cultura popular, bem como inicia as discussões acerca do hibridismo cultural, o qual estabelece o surgimento de novas estruturas sociais e eram essas novas configurações que o intelectual demonstrava a constituição da sociedade brasileira, a mestiçagem como um fator identitário do Brasil.

José Veríssimo não olhou somente para os tipos humanos ou a miséria ou as condições climáticas que assolavam a região. Ele examinou a arquitetura social e culturalmente constituída; revelou oposições políticas e econômicas e como essas dualidades socioculturais definiam costumes, usos, crenças e linguagens, sobretudo, das pessoas que moravam nos sítios, nas beiras de lagos e, também, comunidades que margeavam o centro urbano paraense. Por exemplo, nos contos analisados adiante, José Veríssimo retrata a população amazônica. Nesse cenário, a cidade de Óbidos é a moldura, cuja tela retrata os costumes de seus habitantes. As descrições revelam e detalham os tipos humanos da Amazônia, os vestidos de chitas coloridas, as comidas típicas: maniçoba, tambaqui, mandioca e farinha d’água.

Desse modo, Veríssimo apresenta o mestiço ao Brasil, embora reproduza o discurso positivista vigente. Em seguida, menciona algumas particularidades da região, quais sejam: o pirarucu; o sincretismo religioso entre Nossa Senhora, Mãe d’água e as representações pejorativas dos passageiros que desembarcam “rindo da terra e dos matutos”; os “tapuios indolentes sentados nas bordas de suas montarias”, os homens e mulheres que tomam banho no rio “sem cerimônia desavergonhada e primitiva” e as “miseráveis barracas de palha montadas

na época da salga” (VERÍSSIMO, 2013, p. 32-36). O autor mencionado por vezes utiliza termos pejorativos para referir-se às pessoas da Amazônia.

É válido ressaltar que as primeiras impressões que buscaram definir a região ocorreram através das crônicas dos viajantes, a partir de seus olhares e impressões de assombro diante do grande vale das amazonas⁶. No Brasil, as compreensões sobre a Amazônia foram “caminhos irregulares” que singraram o *rio mar*, em movimento, entre os tênues limites do ficcional e do real, no corre corre das águas doces em furos, paranás e restingas. Esse cenário conduz aluviões, destroços, gentes e árvores, materiais de valor, mitos e utopias, em que céu e terra se confundem, se diluem e se reescrevem na leitura dos novos personagens.

Dentre as ficções que representaram a Amazônia, Patrícia Cruz (2017) estuda o romance *Frey Apollonio, Um Romance do Brasil*, escrito pelo botânico alemão Carl Friedrich Phillipp Von Martius, em 1831⁷. Segundo a autora, “Ao observar o subtítulo em seu original em alemão, lê-se ‘Roman aus Brasilien’, que se traduz por ‘romance do Brasil’, no sentido do país como procedência, e não ‘Roman von Brasilien’, como ‘brasileiro’ ou ‘nacional’ (CRUZ, 2017, p. 57). Nessa obra o protagonista Hartoman idealiza o Brasil com os olhares cientificistas daquela época e muda de opinião após o convívio com os indígenas. A autora (2017) afirma que é com *Simá — Romance Histórico do Alto Amazonas* (1857) — que Lourenço Amazonas permite haver a possibilidade de o índio ser ouvido e se posicionar de forma diferente daquela que era vista pelo invasor europeu.

As teorias científicas do séc. XIX foram influenciadoras nos estudos de José Veríssimo. Baseada nessas correntes, Couto de Magalhães (1876, p. XXIV) afirmou: “Se o vale do Amazonas não possuísse o tapuio, seria atualmente uma das mais pobres regiões do país, quando com ele, e, justamente, porque ele é semibárbaro e se pode entregar a essas indústrias, a região é uma das mais produtivas que possuímos”. O escritor mineiro cita, ainda, os modos de vida dos tapuios e do regatão, assim como as lendas e superstições de uma região “quase desconhecida dos brasileiros, e dos homens civilizados, como a célebre Cobra Honorato que se transforma em peixe ou cobras para viajar pelo fundo dos rios” (MAGALHÃES, 1876, p. 1133).

⁶ O termo Amazônia é uma derivação da palavra amazonas e remonta aos mitos surgidos na Grécia antiga, popularizados posteriormente em toda a Europa, através de narrativas gregas, como os poemas creditados a Homero (século VIII a.c.), *Ilíada* e *Odisseia*, os quais falam da existência de uma “tribo de mulheres guerreiras”, organizadas em regime matriarcal formada por exímias guerreiras.

⁷ Conforme Cruz (2017), *Um Romance do Brasil* foi desconhecido no Brasil e na Alemanha até 1967, entretanto, o manuscrito encontrado por Erwin Theodor na Biblioteca da Baviera deu a conhecer a obra, que mais tarde foi traduzida no Brasil por Erwin Theodor, o que ocorreu em 1992. Fonte: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/6300/5059>.

Desse modo, o “grande sertão interior” é interpretado como um lugar virgem e perigoso (MAGALHÃES, 1876, p. 147-148).

Inglês de Sousa, um conterrâneo do estudioso paraense, em *História de um Pescador* (1876), prossegue a temática da Amazônia selvagem ao representar os indígenas e tapuios de modo diferente da ótica dos viajantes. Estes apresentavam os mencionados nativos na qualidade de submissos e reprimidos ante ao colonizador, como critica o narrador do romance mencionado:

Não cessam os livros de falar da grande fertilidade das nossas terras. Os autores desses livros não chegam a ver senão a superfície das coisas. Demais não conhecem as nossas condições de existência! Sabeis o que é ser pobre no Amazonas? É ser escravo [...]. Numa terra que não impera lei, numa terra que o governo despreza, quando devia cuidar grandemente dela, quem tem a força tem razão e direito (SOUSA, 2007, p. 67).

Na obra *História de um pescador* não é a exuberância da floresta que chama atenção, mas, as relações sociais e os embates que se davam nas cidades de Óbidos e de Alenquer. De acordo com Ferreira (2015, p. 129), “a questão racial presente no romance também é exposta por Jean-Yves Mérian, em Aluísio Azevedo: vida e obra, manifestando que “Inglês de Sousa aborda, antes de Aluísio Azevedo, os problemas do mulato na sociedade do norte do Brasil”. Verifica-se, então, que as representações da obra eram sobre os tapuios que, pelas condições étnica e social em que viviam, eram manipulados, escravizados e usurpados pelos brancos. Além disso, o narrador apresentava os costumes e o cotidiano da região e, para isso, fazia uso da verossimilhança. Ferreira (2015, p. 75) defende que:

É possível inferir que na visão de Inglês de Sousa os escritores realistas devem tratar de assuntos verdadeiros e que tenham “utilidade” para a sociedade. Os escritores partem, de certa forma, de uma verdade, ou, mais precisamente, de um fato ou momento histórico, tomando-se histórico como equivalente de verdadeiro (FERREIRA, 2015, p. 75).

Percebe-se diante dessa afirmação que o narrador da obra descreve a sociedade e, concomitantemente, lança um olhar crítico sobre ela, o que o torna um narrador não confiável, pois transmite suas percepções ao leitor. Trata-se de um olhar conhecedor, porém distante, como atesta Ferreira,

O narrador, seguindo a tendência dos primeiros contos, conta a história de José para alguém, posicionando-se fora daquele lugar. Esse fato pode ser atestado com a seguinte frase: “no Amazonas não há propriamente o que nós aqui chamamos pescadores, isto é, homens que vivam exclusivamente da pesca” (FERREIRA, 2015, p. 158).

Além dos viajantes estrangeiros, Euclides da Cunha em *À Margem da História* (1967[1909]), também, discute acerca da região amazônica ao visitar o Alto Purus. Os títulos de seus escritos explicitam os conteúdos que tratam a Amazônia como um “Inferno Verde” e *À Margem da História*. Para o intelectual fluminense,

A volubilidade do rio contagia o homem. No Amazonas, em geral, sucede isto: o observador errante, que lhe percorre a bacia em busca de variados aspetos, sente, ao cabo de centenas de milhas, a impressão de circular num itinerário fechado, onde se lhe deparam as mesmas praias ou barreiras ou ilhas, e as mesmas florestas e igapós estirando-se a perder de vista pelos horizontes vazios; o observador imóvel que lhe estacione às margens sobressalta-se, intermitentemente, diante de transfigurações inopinadas. Os cenários, invariáveis no espaço, transmudam-se no tempo. Diante do homem errante, a natureza é estável; e, aos olhos do homem sedentário, que planeie submetê-la à estabilidade das culturas, aparece espantosamente revolta e volúvel, surpreendendo-o, assaltando-o por vezes, quase sempre afugentando-o e espavorindo-o. (...) Daí, em grande parte, a paralisia completa das gentes que ali vagam, há três séculos, numa agitação tumultuária e estéril (EUCLIDES DA CUNHA, 1967, p. 6).

Artur César Ferreira Reis (2000, p. 51) realiza questionamentos pertinentes: “Euclides não se terá deixado levar também pelo impressionismo do meio deslumbrante e ficado nas generalizações que, como generalizações, estão sempre em conflito com a verdade?”. Ferreira Reis assevera que para Euclides da Cunha, a Amazônia era ainda intraduzível: “[...] o forasteiro contempla-a sem ver, através de uma vertigem. Ela só aparece aos poucos, vagarosamente, torturantemente. É uma grandeza que exige a penetração sutil dos microscópios” (REIS, 2000, p. 54).

Esse discurso impressionado, com um suposto meio selvagem, é perceptível nas cartas de Euclides da Cunha endereçadas a José Veríssimo. Na correspondência de 13 de janeiro de 1905, o autor de *Os Sertões* trata o clima da região amazônica como um “aniquilamento orgânico” ao afirmar que:

É uma terra que ainda se está preparando para o homem – para o homem que a invadiu fora de tempo, impertinentemente, em plena arrumação de um cenário maravilhoso. Hei de tentar demonstrar isto [...] que a natureza, aqui, soberanamente brutal ainda na expansão das suas energias, é uma perigosa adversária do homem” (EUCLIDES DA CUNHA, 13 de janeiro de 1905).

Na correspondência enviada de Manaus, em 10 de março de 1905, o escritor fluminense pergunta a José Veríssimo (2000, p. 353): “Acha bom o título *Um Paraíso Perdido*⁸ para o meu livro sobre a Amazônia? Ele reflete bem o meu incurável pessimismo. Mas como é verdadeiro!?” A aproximação entre José Veríssimo e Euclides da Cunha é importante para se

⁸ O livro *Paraíso Perdido* tornou-se uma publicação póstuma. Nesse trabalho, utiliza-se a versão publicada pela mesa diretora do Senado Federal, com reunião de ensaios amazônicos de Euclides da Cunha, com seleção e coordenação de Hildon Rocha, em Brasília, no ano de 2000, em comemoração aos 500 anos do Brasil.

pensar, por meio de suas produções, os elementos definidores da identidade amazônica, de como ela foi compreendida no limiar de um regime republicano calcado no ideário de civilização, de progresso e de regeneração, como um quadro “evolutivo”.

Nesse cerne, as cartas endereçadas ao destinatário paraense evidenciam desde a gratidão de Euclides da Cunha pela crítica do literato obidense à sua obra *Os Sertões*, perpassando pela tentativa de superar a dicotomia entre os “homens das letras” e os das “ciências”, como declarou em carta a José Veríssimo (03.12.1902): “[...] o escritor futuro será forçosamente um polígrafo; e qualquer trabalho literário se distinguirá dos estritamente científicos, apenas, por uma síntese mais delicada, excluída apenas a aridez característica das análises e das experiências”. Essa relação é aprofundada em escritos posteriores com aspirações, inclusive, profissionais, por parte de Euclides da Cunha visando compor, enquanto homem das ciências, o seu papel de engenheiro na comissão demarcatória entre os limites da Amazônia brasileira, boliviana e peruana, no alto Rio Purus.

Nessa jornada, Euclides da Cunha embarca para Manaus. Da capital do Amazonas, o cantagalense escreveu correspondências tanto para Veríssimo como para Arthur Lemos e Coelho Neto. Nessas mensagens, o remetente demonstra o intento de produzir uma obra acerca da região amazônica, semelhante às características de *Os Sertões*, intitulada *Paraíso Perdido*. Entretanto, com a morte prematura do escritor pré-modernista, tal acontecimento impossibilitou o desfecho desse projeto, mas ensaios publicados, postumamente, revelam o olhar sobre a Amazônia. Em outra carta de Euclides da Cunha endereçada a Veríssimo, de quando o referido escritor fluminense aportara em Manaus, em 1905, a mencionada correspondência demonstra a forma de como o remetente percebia essa relação entre homem, natureza e história na região amazônica.

Nota-se que para o escritor o homem ocupou um território hostil para o desenvolvimento de uma civilização, termo compreendido na concepção francesa⁹. Desse modo, o autor de *Os Sertões* conclui que a maioria das tentativas de ocupação humana mostrava-se sem êxito, pois ainda não conseguia adaptar-se às adversidades sobrepostas pela natureza. Nas suas obras póstumas, por exemplo, esse olhar desencantado é percebido em *À Margem da História* (1909):

Diante do homem errante, a natureza é estável; e, aos olhos do homem sedentário, que planeie submetê-la à estabilidade das culturas, aparece espantosamente revolta e volúvel, surpreendendo-o, assaltando-o por vezes, quase sempre afugentando-o e

⁹ Refere-se a concepção francesa de *Zivilisation* (superficialidade) e seus desdobramentos nos aspectos materiais da vida humana, como o trabalho, a alimentação, tecnologia, entre outros.

espavorindo-o. (...) daí, em grande parte, a paralisia completa das gentes que ali vagam, há três séculos, numa agitação tumultuária e estéril (CUNHA, 1909, p. 23).

Vale ressaltar que o discurso do pré-modernista é permeado por um determinismo geográfico, inclusive quando relata, em tom não amistoso, que o cenário para a construção de uma narrativa historiográfica, conforme os ditames da época, seriam inviáveis para a região que considera à “margem da história” e imatura para o desenvolvimento humano. Visão esta contestável, pois estar na condição de uma região marginalizada não significa que a Amazônia era impossibilitada de desenvolver-se enquanto sociedade.

Dessa forma, o escritor parte de suas experiências percebidas nos seringais: denuncia as violências física e simbólica por que passavam os seringueiros-sertanejos, os quais pareciam viver apáticos, procurando no mestiço interiorano a possibilidade de encontrar uma identidade própria. Vale ressaltar que o discurso dicotômico que de um lado exaltava a agricultura e, de outro, criticava o extrativismo, fazia parte do pensamento da elite política, refletindo uma visão evolucionista e o preconceito contra a sociedade coletora, caçadora e pesqueira. Em relação à política da borracha, o extrativismo em geral era associado como falta de ambição de um povo que preferia viver às custas da natureza e não do “trabalho” na forma propaganda pelo espírito do capitalismo.

A noção de que a Amazônia seria uma terra imatura, como pensava Euclides da Cunha, tal qual outros viajantes que passaram pela região, diferenciava-se em um ponto crucial com o pensamento de José Veríssimo: este, naquele tempo, mesmo sob o prisma do positivismo, imprimiu em sua escrita literária representações de um Brasil periférico com a Amazônia como pano de fundo¹⁰, uma região brasileira onde a miscigenação se dava de maneira irrevogável. Os textos de José Veríssimo transcendem a visualização exótica da Amazônia, evidenciam um lugar de riquezas naturais impressionantes, porém, que não se sobrepõem ao homem. Entretanto, as populações são representadas com fragilidades: populações socioeconomicamente vulneráveis e iletradas- um discurso com estratégia de poder geopolítico.

O território amazônico representava, para o intelectual paraense, um potencial a ser explorado por uma nova colonização: a dos países industriais, sobretudo, alemães e ingleses que, segundo ele, aceleraram o ritmo de modernização brasileira e a colocaria aos moldes dos

¹⁰ A partir da *História da Literatura Brasileira* (1916) do crítico José Veríssimo, percebe-se uma tensão entre as expressões regional e nacional, com a valorização da segunda em detrimento da primeira. O nacional passa a se constituir *locus* prestigiado da produção literária no eixo econômico Rio/São Paulo e o regional identifica os textos produzidos nas regiões Nordeste e Sul do País.

países europeus (inclusive com a política de branqueamento). Em seus escritos, cada história surge como um quadro que compõe a exposição de uma Amazônia que se faz notável, de um lugar marcadamente contrastante, com sujeitos que nela convivem, relacionando-se conflituosamente em torno de questões políticas e ideológicas, com usos, crenças e costumes próprios e, também, pela miscigenação.

A complexidade social em comento compôs o repertório de publicações de José Veríssimo nos jornais locais, revelando um intelectual alinhado com o seu tempo, mas ao mesmo tempo vislumbrando o futuro e compreendendo que o desenvolvimento da Amazônia perpassaria pelos campos da etnografia, da política, da Arte, da Literatura e da educação.

2.2 DA ATIVIDADE JORNALÍSTICA ATÉ À OBRA *PRIMEIRAS PÁGINAS* (1878)

As atividades jornalísticas foram as primeiras manifestações intelectuais de José Veríssimo no Pará. Suas publicações são diversas. Inicialmente, são voltadas às questões políticas, ideológicas, artísticas e literárias. Os artigos comumente, publicados nos folhetins dos jornais, revelam um pensador social, cujas palavras premonitórias apontavam para o futuro do Brasil. Segundo o estudioso paraense,

Para dirigirmo-nos com segurança para o futuro, precisamos conhecer o passado; creio, pois, que não foi ocioso o estudo que acabo de fazer, e espero que não se romperá a corrente começada em 1873, que irá de dia para dia elevando o nível da mentalidade brasileira. Terminarei, por isso, por um voto; o de que o Pará não fique fora desse movimento, e compreenda que para a glória e a honra, e para a própria felicidade material, de um povo, não basta produzir borracha (VERÍSSIMO, 1883, p. 177).

Como se percebe, a ponderação histórica era importante para que se pudesse ter a compreensão do presente e projeção do futuro. Para tanto, a Amazônia não poderia ser apenas um foco de desenvolvimento econômico, mas também acompanhar o movimento intelectual e cultural que agitava o mundo.

É com esse pensamento que o intelectual escreve em *O Liberal do Pará*, em 1878, o artigo “A Batalha do Tuyuty”¹¹, em que reflete sobre o acontecimento histórico ocorrido enquanto ainda era uma criança de 9 anos de idade. Nele, o então jovem José Veríssimo descreve, de modo minucioso, os campos em que as tropas brasileiras estavam acampadas na época do

¹¹ O autor revela em nota que para escrever o esboço, serviu-se da obra de Schneider, *História da Guerra da Tríplice Aliança* (1864-1870), traduzida por dr. Thomaz Alves, oficial do exército que assistiu à batalha (1866).

conflito que compôs a Guerra do Paraguai. A cavalaria argentina e a retaguarda formada pelo exército brasileiro são enaltecidas nas palavras do autor, que chama o embate de “batalha épica”, pois houve um total de 32.100 soldados a favor do Brasil contra os 24.330 do exército inimigo. (VERÍSSIMO, 1878, p. 1). As comparações são constantes, quando o literato paraense descreve os bosques onde o inimigo acampava: “era uma mata impenetrável como as nossas florestas virgens” (VERÍSSIMO, 1878, p. 1).

A respeito da descrição da batalha, José Veríssimo cita a divisão de força do coronel Marcos que se atirava sobre a vanguarda. Como o autor afirma, “havia mais que valentia, havia uma abnegação de vida, um devotamento tão grande que só o fanatismo podia explicar” (VERÍSSIMO, 1878, p. 1). O artigo conclui-se mencionando a data de 24 de maio, cuja tarde é assim contada: “Aquele campo era um montão de horrores. Nele jaziam mortos ou feridos 16.000 homens. A água dos banhados tornaram-se vermelhas e pisava-se uma lama composta de lodo, sangue e carnes humanas”. Afirma, repetindo as palavras de general Mitre, que cabe ao exército brasileiro “o maior tributo de sangue e, portanto, perante a história, deve caber-lhe também a maior glória dela” (VERÍSSIMO, 1878, p. 1).

Ainda envolto nos conflitos políticos, o intelectual publica, em 11 de julho de 1878, *A Batalha do Riachuelo*, sobre um importante embate da guerra do Paraguai. Inicia o ensaio com a geografia do lugar, do riacho que nomeia esse momento da guerra, ao Paraná, ilhas e baía onde ficavam fundeada a esquadra brasileira. Após descrever os navios e nomear seus comandantes, o obidense descreve a batalha como um duelo enorme. “O fogo rompeu terrível e vivo de ambos os lados [...] os conveses dos navios alagavam-se em sangue que escorria-lhes pelas bordas banhando as águas dos rios” (VERÍSSIMO, 1878, p. 1).

As notícias dessas batalhas conduzem a percepção de uma escrita que se engajava nas questões sociais brasileiras. Percebe-se que na sua fase de formação, o literato paraense possuía interesses nas temáticas políticas e sociais e, ao publicar os folhetins, demonstrava a intenção de participar dos debates referentes ao período de participação do Brasil nos conflitos internacionais. Concomitantemente, José Veríssimo, ao publicar as referidas temáticas nos jornais paraenses, socializava a discussão para a sociedade letrada amazônica, incluindo-a, intelectualmente, no movimento histórico que compôs a construção da república brasileira.

É importante ressaltar que ao dedicar-se a esses conflitos, José Veríssimo confere à Guerra do Paraguai um marco histórico para a formação da nacionalidade brasileira, como realizou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840), que considerou a construção da história oficial uma atividade do Estado.

Ao realizar o concurso sobre a melhor obra que tratasse da história do Brasil, o Instituto considera, sobretudo, a unidade nacional, que foi impulsionada pela Guerra do Paraguai. Na ocasião, é eleito o trabalho de Karl Philip Von Martius, que tratava da miscigenação das três raças presente no país: *Como se deve escrever a História do Brasil: Dissertação oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, pelo Dr. Carlos Frederico Ph. De Martius, acompanhada de uma biblioteca brasileira ou lista de obras pertencente à história do Brasil, (1843)*¹². A temática da obra também era presente nos textos de Vanhagem, Silvio Romero e Capistrano de Abreu, assim como influenciou o trabalho intelectual de José Veríssimo, que considera as guerras do Paraguai e a Guerra Franco-prussiana importantes para a consolidação da unidade nacional.

Além das produções voltadas à política, José Veríssimo escreve uma série de críticas que apontam seu posicionamento ideológico. Dentre elas, o “Cântico dos Cânticos” publicado em forma de folhetins nos dias 28 de julho, 9 e 18 de agosto de 1878. A obra aborda a problemática da tradução de textos. Sobre o tema, afirma que “o meio provincial, não é, cremos, favorável às letras, que se trata de um meio de marasmo literário” (VERÍSSIMO, 1878, p.1). Ao exaltar Carneiro Vilella, folhetinista do *Grão-Pará*, pela tradução do canto hebreu “Cântico dos Cânticos” José Veríssimo considera que, apesar dos esforços, nenhuma tradução consegue ser fiel ao poeta traduzido. O autor confirma que falta ao trabalho do tradutor “energia e a beleza da primitiva composição e é, não raras vezes, infiel” ao texto original (VERÍSSIMO, 1878, p.1), pois acrescenta quadras e rimas que forçam a repetição de palavras e fragilizam o poema, como rimar “ganhe” e “estranhe” com “mãe”. Esse aspecto José Veríssimo justifica “pelo vício pátrio dos pernambucanos de fazerem um ditongo das sílabas formadas por “nh” (VERÍSSIMO, 1878, p.1).

A crítica contundente de José Veríssimo¹³ é atenuada pela estima que possuía acerca da tradução dos cânticos, considerada por ele como de admirável beleza, “como que perfume de sensualidade oriental que respira lendo o “Cântico dos Cânticos” vestido agora em verso português” (VERÍSSIMO, 1878, p.1). Porém, em parte destacada do ensaio, o crítico paraense sugere ao tradutor dos cânticos (“sem intenção de censura”) que apresentasse os planos do

¹² O texto foi publicado na revista do Instituto em 1845- N. 24, tomo 6, pág. 381 - 403.

¹³ Esse estilo da crítica de José Veríssimo antecede, portanto, a História da Literatura Brasileira e se concretiza como uma marca do obidense. Magalhães de Azeredo, por exemplo, em carta a Machado de Assis em 10 de maio de 1900 escreve: “sabe qual é para mim o defeito capital de José Veríssimo como crítico? É a sua severidade quase pedagógica de escritor que, em arte criadora, produziu pouco (...) Isso não o impede de ter excelentes ideias e observações; mas leva-o por vezes a minúcias estereis e rabugentas”. Fonte: Revista da Academia Brasileira de Letras, XXXIII, |n. 104, ago. 1930.

poema, para não se tornar obscuro, além de reparar sobre a sua autoria original atribuída a Salomão, embora Ernest Renan (1823-1892), tradutor e leitor do poema, tenha provado que fora escrito após a morte do filho do rei David (VERÍSSIMO, 1878, p.1). Ao analisar a efervescência dos embates políticos da época, o escritor paraense lamenta o alijamento de sua obra pela indiferença e pela ignorância dos leitores de jornal (VERÍSSIMO, 1878, p.1). Em ato contínuo da crítica, esta defende a ideia de o *Cântico* não ter sido escrito por Salomão, fazendo um exercício de exegese para provar, no próprio texto, a tese da outra autoria indicada por Ernest Renan.

Tal posicionamento de José Veríssimo quanto a autoria do *Cântico do Cânticos* é refutada pela redação da revista *Boa Nova*, órgão da igreja católica, que ataca o escritor Obidense para defender a autenticidade da autoria de Salomão. Essa publicação deu vazão para uma resposta cabal de José Veríssimo, notadamente, com seu estilo irônico: “primeiramente mostrando respeito ‘com os mortos’, em referência a Salomão, depois demonstrando como escreve a revista: digna de lástima, sem argumento, raciocínio ou provas, somente com citações de pessoas desconhecidas” (VERÍSSIMO, 1878, p.1).

A vertente crítica do pensamento de José Veríssimo é percebida quando este escreve uma série de críticas endereçadas à Arte, mais precisamente às peças teatrais que movimentavam a capital paraense, sobretudo, aos dramas apresentados à elite que frequentava o Teatro Providência e, posteriormente, o Teatro da Paz, fundado em 15 de fevereiro de 1878, no auge da *Belle Époque*, o que fazia de Belém “a capital da borracha” e retrato da cultura cosmopolita europeia na Amazônia.

José Veríssimo publica no jornal, em 17 de fevereiro de 1878, a crônica teatral “A Abertura do Teatro da Paz”. No que concerne à obra, discorre sobre os seguintes pontos:

“Um pouco de maledicência, o teatro que vem e que vai”; “o Teatro Providência e o Srº. Zé Bento”; “o interior do Teatro da Paz”; “o hino, a marcha e os vivas, o maestro, a preterição dos dramas brasileiros”; “As Duas Órfãs”; “Teófilo Gauter e os folhetins, o desempenho, os novos artistas; e “Até logo” (VERÍSSIMO, 1878, p. 1)

Nessa crônica, o intelectual paraense posiciona-se diante do texto artístico/literário, o que permite ao referido crítico, pela primeira vez, firmar o pensamento no campo da Arte. Nessa construção, ele realiza a leitura das representações sociais, a elegância dos frequentadores do teatro, ao mesmo tempo em que se questiona a respeito do advento de novas instituições (Teatro da Paz) em detrimento daquelas obsoletas (Teatro Providência). Segundo José Veríssimo, com

os 800 contos de réis que utilizaram na construção do novo teatro, o fizeram “exteriormente contra todas as regras de arquitetura e interiormente nu e sem arte” (VERÍSSIMO, 1878, p. 1).

Vale ressaltar que o Teatro da Paz, projetado por José Tibúrcio de Magalhães, foi inspirado no teatro Scalla de Milão¹⁴, da Itália, caracterizando a *Belle Époque* amazônica. O mencionado monumento de apresentações, reformado no século XX, teve sua arquitetura modificada para ser coerente ao estilo neoclássico que o espelhou, com frontão recuado, contendo seis colunas e cinco entradas. A necessidade da reforma para que o local de espetáculos fosse coerente ao seu estilo de origem, indica que a crítica de José Veríssimo à primeira arquitetura foi assertiva, o que demonstra ser um observador criterioso. O crítico paraense aprovava o palco, os ornamentos, as pinturas de deusas, a ventilação do prédio e o pano de boca simples. Para ele, todo o restante deveria ser levado ao barracão de Nazaré¹⁵, certamente, desdenhando da igreja e evidenciando o atrito constante com essa instituição.

A segunda observação do crítico é relativa à *Marcha Gram-Pará*, regida pelo maestro Colás- “Composição cheia, harmoniosa e brilhante” (VERÍSSIMO, 1878, p. 1). Mas é na análise do drama que o crítico anuncia o que em *História da Literatura Brasileira* (1916) é um dos seus critérios de crítica: a nacionalidade como elemento para seleção e escolha historiográfica de uma obra, que aparece na crônica *A Abertura do Teatro da Paz*. O espetáculo analisado, “As Duas Orfãs”, drama de Dennery, é considerado “sentimental e sem grandes méritos literários” (VERÍSSIMO, 1878, p. 1), já que não focalizava as questões brasileiras. Para José Veríssimo, melhor seria um drama de autores nacionais como José Alencar, Joaquim Macêdo, Quintino Bocaiúva, mesmo que, para ele, tais dramas não fossem de grande efeito cênico.

Outro ponto observado é a valorização a qual o crítico atribui ao ineditismo de uma obra, pois considera que as publicações dos dramas nos folhetins dos jornais retiram das apresentações a graça necessária para manter a atenção do espectador. O crítico paraense examina as personagens, enfatizando o tipo social de cada uma, como a Ceguinha, de figura pálida, triste e desgraçada. José Veríssimo analisa os quadros como um observador que não deixa sequer escapar o vestuário dos atores, os quais descreveu pobremente trajados e inadequados aos papéis encenados.

¹⁴ O teatro foi inaugurado em 3 de agosto de 1778.

¹⁵ Local de depósito utilizado, à época, pela atual Basílica de Nazaré.

Em 10 de março de 1878, o folhetim do jornal *O Liberal do Pará* publica a crônica *A Crítica ao Teatro e a Nossa Crônica*. Nela, trata de questões como “Profissões de Fé” — “O Drama Realista” — “Os Filhos” — “O Enredo” — “Defeitos e Belezas” — “O Bom Senso Feminino” — “O Desempenho” e “a Companhia Vicente”. Nessa publicação, o autor afirma que não possui pretensão de mestre ou de crítico, ao explicar que as publicações no folhetim do jornal são apenas crônicas que esclarecem o seu julgamento, sem intenção de agradar alguém, como afirma: “seremos severos, sem, contudo, deixar de ser justo e imparcial” (VERÍSSIMO, 1878, p. 1). Esse mesmo comportamento é mantido nas análises vindouras, as quais fizeram de José Veríssimo um crítico pouco amado e um cidadão de muitos desafetos.

Ao criticar o drama *Os Filhos*, do escritor italiano Russeltti e traduzido por Gaspar Borges Avellar, o crítico obidense ajustou a obra ao movimento do Realismo, pois julgou envolver questões de moralidade e sentimentos, mas que não soube conservar estilo literário que o embasa. Por sua vez, em 17 de março de 1878, a crônica *O Paralítico* voltava-se às temáticas: “Os Dramas Brasileiros e o Repertório da Atual Empresa” — “O que Esqueceu ao Conservatório” — “Pela Arte pela Bolsa” — “A Interpretação” — “O Público e o Artista” — “Como Entendemos o Teatro” — “A Comédia” e “Reprises de Duas Órfãs”. Mais uma vez localiza-se em uma crônica teatral a defesa de José Veríssimo por uma arte que viesse a representar a realidade brasileira, ou mesmo os artistas nacionais. É em crítica a crônica “O Paralítico”, a qual considerou, como o próprio nome enseja “um drama paralítico”, que surgem os questionamentos:

Porque não nos dá o sr^o. Vicente algum drama nacional? Temos adiante dos olhos a lista do seu novo repertório e não vemos aí nenhum drama ou comédia nacional a não ser o Brasil e o Paraguai, a quem não temos a honra de conhecer o que parece-nos em literatura dramática um ilustre desconhecido (VERÍSSIMO, 1878, p. 1).

Conforme o excerto acima, verifica-se que, anteriormente, José Veríssimo ponderava acerca do interesse que o público leitor detinha acerca da popularidade dos folhetins e as crônicas teatrais. Entretanto, percebe-se, em um intervalo de tempo, uma mudança na ótica do crítico paraense. Os gêneros mencionados, em especial os folhetins, possuíam, a partir de agora, um caráter pedagógico de educação da mencionada plateia, acostumada aos doces romances. Essa interpretação é possível, pois, na crônica em análise, o crítico demonstra sua preocupação com o público que, para ele, possuía: pouca instrução, diminuto senso artístico e não estava preparado para aceitar bem as obras que considerava de maior mérito literário: “de Alencar, de Macêdo, de Penna, Pinheiro Guimarães, de Castro Alves, de Franklin Távora, etc, nada há que

sirva?” (VERÍSSIMO, 1878, p. 1). Para ele, havia no leitor uma “pouquidade estética” que precisava ser vencida, aprimorando a capacidade de apreciação da obra artística.

Em 31 de março de 1878, a crônica *A Torre em Concurso* tratou de temas como “Os homens de Mármore” — “Trabalho e Honra” — “As Comédias” — “As Peças” e “Os Desempenhos”. Segundo o autor, “A Torre” é a mais espirituosa comédia de Macêdo, lembrando a máxima latina que ganhou destaque no teatro vicentino — *ridendo castigat more*. Em sua interpretação, a comédia satiriza o sistema eleitoral paraense, com sua costumeira compra de votos, bocas de urna e personagens que representam os tipos sociais do interior da província. Assim como o conteúdo da apresentação, ele demonstra percepção às questões políticas e sociais engendradas no contexto social do Pará.

Por isso, considera “Trabalho e Honra” o melhor já apresentado no teatro. O motivo é que o drama é “simples, de enredo fácil, bem medido, dividido e combinado” (VERÍSSIMO, 1878, p. 1). Na análise do texto de *Homens de Mármore* (1854), de Mendes Leal, o literato paraense considera um trabalho bem escrito, embora fraco na pintura dos caracteres, como “pintores medíocres a amontoar a tinta” (VERÍSSIMO, 1878, p. 1). Ao interpretar o conteúdo do drama, o olhar do obidense recai para a realidade representada pelo personagem Diego Travasso, um “político corrompido e cínico, como muitos que eu e tu, leitor, conhecemos, para quem a política é meio ilícito [...] e não um combate de ideias em que só a humanidade, a pátria, a família tem a lucrar” (VERÍSSIMO, 1878, p. 1). Percebe-se, nas palavras do crítico paraense, a presença de ideais positivistas, próprias do seu tempo, já impressas nas formas de interpretar e moldar o entendimento da sociedade brasileira, levando-se em conta as regiões consideradas como centros intelectuais, além daquelas que, por estarem no território nacional, podem ser interpretadas como parte de um todo em formação.

Em 14 de abril de 1878, o Folhetim apresenta a crônica *Lembrança*, contendo apontamento sobre: “Trinta Anos ou a Vida de um Jogador” — “Trabalho e Honra” — “O Ator Xisto Bahia” — “Por Causa de um Algarismo” — “Lucrécia” — “O Poder do Ouro” e “Os Milagres de Santo Antônio”. Esta última é interessante, pois apresenta os primeiros raios da crítica de José Veríssimo: “[...] não era propósito nosso lisonjear ninguém, nem também ofender; que não amávamos à estima de quem quer que fosse e que pouco nos importávamos com os dissabores ou desilusões que as nossas apreciações, só inspiradas na justiça, pudessem causar a qualquer pessoa” (VERÍSSIMO, 1878, p. 1), a respeito do que chamou “nosso movimento dramático” (VERÍSSIMO, 1878, p. 1). O crítico paraense afirma, posteriormente, que se vivia em pleno declínio deste renascimento literário chamado Romantismo

(VERÍSSIMO, 1878, p. 1) que, na maioria das vezes, influenciava os dramas encenados. Para ele, “Trinta Anos” e “A vida de um Jogador” sacrificavam, em grande parte, a Arte, o bom senso, a verdade e o efeito cênico. Além disso, Veríssimo era bastante severo com os atores Sr. Silveira e Dona Maria Baia que, sem técnica, destruíam a força de seus respectivos personagens - Jorge e Amélia. Em contrapartida, elogiava o Sr. Júlio Xavier, pois este passava do cômico baixo ao alto drama.

Em sua visão, “O Poder do Ouro”, de Dias Guimarães, é compreendido como uma “produção anêmica, decadente, sem originalidade e atualidade” (VERÍSSIMO, 1878, p. 1). Tanto nesse drama quanto em “Lembrança”, percebe-se a desaprovação de José Veríssimo ao tom moralístico neles existentes, pelo vínculo com o Romantismo, ao qual faz questão de decretar o luto. Especialmente nessa crônica, percebe-se que o posicionamento literário do estudioso obidense promove a superação dos resquícios do Romantismo, proporcionando a receptividade dos Movimentos, Realista e Naturalista, e ensejando a nova produção artística/literária do século XIX.

A Crônica Teatral *Luxo e Vaidade* foi publicada no Folhetim de *O Liberal do Pará* em 12 de maio de 1878. Além de impressões sobre o drama referido, tratava também de: “A Taverna do Diabo” — “Ator Câmara” e “Uma Boa Notícia” (LIBERAL DO PARÁ, 1878, p.1). É marcante nesse escrito o constante diálogo de José Veríssimo com o leitor, para quem elogia o primeiro drama de Macedo, “Luxo e Vaidade” (1863), que desenvolve uma tese moral sem cair na grosseira imitação dos costumes da época. Ao analisar as personagens, José Veríssimo os vê como retratos da realidade brasileira, como exemplificam as personagens Murilo e Hortência, que representam o precoce decadentismo da sociedade. Do mesmo modo, a personagem Leonina, cuja educação considera defeituosa, é para o crítico a fotografia perfeita da mulher brasileira [...] provocada por todos os vícios de nossa educação e nosso meio social” (VERÍSSIMO, 1878, p. 1). Para além da análise do enredo e das personagens, chama atenção a orientação da moda científica do século XIX presente no discurso do crítico.

Assim como percebido em *Lembrança*, há um desapego aos costumes implantados pelo Romantismo e tons de exaltação das ideias naturalistas, o que pode ser justificado pela adesão ao pensamento positivista de Comte (1798-1857) e do determinismo proposto por Hippolyte Taine (1828-1893). Sobre a “Taverna do Diabo”, José Veríssimo refere-se aos personagens sempre como “tipos”, mesmo ao analisar, de forma exagerada, as performances da interpretação dos dramaturgos. Sobre esses últimos aspectos, a convocação da gramática, para corrigir os problemas de conjugação e de pronúncias do ator, anuncia um critério estético, de

valorização da elaboração da linguagem como elemento importante da qualidade de um texto, no caso do drama, incidindo na atuação do artista.

Outra questão relevante é a análise feita em relação à qualidade das comédias encenadas no Teatro da Paz. Na crônica, há críticas quanto às tendências burlescas e grosseiras que, para José Veríssimo, normalmente, eram confundidas como elementos de comédia, mas que, na verdade, ceifavam a Arte para alcançar os risos de um público ainda não educado. Em 2 de junho de 1878, é publicado *Novos Artistas*, outra crônica teatral, juntamente com outros temas de análise: “José do Telhado” — “Comédias” — “O casal das Giestas” — “Reentrada de D. Manoela” — “Estreia do ator Santos” — “Vizinhos” — “Força por Força”. Nessa crônica, José Veríssimo noticia a contratação de três atores portugueses — Antônio Pedro, Posser e Gil — que são saudados por serem artistas notáveis e estrangeiros. Verifica-se que, no elogio aos artistas descritos na crônica, o autor mostra-se um entusiasta por tendências da Europa, ainda que, em outros momentos, tenha defendido o brasileirismo nos dramas apresentados no Teatro da Paz.

Essas questões advindas do Velho Continente empregavam um grau maior ao intelectualismo artístico em gestação no Pará. Como espectador/leitor dos dramas, constata-se que as crônicas apresentavam os pormenores dos dramas e culminavam na observação crítica da modesta atuação dos atores: a Arte no Pará precisava alimentar-se. Em sua apreciação estética, José Veríssimo pondera que as peças continuam monótonas e aquém do esperado, mesmo com a presença dos novos atores. O literato amazônico, ao analisar as peças teatrais, valoriza a verossimilhança como uma linha tênue que sustenta a Arte e que não deve se encaminhar para “o terreno da mágica e do disparate” (VERÍSSIMO, 1878, p. 1).

Na ordem da narrativa, compreende-se que o crítico considera que a comédia é reconhecida pela possibilidade simbólica da representação e não da negociação entre a vaidade do ator e o riso fácil do público. Esse aspecto da Arte, José Veríssimo a encontra em “Casal da Giestas”, tanto no enredo quanto na interpretação dos artistas. Em “Força por força”, o pensador amazônico a considera um melodrama, mas possui como característica o uso de uma linguagem, “bela e elevada”, com teor educativo a um público que precisava ter bons modos no teatro (VERÍSSIMO, 1878, p. 1).

No dia 23 de junho de 1878, o jornal publica a crônica *O Saltimbanco*, acompanhada de “A Estreia de Antônio Pedro” — “A Interpretação” — “O Paralítico” — “Antônio Pedro” e “Outros Atores”. José Veríssimo não realiza críticas mais diretas ao drama, o que justifica por não dispor de estudo para uma análise conforme demanda o olhar de um cronista à cena. Para

ele, “um bom retrato deve ser hoje o supremo *desideratum* do artista” (VERÍSSIMO, 1878, p. 1) e o drama de Ennes é ainda “mais verossímil do que o bobo drama de Vitor Hugo” (VERÍSSIMO, 1878, p. 1).

“Os Enjeitados e a Literatura de Combate” — “O Realismo” — “O Desempenho” e “A Orquestra”, compõem os assuntos da crônica *Comédias e Cenas Cômicas*, publicada em 7 de julho de 1878. Ao falar da comédia, nota-se em Veríssimo um crítico que acredita no poder moralizador do riso. Em outro momento, afirma: “a literatura deixou de ser uma distração do espírito, é uma arma de combate” (VERÍSSIMO, 2018, p. 1). Essas ideias acenam para o espírito educador de José Veríssimo, que, mais tarde, consagradamente em *A Educação Nacional* (1916), explicitava-se diante de um projeto para qualificar o cenário intelectual brasileiro. De acordo com sua concepção, “somos filhos de uma escola filosófica que desconhece e rejeita o absoluto” (VERÍSSIMO, 1878, p. 1), em clara referência ao positivismo em voga. Para ele, essa filosofia e esse método, usamos em tudo e com tudo” (VERÍSSIMO, 1878, p. 1) e era preciso combater a miséria do corpo (a fome) e do espírito (a ignorância).

Nessa penúltima crônica publicada por José Veríssimo, vê-se não apenas um mero cronista, mas o crítico em plena atuação, que antecede nestes escritos de Folhetim os pensamentos cientificistas fundamentais em suas obras posteriormente. Em afirmação a esta análise, o estudioso obidense afirma: “o realismo é uma escola essencialmente crítica. A velha literatura é incapaz de uma missão social, é simplesmente uma arte egoísta e hipócrita”, assim o mencionado intelectual reflete sobre a hipocrisia do clero católico representado pelo padre nos dramas analisados (VERÍSSIMO, 1878, p. 1).

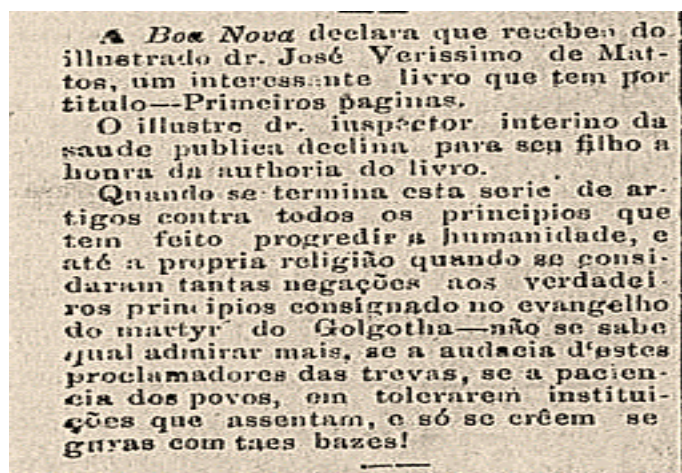
No dia 21 de julho de 1878, José Veríssimo publica a crônica *Os Lazaristas*, que tem como tema “A peça e desempenho” e “Antônio Pedro”. O crítico amazônida as considera “o que há de melhor na moderna literatura dramática”, no mesmo nível de Shakespeare e Lopes de Vega. Esses dramas são favorecidos pelo crítico pelo fundo e forma que se voltam às questões sociais, como o combate aos padres, aos hipócritas e ao fanatismo em nome da liberdade. Percebe-se que José Veríssimo acredita que no momento de transição que o Brasil passava, tudo era hipocrisia: a Política, a Arte e a Religião. No pensamento do escritor obidense, essas problemáticas somente seriam vencidas quando houvesse “liberdade de consciência plena e sem limites” (VERÍSSIMO, 1878, p. 1). O literato amazônico afirma que o padre representa no drama “a reação contra a civilização e o progresso, que sendo minada pela ciência, declarou guerra ao pensamento moderno e fez da civilização sua inimiga” (VERÍSSIMO, 1878, p. 1).

Segundo José Veríssimo, a linguagem do drama é insuficiente e não possui mérito do gênero literário: “não tem vida, os episódios são falsos e apenas esboçados” (VERÍSSIMO, 1878, p. 1). Logo o esquema crítico se desenvolve na análise dos personagens do drama: Ernesto, a quem considerou em tom irônico e cético de sua arte, um declamador; Bergeret, um ridículo, e as devotas, mulheres satíricas que riam das falas sobre Ignácio Loyola. Para o estudioso, as personagens pregam sermões, mas seus discursos apresentam tons liberais, contraditórios em si. Outro fator que chama atenção nessa crônica é que o intelectual amazônida trata da circulação da obra que foi favorecida tanto pelo veto dos conservadores da época, quanto da propaganda dirigida ao público preparado para assisti-la. Dentre os atores, Antônio Pedro é tratado como o maior dos portugueses, um grande artista que sabe rir e chorar.

Observa-se que o estudioso paraense se ocupa em analisar não somente as peças, mas também a sua recepção. A preocupação de Veríssimo incide sobre o próprio “status do teatro na Arte que, naquele momento, avassalador pelo Realismo, dizia a verdade, onde há sempre um ensinamento. Tudo o que não for decente deve dele ser banido” (VERÍSSIMO, 1878, p. 1). Dessa forma, vê-se um intelectual que já nas primeiras publicações, embora se apresente apenas como um cronista, fita a realidade e o status da estética, do produto da arte ao seu receptor, como fios condutores do trabalho de um crítico.

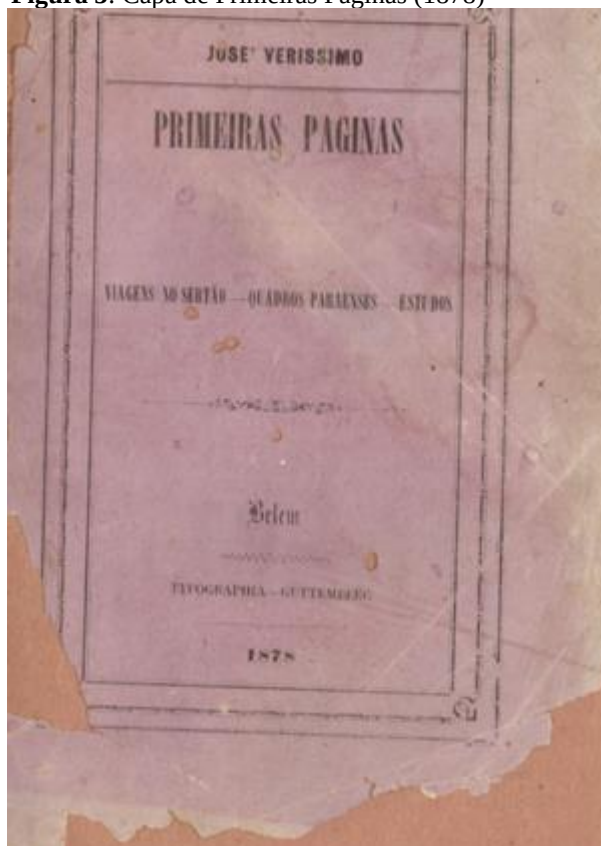
Na continuação de sua produção intelectual, José Veríssimo ultrapassa os folhetins e estreia como escritor de seu primeiro livro. Sobre a obra, *O liberal do Pará* notícia, em 28 de abril de 1878, a publicação de *Primeiras Páginas*, que reúne escritos antes publicados nas colunas do jornal. As notas sobre a obra indicam que o livro foi amplamente divulgado e obteve uma considerável circulação, pois estava “à venda em todas as livrarias”.

Figura 2: Nota sobre lançamento de *Primeiras Páginas*



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Figura 3: Capa de Primeiras Páginas (1878)



Fonte: Disponível na Biblioteca Pública Arthur Viana e na Biblioteca do Grêmio Literário Português.

A capa do livro, *Primeiras Páginas* (1878), contém no topo o nome José Veríssimo, seguido em fontes maiores do título “Primeiras Páginas” e do subtítulo que adianta a indicação dos capítulos: “Viagens ao Sertão”, “Quadros Paraenses” e “Estudos”. Ao meio, uma barra decorativa em estilo antigo separa as informações anteriores do nome da cidade, Belém, da *Typographia Guttemberg*¹⁶ e da data de publicação de 1878. A epígrafe data de 1877, o que indica que desde esse ano o livro já havia sido escrito.

Na quinta folha de rosto¹⁷, o autor dedica a obra à sua mãe, afirmando ser “o primeiro fruto do meu talento humilde e de meus estudos” (VERÍSSIMO, 1878, p.5). Por conseguinte, declara na apresentação da obra: “ninguém mais do que o autor deste livro lhe conhece o nenhum valor” e explica que o publica pelos mesmos motivos que “a árvore dá frutos, deixando

¹⁶ Localizada na praça Dom Pedro, em Belém –PA.

¹⁷ A terceira folha de rosto indica que o exemplar em análise pertencia à biblioteca do professor Manoel Lobato, pai de Wilma Lobato. Esta, em 16 de janeiro de 1979, doou o livro à Biblioteca Pública Arthur Vianna. Antes disso, a referida obra foi doada por Maria Veríssimo, no Rio de Janeiro, ao professor Manoel em 191-, data imprecisa devido à danificação da página. Essas informações estão contidas na primeira, segunda e quarta folhas de rosto do livro.

ao leitor o direito de retorqui-lhe que esses são bons e maus e guardando para si o direito de contestar-lhe: mas sempre frutos” (VERÍSSIMO, 1878, p.7). Isso deixa claro que, apesar da modéstia estampada nas primeiras linhas, o autor trata a obra como resultado de um esforço e de pesquisa, reconhecendo o mérito que antes negou devido a pouca saúde, que lhe impedia mais estudos, pois como afirma: “sem estudo é impossível produzir nada bom” (VERÍSSIMO, 1878, p. 7).

Esse detalhamento do livro é importante para deixar marcado alguns elementos que contribuem para a sua interpretação como um todo. Segundo Genette (2009, p. 9), “um texto se torna livro e se propõe como tal a seus leitores, e de maneira mais geral ao público”, tal concepção é possível de ser encontrada a partir da observação dos paratextos da obra *Primeiras Páginas* a qual apresenta poucos elementos imagéticos e outros elementos textuais. Salvo o final do livro que contém notas de correções das letras A a P, erratas e o índice de capítulos.

Na primeira seção do livro, “Viagens ao Sertão” (VERÍSSIMO, 1878, p. 9-61), o primeiro capítulo é dedicado ao ensaio intitulado “Visita a Monte Alegre”¹⁸ (VERÍSSIMO, 1878, p. 11- 26). O texto é uma narração descritiva do lugar, iniciada por uma abordagem quase geológica da cidade com pouco mais de 500 habitantes, dividida entre o Porto arenoso e a Vila com casas antigas. Nela, José Veríssimo destaca alguns prédios, como a igreja matriz de São Francisco (1872) e a câmara municipal com o tribunal de júri. Nessas descrições encontram-se as primeiras opiniões do autor sobre o lugar, ideias essas coadunadas à preocupação com a instrução modeladora da moral dos homens:

É preciso aprender com a natureza que junto com o veneno põe o antídoto. Seria belo de ver junto à sala onde se julga dos erros humanos, a sala onde há os preservativos dos mesmos erros. As bibliotecas populares são grandes fontes de luz e neste país principalmente, onde os livros são tão caros, é que elas são imensamente proveitosas (VERÍSSIMO, 1878, p. 14 e 15).

Observa-se que o Sertão remete à imagem do sertanejo, a rusticidade desse homem do litoral em contraponto à modernidade pretendida por José Veríssimo. A ideia desses sujeitos fatigados, como mais tarde também representou Euclides da Cunha (1982), revela a relação do meio sobre eles, um determinismo geográfico, que faz do relato de viagem do obidense a apresentação da ideia de que o não desenvolvimento local decide o comportamento indiferente dos habitantes de Monte Alegre. Segundo o intelectual paraense, essa questão, que considerou

¹⁸ O autor afirma, em nota de rodapé, que o ensaio foi publicado no jornal *O Liberal do Pará*, em março de 1878. No entanto, não foi encontrado o exemplar do jornal com esta data nas coleções, tanto da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, quanto no setor de microfilmagens da Biblioteca Arthur Vianna, em Belém-PA.

como abatimento intelectual e moral do povo, seria combatida pela educação, como a fundação de uma biblioteca na Vila, apelo feitos aos livreiros, redações de jornais e editores com o argumento de que os gastos seriam irrisórios: “e que dinheiro mais bem gasto do que aquele que é gasto a bem da instrução da massa popular?” (VERÍSSIMO, 1878, p. 15).

Além de discutir sobre educação, o autor demonstra preocupação com a cadeia local, desabitada, mas que conta com uma polícia capaz de ter dado “nove facadas em um pobre caboclo embriagado, que quase o matam. Isso prova que a polícia em nossa terra é antimoralisadora” (VERÍSSIMO, 1878, p. 16). Essas palavras reafirmam o posicionamento do intelectual amazônida frente à instrução do povo, que, na sua compreensão, deveria ser moralizado, antes de ser punido e a fundação de uma biblioteca popular seria uma medida de progresso.

Acerca do povo, o estudioso paraense relata a “pobre e humilde habitação do caboclo, que vive nestas paragens onde, a par de tanto esplendor, a miséria hospeda-se” (VERÍSSIMO, 1878, p. 18-19). Suas representações sobre os moradores e a região são moldadas em ideias científicas, o que se percebe na passagem em que cita o viajante Louis Agassiz: “No meio da floresta, que se julgaria sem interrupção, um fio imenso de prata, uma serpente de escamas brilhantes, passando no meio dela, denuncia um paranamirim do rio-mar, na expressão de Agassiz” (VERÍSSIMO, 1878, p. 19).

As descrições do estudioso amazônida — mais positivistas, mas não deterministas — podem ser constatadas nas passagens em que trata sobre os moradores dos sítios: “[...] habitados por caboclos e tapuios — como indistintamente o chamam — o mesmo fatalismo embrutecedor, essa indolência nociva e a falta completa de ambição de um viver melhor” (VERÍSSIMO, 1878, p. 20). Como visto, o texto possui um corpo informativo, mas é pincelado por figuras de linguagens que dão a ele, vez ou outra, uma feição figurada, para não dizer literária, que não é o seu fim.

Ao descrever sua visão da paisagem local, do alto da torre da matriz, percebe-se algumas comparações do Rio Amazonas como “águas tranquilas como copos d'águas”, “o vento fresco que encrespa, como o sorriso passando pelos lábios da virgem; e depois levanta mais forte”; ainda, personificações como “verdes melancólicos campos” e “risonhas campinas” (VERÍSSIMO, 1878, p. 17 e 18). Dentre esses artifícios no uso da linguagem, há outros que exaltam a natureza em meio a fraqueza dos homens: “o Rio Amazonas que corre em majestosa tranquilidade, que o lápis não poderia descrever” (VERÍSSIMO, 1878, p. 17). Em contrapartida, o intelectual amazônico apresenta sua concepção acerca das pessoas:

A cor dessa gente é sempre pálida, não da palidez dos poetas, mas amarela. As mulheres são macilentas, as crianças raquíticas, os homens sem vigor [...] mas nada disto é devido ao clima, que é excelente, mas sim a uma alimentação péssima composta de peixe seco e o terrível pirão de farinha d'água [...] (VERÍSSIMO, 1878, p. 21).

O ensaio “*Do Pará a Óbidos*” (VERÍSSIMO, 1878, p. 27- 61) foi publicado anteriormente em abril e maio no *O Liberal do Pará* de 1877 e é dedicado a Napoleão Acioli em lembrança de sua hospitalidade. Em nota, o autor paraense denomina a seção de “narrativa de viagem”. Republicado no livro com algumas alterações, o primeiro capítulo descreve o momento da viagem no Arary, a preparação e as características das embarcações amazônicas, com seus camarotes estreitos, lugares para rede e o andar alto onde os viajantes se encontram à hora do almoço. Como Veríssimo afirma, “a viagem é sempre um tempo em que nada se faz” (VERÍSSIMO, 1878, p. 29), exceto para o estudioso obidense que narra o dia, descreve as paisagens, os costumes dos viajantes, enquanto lia *Os Selvagens*¹⁹ (1875), de Francisco Gomes de Amorim, criticando a falta de cor local, ausência completa das cenas da natureza e o indígena inteiramente falseado. Na leitura, o estudioso amazônico chama atenção para o conteúdo do romance que era ingênuo quanto a conversão do índio Tuxáua.

Embora Veríssimo diga não tecer crítica literária, reprova a ausência de seriedade do personagem Padre Félix, as comparações do autor Francisco Gomes de Amorim, bem como os nomes dos indígenas que, pelo fato do estudioso paraense conhecê-los razoavelmente, não pertencem a nenhum nome da língua geral. O intelectual amazônico assegura que a temática histórica é representada de forma insatisfatória no livro. É na passagem da comunidade de Currálinho que José Veríssimo se questiona sobre o talento do romancista. Dentre Breves e outras comunidades avistadas do navio, descreve em palavras que valem a pena citá-las quase por completo:

[...] são todos eles povoados de miseráveis choupanas, onde moram os descendentes, degenerados, dos filhos de tupã [...] são verdadeiros semi-selvagens que, quando o vapor passa, correm todos à margem, as crianças nuas, as mulheres andrajosas, os homens seminus. E, talvez, a essa hora esteja no fogo a panela com o mingau de pacova, que lhes será o alimento hoje, como já foi ontem e há de ser amanhã! E amanhã essa família toda levanta acampamento, interna-se pela mata e vai tirar seringa, que abunda nesses lugares. Parece que a natureza é madrasta para aqueles que só, sem trabalho, querem aproveitar-se de seus dons (VERÍSSIMO, 1878, p. 34).

¹⁹ José Veríssimo o chama de “O poeta do Amazonas” - o dramaturgo do Cedro Vermelho. Considera como mérito o fato do livro “ser escrito em Português digno de quem foi o amigo de Garret” (VERÍSSIMO, 1878, p. 29), mas que apresentava falta de cor local e a imagem do indígena com caráter falseado.

As descrições desse ensaio são como crônicas, que mais tarde poderão surgir em outros escritos, como os do próprio José Veríssimo ao se referir ao rio Amazonas, antes da chegada à vila de Gurupá:

a imaginação que ainda sonha aí encontrar um jaguar e o tapir a beber-lhe as águas, o caboclo nu em pé sobre um tronco de árvore a sua beira com o arco recurvado á espreita do peixe para flechá-lo, a rede de tucum atada entre duas palmeiras onde se recosta a virgem tapuia ao embalo mole da brisa [...] (VERÍSSIMO, 1878, p. 34).

Esse estilo de linguagem continua ao descrever a agigantada natureza, o rio Amazonas e os silvos do navio Marajó com o Arary: “Não é isso cem mil vezes mais belo do que o troar de um canhão, levando adiante de si a morte e o luto?” (VERÍSSIMO, 1878, p. 38). O autor segue no mesmo tom, ao descrever “águas que beijam os pés”, ou “vapores que beijam a terra” (VERÍSSIMO, 1878, p. 38).

A segunda seção do ensaio fala sobre Óbidos, a 665 milhas da capital da província. A cidade foi fundada onde originalmente existia a aldeia dos Pauxis e José Veríssimo explica, por meio da história de uma tapuia, a toponímia do nome da cidade e a construção dos fortes às margens do estreito do rio. O literato amazônida argumenta que a cidade não apresentava progresso e era habitada por “mulheres velhas e sem sabedoria” (VERÍSSIMO, 1878, p. 39).

Nessa perspectiva depreciativa, é atribuído o mau gosto dos paraenses às suas heranças indígenas que, na concepção do autor obidense, era prejudicial à província, já que considerava desprovida de ambição e de amor ao trabalho: “O tapuio volta-vos as costas, deita-se de novo na praia a olhar estupidamente para o vapor [...], preguiça natural ou falta de ambição? Opto pela segunda” (VERÍSSIMO, 1878, p. 45-46). Compreende-se que, para José Veríssimo, a resolução desse problema, mais uma vez, encontra-se na instrução, que poderia se dar com a fundação de uma biblioteca popular construída junto à câmara da cidade, pois concorda que “o maior inimigo da instrução é a ignorância”. (VERÍSSIMO, 1878, p. 43)

Em relação aos fatos históricos locais, como a Cabanagem, José Veríssimo a considera uma “embriaguez de uma raça” (VERÍSSIMO, 1878, p. 45-46), uma disputa focada no interesse dos cabanos contra o domínio da elite portuguesa. A Borracha, tão louvada na economia da Belle Époque, é compreendida pelo autor como um atraso, bem como a indústria extrativista da castanha, pois, já em defasagem, tirava as famílias de tudo o que era estável para levá-las à colheita e trazê-las doentes e tristes. Por isso, ao final da terceira seção de “Do Pará a Óbidos” demonstra sua tristeza por ter encontrado a cidade em ruínas. Na conclusão do artigo, José Veríssimo relata a cidade como um lugar sem tradições, lendas ou poéticas.

Ao narrar um fato ocorrido na região do Bota n'água, questiona sobre a Cabanagem: “se foi um movimento justo, de ódio entre raças ou se havia opressão que o justificasse, mas se tivesse deveria ser do lado do oprimido e não do opressor” (VERÍSSIMO, 1878, p. 57). A única história da cidade no contexto histórico do conflito rememora uma árvore onde os cabanos amarravam suas vítimas e as jogavam vivas no rio, ou dos gritos dos inimigos assassinados durante a noite. Além dessa história, narra também o furto das hóstias da capela. O que se compreende em seu pensamento é que somente à agricultura caberia o desenvolvimento local, o trabalho e com ele o progresso de Óbidos que pede, em lugar de bairrismos ou embates políticos, um sentimento patriótico.

O segundo segmento do livro é denominado “Quadros Paraenses” (VERÍSSIMO, 1878, p. 63 – 128). O título recria a imagem que acompanha a descrição das paisagens, o que se pôde observar em “Viagem a Monte Alegre”, em que o autor se refere ao lugar como “moldura ou fundo dos quadros” (VERÍSSIMO, 1878, p. 20). No primeiro desses “Quadros” encontra-se “O Serão”, anteriormente publicado em *O Liberal do Pará*, em 23 de setembro de 1877, que descreve o momento da pausa no trabalho: “O Serão. É costume muito vulgarizado na minha terra. O serão” (VERÍSSIMO, 1878, p. 65).

O “Quadro” se inicia pelo autor e se dá pela noite com um grupo de mulheres que costura e faz rendas. Uma delas, deitada na rede, dá ordens às outras criadas sentadas nas esteiras no chão. Outro grupo de homens conversa entre si, enquanto ao redor da candeia se ouve “um risinho sufocado ao sair dos lábios graciosos d’alguma mulatinha faceira ou caboclinha maliciosa e, às vezes, da menina que a mãe, ou avó, não gosta de ver vadiando” (VERÍSSIMO, 1878, p. 66). Uma questão que vale discutir é o fato de os livros de José Veríssimo serem interpretados ora como literatura e ora como etnografia. Para compreender as obras é possível analisá-las a partir de perspectivas que esclareçam as suas formas literárias. Assim, para melhor compreender o aspecto literário dos “Quadros Paraenses”, considera-se a teoria narratológica de Wolf Schmid (2010), estudioso alemão²⁰, que parte do conceito clássico da narrativa — que considera a presença da instância mediadora do narrador — e do conceito estruturalista — referente ao aspecto próprio do que é narrado — para reformular tais teorias, considerando

²⁰ O livro de Wolf Schmid, *Elemente der Narratologie [Elementos da Narratologia]* (2010) foi traduzido do Alemão para a Língua Portuguesa pelo grupo de pesquisa “Poética do Narrar. Tradução e Estudo do livro de Wolf Schmid, Elementos da Narratologia”, doravante ANA, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal do Pará. A tradução foi autorizada e acompanhada pelo autor e está em processo de publicação no Brasil.

como narrativa, seja a mediada ou a mimética, aquela que apresenta uma mudança de estado relacionada aos personagens ou com o mundo em um dado momento da história.

O que se observa é que os “Quadros Paraenses” não realizam uma representação, mas a apresentação da realidade de costumes na região amazônica paraense do século XIX. Nas quatro primeiras seções de “O Serão”, observa-se um texto com elementos estáticos, descritivos, que pintam a cena. Na quinta seção, as personagens fictícias são observadas em discurso direto: “—Tereza, torna a velha a gritar, olha a tua tarefa. Que tens tu a dizer à Bingota?” (VERÍSSIMO, 1878, p. 70). São poucas vezes em que as falas das personagens aparecem e quando isso acontece, revelam a presença de personagens empíricos, que não colaboram para a construção de uma narrativa, já que os elementos estáticos do texto o tornam adequado à descritividade (SCHMID, 2014, tradução do grupo ANA).

Outro fator que concorre para o entendimento da não narratividade de “O Serão” encontra-se no fato de que apresenta uma situação inicial e uma final marcadas pelo início do trabalho e o final com a despedida das mulheres à senhora. No texto não ocorre mudança de estado relacionada aos sujeitos da ficção, tampouco há relevância, quebra de expectativas e mudanças que se repetem, pois, “O Serão” apresenta uma linearidade monótona. Não há eventos no texto, ou, como nomeia Iúri Lotman, (1970) o *Sujet* como uma sequência de acontecimentos de eventos que possam quebrar expectativas. Seja na complementação de dois conjuntos, ou na intransponibilidade desses dois conjuntos, inexistente um agente da narração que consiga superar o andamento da monotonia narrativa. Simplesmente guardam-se as costuras, as crianças vão para o grupo, sorriem, ceiam, recolhem-se e termina-se o trabalho prolongado.

Apesar de na teoria narratológica de Wolf Schmid o “Quadro” não configura uma narrativa, mas uma descrição literária, cujos outros aspectos são importantes para serem discutidos. No texto, as personagens fazem parte da paisagem, representam as condições de subalternidade em que se encontram, bem como as conjunturas econômicas, políticas e ideológicas legitimadas no seu contexto social. Nesse sentido, os donos da casa ordenam, enquanto os caboclos ou mestiços trabalham, sem voz e com risos sufocados.

As mulheres são marcadas pelas diferentes posições sociais que ocupam: São servis aos homens e, entre si, submissas à mulher de maior condição econômica e prestígio étnico. Enquanto elas trabalham em silêncio, os homens conversam. Esse reinante silenciamento feminino é até mesmo imposto às meninas pequenas. À luz do pensamento de Gayatri Spivak (2010), compreende-se a subalternidade como a ausência de poder e espaços institucionais de manifestação do subalterno. No Quadro, a relação entre homens e mulheres como uma

construção social mantém a dominação masculina, ainda que as personagens não estejam em um espaço institucionalizado.

Pode-se compreender em “O Serão” a condição dos subalternos como uma violência epistêmica que constitui o sujeito colonial como o Outro: “Uns conversam, outros calam; a senhora grita e a cabocla obedece” (VERÍSSIMO, 1878, p. 70). Como pergunta Spivak, “pode o subalterno falar?” “O Serão” responde: Não. “O silêncio reina” (VERÍSSIMO, 1878, p. 69), é personificado pelo autor e exerce sobre as mulheres subalternas um governo que não as permite narrar.

Como foi constatado quanto a presença de elementos estáticos (descritivos) no texto, além de descrever o ambiente, o “Quadro” se alonga em dizer os pormenores estéticos das mulheres, idealizando um tipo cultural definido pela miscigenação, como se observa em relação à personagem Bingota:

É uma carinha antes redonda do que oval, antes quadrada do que redonda, de um moreno claro que, quando se ri, torna-se corado pelo desabrochar das rosas das faces como diziam nossos avós. E ela está sempre a rir-se, mostrando uns dentes pequenos e lindos. Tem um desses narizes curtos e meios chatos, petulantes, como se aprazem os pintores de dar às suas figuras de garotos. Nada digo do corpo porque ela está sentada; mas a julgar pelo rosto, deve ser belo, faceiro e móbil como a carinha que sustenta. Os cabelos são pretos e ondedados e os olhos mais pretos do que os cabelos e mais travessos do que os cabelos e mais travessos do que o mais trêfego rapaz de doze a treze anos (VERÍSSIMO, 1878, p. 70-71).

Nessas discussões, compreende-se a identidade da mestiça como uma construção legitimadora que deixa marcas das relações de dominação na sociedade representada. A idealização exótica feminina beira o sexual e demonstra, ainda segundo Gayatri Spivak (2010), uma posição positivista-idealista do outro. Essa representação também é uma condição para a construção da imagem subalterna das personagens, como se elas não tivessem agência.

Observa-se no Quadro que o autor ora descreve, ora denuncia a arquitetura social, como no final da história com a cena das três crianças que brincam: Um “pretinho”, um “sinhozinho” e um “caboclinho”, este, o mais velho, serve de cavalo ao *nhô-nhô* que cai e chora, ralhado pela avó. Passado o choro, os meninos voltam a brincar em meio a gargalhadas; “atiram-se pelo chão, rolam uns por cima dos outros, às vezes o branco sobre o negro, às vezes o negro sobre o branco. A inocência não tem preconceitos” (VERÍSSIMO, 1878, p. 70-71)²¹.

²¹ Esse trecho do texto é somente encontrado em sua primeira versão, publicada no Folhetim de *O liberal do Pará*, de 23 de setembro de 1877, e em *Primeiras Páginas* (1878).

No que tange ao segundo “Quadro”, “A Lavadeira” é um texto descritivo que faz lembrar o pensamento de Walter Benjamin (1985), para o qual uma narrativa não se efetiva no tédio, “o pássaro de sonho que choca os ovos da experiência” (BENJAMIN, 1985, p.204). Diz-se isso, pois, para pensar acerca de uma narrativa literária é preciso considerar o transbordamento da monotonia, o que propriamente constitui uma narrativa. Sobre essa questão, Wolf Schmid (2010, p. 12) afirma que uma história não se constitua alheia ao evento: “uma ocorrência particular, algo não pertencente ao cotidiano” e por isso desequilibra a harmonia diante daquilo que não se espera.

No “Quadro” há um deslumbramento do personagem frente à lavadeira que trabalha no rio. A passagem “Era a flor das lavadeiras de...” (VERÍSSIMO, 1878, p. 75) revela a presença de um observador que descreve a condição daquela mulher. No trecho é possível visualizar, segundo Wolf Schmid (2010, p. 122. Tradução do grupo ANA), uma “hipertrofia do literário” que se manifesta na prosa ornamental, poetizando o texto. “A Lavadeira” é comparada ao mito da mãe d’água, o que rescinde na idealização da mulher por sua sensualidade e beleza “mais bonita que a manhã” (VERÍSSIMO, 1878, p. 75), o que provoca a exaltação da corporeidade da lavadeira, com referência explícita a sua nudez e com certo erotismo:

O que se via primeiro era uma cabeça emoldurada por uns cabelos negros e lustrosos como as asas da aráúna, a espalharem-se úmidos sobre o colo e os ombros. Em seguida, o pescoço roliço e belo como da garça, entroncando-se no colo soberbo, moreno e aveludado. Depois os seios esféricos, túmidos, de uma admirável pureza de linhas, terminando em ponta aguda, desafiando desejosos e pedindo beijos. Dois braços torneados e bem feitos, acabando por umas mãozinhas microscópicas, que cobriam os seios com o pudico recato da mulher bonita (VERÍSSIMO, 1878, p. 80).

A cosmologia amazônica passa então a tematizar o “Quadro”, envolvendo um diálogo com o leitor, pois o autor busca envolver o receptor do texto no universo da história: “Leitor, se algum dia fores a.... e te disserem que existe aí um lago, não crê. É uma mistificação [...], mas, apesar disso, convido-te, leitor, caso fores a.... não deixes de ir visitar o lago” (VERÍSSIMO, 1878, p. 77). A suçuarana, rainha da mata, é o primeiro mito apresentado. Na passagem do tempo, o autor apresenta um tapuio encantado pela mãe d’água, moradora das águas que ondulam devaneios e apontam à morte.

A angústia da mãe do encantado leva a Tupã pedidos para que o filho não retorne ao igarapé do Tarumã ao pôr-do-sol. O lago carrega consigo a epifania da vida e da morte, fundindo realidade e ficção na luta dos opostos: vida versus morte, o mundo físico versus o mundo sobrenatural, a lavadeira viva versus a índia materializada, a mãe d’água versus o moço

Manaus. Neste embate, o mais forte vence: O mito! O moço, sucumbe: “o moço Manaus nela ia e não voltou mais à taba de seus pais. Não se soube mais dele (VERÍSSIMO, 1878, p. 83).

Como se observa, “A Lavadeira” é o “Quadro” que mais dá vazão à mitopoética amazônica, marcado por um idealismo por vezes romantizado. A poeticidade das cenas, o herói que salva a donzela desavisada, uma leve impressão indianista, a exaltação da natureza, todos esses elementos levam a um idealismo romântico que se desmonta com a revelação de que a lavadeira, a Maria da outra banda, morreu diante da sua inevitável realidade: “– Morreu como!?... Como? ... – Vive hoje com um regatão, comerciando nos lagos de Faro” (VERÍSSIMO, 1878, p. 87).

No desenrolar da história, outro mito é apresentado: uma cobra sucuri desliza no espelho d’água, pronta para morder o colo desejado da lavadeira, mas morre com o tiro certo. Poderia ser esse momento um evento, mas ao final do “Quadro” a vida da personagem segue a mesma rotina, com um casamento que expõe sua decadência, pois representa a perda de toda a beleza e sensualidade que a confundia com a lenda amazônica. Como se observa, não há em “A Lavadeira” um evento que possa caracterizar uma narrativa. É uma descrição literária, mas não há relevância nos fatos. Por mais que se encontre irreversibilidade quanto ao destino da lavadeira, isso acontece mais pelo contexto estilístico da época do que pelo teor da história. É o naturalismo que se desvenda e se reafirma diante dos olhos do leitor, levando-o a concluir que toda a beleza sucumbe diante do matrimônio, como uma patologia incurável e mortal para a mulher.

A propósito, essa temática ressurge também em “O Lundun”, o terceiro dos “Quadros Paraenses”, quando o autor paraense inicia a apresentação da festa do Espírito Santo. A princípio, a religiosidade cristã é o pano de fundo, “ao menos em aparência, ser substituído por Baco” (VERÍSSIMO, 1878, p. 90). A festa popular demonstra que tanto o Cristianismo, ligado a esmolação, quanto o paganismo, na festa em que se dança o Lundun, coexistem no mesmo acontecimento, demonstrando que a religião do dominador português está presente na história, mas nos bastidores é o povo e sua dança popular que demarcam a resistência e o protagonismo dos povos colonizados.

Observa-se que as descrições das personagens apontam ideias darwinistas, como por exemplo o mameluco, que é apresentado como um tipo étnico idealizado: “O corpo esbelto (dele) requebrou-se e torceu-se, os pés, giraram no chão. Ela compreendeu que ele era digno de si. [...] A luta principiou-se [...] O rapaz suava. Ela estava calma. [...] Ele procurava-a, ela fugia; ele suplicava, ela ria-se. A dança era um duelo” (VERÍSSIMO, 1878, p. 95-96). As descrições

tanto da dança animalizam a cena, como se os personagens fossem bichos em um ritual de acasalamento. Há no texto uma nítida presença das ciências em voga no século XIX, como se observa: “o vaqueiro foi apanhá-la como a veada das campinas”; mar de volúpia; onda de desejos; peito ofegante; seios túmidos...” (VERÍSSIMO, 1878, p. 98).

Na última seção de “A Lavadeira”, o leitor é avisado de que aquele foi o último Lundun da moça, que após casar-se com o vaqueiro, nunca mais apareceu nas festas do Divino. As cenas revelam as influências do patriarcalismo da época, o qual demonstra a mulher conformada no casamento e no seu não-lugar na sociedade, como uma figura subalterna dentro de seu contexto social.

Para Manuel Castells (2000, p.22) a identidade perpassa “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural ou atributos culturais inter-relacionados, os quais prevalecem sobre outras fontes de significado”. Assim, a identidade das personagens busca se afirmar, mas são marcadas por relações de poder, que revelam tanto a posição legitimadora do dominador, quanto a identidade de resistência dos dominados, que se impõem simbolicamente em uma festa oficialmente imposta.

Leva-se em conta também que o Lundun é uma dança advinda da cultura dos negros escravizados no Brasil. Sensual, tematiza o jogo de sedução em que a mulher esbanja o cortejo do homem. Neste jogo, a dança, como um convite, brinca com o desejo dos pares que ora fogem e ora se entregam. Ao mesmo tempo, com ela, o autor aponta a identidade cultural e coletiva brasileira: “Nápoles tem a tarantela; o Aragão tem a jota; a França tem o can-can; a Espanha tem o bolero; Portugal tem o fado; Montevideo tem o fandango; o Brasil tem o lundum” (VERÍSSIMO, 1878, p. 93). Não se trata de um bairrismo, mas uma demonstração universalizante da cultura amazônica dentre as demais, o que ultrapassa a dicotomia regional/nacional.

Os Quadros, “Indo Para a Seringa” e “Voltando da Seringa”, possuem as mesmas características textuais dos demais quanto a sua não narratividade. Levando-se em conta o preceituado por Käte Hamburger (2013) acerca da representação literária da realidade:

O peso do termo mimesis não deve estar na imitatio, imitação, matiz de sentido nele contido, mas que este último penetra no conceito de “mimese” somente na medida em que a realidade humana fornece o material para a ficção que descreve e “faz” os personagens, essencialmente, portanto, para a poesia dramática e épica, cuja análise constitui, igualmente, o conteúdo da poética de Aristóteles (HAMBURGER, 2013, p.4).

Segundo a autora, é a realidade humana que fornece material à ficção, mas os “Quadros” não representam, não inventam uma realidade como preceituado por Aristóteles. Nas descrições, os usos dos gerúndios demarcam uma movimentação circular real de uma Amazônia que se desenvolveu economicamente e teve seu auge durante o ciclo da borracha. Enquanto a elite local gozava dos benefícios da *Belle Époque*, nordestinos imigrantes e os tapuios ou caboclos, como eram chamados, sangravam as seringueiras e a própria vida. Assim como se viu em “Viagens ao Sertão”, José Veríssimo critica a falida economia da borracha e, nela, a ilusão dos pobres paraenses e da política do governo local em relação ao trabalho nos seringais e castanhais. Para ele, o extrativismo tirava a força do real meio do desenvolvimento do Estado, que era a agricultura: “Ir para a seringa... frase fatal que em certas épocas de todos os anos corre de boca em boca no sertão. O homem abandona a roça, a mulher o lar e a moça a flor. É uma febre. É pior que as sezões” (VERÍSSIMO, 1878, p. 100).

Assim, o autor apresenta a família com baús de marapás, paneiros com redes, farinha d’água, carne seca e peixe grande (pirarucu): “Vão para a seringa. Vão para a fortuna. O chefe de família trará com que fazer de novo a casa, a mulher terá mais cômodos, as filhas terão novos vestidos [...]. Vão para a seringa. Vão para a fortuna” (VERÍSSIMO, 1878, p. 103). As personagens são o pai, o filho, a mãe, as duas filhas e o regatão. O emblemático comerciante simboliza o estrangeiro branco, olhos azuis e de bigode, que junto ao pai das meninas protagonizam um jogo de interesses, em que o primeiro surge como um financiador da mudança da família, enquanto o segundo, sem condições econômicas para ir ao seringal, aceita o empréstimo e se endivida. Obedecendo aos ideais darwinistas, os personagens são assim tipificados:

O pai, velho de cinquenta anos, pertence a essa espécie anfíbia própria do Amazonas: é lavrador e pescador. Planta tão bem a mandioca como pesca tão bem o tucunaré. O filho, moço de vinte anos, robusto e bonito é o ajudante do pai e há de ser seu sucessor e como ele anfíbio (VERÍSSIMO, 1878, p. 103).

A expressão “há de ser” retrata um futuro dado como certo, próprio de um determinismo social que marcará as vidas das gerações dessas gentes, continuamente animalizadas pela sociedade dominante. Em contrapartida, o cachorro da família é antropomorfizado, cujo comportamento difere dos donos que perdem a humanidade aos poucos e desapegam-se de suas terras e bens mais seguros na busca da aventura econômica: um cachorro ergue, no extremo da proa, sua cabeça bem-feita, olhando saudosos para a casa que vão deixar. Dir-ser-ia que só ele ali está triste” (VERÍSSIMO, 1878, p. 108). Repete-se, ao final do “Quadro”, a máxima: “Vão para a seringa”. Vão para a fartura e para a riqueza” (VERÍSSIMO, 1878, p. 104). A ida revela

a tristeza diante do abandono da casa e do que realmente deveria importar: “E ninguém olhou para casa que ficou fechada e muda, onde no outro dia as pétalas das flores do giral caíam exânicos por lhes faltar a gota d’água que recebiam das mãos queridas de sua dona” (VERÍSSIMO, 1878, p. 109).

Por sua vez, “Voltando da Seringa” segue a mesma estrutura descritiva do “Quadro” anterior. Como continuidade, em um salto no tempo apresenta o resultado da viagem: “Chegou o fim do mês de dezembro. A árvore cujo suco alimenta o vale amazônico está cansada. É como a mãe que já não tem leite para o filho crescido. [...] E o seringueiro desesperado repete machadada sobre machadada, aperta mais o arrocho e... espera (VERÍSSIMO, 1878, p. 111). A volta da seringa postula o determinismo social e a “seringa mãe”, ao negar o seu leite aos seus filhos, metaforiza o condicionamento e a dependência do homem ao seu meio.

Observa-se, diante disso, a incredulidade diante do fim, do seringueiro desolado e triste que se preparava para novamente partir, retornando para casa. Não havia riso ou amores, somente “maldição sobre eles e elas”, crianças doentes, olhar cheio de lágrimas e dores de mãe desgraçada (VERÍSSIMO, 1878, p. 113-114). A volta do regatão prenuncia a desgraça maior, não pela cobrança dos empréstimos, mas pela forma como a dívida do pai seria paga na festa acobertada pela ladainha. A religião apenas mascarava as orgias que profanava o altar enquanto as meninas eram raptadas e estupradas nas canoas em meio ao rio. Abandonadas, ressurgem de volta aos pais, uma grávida devido ao estupro e a outra prostituída.

Também chama atenção a personificação da flor chamada “saudade roxa”, a única sobrevivente dentre as demais plantas deixadas na casa. A flor estende sua haste à amiga que a abandonou, mas o beijo da menina faz a rosa murchar, pois “não eram aqueles lábios virgens que a beijavam outrora” (VERÍSSIMO, 2013, p. 206). O roxo simboliza a mortificação na violenta relação de dominação do gênero feminino, pois, no sentido convexo, a menina não perde só a sua castidade, mas a sua honra e humanidade. A última parte do “Quadro” resume a condição final da família: No sítio, ficou só a dor, a miséria e a desonra (VERÍSSIMO, 1878, p. 120). Nenhuma reação do pai, “salvo a resignação estúpida de tapuio” (VERÍSSIMO, 1878, p. 120).

“A Mameluca (Um retrato)” é o último “Quadro” de *Primeiras Páginas* (1878). Ele descreve “um tipo do povo paraense” (VERÍSSIMO, 1878, p. 121) que vai perdendo sua originalidade étnica. É um texto que focaliza os traços que evidenciam a mestiçagem da mulher amazônica, filha do branco com a mulher índia, interpretada diante da lente de um cientista viajante. Nessa escrita, a atenção recai no mestiço, enfatizando a ideia de uma nova face do

Brasil, com a pureza do indígena comprometida pela mestiçagem em pleno andamento. A Mameluca, essa mulher sem nome, confirma o pensamento do autor.

Ao citar Baena, que em 1833 já descrevia seus trajes e traços, o descritor pormenoriza a Mameluca em um capítulo inteiro.

Como é formosa! [...] é mais baixa do que alta, morena e sempre pálida; tem uns olhos negros, profundos[...] coroados por sobrancelhas negras, levemente arqueadas; os cabelos são negros também [...] o rosto é redondo, a testa curta; o nariz bem feito mais ligeiramente achatado na extremidade, com duas asas que titilam quando o prazer a comove; dentes apontados, alvos, fortes, covinhas no canto da boca pequena e engraçada; pescoço curto, mas bem torneado [...] (VERÍSSIMO, 1878, p. 123).

É uma descrição que, observada a teoria de Stierle (1979) acerca da textualidade, possui característica de texto pragmático assim como literário, pois informa ao mesmo tempo em que a palavra é desenvolvida com uma linguagem frequentemente figurada. O enfoque é o mesmo: o determinismo social de uma mulher moldada pela raça e pelo meio: “Tem a felicidade de ser desgraçada [...] coitadinha, ela cai sem sentir [...] parece que é o destino dela - cair” (VERÍSSIMO, 1878, p. 126).

A última seção de *Primeiras Páginas* (1878) é “Estudos” (VERÍSSIMO, 1878, p. 129-228), dedicada pelo autor como fruto da maturidade ao tio Antônio Veríssimo de Mattos. O primeiro ensaio é denominado “As raças cruzadas do Pará - Sua linguagem, suas crenças e seus costumes”; segundo o autor, escrito pela necessidade de discutir a respeito do indígena pelos brasileiros e não somente pelos viajantes estrangeiros e cronistas religiosos. Essa preocupação reside em incluir nesses registros o povo, “esse grande elemento histórico das raças”, na história do Brasil para conhecê-las (VERÍSSIMO, 1878, p. 134).

As raças cruzadas, segundo José Veríssimo, não são mencionadas nos estudos dos viajantes e cronistas, embora considere que são os cruzamentos que propriamente constituem o povo brasileiro, ao que sustenta:

[...] a história do Brasil precisa primeiro estudar a nossa etnografia [...] é preciso estudar a raça na raça, o povo no povo e, com o auxílio da arqueologia, exercitamo-nos no estudo consciencioso dos restos materiais que as tribos nos legaram e, com o socorro da linguística, estudar-lhes a língua corrompida já é cheia de novidades, mas que nos pode dar muita luz não só sobre a nossa história, mas ainda sobre a da humanidade (VERÍSSIMO, 1878, p. 135).

Nesse sentido, na seção os “Tapuios e Mamelucos”, a Amazônia é apresentada como palco onde se fundem duas raças: o Branco e o Tupi, cujo cruzamento resulta no mameluco, que na concepção de Veríssimo (1878) difere do caboclo e do tapuio. O autor afirma que o último é fruto do índio com o índio, já não é mais um selvagem, possui moral abrandada e

algumas modificações físicas (VERÍSSIMO, 1878, p. 138). As descrições do tapuio são minuciosas e realizam a composição do tipo social que José Veríssimo defende como a constituição do povo brasileiro: “Estatura baixa, corpo grosso, cor carregada, não tanto como a do chocolate nem tão pouco como a do cobre de nossas moedas, nariz chato, testa curta e peluda, cabelos pretos, grossos e duros, maçãs do rosto menos salientes que as dos índios puros [...]” (VERÍSSIMO, 1878, p. 139).

Quanto aos mamelucos, acentua como característica ser “mais alto do que o tapuio, claro, pálido, esbelto, fronte curta, mas sem pelos, olhos menos horizontais do que os do tapuio e mais vivos, lábios finos, extremidades bem-feitos, seios duros e espáduas e colo belíssimos nas mulheres [...]” (VERÍSSIMO, 1878, p. 139). Desse modo, percebe-se que o mameluco antes descrito se apresenta como uma versão que poderia iniciar ou pelo menos indicar o princípio de uma ideia de “civilização” em contraposição ao comportamento do indígena primitivo e do tapuio considerado em tipo sem ambição. Com isso, os cruzamentos são considerados vantajosos, entretanto, violentos e quase sempre criminosos, e não uma junção de um casamento indo-cristão mais ou menos moralizante, como afirma Couto de Magalhães em *O Selvagem* (1876): “os casamentos indo-cristãos não têm, pois, costumes originais: sua família é uma família cristã mais ou menos moralizada, segundo o caráter individual do catequista (MAGALHÃES, 1876, p.109).

Essas questões de raça no século XIX eram respaldadas pelo pensamento científico que contornava estudos e publicações de museus, institutos históricos e geográficos e faculdades; portanto, eram pensamentos validados e que, a exemplo da geração de 70, valorizavam a ideia de elevação da sociedade, chamado de civilização, a partir de teorias eugênicas. A esse respeito, Lília Moritz Schwartz (1993, p. 24), em *O espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão racial no Brasil-1870-1930*, considera que “O termo raça é entendido como objeto de conhecimento durante o Realismo/ Naturalismo que tanto investiu em modelos biológicos de análise, garantindo a objetividade literária”. Esse entendimento cientificista autoriza José Veríssimo (1878) a pensar que o cruzamento resultaria em uma “raça superior”.

Para o autor, diferente da Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro em que o cruzamento do branco com o negro se realizou, no Pará tal cruzamento teve como consequência um abatimento consequente da violência e do massacre dos dominados, o que fez dos miscigenados avessos à civilização, por odiá-la (VERÍSSIMO, 1878). Em sua concepção, a obra dos jesuítas serviu mais ao proveito da religião do que para o bem dos povos colonizados. José Veríssimo acredita que a miscigenação poderia elevar a sociedade, discordando, por isso, das

representações de Agassiz em sua *Viagem pelo Brasil* (1869, p. 302), ao descrever “um povo tão repulsivo como esses cães produto de uma cadela de raça com um gozo”.

Na seção “Linguagem” (VERÍSSIMO, 1878, p. 57), José Veríssimo defende que é a língua do dominador que sofre os empréstimos da língua do dominado e não o contrário, pois, mesmo no Pará onde considera a língua mais portuguesa do que a das outras províncias, as transformações são latentes. Por isso, concorda com Teófilo Braga (1843-1924), quando afirma que há um verdadeiro dialeto português, bem como com Batista Caetano (1797-1839), para quem o Tupi inoculou vocábulos, supressões, sons, expressões interrogativas, diminutivos, dentre outros, no idioma do dominador, doando à língua “um ar pitoresco que agrada” (VERÍSSIMO, 1878, p. 172).

Acerca de “Crenças”, o autor contesta Couto de Magalhães (1876), uma vez que ao contrário desse estudioso considera incoerente a coexistência de deuses politeístas e deuses fetichistas. Os indígenas, como exemplifica, não diziam pai, mas cy-mãe, temiam a Tupã, mas o veneravam, viam o pajé como um médico ou feiticeiro e criavam deuses menores, mas não tinham ídolos (VERÍSSIMO, 1878, p. 174 e 175). Em nota, José Veríssimo questiona a publicação de Barbosa Rodrigues intitulada *Ídolos Amazônicos*, justamente por sua conclusão a respeito do tema²². No entanto, reitera que entre os mestiços os deuses tupis não sobrevivem, dada as perseguições, resistindo somente a crença popular no *Matin-taperê* (VERÍSSIMO, 1878).

José Veríssimo descreve diversas crenças: o boto uauyará, que seduz e mata as pessoas, ou no boto tucuxy, que as salva; o canto agoureiro do pássaro acauã que acomete as mulheres em histerismos; a planta tajapurá, levada na proa da canoa para dar felicidade; ou o ato de morder a cabeça e o rabo de uma cobra para curar a pessoa mordida. Dentre os minerais, só registra a crença no amuleto do muiquiram e, quanto ao uirapuru, observa que a crença em o enterrar em frente as tabernas dos portugueses para atrair fortuna e felicidade, demonstra que também nas ideias religiosas há influência da cultura do indígena (VERÍSSIMO, 1878).

Em relação às festas, observa-se que o sairé e a festa do Divino Espírito Santo são tratados como eventos em que se entrecruzam o sagrado e o profano (VERÍSSIMO, 1878). Desse modo, há anúncios de um hibridismo cultural e de uma resistência coletiva da parte dominada que, ao burlar os ritos cristãos com as danças, bebedeiras e desejos, de certa forma

²² Mais tarde, em 1883, José Veríssimo respondeu à publicação de Barbosa Rodrigues no primeiro número da *Revista Amazônica*, em 1883.

se rebela e anarquiza o intento de unificação da crença popular. Por outro lado, revela-se nesse sincretismo a dominação do português colonizador para tornar os dominados menos rebeldes e, com isso, os fazerem assimilar a cultura e religiosidade portuguesa.

Em relação aos “Costumes”, fica clara a ideia de José Veríssimo de que o Brasil não seria compreendido olhando para os centros urbanos, mas para longe deles, onde está a população diversificada que forma o país. Acerca dos tapuios e dos mamelucos, afirma:

D’essa gente para quem a civilização foi madrasta e que na profunda miséria do seu viver parece ainda guardar os sinais dos sofrimentos por que passaram seus antepassados, que vive da sua primitiva lavoura da maniva, pescando ou caçando nas águas dos nossos rios imensos e nas matas gigantescas da nossa terra firme, remando a canoa do regatão ou tirando seringa ou castanha, que vamos estudar os costumes das raças cruzadas do Pará (VERÍSSIMO, 1878, p. 198).

Nesse sentido e olhando para a composição do povo paraense, o autor chama atenção para uma arquitetura sem beleza, com casas sem janelas onde recebem qualquer um viajante, acomodando-os em redes atadas sem nenhuma preocupação com as filhas. As mulheres, como servas conformadas, vivem seminuas, convivendo com homens nus da cintura para cima, bons pescadores com habilidade para capturar o pirarucu onde estiver (VERÍSSIMO, 1878, p. 199-200).

Compreende-se que o estudioso considera o comportamento um tanto nômades desses grupos como degradados e sem sinais de civilização, apenas demonstrando “amor à depravação, esse embrutecedor fatalismo, essa falta de ação do seu caráter” (VERÍSSIMO, 1878, p. 205-206). Essa apreciação resulta de uma visão moralista e colonizadora, pois o povo não participa, enquanto agente, do ideal de independência que mantém a escravidão e a autoridade da metrópole.

Como “Conclusão” do ensaio, José Veríssimo (1878) afirma que as raças cruzadas estão profundamente degradadas, o que se deve ao meio e a forma em que se deram os cruzamentos com predomínio do elemento tupi, inclusive, modificando a língua, as crenças e os costumes. Em suma, pensa que somente um cruzamento em larga escala poderia romper o determinismo social em meio a um povo condenado a morrer em meio às florestas, o que seria possível após “esmagá-las sob a pressão enorme de uma grande imigração, de uma raça vigorosa que nessa luta pela existência de que fala Darwin as aniquile assimilando-as” (VERÍSSIMO, 1878, 214).

No último segmento do livro, intitulado “A Literatura Brasileira- Sua Formação e Destino”, percebe-se um manifesto em torno da independência intelectual brasileira, pois José Veríssimo ratifica que as ideias brasileiras deveriam ter uma feição própria, apartada do

pensamento europeu. Dessa feita, embora afirme que não se tinha no Brasil nenhum amor pela leitura ou pelos literatos, “à literatura cabia o papel de, pelo estudo profundo do passado, levantar o espírito nacional tão precocemente abatido- por uma forte reação contra o presente” (VERÍSSIMO, 1878, p. 216-217). Para o intelectual, o país não tinha tradição, língua, educação científica e o lirismo brasileiro não era forte o bastante para suprir essa falta. Observa-se que para o intelectual a objetividade e a razão matara a poesia que deveria ser a assimilação e a pintura subjetiva do mundo. Assim, José entende que Gonçalves Dias erra ao julgar ser o índio o tipo representativo do Brasil, pois considera que a mestiçagem deveria figurar com mais ênfase nas páginas dos livros.

Em relação à literatura, José Veríssimo considera que a poesia nacional é menos feliz que o romance no qual se já tem um material que considera brasileiro, entretanto, acredita que o romance “precisa dos factos da vida do nosso sertão onde o genuíno povo brasileiro, o resultado dos cruzamentos, vive com seus hábitos, suas crenças e seu falar próprio”. (VERÍSSIMO, 1878, p. 222). Observa-se que ao citar o *Sertanejo*, *Gaúcho*, *Tronco do Ipê* e outros, a literatura apresenta-se como meio encontrado pelo autor para modernizar a nação e, para isso, deveria enfocar as periferias e à mestiçagem que nela se orquestrava. Nesse sentido, o autor confere à literatura um instrumento de educação nacional.

José Veríssimo considera os negros como parte fundante do povo brasileiro: “Um terceiro elemento étnico veio, passados tempos, trazer-nos um fatal contingente. Falamos do elemento africano. Foi o pior dos que tiverem [...] com esse elemento veio-nos essa terrível coisa chamada escravidão [...]” (VERÍSSIMO, 1878, p. 225). Com essa observação, que posteriormente condena, acredita que para compreender o espírito de um povo é necessário conhecer a sua constituição. “Só assim poderá sair uma literatura que se possa chamar conscientemente brasileira, à qual ficará reservado o glorioso destino de fazer entrar este país pela forte reação de que falamos atrás, numa nova via de verdadeira civilização e verdadeiro progresso” (VERÍSSIMO, 1878, p. 228).

As notas finais do livro são explicativas de duas seções: “Viagens ao Sertão”, anteriormente publicadas no *O Liberal do Pará* (1877) e que não apresentam muitos retoques. Quanto aos “Quadros”, o autor os identifica como pequenos esboços e que o título da seção permaneceu por remeter a um realismo, pois como afirma, “só há verdade no realismo” (VERÍSSIMO, 1878, p. 232). Dentre os esboços indica que “O Lundun” e “O Serão” foram publicados no jornal. O livro apresenta erratas, índice dos capítulos e termina com dedicação ao sr. Antônio Bento Dias de Mello.

As leituras anteriormente discutidas demonstram que, ao contrário do que afirma Francisco Prisco (1937) na recepção de *Primeiras Páginas*, o livro é importante para a compreensão do pensamento de José Veríssimo. Não se trata de uma obra da imaturidade, mas de uma publicação que evidencia a intelectualidade de seu autor e que reúne uma diversidade textual que revela um pensamento bem-informado sobre as novas ideias científicas que circulavam no mundo.

Sustentados no dialogismo de Bakhtin (1992) e para fins de elucidação, desenvolve-se adiante um quadro onomástico o qual demonstra que outras vozes surgem no livro de estreia de José Veríssimo. A partir dos nomes elencados, é possível reconhecer as leituras do autor e que configuram os pilares de seu pensamento. No quadro 1, constam as seguintes categorias: obra; nome citado; assunto abordado e a página para localizar os dados anteriores.

Quadro 1: índice onomástico

Obra Primeiras Páginas (1878)	Nome citado	Assunto Abordado	Página
Visita à Monte Alegre	Agassiz	Descrição de Paranamirim como um rio-mar, segundo expressão usada pelo viajante.	19
Idem	idem	Relato de que o viajante nunca comera tão boa carne como no Ererê.	23
Do Pará à Óbidos	Francisco Gomes de Amorim	Do livro <i>Os Selvagens</i> (1875), lido durante viagem para Óbidos.	29
A mameluca	Baena	Citando a frase do viajante sobre os modos de vestir da mameluca.	122
Raças Cruzadas no Pará-Suas linguagens, suas crenças e seus costumes- Introdução.	Hartt e Quatrefages	Atenção aos problemas antropológicos do Brasil	134
Idem	Vico, Thierry de Michelet	Que sobre a história do Brasil esqueceram o elemento histórico das raças, estudaram os fatos sem compreendê-los, alheios aos trabalhos dos estudiosos	134

Estudos-Tapuios e Mamelucos	Couto de Magalhães	Cita a obra <i>O Selvagem</i>	141
Idem	Gonçalves Dias, Carlos Gomes	Exemplos de mestiços geniais	143
Idem	Paulo Topinard	Cita a obra <i>L'Antropologie</i> - Paris-1876-p. 406-407.	143
Idem	Quatrefages	L'Espece Humaine, traduzido por Teófilo Braga-Parnaso Português Moderno, pg. XXI.	145
	Baptista Caetano	Apontamentos sobre Abanêenga. Ensaio de Ciência [revista] fasc. I-Rio de Janeiro-1876-p. 25. (sobre mestiçagem em andamento.	146
Estudos-Tapuios e Mamelucos	Ferreira Penna	Descrito como distinto naturalista brasileiro. Cita, ainda, seus achados arqueológicos em escavações no Marajó.	147
Idem	Barbosa Rodrigues	Achados em “Antiguidades Amazônicas” - Ensaio de Ciência- Fasc. I- p. 95	147
Idem	Baena	Obra Compêndios das eras da província do Pará-1883	147
Idem	Teófilo Braga	História de Camões-1ª parte-Cap. I- A renascença do séc. XVI e a nacionalidade portuguesa.	150
Idem	J.F. Lisboa	Vida do Padre Antônio Vieira-Obras-4º Vol- Castello Branco-Memórias do Bispo de Gram-Pará.	151
Idem	Agassiz	Voyage au Brésil- Trad. De Félix Vogeli-Paris-1869-p. 302.	152
Estudos-Linguagem	Teófilo Braga	Estudo da Poesia Moderna Portuguesa [no parnaso português moderno] -p. XXXIII	160
Estudos-Crenças	Barreto	As três filosofias-Parte I, nota à pag. 104- Rio-1874.	173
Idem	Hartt	- On The Botocudos, na Geologia e Geografia física do Brasil- pg.	174

		599- Boston- 1870	
Idem	Padre Cláudio d'Abbeville	História da missão dos padres capuchinhos etc.- Trad. Do dr. Cezar A. Marques- Pg. 371- Maranhão- 1874.	174
Idem	Gonçalves Dias	Citação da frase “a fé não teve de combater dogmas enraizados, mas superstições mal cridas” - Brasil e Oceania- pg. 135.	170
Idem	Vico	Citação: <Les fausses religions sont nées de la crédulité, et non de l'imposture>- Scienza Nova- Trad. De Michelet- Euvres-pg. 170- Vol. II- Bruxellas- 1890.	180
Idem	Barbosa Rodrigues	Relatório sobre o rio Yahmundá- sobre a acauã.	181
Estudos- Conclusão	Michelet	Melhoramento das raças pelo cruzamento: “o gênero humano há de ser regenerado pelo amor”.	212
Idem	Darwin	Analogia sobre o cientista e sua teoria sobre a imitação- cita o gênio imitativo do homem como se dá com a literatura ainda uma cópia de Portugal.	215
A literatura Brasileira- Sua formação e destino	Horácio	Cujo estilo ainda modela a crítica do movimento literário brasileiro.	217
Idem	Goethe	Conversations de Goethe- Vol. I- Pg. 232- Paris- 1863- O poeta é que sabe assimilar o mundo e pintá-lo.	218
Idem	Pinheiro Chagas	Sobre Gonçalves Dias ser um poeta americano e europeu- Ensaios Críticos- pg. –Porto-1866.	219
Idem	Álvares de Azevedo	Imitação de Byron e Musset	221
Idem	G.M e Senio	Luciola, Senhor e Pata da Gazella	
Idem	Machado de Assis	A Ressurreição	221

Idem	Silvio Dinarte	Ouro sobre o Azul	221
Idem	Alencar, Penna, e P. Guimarães	Cópia do teatro francês	222
Idem	Ferdinand Denis	Carta para Couto de Magalhães- “Eu estou convencido de que a grandeza futura de vosso país depende do espírito da raça bem compreendido”.	223

Fonte: Elaboração nossa

Observa-se que as leituras de José Veríssimo apontam uma conexão com a ciência da época e, com ela, seu projeto intelectual para a nação. Sinalizam neste estudo a importância da obra *Primeiras Páginas* (1878), aqui considerada um livro de valor para o entendimento de um pensamento fundamentado no que de moderno se discutia. Embora seja o primeiro livro, os textos não são publicação de estreia, pois já estavam à disposição do leitor nos jornais paraenses da época.

Além desse índice, optou-se neste estudo por desenvolver alguns quadros comparativos para verificar se houve mudanças de pensamento de José Veríssimo no decorrer das republicações. À vista disso, o quadro abaixo desenvolve um comparativo dos ensaios publicados no jornal *O Liberal do Pará* (1877) e em *Primeiras Páginas* (1878):

Quadro 2: Variantes dos textos em *Primeiras Páginas* (1878).

Trechos Do Pará à Óbidos- Capítulo IV	Textos- Jornais (O Liberal do Pará-1877)	Variante-Livros (Primeiras Páginas-1878)
1	Despretensiosos e singelos contos	Despretensiosos e singelos são os homens.
2	E só por acaso conheço estas	E só por acaso conheço estas, que não são de origem indígena
3	-	Elimina repetições de palavras

Fonte: Elaboração nossa

Como se observa no quadro acima, há poucas modificações entre as duas publicações de “Do Pará a Óbidos”. Na primeira variante, o autor busca chamar atenção às características das pessoas e não das histórias contadas, pelo fato de serem esses homens os feitores da história obidense. A outra variante reforça essa interpretação quando inclui o sujeito indígena como presença externa a essas mesmas histórias. No mais, as variantes seguintes são apenas correções gráficas e substituições de palavras em repetição.

É evidente que o livro marca o critério da nacionalidade na crítica de José Veríssimo. Ele é indicador não apenas de um modelo seguido, em conformidade com a geração de 70, mas de outro a ser adotado e que propriamente recai na seleção de obras que falam do Brasil, independentemente de serem ou não literárias, e que estão marcadas na memória coletiva da nação. *Primeiras Páginas* (1878) apresenta ao leitor os interesses históricos, etnográficos e literários de José Veríssimo. Essas temáticas continuam o acompanhando em outras de suas produções intelectuais, seja em artigos publicados nos jornais ou a partir da fundação e circulação da *Revista Amazônica* (1883), como será discutido adiante.

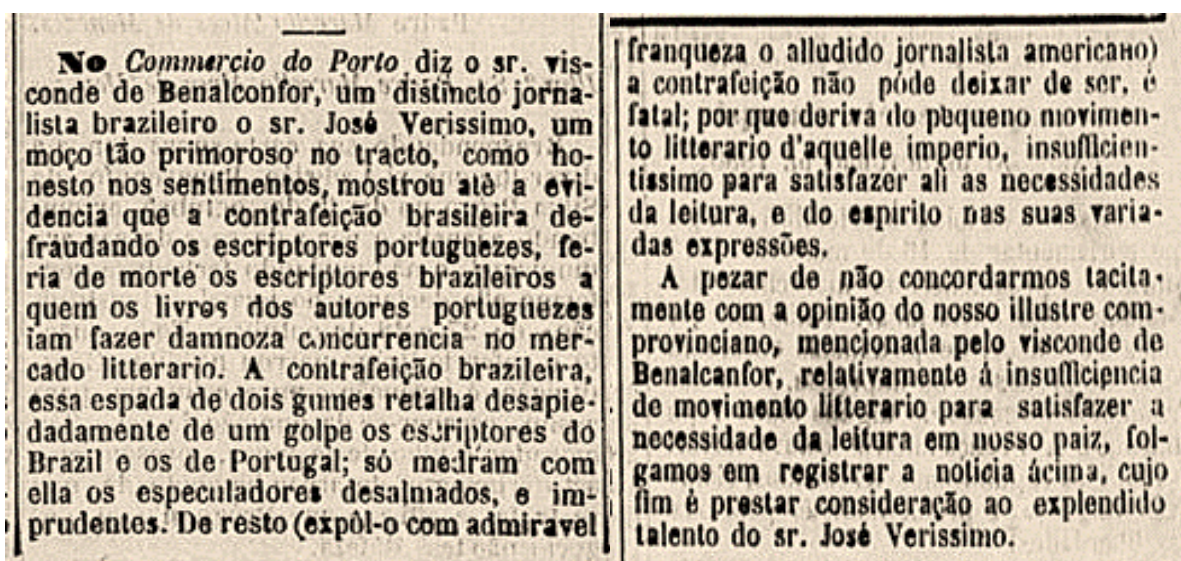
2.3 DEFESAS LITERÁRIAS E A REVISTA AMAZÔNICA

As atividades jornalísticas de José Veríssimo nos folhetins de *O Liberal do Pará* (1879) apresentaram uma série de estudos voltados à análise da produção cultural brasileira, que por força de organização temática, os estudos referentes a essas publicações serão analisados e dispostos no segundo capítulo. São escritos que discutiam temáticas como *Cânticos Populares no Brasil* (1879); *A Modinha e Canção Popular* (1879); *O Canto Popular* (1879) e *O Lirismo Brasileiro* (1879). Essa atuação intelectual criou no periódico um espaço de conhecimento cultural, literário e etnográfico, questões que se tornaram importantes para a compreensão de José Veríssimo sobre a existência de literatura no Brasil.

Além das publicações nos periódicos, o intelectual demonstrou interesse pela literatura em suas participações em eventos internacionais. Em 1880, José Veríssimo pediu licença do governo²³ e viajou para Lisboa, onde realizou tratamento de saúde e atua em defesa da literatura brasileira no Congresso Literário Internacional, no qual foi considerado pelos participantes um exemplo da autonomia e autenticidade. No entanto, o jornal *O Liberal do Pará* (1880), discordou da sua opinião sobre o movimento literário brasileiro, o qual considerava insuficiente para satisfazer as necessidades de leitura no país.

Figura 4: Nota do jornal sobre a participação de José Veríssimo no Congresso Internacional de Lisboa

²³ O pedido de licença de José Veríssimo, de número 1.338, entra na terceira discussão na Assembleia Estadual, o que demonstra uma resistência do governo com seu atendimento. Durante esse processo, o obidense já na Europa participa do jantar em que realize o brinde ao evento oferecido aos congressistas da Associação Literária Internacional, conforme noticiou o jornal em 29 de outubro. Há notícia do expediente do governo de outro pedido de José Veríssimo para um ano de licença para tratamento de saúde fora do país. Fonte: Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.



Fonte: O Liberal do Pará, 25 de novembro de 1880.

A viagem à Lisboa oportunizou experiências que foram apresentadas nas publicações do jornal *A Província do Pará* (1880). Na coluna *Ciências, Letras e Artes* de 4 e 5 de agosto de 1880, o estudioso publica “Lisboa e o Centenário de Camões”, no qual apreciou o reino português, o qual considerou “um povo civilizado”. No artigo, percebe-se que há em seu discurso o enaltecimento do ideal de que a nação pode ser imortalizada pela Literatura, o que se exemplifica no fato de que desde Damião de Góes²⁴, a inquisição e as atividades dos jesuítas acabaram por restringir o intelectualismo português, o que foi vencido por Camões com a publicação de *Os Lusíadas* (1572), cujas festas em sua homenagem vieram a substituir solenidades religiosas em Portugal.

Percebe-se, assim, o valor que José Veríssimo confere ao escritor, pois, segundo afirma, nenhum homem de todo o mundo merecia essa homenagem: “dentre os poetas da idade média para cá, nenhum é maior do que ele e nenhum como ele soube ser do seu povo” (VERÍSSIMO, 1880, p.1). Em sua interpretação do jubileu, o intelectual compreendeu que para o povo Camões representava a própria nacionalidade portuguesa, pois manifestou em sua obra os sentimentos populares, as tradições poéticas e o fato histórico, o que faz de *Os Lusíadas*, como filho da Renascença, maior do que obra de Tasso ou de Dante. Entende-se em suas palavras o motivo:

Pela primeira vez também o poema épico deixa de cantar somente o feito heroico, justo ou injusto, bem ou mal, para elevar, numa das mais belas manifestações do gênio estético de um homem, o evento da civilização moderna, a grande era da indústria inaugurada pela descoberta da Índia, por todas as grandes navegações portuguesas, que foram o prólogo de onde decorreu fatalmente a descoberta da América. Camões

²⁴ Damião de Góes (1502-1574) foi um humanista e viajante, uma das personalidades mais importantes do renascimento português. Como diplomata e embaixador, tornou-se a ligação entre Portugal e a Europa intelectual.

também pela primeira vez canta um fato contemporâneo perfeitamente histórico, não com um entusiasmo retórico ou fingido, mas com o sentimento perfeitamente verdadeiro de quem eleva um momento à glória da pátria (VERÍSSIMO, 1880, p. 1).

Chama atenção que ao descrever a trasladação dos ossos de Camões e de Vasco da Gama da igreja da Vidigueira para o templo dos Jerônimos, em Belém, José Veríssimo enfatizou a ação do povo que reunia todas as glórias artísticas, literárias e históricas de Portugal. No rio Tejo, de onde a marinha trasladava os ossos, o estudioso descreve seu aspecto como o de uma noiva feliz. Para ele, não se tratava de uma festa de mortos com o aspecto triste de enterro vulgares, mas uma celebração de imortais na qual a cultura local estava presente. “Carta de um viajante, de 7 de agosto do mesmo ano, continua a descrição da festa do centenário de Camões, os ornamentos das ruas, o cortejo, suas representações, carros e trajes. Ficam marcadas nessas publicações um ideal da nacionalidade e a preocupação com a representação das questões históricas e populares no âmbito da literatura.

Em 17 de outubro de 1880 *A Província do Pará* publica “Os Congressos de Lisboa”. Percebe-se na fala de José Veríssimo uma exaltação do povo português e norueguês por seus esforços de instrução por meio da educação e do desenvolvimento do comércio e das forças produtivas. Sobre sua participação no Congresso de Lisboa, publicada no *Jornal do Comércio*, em 9 de novembro de 1880, observa-se um escritor que se coloca em defesa da literatura brasileira. Ao seu ver, a literatura não tinha condições de ser fixada em um país com recente republicanismo, apartada de modo severo e total da literatura portuguesa, como afirmou Pinheiro Chagas.

Figura 5: Discurso proferido por José Veríssimo no Congresso Internacional em Lisboa (1880)

cara a propriedade litteraria.

Como sabeis, meus Senhores, o Brazil foi durante tres seculos colonia de Portugal. Isto basta para vos dizer que elle não podia ter uma litteratura sua, que os seus escriptores erão verdadeiros escriptores portuguezes e nada mais. Feita a emancipação do paiz, em 1822, o espirito nacional acordou, e como a liberdade é o solo fecundo onde crescem as grandes e generosas idéas, a litteratura—que não é mais que a manifestação expontanea do sentimento de um povo traduzido por uma forma esthetica, a litteratura, digo, começou, senão a desenvencilhar-se das estreitas faxas que a união aos modelos classicos da antiga metropole, ao menos a tomar uma personalidade, a tornar-se uma individualidade. Mas como vós comprehendes muito bem, as condições de um paiz novo, como o Brazil de então, com uma população pequena, disseminada e ignorante, não erão as mais proprias para crear e desenvolver um movimento litterario fecundo. Assim, no Brazil a emancipação litteraria não pôde preceder de perto a emancipação politica. Com effeito hoje sómente, depois que os modernos methodos da grande critica litteraria, depois que a luz nova e brilhante do pensamento moderno peneirou no nosso paiz, é que a litteratura brasileira pôde-se chamar verdadeiramente nacional.

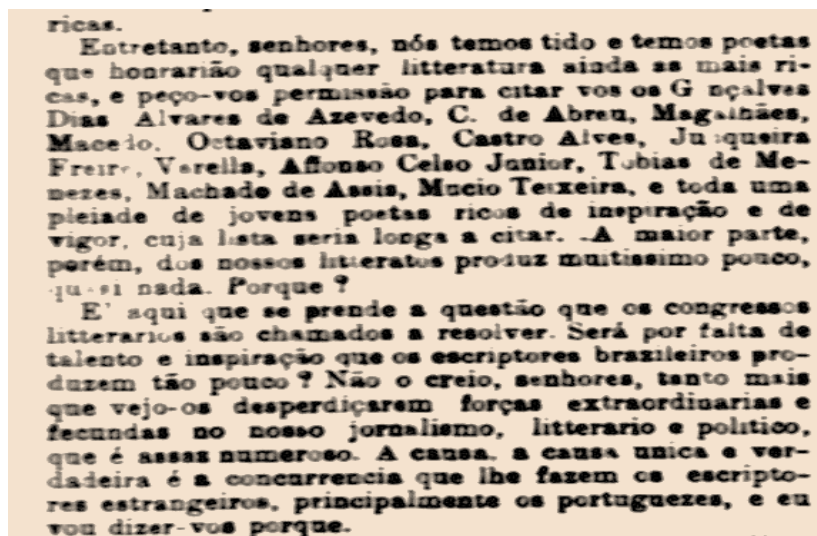
Fonte: Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

O Congresso organizou-se em três partes: a primeira, realizava estudo histórico da influência das diversas literaturas estrangeiras, antigas e modernas, nos diversos períodos. A segunda, discutia estudos da tradução no país sob o ponto de vista literário e da fidelidade das traduções; e o terceiro, acerca das relações existentes entre os tradutores e editores, de uma parte, e entre os autores de originais estrangeiros, de outra. Percebe-se que José Veríssimo considerou essas questões importantes para as relações internacionais das diversas literaturas, enfatizando o que considerava a questão principal: a propriedade literária e o fato de a obra literária ter o mesmo efeito de uma obra material. Assim, considera que o escritor goza do mesmo valor que um produto de uma manufatura.

O estudioso reclamou sobre o Brasil não ter um representante oficial, a não ser ele próprio para defender o país do que considerou “acusações justas, mas demasiadamente gerais e severas que se lhe tem feito” (VERÍSSIMO, 1880, p. 1). Sua defesa partiu da apreciação de Louis Ulbach e suas “desgraçadamente justas palavras”, de que o Brasil era o foco de pirataria literária, com escritores piratas e gatunos (VERÍSSIMO, 1880, p. 1). Tal consideração foi contrariada por Pinheiro Chagas (1880), que citando José Veríssimo, como todos os seus ilustres compatriotas, reconhecia a necessidade de se garantir a propriedade literária. José Veríssimo defende o país afirmando que os escritores brasileiros não tinham parte na traficância literária e que, assim como os estrangeiros, são prejudicados pelas falsificações de suas obras e são rejeitados pelos editores.

No congresso José Veríssimo destacou uma Lisboa que pensa e se movimenta frente ao avanço das ideias, mas também os Estados Unidos, por sua propriedade intelectual. Posteriormente, Chagas (1880) afirma que a propriedade não é uma questão de mercantilismo, mas de independência e emancipação de pensamento. Observou-se que ele, ao invés de José Veríssimo, defendeu mais o Brasil dos ataques de Louis Ulbach, primando pela independência intelectual brasileira. Nota-se nas discussões desses intelectuais que havia um povo brasileiro que começou a ser estudado em obras de Gonçalves Dias, como *O Sertanejo*, *O tronco do Ipê*, *O gaúcho*, de José de Alencar; *O Garimpeiro* e *O Maurício* de Bernardo Guimarães, *O Matuto* de Franklin Távora, ficando a poesia ainda influenciada pela literatura francesa, o que se percebe na continuação de seu discurso.

Figura 6: continuação do pronunciamento de José Veríssimo (1880)



Fonte: Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

Percebe-se que para José Veríssimo, as publicações estrangeiras eram muito menos custosas que as brasileiras, o que influenciava a maior circulação de obras publicadas fora do Brasil. Como afirma: “nós brasileiros que escrevemos não praticamos a pirataria literária, sofremos a influência honrosa dos grandes escritores de todo o mundo, mas não o roubamos” (VERÍSSIMO, 1880, p. 1).

O pensamento social e filosófico de José Veríssimo é bastante desenvolvido e publicado nos jornais, Na *Gazeta de Notícias (PA)*, em 1 de julho de 1881, o autor publica um ensaio sobre Emílio Littré e nele considera a obra dos filósofos do século XVIII essencialmente negativa, o que foi revisto com o aparecimento do positivismo de Comte, o qual reconstruiu “o mundo moral abalado nas suas bases pelas arrojadas corrigitações da metafísica revolucionária” (VERÍSSIMO, 1881, p.2). Compreende-se que José Veríssimo defende o posicionamento de Emílio Littré de não seguir a totalidade do método comtiano. Isso se deu, pois, duas correntes filosóficas surgem do ponto de partida do que considerou “filósofos enciclopédicos” e “fisiocratas” (Diderot, Voltaire, d’Holbach, Condorcet): A corrente socialista e a corrente cristã. A primeira, procurando renovar a sociedade sob bases empíricas resultantes de hipóteses e a segunda, ressaltando o pensamento humano pelo poder teológico.

Constata-se no discurso de José Veríssimo que nem a teologia nem a metafísica tinham a capacidade filosófica para uma renovação mental. Para ele, Augusto Comte responde a incógnita visitada por Kant, Turgot, entre outros, e Littré rejeita o aporte místico e a mudança metodológica comteana, presentificada em *Synthèse Subjective* (1856), *Système de Politique positive* (1851-1854), *Catéchismo Positiviste* (1852), tornando-se propenso somente à teoria

positiva propagada no *Cours de Philosophie Positive* (1848). Nota-se que José Veríssimo posiciona-se sobre Littré como um homem perdido para a fé e dedicado à ciência promovida à revelia da autoridade dogmática. “Um exemplo a ser seguido, mil vezes mais belo, mais útil, mais elevado do que o que nos deixaram os Santos Antônio, os São Pedros (...) esses vieram exclusivamente no amor egoístico do incognoscível” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1881, p.2).

No ensaio intitulado “O Batismo de Littré”, José Veríssimo inicia com a citação do redator do jornal *Diário de Belém*:

Leia o sr. J.V. que é positivista, a História antiga, antes Era cristã. e aí verá numerosos factos, não só entre pagãos e materialistas, como no seio dos povos modernos, que não podem nem sabem explicar esses fatos sobrenaturais, que o cristianismo admite como milagres (VERÍSSIMO, 1881, p. 2).

A nota foi posteriormente corrigida, mas José Veríssimo declara com tom irônico a atenção a aspectos gramaticais e não do conteúdo do texto, cuja segunda versão ficou pior que a original. Compreende-se na sua crítica argumentos acerca da inabilidade gramatical do redator que, dada a disposição de pontuação e frases, apresenta escrita com ambiguidades. Afirma que o redator do *Diário de Belém* “ignora a diferença que há entre positivismo e materialismo” (VERÍSSIMO, 1881, p. 2). Segundo afirma, Littré foi enganosamente tido como batizado e que o jornal repete informações sem crítica e com falta de critério. Segundo o intelectual, o mais importante de um homem ilustre era não lhe saber a biografia, se Littré foi ou não batizado, mas o trabalho intelectual do filósofo²⁵.

O posicionamento de José Veríssimo, aliado ao tom sarcástico de sua crítica, ressurge no jornal em uma pequeníssima nota, publicada em 12 de julho de 1881, em resposta à *Boa Nova* e aos padres, seus escritores, a quem os chamou de corruptos e estúpidos. O intelectual utilizava linguagem irônica para afirmar que a moral universal o impedia de fazer mal aos animais (referindo-se aos padres) e que não continuaria respondendo, pois, “a moral positivista tem um capítulo sobre a civilidade” (VERÍSSIMO, 1881, p. 3).

As considerações sobre Emílio Littré, bem como as reivindicações aos padres confirmam a adesão de José Veríssimo à ciência Positivista, o que o próprio intelectual se encarregou de esclarecer quando publica, ainda na *Gazeta de Notícias* do Pará, em 16 de julho de 1881, um ensaio intitulado “O Positivismo e a Boa Nova”. Colocando-se como cumpridor do dever do discípulo da filosofia positivista, que é espalhá-la e defendê-la das acusações que lhe fazem,

²⁵ Os escritos sobre Emílio Littré, publicados na *Gazeta de Notícias*, são divulgados em 13 de dezembro de 1881 em *O Liberal do Pará*, dada a repercussão de sua publicação.

José Veríssimo responde à *Boa Nova*, órgão Católico de Belém-PA, que em 13 de julho afirmou que “a base do materialismo da escola positivista está na contradição”.

Não obstante, o intelectual afirmou que a ciência não apenas a tem por base, como combate o materialismo. Para isso, cita Littré, segundo o qual o materialismo é um erro de lógica confundido com o positivismo, que não afirma que tudo se comprova com a experimentação, pois assim teria excluído a Astronomia como ciência hierática, como a estabeleceu Comte. O autor ressaltou que, “há erros grosseiros que a ignorância clerical, com a audácia que lhe é própria, comete contra a doutrina, a que, como disse algures, eu devo a minha orientação mental e o meu desenvolvimento moral” (VERÍSSIMO, 1881, p. 2).

Pautada no pensamento de Herbert Spencer (1820-1903), assegura que o positivismo não afirma ou nega a existência de Deus, mas que rejeita as causas primeiras: “Deus é uma causa primeira cientificamente inverificável, indemonstrável, e como tal pertence ao incognoscível” (VERÍSSIMO, 1881, p. 2). Os artigos publicados neste jornal revelam os embates ideológicos entre José Veríssimo e a liderança religiosa local, estando o intelectual, sob o pseudônimo de Lúcifer, no papel de promover a ciência e o conhecimento científico em voga na região. Para isso, desmistificar imagens perpetradas pela igreja era inevitável para que a localidade transpassasse o ideal místico/teológico em favor da ciência, através da qual o estudioso acreditava nascer a ideia de civilização propagada no século XIX.

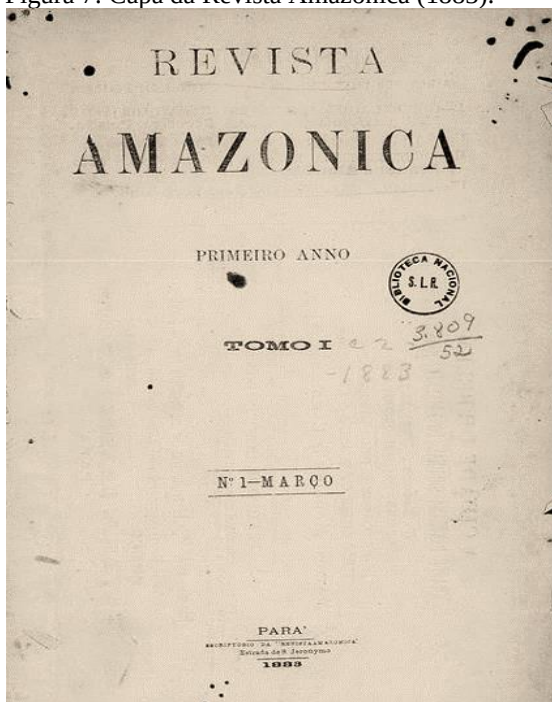
Nesse clima de efervescência política, em nenhuma outra notícia vinculada a José Veríssimo percebeu-se o encanto e a admiração às coisas do Espírito, as experimentadas, quanto na matéria publicada em 27 de julho acerca de sua participação na recepção a Carlos Gomes. Em poucas linhas: “-Maestro! Saudei-te a pouco em nome da população de Belém. A prova que falei a verdade é essa que presenciamos. Vê como todos te admiram e o aplaudem!” (O LIBERAL DO PARÁ, 1882, p. 2).

A chegada do maestro mereceu outra publicação no folhetim do Jornal Grão-Pará em 12 de agosto de 1882, destacando a revelação, na família de Carlos Gomes, a hereditariedade psicológica que formou o compositor de *O Guarani*. O autor descreve seu encontro com o musicista e exalta sua importância, o que não é estranho ao pensamento do crítico que acreditava na Arte como redentora dos vícios da sociedade. Além de ater-se aos aspectos biográficos, como a transcrição da carta ao pai, José Veríssimo contraria as críticas recebidas de que a obra do maestro imitava Verdi e Meyerbeer. (GRÃO PARÁ, 1882, p.1). O artigo foi

posteriormente impresso no opúsculo *Carlos Gomes (Escorço)*²⁶, publicado em 1882 e distribuído em Belém, no Teatro da Paz, na noite da festa em comemoração à chegada do artista no Pará. Lutero Rodrigues da Silva (2009, p. 48), informa que a publicação possui uma riquíssima capa iniciada pelo nome de José Veríssimo, uma frase da *Divina Comédia*, seguido do local de publicação, nome da tipografia e o ano em que foi impresso.

Além das publicações nos jornais paraenses, do livreto sobre Carlos Gomes e de participar de eventos internacionais em que demonstrou interesse pela literatura brasileira, José Veríssimo fundou e foi diretor da *Revista Amazônica*, publicada nos anos de 1883 e 1884. Com onze números, a revista possuía um caráter interdisciplinar e, sobre ela, Eustáquio de Azevedo diz ter sido “a maior e mais bem cuidada publicação literária e científica que até hoje teve no Pará” (REGO, 1997, p. 12).

Figura 7: Capa da Revista Amazônica (1883).



Fonte: Biblioteca Pública Arthur Viana, em Belém-PA.

Em carta²⁷ datada de 04 de março de 1883, José Veríssimo dialoga com Machado de Assis, enviando-lhe do Pará o primeiro número da revista. As palavras do então diretor são pessimistas em relação à cultura intelectual brasileira, pedindo, por isso, a colaboração do

²⁶ Apesar do esforço em pesquisar o opúsculo, o seu único exemplar existente encontra-se no setor de música da Biblioteca Nacional Brasileira, localizado no Palácio Capanema, Rio de Janeiro, o qual por conta da sua restauração e período de pandemia da COVID-19 encontra-se fechado.

²⁷ Manuscrito original-Arquivo da Biblioteca Nacional

escritor a quem declara ter uma admiração sincera. A resposta de Machado de Assis veio em 19 de abril de 1883, afirmando que a fundação da revista é uma lição para a corte, embora não seja fundada, pois não há no Brasil revista que tivesse um público, como a *Revista Trimestral do Instituto Histórico*, que era ignorada. Quanto à *Revista Amazônica*, declarou-a bem-feita e séria, estando disposto a colaborar com a publicação.

A divulgação do primeiro número da *Revista Amazônica* foi noticiada em *O Liberal do Pará*, em 6 de março de 1883. Impressa pela *Tipografia do Livro do Comércio*, foi fundada em 1883 e ficou em circulação até 1884. Com onze números, contou com a colaboração de intelectuais como Joaquim Ignácio Amazonas de Almeida, José Cardoso da Cunha Coimbra, José Paes de Carvalho e José Veríssimo, diretores da revista, além de inúmeros redatores como Ferreira Penna, J. Affonso, Amazonas d'Almeida, Tito Franco d'Almeida, A. C. Rockling, Emilio Allain, J. Gualdino, Barbosa Rodrigues, V. Chermont de Miranda e Luiz Autran.

As informações contidas na última página do número²⁸, indicam que a revista alcançava as cidades de Belém, Manaus, Óbidos, Cametá e Vigia, além de ser comercializada em algumas livrarias no Rio de Janeiro, em Paris e em Lisboa. Havia, ainda, a parceria com a *Nueva Revista de Buenos Aires*, organizada por Vicente e Ernesto Quesada. Desse modo, percebe-se a existência de um amplo meio de circulação, o que indica a proximidade de José Veríssimo com outros contextos intelectuais nacionais e da América Latina, dialogando com outros espaços e divulgando a Amazônia com tino futurista.

A capa contém o nome da revista ao topo e no centro a indicação do primeiro ano e o tomo I. Em seguida, traz a referência do mês de março e indicativos do local e ano de publicação. Por sua vez, na contracapa, há um sumário que contém os artigos publicados no primeiro número: "Comunicações Antigas entre Matto-Grosso e Pará", por Domingo Soares Ferreira Penna; "A Viúva (Cenas Provincianas)", por João Affonso; "Jurisprudência e Foro", pelo conselheiro Tito Franco d'Almeida; e "Os Ídolos Amazônicos" por José Veríssimo "Com uma estampa" (REVISTA AMAZÔNICA, 1883).

Após o sumário, a revista apresenta a propaganda da reprodução em aquarela chamada de "A Cidade de Belém", de J. Leon Righini. Destaca a exposição como a afirmação do "progresso desta terra, fadada ao mais glorioso destino" e a qual Chandles chamou "A Liverpool dos Trópicos". Na folha de rosto, há uma assinatura de José Veríssimo indicando-o como diretor da revista. Na apresentação explica-se o objetivo principal da publicação:

²⁸ Essas informações estão contidas na página 94 da *Revista Amazônica*, segundo ano, Tomo II, de 8 de janeiro.

Abrir um campo em que venham lavrar quantos se interessem pelo desenvolvimento moral da esplêndida região amazônica, torna-la conhecida, dentro e fora do país, pelo estudo dos múltiplos aspectos porque pode ser encarada, aos sábios, letrados, economistas e financeiros e empreendedores; estreitar numa comunidade de desejos e, até certo ponto, de ideias, as relações entre as duas províncias que formam a Amazônia; propagar o espírito novo que atualmente agita o mundo intelectual, oferecer aos estudiosos de ambas essas províncias um meio menos efêmero do que o jornal, de dar publicidade ao resultado de suas elucubrações- tal é o fim desta publicação [...] Não basta – cremos nós- produzir borracha, cumprir também gerar ideias, não é suficiente escambar produtos, é ainda preciso trocar pensamentos [...] (VERÍSSIMO, 1883).

Dentre os conteúdos, a revista trazia ao centro do debate questões políticas, pedagógicas, econômicas, etnográficas e literárias. Das publicações de José Veríssimo na revista, constam:

Quadro 3: Publicações de José Veríssimo na Revista Amazônica

REVISTA AMAZÔNICA		
MÊS/ANO	TÍTULO	REFERÊNCIA
mar/1883	“Os Ídolos Amazônicos (Um novo Documento)”	(I Tomo, ano I. nº 1, p. 32-40)
mar/1883	“A Linguagem Popular Amazônica”	(I Tomo, ano I. nº 2, p. 48-57)
mai/1883	“A Linguagem Popular Amazônica”	(I Tomo, ano I. nº 3, p. 86-93).
jun/1883	“A Linguagem Popular Amazônica- Palavras de Origem Tupi-Guarani usadas pela gente amazônica e em prática corrente na região” ”	(I Tomo, ano I. nº 4, p. 135-142).
jul/1883	“Cenas da Vida Amazônica- O Boto”	(I Tomo, ano I. nº 5, p. 145-156).
jul/1883	“O Movimento Intelectual Brasileiro nos Últimos Dez Anos”	(I Tomo, ano I. nº 5, p.167-177).
agos/1883	“Cenas da Vida Amazônica- O Boto”	” (I Tomo, ano I. nº 6, p. 185-195).
agos/1883	“Tradições, Crenças e Superstições Amazônicas”	” (I Tomo, ano I. nº 6, p. 205-214).
set/1883	“Tradições, Crenças e Superstições Amazônicas”	(II Tomo, ano I. nº 6, p. 6-11).

	“Cenas da Vida Amazônica- O Boto”	(II Tomo, ano I. nº 6- Cap. III e cap. IV, p. 21-30; 30-35).
Jan/fev/1884	“As Populações Indígenas e Mestiças na Amazônia”	(II Tomo, ano II. nº 8 e 9, p. 68-75).

Fonte: Elaboração nossa

O objetivo de *Ídolos Amazônicos* é divergir do achado arqueológico afirmado por Barbosa Rodrigues; comprovar, por meio de descrições dos artefatos do botânico e o de José Veríssimo, que o paraense tem razão em sua tese de que é falsa a afirmação do cientista. Na opinião de José Veríssimo, o artefato é uma escultura, uma peça de arte com influência transandina e não dos Tupi-Guaranis. O intelectual explica que havia para os índios crença, não culto, fetichismo e não ritual, por isso, a escultura do jabuti não pode ser um ídolo.

O autor detalha as duas figuras encontradas por Barbosa: a primeira é um carnicheiro procurando devorar um "quelônio" e o segundo uma onça assentada em uma tartaruga que pela forma na verdade se parece com um jabuti. Na observação dos objetos, aponta uma falha do artista na marcação de quatro incisivos em vez de seis.

José Veríssimo cita a localização do objeto encontrada pelo viajante: “Costa do Peru, na margem esquerda do Rio Amazonas, oito ou dez milhas na direção da cidade de Óbidos”, mesmo local onde estava no mês de novembro quando adquiriu, “em passeio à ilha de Maria Thereza, na foz do Trombetas” um objeto com as mesmas características do então “achado” de Barbosa Rodrigues (RODRIGUES, 1797, p. 4).

Para reforçar sua tese, o autor compara o objeto do botânico com o seu: um peixe acará, abundante em Óbidos, com dois furos circulares no centro. Considera falso o estudo do antropólogo Giglioli, que aceita a versão de Barbosa Rodrigues e a compara com achados dos povos da ilha de Zapatero e da Nicarágua, os quais, segundo o professor, poderiam ter migrado e se fixado às margens do rio Amazonas. José Veríssimo problematiza essas questões, questionando: “a civilização amazônica veio do norte da América e da Europa? Os habitantes das ilhas de Pensacola e Zapatero em Nicarágua, “que procuravam a onça e o jacaré para dominar o homem”, têm o mesmo pensamento dos do Amazonas, com “a onça para dominar a tartaruga?” (VERÍSSIMO, 1889, p.106).

Compreende-se que na *Revista Amazônica*, ao tratar sobre “Os ídolos Amazônicos”, José Veríssimo atenta que estudos sem dados apresentados devem ser postos de lado, pois,

trazem mais trevas do que luz, como o divulgado por Barbosa Rodrigues que induz ao pensamento de que havia na Amazônia civilizações pré-tupinianas.

A preocupação com a apresentação da cultura amazônica acompanha as publicações de José Veríssimo na revista. Dentre elas, o artigo “A Linguagem Popular Amazônica”, que pertence a uma investigação para a introdução do livro *Cenas da Vida Amazônica*, parte do raciocínio da aniquilação dos povos, pelo viés da seleção, cujo resultado influencia diretamente nos aspectos culturais das nações dominadas. Nesse sentido, compreende em sua explicação uma abordagem de cunho evolucionista, pois para o estudioso o contato entre os povos se deu pelo “temperamento voluptuoso do português auxiliado, ainda, pela carência de mulheres da sua raça, atirando os conquistadores nos braços da gente selvagem conquistada” (VERÍSSIMO, 1883, p. 48).

José Veríssimo observa que nos cruzamentos que se deram no Brasil, o português, mesmo dominante, foi acometido pela influência dos indígenas e dos negros escravizados. Isso se percebe nas populações mestiças, as quais ilustram em seus costumes, linguagens e crenças a mistura que se orquestrava. O autor parte do estudo das mudanças da língua Portuguesa, seja pelos acréscimos ou modificações de vocábulos ou na sintaxe do idioma. Assim como na mestiçagem, atesta que o meio possui influência inevitável sobre as modificações na língua, tanto entre os brasileiros que estavam no país, quanto entre os que voltaram à Portugal.

A língua, como certifica, “serve de veículo ao novo pensamento de nova gente” (VERÍSSIMO, 1883, p. 49). Por isso, observa que a língua falada no Amazonas não era a mesma falada na antiga metrópole, embora ambas tenham empréstimos da língua Brasília-guarani, africana, espanhola, francesa, entre outros, inclusive com novos significados de um mesmo vocábulo usado em Portugal, como *montaria*, que aqui queria dizer *canoa*. Nessa análise, atenta a pronomes precedendo verbos (me disse), à queda das consoantes médias e vogais mudas, que troca *senhor* por *siô* e a supressão de finais de palavras, como *casá* em vez de *casar*, os quais caracteriza como “indolência na pronúncia”.

Por meio de uma perspectiva científica, inclusive acerca da língua, percebe-se que ele previa, como consequência da superioridade material do Brasil, que a moral e um espírito de nacionalidade faria crescer a nação, sua política e civilização. Constatase, no anseio desse crescimento, o desígnio com a literatura brasileira, como afirma: “Acresce ainda que atenta esta diferença de população- que já é bem sensível hoje- maior expansão terá a nossa civilização; mais numerosa e, naturalmente, mais notável será a nossa produção literária” (VERÍSSIMO, 1883, p. 51).

Nos números 5, 6 e 7 da revista, reproduzidos em julho de 1883, José Veríssimo publica pela primeira vez o conto “O Boto”, o qual posteriormente figura em *Cenas da Vida Amazônica* (1886). O enredo do conto inicia-se com o chamado ríspido da personagem Porfírio Espírito Santo, como designa, à negrinha, para o servir o jantar. A cena é um verdadeiro quadro amazônico: a menina chega com a farinha em uma cuia, serve à mesa um tambaqui e a maniçoba apurada com mocotó e os grelos de mandioca:

[...] tudo ajudado de enorme quantidade de farinha, que, servindo-se da ponta dos dedos, à guisa de colher, lançava à boca, de longe, com a perícia e a certeza de indígena, não só adquirida pelo traquejo desde a primeira infância, mas herdade também dos avós. A moça servia-se da colher para atirar a farinha à boca e não o fazia com menos segurança que o pai (VERÍSSIMO, 1883, p. 145).

Nesse manjar paraense, a mulher, sem titubear às ordens do marido, é conduzida com toda a família ao destino de todos os anos: a pescaria e salga do pirarucu no lago do Paru. Costumeiramente após o jantar, recolhem-se para dormir, enquanto a filha Rosinha, espreitada na janela à frente da rua do Bacuri, espera a passagem do moço por quem se apaixonou, o regatão Antônio Bicudo. O autor realiza uma apresentação do espaço do conto, com a Amazônia como uma moldura bem ajustada, capaz de exprimir os costumes locais e os tipos humanos que habitam o lugar.

No primeiro capítulo as personagens são apresentadas (protagonistas: Rosinha e Antônio Bicudo; antagonistas: o Sr. Antônio Porfírio, D. Feliciano, Manoel do Cabo, o dono da Olaria, a Tapuia e a Negrinha). A menina é representada por sua malícia, o regatão pela manipulação, a negrinha por sua servidão, a mãe oprimida e a tapuia como uma mulher ingênua. A história ganha corpo com a chegada do regatão, que afirma ter sido despedido do emprego, com a desculpa de que foi Rosinha a causa de sua má sorte. Pensativa e feliz por ser a causa do sofrimento de Antônio, a menina se entrega à paixão, no quintal anoitecido da casa, provocando vultos desconjurados pela mãe inocente à cena quase animalesca e fetichista da filha com o regatão.

No segundo capítulo, o autor expõe a chegada da família à Óbidos, considerando os costumes locais, com destaque ao que considerava sobre o ritmo de vida de seus moradores, de comportamentos lânguidos, costumes desafeiçoados e a monotonia da cidade do interior repleta de tapuios descritos como sujeitos indolentes. Observa-se, neste capítulo, uma predominância descritiva, contudo, sem metaforização, pois a mimesis é modelada pelo objetivismo do realismo cientificista.

Por sua vez, o terceiro capítulo apresenta a chegada do regatão no lago do Parú, barulhando as águas do rio com a canoa, semelhante ao boto das lendas amazônicas. No entanto, o que poderia ser mítico é contradito pela apresentação racial dos personagens: o navegante regatão é branco e, por isso, superior ao tapuio pai de Rosinha, “que se queria dar ares de importância” (VERÍSSIMO, 1883, p. 22). Desprezado pela menina, sente-se desafiado a refazer a conquista com intermédio da mãe-tapuia. Contudo, ao descobrir a gravidez de Rosinha, alia-se à tapuia lhe dando ervas abortivas que não funcionam. Ao negar se casar, o regatão é amaldiçoado pela mulher com uma má morte.

O conto finaliza-se com o encontro dos pescadores, conversando sobre as novas/velhas histórias do lago do Paru. Então, há uma remodelagem da ideia da superioridade, não mais pelo fator puramente racial, mas junto a ele a interferência do meio sobre o homem, pois como um branco teria habilidades para pescar um pirarucu? O desfecho se dá com a morte do regatão, pois se cumpre as maldições da mãe-tapuia. Sem os traquejos dos nativos, Antônio Bicudo cai da canoa e é estrangulado por jacarés. Na movência das águas despertadas pelas piranhas, o sangue da personagem perde em avivamento somente para o assombro dos tapuios.

Essa literatura descreve uma realidade representada, iniciada desde a primeira linha, quando surge a expressão “naquele dia”, como uma forma distinta do conhecido “era uma vez” presente nos contos clássicos e tradicionais. Há nessa expressão a marcação da entidade do narrador que se revela a partir de signos indiciais na história, a partir da seleção de momentos, pensamentos e consciências.

Observa-se, segundo a narratologia proposta por Wolf Schmid (2010), que as personagens existem a partir do discurso do narrador; é ele quem as constrói e as insere dando-lhe forma e função narrativa. Rosinha é marcada por ter uma “vida anfíbia”. Sua construção dá-se não em seus aspectos físicos, mas comportamentais, comparada a animais selvagens, pois Rosinha nascera e crescera à lei da natureza, vivendo na promiscuidade indecente dos moleques e curumins” (VERÍSSIMO, 1883, p.149), agora propícia para ser subalternizada em sua relação com o branco regatão.

Além dela, outras representações se fazem dos personagens: passageiros que desembarcam “rindo da terra e dos matutos”, os “tapuios indolentes sentados nas bordas de suas montarias” (VERÍSSIMO, 1883, p. 187), homens e mulheres que tomam banhos no rio com uma “sem cerimônia desavergonhada e primitiva” (VERÍSSIMO, 1883, p. 188). Sua mãe é descrita com olhar de um observador: “Tinha todos os defeitos e boas-qualidades de mulher mameluca, mais forte que o homem, porém, como ele, sem intensidade na ação. [...] Possuía,

no entanto, sobre o marido a superioridade do trabalho” (VERÍSSIMO, 2013, p. 22), o que contraria naquele tempo o pensamento de D. Francisco Manoel de Melo de que para a mulher, o melhor livro era almofada e o bastidor” (VERÍSSIMO, 1985, p. 151-153).

A história é marcada pela linguagem usual dos personagens, um regionalismo que José Veríssimo discute na *Revista Amazônica*, no ensaio *A Linguagem Popular da Amazônia* (1883). Para Antonio Candido (2000, p. 202), a “literatura sertaneja”, representa o Brasil no modo “duvidoso do exotismo, paternalista, patrioteiro e sentimental”. Nessa linha de pensamento, a obra literária de José Veríssimo aproxima-se desse conceito, sobretudo, quando as poucas vezes em que as vozes das personagens se destacam, não apenas na transcrição grafemática, como na presença de aspas para enfatizar o falar regional que fazem uso os mestiços, como se observa:

– Ela nunca falou de mim, tia Thomazia? Perguntou o rapaz. – Nunca, nh’ Antônio [...] Às vezes me quero capacitar que “Vancê” fez mal p’ra ela. [...] Eu, tia Tomázia?!...Eu não era capaz, por Deus.... Mas olhe... fale-lhe você. Ouviu? E dou-lhe alguma coisa [VERÍSSIMO, 2013, p.46-47].

Outra questão que vale mencionar é que *O Boto*, o tapuio é um morador marginal, que vive fora dos centros urbanos. Quando está na cidade de forma desacreditada, mas em seu meio é descrito de modos heroico e habilidoso. Ao contrário dele, o branco dominador é realmente incapaz de realizar as atividades dos nativos. Observa-se que as personagens são equivalentes em algumas características e opostas em outras, como as mulheres que estão em condição de subalternidade.

Segundo Spivak (2010, p. 67), “no contexto de produção colonial o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito feminino está ainda mais profundamente na obscuridade”. Assim, Negrinha, Mãe-tapuia, Rosinha e Tomázia possuem uma condição comum, que é a sujeição à figura masculina. Tomázia não se expressa, a negrinha apenas obedece, a Mãe-Tapuia esconde do homem suas habilidades ancestrais e Rosinha é violentada sexualmente e emocionalmente, com alusão à lenda do boto amazônico. No entanto, ressalta-se que há no conto um protesto por parte das mulheres: Rosinha e sua mãe matam com suas pragas o Homem regatão, buscam ervas para abortar o fruto de um estupro.

Faz parte da mitopoética amazônica a lenda de botos, que nas noites de festas das cidades ribeirinhas da Amazônia, saem dos rios transformados em homens, vestidos de branco, bonitos, extremamente sedutores, com chapéus que escondem os furos em suas cabeças. Após dançar a noite toda com as moças, as engravidam, voltando para a água e desaparecendo para sempre de suas vidas. Assim é que nasce, para as pessoas da região, o filho do boto e é em

analogia a essa lenda que o narrador explica a sua desmitificação: Rosinha retorna à Vila, com o “filho do boto”, que todos sabem que, na verdade, é resultado do um abandono de um pai, normalmente os regatões, brancos e arrebatadores.

No tocante ao espaço, assim como em relação ao tempo, a natureza define a origem geográfica dos personagens. No entanto, dessa origem a visão de mundo não necessariamente restringe-se a eles, mas denunciam o grau de posicionamento do autor. A partir dessas considerações, pode-se depreender que a natureza é um espaço condicionante na vida das personagens no que se refere:

- a) Ao comportamento do pai de Rosinha (“desambicioso, senão indolente”, que “vivía uma vida apática e estéril” (VERÍSSIMO, 2013, p. 21);
- b) No destino de Rosinha quando se relaciona sexualmente com o regatão (“o cão ao longe dá um último uivo triste de agonia” ou em “[...] um passarinho soltou quase ao pé dela um canto triste como um gemido” (VERÍSSIMO, 2013, p. 30).
- c) À Amazônia enquanto espaço de “existência indolente das raças miseráveis”, onde “os que vem a salga armam a sua miserável barraca de palha, a quem chama feitoria” (VERÍSSIMO, 2013, p. 36);
- d) Nos costumes, demarcado quando Rosinha deixa cair a empanada, lembra o tempo. A natureza estica os braços num bocejo preguiçoso de quem deixa a rede, a hora da sesta ia passando, algumas portas se abriam e raras pessoas começavam a aparecer na rua” (VERÍSSIMO, 1886, p. 101).

Trata-se de um espaço que, assim como o tempo, são representados como moduladores dos costumes das personagens. Há uma cumplicidade entre a natureza e o mestiço, sobretudo, vê-se no conto a natureza como divindade, a mesma que chora enlutada a desonra da menina e mais adiante aproveita o momento propício para vingar-se. Quando a Mãe-Tapuia grita ao Regatão: - “Má morte te persiga, galego!” (VERÍSSIMO, 2013, p. 46 e 50), a natureza a ouve e atende, executando a maldição profética que ressurgiu, cumprida, no último capítulo do conto, ao destroçar e devorar o amaldiçoado antes tão vaidoso.

Assim como o proposto por Wolf Schmid (2010), para o qual o evento configura uma mudança de estado, diferente do texto descritivo que o apresenta, é possível compreender em *O Boto* a presença dos dois tipos textuais, predominando em maior ou menor grau em cada capítulo. Por exemplo, no segundo capítulo há predominância do tipo descritivo, claramente levando o leitor a ambientalizações e pormenorizações, como possível em um caderno de

campo de um viajante, nos demais se tem uma história representada e ensaios para a realização de um evento.

Essa concepção de evento não implica na violação de uma norma ou de uma fronteira. Wolf Schmid afirma que “o evento pode ser constituído por um personagem que descobre um novo conhecimento, ajusta uma compreensão equivocada, professa novos valores e altera sua forma de vida” (SCHMID, 2014, página 8. Tradução do grupo ANA). Nesse sentido, a mãe-tapuia possibilita um evento, pois, ao reconhecer as atitudes do regatão, deseja reparar seu erro (*facticidade*) e para corrigi-lo, médica Rosinha para que perca o filho esperado; no entanto, não há modificações na vida da menina com o veneno oferecido, que não funciona, mas com a maldição lançada sobre o rapaz.

O regatão rompe as normas quando se coloca para pescar o pirarucu, em uma prática dedicada somente aos tapuios. Além disso, sua morte realiza uma alteração em sua forma, no caso, de não-vida. Como no campo determinista o regatão violenta a menina e aparentemente ficaria impune, a natureza orquestra a mudança de uma expectativa do leitor, pois sua morte é vingativa quanto à vida de Rosinha e a morte do homem concretiza a *resultabilidade*.

Há no clímax da narrativa uma relevância, que é a morte do opressor em favor do oprimido por ele violentado. Ainda, uma morte tão medonha quanto a narrada no conto quebra a expectativa da impunidade esperada no leitor, o que configura a *impredicabilidade* e a irreversibilidade preceituada por Wolf Schmid (2010). Não há como, portanto, o retorno a um estado anterior de pensamento. Questiona-se, não obstante, quanto a *consecutividade* do evento elencado, uma vez que se muda o estado do sujeito e com ela a norma da doxa, mas não o destino dos personagens oprimidos, que retornam ao sítio desculpados pela lenda amazônica do peixe/homem sedutor.

Há que se marcar, no entanto, que *O Boto* possui uma baixa eventualidade, o que não necessariamente implica na possibilidade de uma falta de evento, o qual é mais percebido na interpretação do leitor. Para isso, a análise do contexto é essencial, compreendendo-o como “o sistema de normas sociais e valores do tempo da origem de uma obra ou o tempo representado no enredo” (SCHMID, 2014, p.15 Tradução do grupo ANA). Todavia, não é necessário compreender o contexto histórico do século XIX para interpretar o conto²⁹, portanto, o leitor é levado a interpretar a partir da relevância e da impredicabilidade presente na narrativa.

²⁹ É possível que, a partir de semelhante entendimento, o capítulo 1 de *Cenas da vida Amazônica* tenha sido retirado, ficando no livro somente os textos literários.

“O Boto” é, dessa forma, um escrito ficcional (ver GENETTE, 1991; SCHAEFFER, 2009). Nele encontra-se a representação de uma cotidianidade que, compreendida a partir do conceito de mimeses de Aristóteles, era apresentada ao leitor da revista. Especificamente na publicação deste conto, o narrador em terceira pessoa valida o status de sua ficcionalidade (HAMBURGER, 1975; tradução modificada por nós).

No texto, a representação do real traz a presença do misticismo e das religiosidades, apresentadas como “noções vagas do supernaturalismo selvagem misturados com histórias de santos de oratório” (VERÍSSIMO, 2013, p. 23). Destarte, o sincretismo é evidenciado como fruto da miscigenação, no qual se entrecruzam Nossa Senhora, do catolicismo lusitano, a mãe d’água, entidade indígena, enquanto os pretos velhos são retratados como comedores de crianças. A temática que entorna o enredo dá-se nessa questão da mestiçagem, do hibridismo que então se formava e que, no caso da religiosidade antes mencionada, ou até mesmo na morte do regatão, afirma a prevalência do sujeito indígena ou mestiço sobre o branco colonizador.

A influência da Escola de Recife (1860-1880), com seu movimento sociológico e cultural, embasa a representação do homem brasileiro como resultado da mestiçagem étnica. À vista disso, o conto, inclusive por acomodar os ideais do Realismo literário, não se desdobra na visão mítica, embora dê pistas que levem ao encantado amazônico: “Estava o rapaz em mangas de camisa branca e chapéu de palha” (VERÍSSIMO, 1883, p. 43). Do contrário, as falas dos personagens da vila à Rosinha explicitam a descrença na história da mãe-tapuia. Rosinha estava grávida e era mesmo de um regatão qualquer, ou de outro pescador qualquer do lago do Parú.

As publicações de José Veríssimo na *Revista Amazônica* possuem características interdisciplinares. O artigo “O Movimento Intelectual Brasileiro nos últimos Dez Anos” o autor sai do campo da literatura para discutir questões sobre a intelectualidade brasileira. Desenvolve a ideia de que, em favor das coisas materiais, se tenha exercido no país “o abandono a cultura das altas coisas do espírito” e o desconhecimento dos movimentos intelectuais que, como diz, “agita o mundo civilizado” (VERÍSSIMO, 1883, p. 167). Compreende-se no artigo ideias positivistas, contrário de muitas disseminadas no Brasil, ainda preso em concepções teológicas. Tais considerações são conectadas ao período de 1873, tempo considerado por Silvio Romero como marco da inclusão do país no movimento cientificista. José Veríssimo observa que de ciência o que se tinha era apenas a imitação dos originais franceses, seja na matemática ou na medicina, além de poucos estudos jurídicos, históricos e outros que tratam como idolatria romântica.

Compreende-se a partir do conto que o intelectual valoriza as ciências da observação e da experimentação (VERÍSSIMO, 1883, p. 169). Ao falar sobre os cientistas brasileiros, atribui a Couto de Magalhães o único que poderia ter sido um filósofo, mas que não se tornou por estar atrelado aos ideais católicos. Segundo o autor, o Romantismo foi no Brasil mal compreendido e contrafeito, pois, representou um passado brasileiro representado pelo índio, falsificando a etnografia do país. Dos poetas, salva apenas Gonçalves Dias e José de Alencar, a quem considera a mais poderosa organização literária que já havia tido o país. Ressalta que José de Alencar não foi um mero poeta. Ele era um estudioso do país. Aos 18 anos já tinha rascunhos sobre *Os contrabandistas*, estudou sobre o índio Felipe Camarão, lia Vigny, Chateaubriand, Fenimore Cooper e estudos nos Anais do Rio de Janeiro da época. Lia muito sobre o país e foi político. É exaltado também Martins Penna e seu *Irmãos das Almas*.

José Veríssimo atribui o início do movimento romântico brasileiro a fatores históricos, como a guerra do Paraguai, o movimento republicano de 1870, a guerra franco-prussiana e questões religiosas da igreja e da maçonaria, as quais despertaram uma consciência nacional. É nesse sentido que o crítico atribui ao Brasil a conceituação de uma história moderna, na qual se consolida a unidade brasileira e são esses pontos de conflitos (de interesses e de poder) que a ideia da nacionalidade é gestada. A guerra do Paraguai, tomada como exemplo, é percebida como a quebra dos bairrismos e competições entre as províncias; os voluntários da pátria eram de toda parte. Do mesmo modo, o movimento republicano, ao se fazer ouvir pelo país, despertou consciências, de modo que “a nova ideia política abria também novos ideais literários” (VERÍSSIMO, 1883, p. 171).

Por seu turno, o ganho da Guerra Prussiana foi desviar a atenção da França e transportá-la à Alemanha, a qual “mostrava superioridade cultural sobre sua rival” (VERÍSSIMO, 1883, p. 171), o que argumenta por conta das conhecidas traduções de obras de Buchner, de Moleschott, Schopenhauer, Strass, Hartmann, entre outros. Daí compreende-se o favoritismo do crítico por outros intelectuais portugueses que recebiam influências germânicas, como Teófilo Braga, Adolfo Coelho, Antero de Quental, entre outros. Segundo seu entendimento, a França acertava ao voltar-se ao positivismo renovado por Littré, o transformismo darwinista, o evolucionismo spenceriano e o monismo alemão.

Na questão religiosa, José Veríssimo considera que a briga entre os bispos do Pará e de Pernambuco eram responsáveis para que as doutrinas passassem a ser discutidas em todo o país. Desta feita, em meio ao embate antes mencionado, acredita que a leitura de livros de Renan, Strauss, Michelet, Littré e outros “ímpios” (VERÍSSIMO, 1883, p. 172) foram despertadas ao

ponto de encontrarem abertura nas academias, como a de Pernambuco, conhecida como Escola de Recife, que com Tobias Barreto e Sílvio Romero embasam o novo movimento intelectual brasileiro : “a mocidade perdia na luta dialética de todos os dias, as crenças do seu romântico idealismo cristão, e fazia dos livres pensadores os seus guias e mestres” (VERÍSSIMO, 1883, p. 172).

Outrossim, no Ceará, estudos como o de Raimundo de Rocha Lima, com *sua Literatura e Crítica*, Araripe Júnior, José de Alencar, Capistrano d’Abreu em *Estudos da História do Brasil No Século XVI* e Thomaz Antônio são representativos. Por sua vez, no Rio Grande e por conta da imigração germânica, destaca Carlos Koseritz e Araújo Ribeiro, cuja obra é considerada a primeira de fato darwinista do país, chamada de *Fim da Criação* (VERÍSSIMO, 1883, p. 174).

Nesse mapeamento dos modernos intelectuais brasileiros, José Veríssimo não vê no Pará representantes que pudessem compor sua lista. Nem mesmo os jornais do Rio de Janeiro são para ele positivos, apesar de anticlericais, pois em defesa da maçonaria, agiam com espírito de seita e ausência de orientação filosófica. No pensamento do crítico, o livre pensamento orquestrado pela separação igreja *versus* estado deveria envolver o intelectualismo nacional, a exemplo do que eleva na obra *Direito contra Direito*, do bispo do Pará Antônio de Macedo Costa, que discute tais questões.

Em contraponto às doutrinas ou ideologias supracitadas, compreende-se que para José Veríssimo a ciência fomentava-se através dos museus, das publicações de seus arquivos, como o publicado em 1873 por Batista Caetano d’Almeida Nogueira, *Ensaio de Ciência*. O intelectualismo pautado na experimentação de métodos científicos tinha, ao seu ver, propriedade para tratar das coisas do Brasil, como, por exemplo, os estudos das línguas indígenas. É por meio dessa verificação científica, que o crítico pensa ser ilusório por parte de alguns românticos, a idealização do indígena como herói nacional. Do mesmo modo, entende que com Sílvio Dinarte e Franklin Távora abandona-se o culto ao indianismo e a literatura passa a focar em aspectos nacionais (VERÍSSIMO, 1883, p. 176). Para José Veríssimo, como observado nos artigos da *Revista Amazônica*, o nacional representava-se na mestiçagem e tudo o quanto dela era proveniente: a hibridização das culturas, das línguas, dos aspectos raciais e até mesmo econômicos/sociais que se faziam refletir.

Acerca da poesia, acreditava que dentre a nova geração de poetas (como Teófilo Dias, Affonso Celso Junior, Mucio Teixeira, Valentim Magalhães, Arthur de Oliveira e alguns mais) não havia obras seguramente nacionais. Por outro lado, entre demais escritores de outros

gêneros, história, ensaios, críticas, entre outros, considera que representam “cada um conforme com seu temperamento e educação, as modernas tendências do intelecto brasileiro” (VERÍSSIMO, 1883, p. 177), dentre os quais encontram-se Tobias Barreto, Machado de Assis, Franklin Távora, Sílvio Romero, Araripe Júnior, Visconde de Taunay, Sousa Bandeira, Capistrano de Abreu e Pacheco Júnior.

Não se pode, apesar de seu posicionamento nacionalista, asseverar que José Veríssimo pensava essa ideia de construção da nacionalidade brasileira somente a partir do que se dava no país, sem levar em conta a influência das tradições históricas e literárias que nortearam o sentimento estético nacional. Compreende-se que em seu entendimento não se pode falar em arte brasileira sem considerar que tradições participam de sua arquitetura. Como exemplo, o estudioso cita Carlos Gomes, na música, Pedro Américo, na pintura, mas ambos envoltos em tradições italianas ou francesas, portanto, não constituindo arte brasileira, senão as tendências do espírito das escolas em que estudaram.

Em suma, o futuro do Brasil seria alcançado concomitante a compreensão de seu passado (VERÍSSIMO, 1883, p. 178). Nesse intento, sua preocupação como um intelectual paraense é que o Pará não ficasse fora da movimentação intelectual que se dava no país. Não bastava, como expressava, “produzir borracha”. Era preciso que para ser grande, não apenas as coisas materiais, mas, sobretudo, as do espírito, deveria ganhar movimento e força. À guisa de contribuição, esse esforço é bastante notável por parte do crítico quando se lê a *Revista Amazônica* (1883-1884).

Na obstinação da modernização intelectual na e da Amazônia, o ensaio “Tradições Crenças e Superstições Amazônicas” foi publicado em agosto de 1883, no número 6 da revista. Nele o “selvagem brasileiro” e os “tapuios” são caracterizados como imersos em período de supernaturalismo, animismo inicial, vagos e sem crenças definidas (VERÍSSIMO, 1883, p. 205). Segundo o autor, as crenças dos povos da Amazônia eram um misto de fetichismo e do politeísmo herdado pelo português, dentre os quais os jesuítas que modificaram costumes locais mesclando neles o catolicismo, estratégia realizada com o Sairé³⁰ em Santarém Novo.

Percebe-se que José Veríssimo considera a adulteração das regras da igreja a causa de seu sucesso entre os nativos, que de católicos na verdade eram apenas de nome. Nesse sentido,

³⁰ O Sairé é uma festa de celebração aos santos, tradicional de Alter do Chão, estado do Pará. É considerada uma das mais antigas celebrações culturais da Amazônia, com pelo menos três séculos de existência, que associa expressão oral com ritos do catolicismo popular. Há estudos que fazem referência histórica ao contato entre indígenas, tapuios e os missionários. Para Antonio Candido (1999, p. 49) trata-se do “caso mais interessante de festa e danças originadas no processo de catequese pelo encontro das duas culturas”.

é percebida a influência dos costumes do dominado na religiosidade do dominador. Dos mitos, misturados ao catolicismo, sobreviviam somente o jurupari, curupira e matin-tapêrê, na hibridização dos demônios e um duende tapuinho acompanhado de uma velha com canto de pássaro. José Veríssimo vê no barrete vermelho do matin-tapêrê também uma influência portuguesa. O que se constata no artigo é uma escrita com explicações antropológicas, que observam, por exemplo, em uma cantiga, a adulteração do nome do duende para Matinta Pereira. Ainda, que o nome primitivo seria *Mati- Uatá-Peréré-* Matin anda gritando, na tradução. No bojo do cruzamento, Tupã, Uraci, Jaci passaram a inexistir, sobrevivendo às crenças da “feiticeira” indígena a figura dos Pagés e das benzedeadas, os quais combinavam o conhecimento das florestas com bênçãos católicas e danças.

Dentre as crenças, o Boto é anotado como imaginação local e, como tal, personagem de contos maravilhosos. No entanto, o autor não se detém nesse viés narrativo e elucida a questão da sedução dos índios e dos tapuios que engravidavam as virgens e sumiam. Assim, a crença do boto é uma criação para encobrir uma relação de uma mulher com um homem. O autor também diferencia a missão dos botos animais, o tradicional, que seduz e afunda canoas e o Tucuxy, que salva o homem de um bicho inimigo.

José Veríssimo destaca, ainda, o pássaro Acauã³¹, as Cobras-Grandes, o Uirapuru e outras crenças que anunciam as tradições indígenas, a influências dessas tradições no catolicismo e a moralidade das famílias, seja em homens transformados em macacos por castigos à infidelidade ou em histórias para esconder um caso sexual. Fazem parte das crenças, ainda, o uso popular de plantas medicinais. No tocante a isso, José Veríssimo pensa que as divindades são reconhecidas sempre com um pretexto interesseiro, citando a planta *Tajapurá*, o amuleto *Muirakitã* ou a reza dos benzedores como instrumentos para que o homem alcance favores.

Em 7 de setembro de 1883, no segundo Tomo, é reiterado o cruzamento nas crenças populares, citando árvores e frutos dedicados a santos, como Santo Antônio, que é judiado para mandar chuva ou realizar casamentos. Chama atenção a nota na página, em que o autor se diz interessado em coletar essas narrativas, solicitando aos seus leitores que as enviem à Revista sem modificações.

³¹ José Veríssimo trata desse assunto em *Primeiras Páginas* (1878), no capítulo “As raças cruzadas do Pará”. Sua Linguagem, Suas Crenças e Seus Costumes”.

Diante dessa diversidade de crenças, pensa que o Deus católico, Jesus e o Espírito Santo não passam de frases ou fetichismos. Nesse sentido, os cruzamentos afirmam o politeísmo em uma religião monoteísta, o que, no advento das conquistas, tornou-se dogma da própria igreja, que ferindo suas tradições para evangelizar abre espaços para que algumas festas inter-religiosas, como o *Sairé*.

Essa festa exemplifica a dominação portuguesa nos ritos indígenas, um evento que é ao mesmo tempo religioso e profano, misturando português com o tupi, entre outros aspectos que concorrem para tornar os dominados menos rebeldes e, com isso, os fazerem assimilar a cultura e religiosidade portuguesa. Sobre o *Sairé*, acredita que de tão popular, assim como outras festas amazônicas, é pouco religiosa segundo a tradição portuguesa, configurando-se antes como uma estratégia de dominação, ao que afirma: “até a pomposa solenidade paraense de N. S. de Nazaré- cuja extinção ardentemente desejo, para honra da nossa civilização” (VERÍSSIMO, 1883, p. 11).

O enfoque na nova configuração do povo brasileiro se mantém na publicação de *As Populações Indígenas e Mestiças na Amazônia*. Apesar do título marcar um regionalismo, o ensaio ultrapassa as fronteiras geográficas ao negar o bairrismo e discutir acerca da “América como um vastíssimo cadinho onde se fundem hoje as diversas raças e gentes do globo” (VERÍSSIMO, 1884, p. 68). Entende-se que nesse contexto o Brasil figura como um lugar onde se dava o cruzamento, fazendo desaparecer o que o autor considera como tipo étnico puro. Percebe-se que para José Veríssimo a Amazônia serve de exemplo da plena realização da mestiçagem, que sob seu ponto de vista formava a gente brasileira banhada pelo rio-mar (VERÍSSIMO, 1884, p. 68).

O ensaio, como José Veríssimo pontua em nota, “é uma pequena contribuição para o estudo da psicologia do povo brasileiro”. As observações do autor giram em torno novamente da questão da mestiçagem no Pará, que assim como no Amazonas, contava com uma minoria branca, conforme testifica o *Ensaio Coreográfico da Província do Pará* (1839), de Antônio Baena. O fator decisivo, segundo sua visão, era a parca imigração para a região, ocasionada pela errônea divulgação de dificuldades climáticas e, conseqüentemente, a geração de um povo normalmente filho de pai (polígamo) português e mãe indígena e outras mulheres escravizadas.

José Veríssimo realiza uma classificação racial para explicar o resultado dos cruzamentos: Branco com o brasílio-guarani- (curiboca); curiboca com branco, com índios ou com outros curibocas- (mameluco); branco com o negro (mulato); e negro com o índio- (cafuzo ou carafuzo). O autor esclarece que o tapuio na verdade era o curiboca, tal como busca na

etimologia tupi que *tapuiauna* é tapuio negro. No entanto, acredita que o mameluco é o que mais representa o tapuio, filho, porém, já distante física e moralmente do indígena. Essas classificações raciais no século XIX permeavam as instituições acadêmicas e culturais brasileiras, imersas no espírito cientificista positivista, darwinista e evolucionista. O que José Veríssimo ressalta, para além dessas questões, era a participação de toda essa gente na construção da nação: “contribuindo para nossas receitas, trabalhando para nossas indústrias” (VERÍSSIMO, 1883, p. 71), influenciando hábitos, costumes, crenças, ideias e língua, apesar de “profundamente degradadas” devido se distanciar cada vez mais do tipo que considerava primitivo (VERÍSSIMO, 1883, p. 71).

Vale ressaltar que esse entendimento é pautado no olhar do viajante Louis Agassiz e sua obra *Viagem ao Brasil* (1869), como indica no texto (VERÍSSIMO, 1883, p. 71). Desse modo, há de se notar, que José Veríssimo ao considerar a visão do viajante também olha para a gente da Amazônia com o olhar do colonizador. É uma visão do outro sobre a população, que se estendia e habitavam de maneira exótica as margens dos rios:

O abatimento a que chegou entre os seus descendentes a arte cerâmica, tão florescente outrora, é uma prova eloquente que as perseguições, a falsa catequese, todos os crimes que a cobiça baixa engendrava, fizeram de uma raça selvagem, mas talvez aperfeiçoável, uma gente abastada, dissimulada, odiando a civilização [...] (VERÍSSIMO, 1883, p. 71).

Compreende-se que para José Veríssimo o fato de Portugal ter mandado para a colônia o refugio de sua sociedade e, somada a ela a violência com que se deu a colonização, é que ocasiona o distanciamento da nova gente àquela ideia de civilização e de tudo o quanto dela era consequente. A história, por sua vez, testemunhava os crimes que se deram aos pés da cruz e frente à espada, o que poderia ser, segundo José Veríssimo, superado pela educação. Este era o problema para o qual chama atenção: na lascívia do colonizador, na violência da colonização, somente pela educação se poderia civilizar a Amazônia.

Sobre essa perspectiva, o autor sob o pseudônimo de “X” discute no número 10 da revista *Amazônica*, tomo 1, de 1884, a indiferença científica como uma das principais características da vida social brasileira, de um país que de tão preocupado com o desenvolvimento material, fazia ciência sem amor à ciência, mas ao poder (X, 1883, p. 55). Segundo o autor, enquanto o Maranhão sustentava o cognome de *Athenas Brasileira*, o Pará vislumbrava o espetáculo da borracha às custas do atraso científico.

O presente ensaio de José Veríssimo indica uma continuação na *Revista Amazônica*, a qual não acontece, pois, a revista encerra suas publicações em 1884, com os números 10 e 11,

sem nenhuma outra contribuição autoral de José Veríssimo. Diante do exposto, depreende-se que a *Revista Amazônica* objetivava a construção de um estado de civilização, através do qual a instrução dos sujeitos viria para colaborar com a ideia de que a Amazônia era muito mais do que uma região inóspita ou apenas dedicada ao engrandecimento econômico. Havia na região cientistas, viajantes, literatos e intelectuais dispostos a apresentar essa região ao Brasil, dialogar com ele e, indo mais além, defendê-lo em territórios estrangeiros.

Não se sabe por que a revista teve vida curta, apenas dois anos de durabilidade (1883 e 1884). Conjectura-se, pela dificuldade que desde então se tem de fazer ciência no Brasil, que seu fim se deu antes mais por dificuldades financeiras que desinteresse ou abandono de um projeto. Como apontam os últimos números de 1884, o pagamento dos assinantes deveria ser dado de modo adiantado e, não fazendo, cobrava-se a devolução dos exemplares enviados. Apesar das dificuldades, sua existência foi ousada para seu tempo, seja pela multiplicidade de discussões trazidas por seu organizador, por outros colaboradores ou pelo intercâmbio realizado com revistas do Brasil e fora dele. Isso infere dizer da necessidade de inserção da Amazônia no próprio espaço nacional, mas também na extensão dessa nação e sua inserção na América, sobretudo, a latina.

Atuando com diversos temas, a revista dedica-se à Amazônia e, sobre ela, às questões que demarcam sua identidade enquanto parte de uma identidade nacional e não a ela distinta, por se tratar de uma província desconhecida. Nesse sentido, dá atenção à cultura popular amazônica, a exemplo do primeiro ensaio publicado na revista, o qual tratava sobre a linguagem popular amazônica. A partir disso, as crenças, os costumes, as tradições e as mestiçagens conferiram aos estudos de José Veríssimo um teor etnográfico, capaz de circunscrever as bases e os rumos de sua intelectualidade brasileira nos tempos que João Alexandre Barbosa (1974, p. 77) chamou de “Uma geração contestante” (1878-1890).

É importante ressaltar que há pouca recepção da revista. Sobre ela, Eustáquio de Azevedo postula ter sido “a maior e mais bem cuidada publicação literária e científica que até hoje teve no Pará” (REGO, 1997, p. 12). A *Revista Amazônica*, fundada por José Veríssimo, é compreendida por Barbosa (1994) como o surgir de uma nova linguagem, ou metalinguagem da crítica literária no Brasil, que naquele tempo olhava uma nova configuração política e social, impactada pelo republicanismo, pelo capitalismo e pelas inúmeras mazelas sociais, como as causadas pelo escravagismo.

João Alexandre Barbosa (1974, p.40) entende que a *Revista Amazônica* era “um extenso e corajoso programa” que correspondeu aos seus objetivos durante o pouco tempo de existência, como enuncia:

Na *Revista Amazônica* o “espírito novo” (e leia-se, sobretudo, positivismo) revela-se, como não poderia deixar de ser, através de aplicações regionais de esquemas de investigação hauridos em Comte, Darwin, Spencer, Littré, direta ou indiretamente compreendidos dentro do sistema “moderno” de reflexão sobre o homem e os seus produtos (BARBOSA, 1974, p. 43).

Em plena efervescência intelectual, José Veríssimo participa do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica em Paris³², em 1889, a convite da associação. É identificado no boletim do congresso como membro do Instituto Histórico e Geográfico no Pará. No evento, o estudioso expõe suas ideias sobre as antigas civilizações brasileiras e suas origens (VERÍSSIMO, 1889, p. 501), confirmando seu trabalho voltado às questões etnográficas da Amazônia.

José Veríssimo fez uma exposição sobre a existência de uma antiga civilização indígena amazônica socializando suas pesquisas sobre antropologia e arqueologia na Amazônia. O Sr. Veríssimo falou da existência de duas famílias indígenas distintas: a família dos Tupis guaranis, falantes da língua geral e a família dos Tapuias, quer dizer dos bárbaros, à qual pertencia talvez o homem dos sambaquis. Na ocasião, apresentou um vaso do Marajó feito de cerâmica e ressaltou tanto a perfeição da feitura desse objeto quanto de outros expostos no Pavilhão dos Amazonas no Museu do Rio de Janeiro.

Durante sua argumentação, chamou a atenção o fato de que às margens do Amazonas, ou perto dessas margens, encontram-se também vasos desse tipo, mas não feitos com a mesma perfeição que os do Marajó. Entre o Amazonas e o Oiapoque, Ferreira Pena coletou vasos e

³² X Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica aconteceu em Paris em 1889, no qual foi composto um Conselho permanente cujos integrantes foram: ANDRADE CORVO (D') – Presidente do Congresso de Lisboa (1880); CAPELLINI – Fundador; DUPONT (Ed.) – Vice-presidente honorário; FRANKS (A.-W.) – vice-presidente honorário; LUBBOCK (sr. John) – presidente do congresso de Norwich (1868); MORTILLET (G. De) – fundador; PULSKY (F. De) – presidente do congresso de Budapeste (1876); QUATREFAGES (A. De) – vice-presidente honorário; STOPPANI (Ant.) – fundador; VIRCHOW (R.) – vice-presidente honorário; VOGT (C.) – vice-presidente honorário. Participaram do Comité de organização deste Congresso como VICE-PRESIDENTES: QUATREFAGES (A. De) – membro do Instituto, professor de Antropologia no museu de história natural; BERTRAND, (Alexandre) – membro do Instituto, conservador do museu de antiguidades nacionais de Saint-Germain-en-Laye; GAUDRY (Albert), membro do Instituto, professor de paleontologia no museu de história natural; SECRETÁRIO GERAL: HAMY (o doutor E. -T.), conservador de etnografia do museu do Trocadero; SECRETÁRIO: BOULE (Marcellin), agregado da Universidade e assessor no Museu de história natural; TESOUREIRO: BAYE, membro da Sociedade dos Antiquários; MEMBROS DO CONSELHO: ARBOIS DE JUBAINVILLE (D'), membro do Instituto, professor no Colégio da França;

outros instrumentos perfeitamente iguais aos do Marajó. Observa-se sua preocupação em apresentar a etnografia com dados frágeis, porque ao que parece o homem do Marajó teria vindo do norte da América Central, seguindo a costa do Atlântico. Dentre os achados que visam a confirmar essa hipótese, Veríssimo menciona os jades trabalhados, encontrados no Brasil, dos quais ele apresenta um modelo esculpido em forma de sapo.

A discussão acerca da defesa de José Veríssimo seguiu com o Sr. Hamy, o qual observa que a figura apresentada por Veríssimo bastaria para justificar a origem setentrional e ocidental que ele lhe atribui. É nas Antilhas, em Cundinamarca e América Central que há bastantes representações do sapo, o qual tem um papel importante na iconografia mitológica da América média e a representação arqueológica ou etnográfica do sapo é um dos fatos que melhor autoriza o Novo Mundo, seguindo a fórmula adotada para questão 7 “a hipótese de relações ou de migrações pré-históricas”.

O Sr. Netto proferiu algumas palavras dos sambaquis ou montante de conchas do Brasil e apresenta diferentes objetos de pedra encontrados em forma de peixe e passarinho, os quais não poderiam ser obras de selvagens atuais. Neto aborda a questão da expansão do jade na América do Sul, fenômeno para o qual ainda não houve explicação satisfatória. Por sua vez, o sr. Barão de Baye acredita que a questão da origem do jade é um problema para os estudiosos da Europa. Por falta de jazidas em nossa parte do mundo, as montanhas do Tibet foram consideradas como as fornecedoras dessa matéria primeira às populações neolíticas de nossas terras.

Durante as discussões, Putman, estudioso do Peabody Museum, afirmou que descobriu nas sepulturas pré-colombianas dos Estados Unidos um número considerável de jades. A análise sobre um tipo de jade encontrada na América não foi utilizada pelos povos pré-históricos. Foi assim que a origem asiática de certos objetos pré-colombianos foi proposta. No último registro do Congresso sobre a fala de José Veríssimo, Gosse estima que a questão do jade não está mais avançada na América que na Europa, onde as origens de certas pedras da época neolítica são ainda muito discutidas. Ele lembra os últimos trabalhos em Santos. As conchas de ostras, escolhidas pelo seu tamanho. As ostras formavam a imensa maioria deste sambaqui de Santos.

Percebe-se que a contribuição de José Veríssimo foi importante, levantando dados e informações que colaboraram para que os estudiosos do Novo Mundo atentassem para os jades coletados na América. É clara na atuação do intelectual a busca para fazer compreender as

questões sociais da região, esforço que também se fez presente em relação à política paraense, como demonstram as publicações realizadas nos jornais da época e que serão discutidas adiante.

2.4 DOS MOTINS POLÍTICOS ÀS CENAS DA VIDA AMAZÔNICA

Aliado a atividades intelectuais e literárias, José Veríssimo participava da movimentada política paraense, publicando nos jornais apreciações sobre a organização social da província, até sua estreia com o livro *Cenas da Vida Amazônica* (1886). Publicado no jornal *O Liberal do Pará* (1884), o ensaio intitulado “*Do Espírito e do Caráter das rebeliões paraenses- Motins políticos do Pará, por Domingo Antônio Raiol (Barão do Guajará)*”, no qual o estudioso discute os percalços que ocorreram durante a adesão do Pará em 1823 ao Movimento Liberal da metrópole. No artigo, trata da participação de Domingos Simões e Filipe Patroni, o qual afirmou à corte que seria mais fácil reduzir o Pará a nada do que servir ao julgo da Monarquia, em crítica a D. João VI.

Com a chegada do movimento da independência, nasceram duas facções, uma em favor da metrópole e outra preocupada em como ia se estabelecer o Estado. A classe portuguesa mais conservadora, composta de negociantes, empregados administrativos, entre outros, não confiava em Felipe Patroni, Batista Campos e outros. Segundo José Veríssimo, nenhum dos lados teve força para fazer a independência, senão com apoio de estrangeiros como o marinheiro inglês Grenfell.

Para José Veríssimo as lutas pela independência eram justas e nobres, ao contrário do que afirmou o padre Romualdo Antônio de Seixas³³, para quem a revolução era movida por uma seita contagiosa, em referência à maçonaria. Entretanto, na análise do autor, os revoltosos do Pará foram de uma covardia repulsiva e digna de desprezo, assim como compreende o livro de Raiol um instrumento para a desordem, pois apresenta a falta de coragem das autoridades locais. É nesse contexto histórico que o autor justifica seu posicionamento na filosofia positivista, em contraposição às defesas dos religiosos: “aqueles que escreveram eu poderia responder chamando aos que escreveram padres corruptos e estúpidos; mas a moral positivista tem um capítulo sobre a civilidade e a moral universal ensina-me que fazer mal aos animais é indício de mal caráter” (VERÍSSIMO, 1885, p. 2).

³³ Nasceu em Cametá (1787-1860) e foi o oitavo bispo do Pará.

Em 19 de novembro de 1886, sob o pseudônimo de Lúcifer, publica em *A República* “A conferência do Bispo do Pará”, Dom Antônio, acerca do casamento católico³⁴. Percebe-se que o estudioso vai do sarcasmo, ao explicar a metáfora das ovelhas (fiéis) do bispo, à ironia, ao tratar o religioso, encarregado de zelar pela pureza da “religião de nossos pais” e pela salvação da minha alma” (VERÍSSIMO, 1886, p. 3). O autor afirma que não trata o bispo com a mesma admiração fetichista dos devotos da “Boa Morte”, um contraponto ao jornal da igreja chamado “Boa Nova”. Ainda irônico, afirma ter “tentado a sorte”, isto é, a “Graça”, tornando-se um dos rebanhos ao dirigir-se ao aprisco/igreja.

Em sua opinião, o discurso de Dom Antônio sobre o casamento foi desapontador, pois:

(...) em vez de um discurso em que excelência de doutrina, a profundidade dos conceitos despertasse com as louçanias da linguagem, em que a ciência do teólogo corresse parelhos com a eloquência do orador. Em vez de alguma coisa que nos lembrasse quejando conferências dos Dupanloup, dos Felix, dos Mousabé, tivemos o chato arenzel (VERÍSSIMO, 1886, p. 3).

Mesmo que em uma publicação sobre política, se percebe na linguagem de José Veríssimo os traços severos que o fizeram conhecido em sua crítica. O motivo da aspereza reside se apresenta na forma como aborda a superficialidade de Dom Antônio para tratar o casamento de “maneira supérflua” (VERÍSSIMO, 1886, p. 3), como se fosse realizável somente no catolicismo, excluindo os muçulmanos, brahmanes, budistas, judeus e os protestantes que também se casavam. O crítico avalia que as palavras do bispo, na verdade, eram pretextos para reclamar da concorrência do pastor metodista, o reverendo Nelson, que não cobrava para fazer as cerimônias.

Para José Veríssimo, o problema do Bispo, homem de “honestidade vulgar”, era a arrecadação de dinheiro: “não dá vontade da gente se casar com uma prima para pagar uns contos de réis e levantar na bolsa católica os créditos da nossa fé?” (VERÍSSIMO, 1886, p. 3). Percebe-se que para o estudioso as ações da igreja iam de encontro ao ideal intelectual que desejava. O anseio pelo dinheiro, a compra de terras no nome particular do bispo, que “aborrecia a todos chorando miséria na mais suntuosa corte da Europa” (VERÍSSIMO, 1886, p. 3) refletem a ganância religiosa, como afirma: “(...) - é triste, tristíssimo sintoma do abatimento moral da igreja católica (...) - Estamos roubados!” (VERÍSSIMO, 1886, p. 3).

No periódico *Amazônia*, de 19 de maio de 1888, José Veríssimo chama atenção para a celebração da Lei 13 de maio e a redenção de 800 mil escravizados. Nessa ocasião questiona

³⁴ O artigo foi publicado posteriormente também no *Diário do Grão-Pará* em 14 de novembro de 1888.

“porque não criar um estabelecimento que não só comemore de uma maneira louvável essa gloriosa data” (VERÍSSIMO, 1888, p. 2), mas que seja centro de um trabalho educador para esses novos cidadãos. Os agentes para a realização do projeto proposto são “a boa vontade do povo e o apoio decidido da imprensa, com o auxílio de todas as classes e de todos, sem distinção de partido e de nacionalidade” (VERÍSSIMO, 1888, p. 2). Observa-se nessa publicação uma preocupação do autor com a condição social dos negros, como afirma:

[...] sempre em hora e linguagem e assuntos convenientes às classes operárias nas quais, estou certíssimo, teriam prazer em tomar parte os nossos homens mais distintos e pelo saber e talento e todos quantos queiram trazer o seu auxílio à educação das classes populares, aos artífices, aos operários, aos trabalhadores de todas as espécies (VERÍSSIMO, 1888, p.3).

Sua atenção, assim, volta-se para a classe operária, aos menos favorecidos economicamente e que não possuem condições de viver ou colaborar para uma sociedade mais desenvolvida. Essa questão, segundo o autor, somente poderia ser revertida pela educação, pela composição pedagógica das instituições do estado. Assim José Veríssimo observava a política não como um fim em si mesma, como uma disputa de poderes, mas como um meio de olhara para o campo social, suas gentes e planejar meios para que o estado pudesse emergir de sua condição precária, com a participação de todos os seus cidadãos.

A fim de observar de maneira mais ampla a face política de José Veríssimo, o quadro abaixo apresenta informações sobre seu envolvimento no movimentado período da passagem para a república. Para isso, são indicados os anos em que se deram seu envolvimento, a atividade que realizou, bem como a fonte de pesquisa desses dados:

Quadro 5: Envolvimentos políticos.

Ano	Atividade Política	Fonte
1879	Publica no jornal opiniões sobre problemas sociais, interesses populares e interesses do proletário- ainda em defesa do positivismo e em oposição à religião.	<i>O Liberal do Pará</i> - Folhetim (1877-1878-1879)
1882	É nomeado para oficial para a secretaria do governo.	<i>A Constituição: órgão do partido conservador (PA)</i> (1874 – 1886)
1882	Expõe carta declarando propostas de reorganização do Partido Liberal.	<i>O Liberal do Pará</i> - Folhetim (1877-1884).

1883	Atua como tesoureiro da Sociedade da União Econômica.	<i>Almanak Paraense: Administração, Comércio, Indústria e Estatística PA.</i>
1885	Publica o artigo “Do Espírito e Caráter das rebeliões paraenses- Motins Políticos do Pará- por Domingos Antônio Raiol (Barão do Guajará).	<i>O Liberal do Pará- Folhetim (1877-1884)</i>
1886	Participa do Clube Republicano, juntamente com Lauro Sodré.	Veríssimo, 1966, p. 34
1888	Tito Franco notícia sobre José Veríssimo dispor em favor da libertação dos escravos, de órfãos e a criação de uma caixa esmoladora para fins beneficentes no Colégio Americano.	<i>O Liberal do Pará- Folhetim (1877-1884)</i>
1889	José Veríssimo assina o protesto contra a intimação da força militar e o órgão do Dr. Paes de Carvalho (que intentava tomar posse à força da cadeira presidencial, dado o movimento republicano iniciado pelos militares) ao que considerava violência ao direito, à honra e à pátria.	<i>(O Liberal do Pará- Folhetim (1877-1884)</i>
1889	Discursa em nome da maçonaria na fundação do governo republicano.	Veríssimo, 1966, p. 34
1890	É nomeado pelo governador para comissão de confecção do projeto de constituição do Estado do Pará.	<i>A República: Órgão do Club Republicano (PA): 1886-1890</i>
1890	Realiza a socialização do projeto de constituição do Estado do Pará.	<i>A República: Órgão do Club Republicano (PA): 1886-1890)</i>
1889	É apontado pelo clube militar como inimigo da república.	<i>O Liberal do Pará (1889)</i>
1889	Funda o clube nacional e publica um manifesto de apoio ao governo provisório deposto.	<i>O Liberal do Pará (1889)</i>
1889	Tem o manifesto rechaçado pelo clube militar e corre risco de deportação.	<i>O Liberal do Pará (1889)</i>

1891	Sai da diretoria da Instrução Pública e deixa o Pará.	<i>A República: Órgão do Club Republicano</i> (PA)

Fonte: Elaboração nossa.

Do exposto, percebe-se que o intelectual possuía uma agitada vida política no Pará e suas ideias resultavam inclusive na formulação da legislação que regia toda a província. Ressalta-se que o espírito republicano era presente nesse processo político, bem como recente o movimento pela abolição da escravidão, comprovações de um pensamento social completamente envolto nessas ideias novas, as quais previam a modernização da Amazônia. Sua participação na organização política paraense refletia-se na arquitetura social da região, o que não deixava de ser discutido intelectualmente nos ensaios que publicava. Além de *Primeiras Páginas* (1878), o livro *Cenas da Vida Amazônica* (1886) é importante por reunir o etnógrafo e o literato, trazer apresentações dos aspectos da cultura amazônica, descrevê-las e representá-las por meio da ficção, como será analisado a seguir:

Eu lhe disse, e é a pura verdade: eu gostava do livro pelo que havia nele das minhas emoções juvenis, das cenas e paisagens em que fui parte e onde vivi, do amor do torrão natal com tudo que a saudade do passado lhe empresta de belezas e delícias; foi, porém, você que me fez estimá-lo, que me deu a confiança que ele não seria de todo desvalioso, e isso quando eu lhe era um quase desconhecido, na primeira vez que nos vimos. Quantas vezes, desculpe-me a franqueza, voltei a duvidar desse livro que eu amava por aquelas razões. A sua consagração de ontem pelo Mestre indisputado não me permitirá mais duvidar, lá bem no íntimo, dessa obra de mocidade e de amor.

Seu de todo o coração
José Veríssimo³⁵.

A carta de José Veríssimo, endereçada a Machado de Assis, revela a recepção do livro *Cenas da Vida Amazônica* (1889), publicado na *Gazeta de Notícias*. Mesmo referente à segunda edição, esclarece como o paraense encarava sua obra, até então sem maior circulação ou notoriedade. Ressalta-se que os textos do livro³⁶ já haviam sido publicados anteriormente, como na *Revista Amazônica* (1884), com o ensaio sobre a Linguagem popular e as crenças amazônicas, o conto “O Boto” e em *Primeiras Páginas* (1878), com os “Quadros Paraenses”, chamadas agora de “Esboçetos”. Posteriormente, um dos contos, *O Crime do Tapuio*, é republicado na revista *Arena*³⁷, em 17 de abril de 1887, mesmo ano em que o ensaio introdutório

³⁵ Carta de José Veríssimo a Machado de Assis, em 12 de junho de 1889. Manuscrito original da Academia Brasileira de Letras.

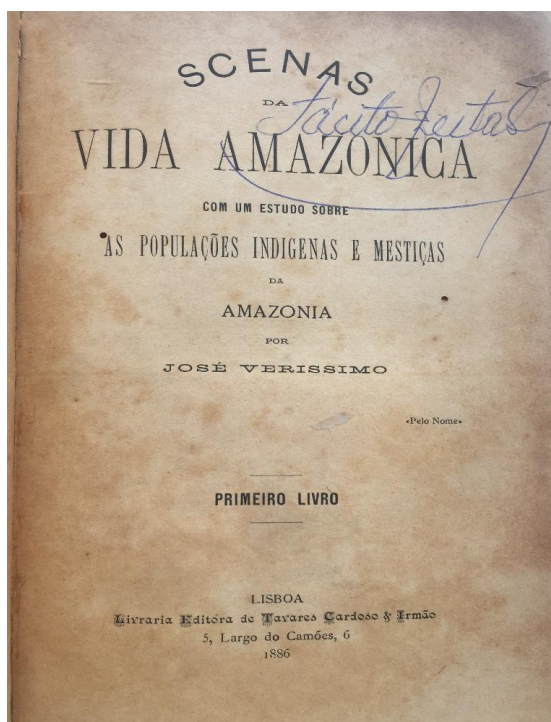
³⁶ Optou-se por trabalhar com o livro em sua primeira e segunda edições.

³⁷ Na revista *Arena*, o conto “O Crime do Tapuio” é publicado em quatro datas: 1, 8, 22, 29 de maio e 17 de abril de 1887, um ano após a primeira publicação de *Cenas da Vida Amazônica*, em 1886. Não há modificações no

do livro é novamente publicado na *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, no Rio de Janeiro.

A capa do livro não possui ornamentos, imagens, cores ou quaisquer outros detalhes que lhe encareçam. Segundo Nobre (2009), partida da junção entre os irmãos Avelino e Eduardo Tavares Cardoso, o livro foi publicado pela Livraria Tavares Cardoso & Irmão³⁸. O caráter transatlântico da livraria se deu com a mudança de Avelino para Lisboa, onde estabeleceu o mesmo negócio e nome, dessa vez em sociedade com Mattos Moreira. Assim, foi possível que o livro fosse impresso em Portugal por preço menor que no Brasil.

Figura 8: Capa da primeira edição de *Cenas da Vida Amazônica* (1886)



Fonte: Biblioteca Ferreira Penna (PA).

Como uma obra do *além-mar*, seu comércio, apesar de propício, foi considerada por José Veríssimo uma edição péssima. Anunciada como feito há 5 anos, em preâmbulo o autor “a abandona à divulgação e à crítica, a quem chama de entidades místicas do microcosmos literário, com página datada e assinada pelo autor indicando o ano de 1885”. Logo, se a

texto referentes a publicação do jornal. O exemplar está disponível no setor de microfilmagens da biblioteca Arthur Vianna, em Belém -Pará.

³⁸ Hoje o prédio da *Livraria Tavares Cardoso e Irmão* é tombado pelo patrimônio histórico. Foi restaurado e fica localizado na João Alfredo, entre Padre Eutíquio e Sete de Setembro, em Belém Pará.

publicação foi realizada em 1886 e no preâmbulo há esses outros indicativos de datas, constata-se que os textos existiam desde 1877, pois é nessa data que “O Serão” é publicado no folheto de *O Liberal do Pará*.

Para mapear o histórico dos textos presentes em *Cenas da Vida Amazônica*, o quadro a seguir indica dados sobre o capítulo introdutório, os contos e esboços, como ano de suas anteriores publicações, bem como os jornais e outros livros em que os textos estão presentes:

Quadro 6: Datas das primeiras publicações dos textos que compõem *Cenas da Vida Amazônica*

Texto	Data da primeira Publicação	Obra em que figura
“O Serão”	23 de setembro de 1877	<i>O Liberal do Pará</i> - Órgão do Partido Liberal. Escritório e Typographia Largo das Mercês.
“Quadros Paraenses- O Serão”	Publicado em 1878, entretanto, com assinatura do autor no preâmbulo do livro, datando de dezembro de 1877.	<i>Primeiras Páginas</i> - Typographia Guttenberg
“Quadros Paraenses- A Lavadeira”	1878	(Idem)
“Quadros Paraenses- - O Lundun”	1878	(Idem)
“Quadros Paraenses- - Indo para a Seringa”	1878	(Idem)
“Quadros Paraenses- Voltando da Seringa”	1878	(Idem)
“Quadros Paraenses- A Mameluca”	1878	(Idem)
“As Raças Cruzadas do Pará: Sua Linguagem, suas crenças e seus costumes”.	1878	(Idem)

Estudos: “Linguagem Popular da Amazônia”	Maio de 1883	<i>Revista Amazônica</i> -Typ.do Livro do Commercio, de Antonio Braule Ferreira Filho. Administrador: Joaquim Malcher
“Cenas da Vida Amazônica- O Bôto”	Julho/agosto de 1883	(Idem)
Estudos: Tradições, Crenças e Superstições da Amazônia	Setembro de 1883	(Idem)
“O Crime do tapuio”	maio de 1887	Revista Arena

Fonte: Elaboração nossa

A contracapa contém somente o título do livro. Em seu verso, indicações de outras obras publicadas pelo autor: *Primeiras Páginas* (1878); *Emílio Littré* (188-); *Carlos Gomes* (1882) e *Revista Amazônica* (1883-1884). Chama atenção as indicações “Para Publicar”: *Cenas da Vida Amazônica- Segundo livro*; *Estudos Brasileiros: Literatura, História e Etnografia*. Ainda, os livros em preparação - *Cenas da Vida Amazônica*, e um terceiro livro-*Os Seringueiros*. Desses, somente *Estudos Brasileiros* vingou. Em outra contracapa, o título bem destacado explicita a obra: é um estudo. Não há, por outro lado, indicações de que se trata de uma obra literária, salvo o nome do autor, José Veríssimo, figurar ao centro, tangenciado pela expressão “pelo nome” e amparado pela proposição “primeiro livro”.

Segundo Genette (2009), o título de uma obra ou o nome do autor já funcionam como elementos propícios a sua circulação, visto que o leitor, ao deparar-se com a capa, inicia seu horizonte de expectativas. Ao escrever “primeiro livro”, o autor demonstra sua pretensão em tecer uma segunda e terceira publicação da obra, o que jamais ocorreu. A capa não traz indicativos de caráter ensaístico ou literário, indefinindo o gênero da obra ao leitor nacional. Observa-se a preocupação do autor na página dedicada ao receptor, considerada com “muito pouco ou nenhum cuidado de revisão”.

Observa-se que o estudo etnográfico, que compõe a primeira edição de *Cenas da Vida Amazônica* dá conta dessa Amazônia citada, como o título explicita, relativo “As Populações Indígenas e Mestiças da Amazônia: Suas Linguagens, suas crenças e seus costumes”. José Veríssimo esclarece ao leitor:

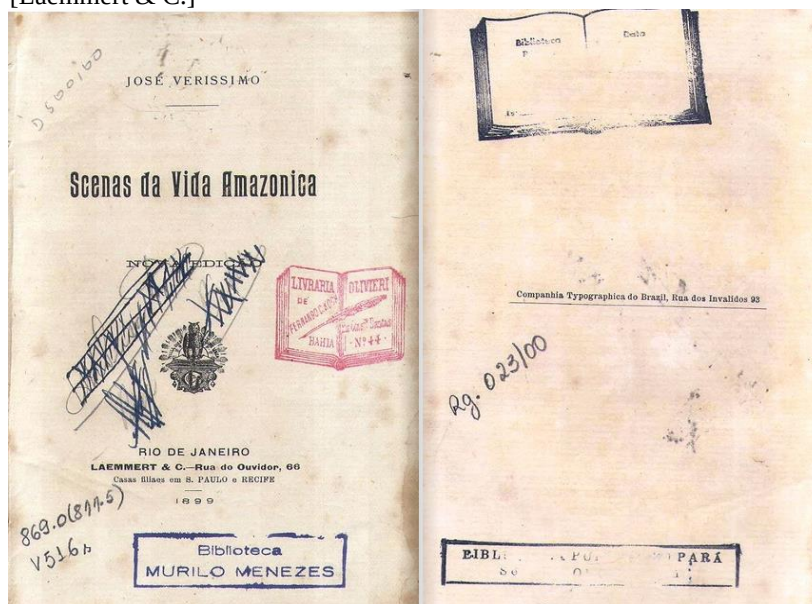
Mostrei com a máxima boa fé e franqueza o que são essas populações, acompanhei-as desde que apareceram na nossa história até hoje; a outros, aqueles que, talvez sem consciência da dificuldade da empresa, se metem de ombro com os fenômenos sociais, cabe a tarefa infinitamente mais árdua, de facultarem-lhes os meios de se desenvolverem progressivamente. Se este trabalho vale alguma coisa, sirvam-se dele no aproveitamento do elemento mestiço- o nosso verdadeiro elemento nacional (VERÍSSIMO, 1887, p. 389).

A ideia do autor expressa um esforço etnográfico focado nas populações amazônicas e visando o desenvolvimento da região. Por sua vez, os textos literários dessa mesma obra representam e sustentam, com prerrogativas da ficção, os campos por onde passeia a imaginação.

O sumário figura ao final do livro. Seu olhar revela que *Cenas* representa a reunião de textos já escritos, mesclando os de cunho literário, mais organizados em *Primeiras Páginas*, como “O Boto” da *Revista Amazônica*. Dentre os textos ficcionais, têm-se, ainda, “O Crime do Tapuio”, “O Voluntário da Pátria” e “A Sorte de Vicentina”. De texto não literário, o ensaio “As populações Indígenas” e “Mestiças na Amazônia: Suas Linguagens, suas crenças e seus Costumes” constam como capítulo introdutório no livro.

É em 1896 que José Veríssimo realiza a segunda edição do livro.

Figura 09: Capa de *Cenas da Vida Amazônica*. 2ª Edição de 1889 [Laemmert & C.]



Fonte: Setor de obras raras da biblioteca Arthur Viana.

A capa não apresenta ilustrações e a contracapa ressalta apenas: “Nova Edição”, que mereceu uma crítica publicada na *Gazeta de Notícias* (1996), no Rio de Janeiro, por Machado de Assis, mais tarde republicada na obra *Relíquias da Casa Velha* (1906, p. 142). Para esse

crítico, *Cenas da Vida Amazônica* é “um livro”, que há de ser lido com apreço. O autor paraense é reconhecido como crítico literário, mas também como um romancista, tal qual Sainte-Beuve com *Volupté*: “Há aqui um narrador e um observador, e mais aquilo que não acharemos em *Volupté*, um paisagista e um miniaturista [...] são efetivamente cenas daquela vida e daquele meio; sente-se que não podem ser de outra parte [...]” (MACHADO DE ASSIS, 1996).

Consoante ao exposto, compreende-se que o livro segue o método de observação baseado no exótico, com enfoque nas populações pobres e indígenas tratados como inferiores e o tapuío valorizado como resultado do processo de miscigenação no Brasil. Essa discussão em torno da objetividade científicista é também percebida no primeiro capítulo, de cunho etnográfico, quando é citado Louis Agassiz (1807-1873) e suas observações em *Voyage au Brésil*, publicado em 1867:

O resultado de não interrompidas alianças entre sangues-mistos é uma classe de homens, nos quais os tipo puro desapareceu e com ele todas as boas qualidades físicas e morais das raças primitivas, deixando em seu lugar um povo degenerado, tão repulsivos como esses cães produto de uma cadela de raça com um gozo, com horror dos animais de sua espécie, entre os quais é impossível descobrir um único indivíduo tendo conservado a inteligência, a nobreza, a afetividade natural que fazem do cão de tipo para o companheiro e o favorito do homem civilizado (AGASSIS, 1869, p.302).

José Veríssimo discorda do viajante: “É preciso ir ao fundo das coisas e estudar a história dos cruzamentos e dos aldeamentos do selvagem no Pará e no Amazonas” (VERÍSSIMO, 2013 [1886], p. 23). Esse conhecimento empírico do intelectual justifica-se por sua naturalidade da cidade de Óbidos, margeada pelo rio Amazonas e habitada por índios Pauxis, além de contar com inúmeros quilombos. Todo esse espaço fértil para a mestiçagem não estava diante do visitante, mas do olhar do paraense, que conhecia a crua realidade daquela Amazônia, parte de um contexto maior, como explicita:

A América é o vastíssimo cadinho em que se fundem hoje as diversas raças e gentes do globo. Porventura sua missão histórica é dar, servindo de campo para o cruzamento de todas elas, unidade étnica à humanidade, e, portanto, nova face às sociedades que hão de viver no futuro. Amplíssimo terreiro aberto às ambições de todo o gênero, o novo mundo, rompendo com os velhos preceitos das sociedades tradicionais da Europa [...] (VERÍSSIMO, 1887, p. 295 e 297).

Como percebe-se, a atenção ao local é evidente, mas não se desmembra de um entendimento global, que para José Veríssimo compunham a nação brasileira. Nesse campo de ideias, a Amazônia é um exemplo vivo do contato entre as etnias e suas culturas, onde “povos e raças mesclam-se, tornando-se, nesta parte do mundo, mais do que em nenhuma outra,

verdadeiro o princípio de antropologia que nega a existência de raças puras” (VERÍSSIMO, 1887, p. 295 e 297).

Considera-se que no período da publicação do livro, o centro intelectual brasileiro restringia-se ao eixo Rio de Janeiro - São Paulo - Minas Gerais. Para fazer parte desse círculo literário e intelectual, incluíam-se autores que antes mesmo de suas obras consagravam-se aos estudos geográficos de suas cidades natais. José Veríssimo esforçava-se para essa inclusão desde as suas *Primeiras Páginas* (1878) e, com *Cenas da Vida Amazônica* (1886), ampliava sua notoriedade como literato, escritor/observador das coisas e das gentes de sua região. No conto, o “Crime do Tapuio”, José era, também, apresentado como uma fera da floresta, um iletrado, da mesma forma que “A Mameluca” não era uma mocinha ou dama da sociedade urbanizada.

Como o primeiro capítulo da obra foi anteriormente publicado em *Primeiras Páginas* (1878), na *Revista Amazônica* em 1884 e, após isso, na *Revista Trimestral* do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1887), considerar-se-á o horizonte interno dos textos para constatar modificações que possam ter ocorrido ao longo dessas publicações. Assim, o quadro abaixo dedica-se à investigação das variantes dos textos da primeira edição, referente ao primeiro capítulo de *Cenas*, a fim de encontrar modificação e, nelas, algum sentido novo:

Quadro 7: Variantes do primeiro capítulo”.

Variantes	<i>Primeiras Páginas</i> - 1878	1ª ed. <i>Cenas da Vidas Amazônica</i> (1886)	Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro (1887)	2ª ed. <i>Cenas da Vidas Amazônica</i> 1889
1	Título: “Raças Cruzadas do Pará- Sua Linguagem, suas crenças e seus costumes”	Título: “As Populações Indígenas e Mestiças na Amazônia- Suas linguagens, suas crenças e seus costumes”	Obs.: Mantém o título da publicação de <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1886)	Obs.: Mantém o título da publicação de <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1886)

2	Introdução- Embora afastado da elaboração científica que neste momento tem um caráter verdadeiramente grandioso lá fora, o Brasil não podia ficar-lhe alheio [...] será isto assim mesmo? O papel do verdadeiro povo brasileiro, o resultado dos cruzamentos, é tão secundário que não valha a pena ocuparmo-nos dele?” [...] (p. 133 a 136)	Obs.: Trecho da introdução contida em <i>Primeiras Páginas</i> (1878) é retirado, da página 133 a 136.	Obs.: Mantém o texto de <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1886).	Obs.: Mantém o texto de <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1886).
3	Tapuios e Mamelucos- A vasta região amazônica apresenta um aspecto de um enorme cadinho onde se fundem hoje duas raças: branca e tupi [...] (p. 137)	Tapuios e seus descendentes- A América é o vastíssimo cadinho em que se fundem hoje as diversas raças e gentes do globo. [...] (p. 9) Obs.: Totalmente modificado da primeira publicação em <i>Primeiras Páginas</i> (1878)	Tapuios e seus descendentes- Obs.: Mantém o texto de <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1886).	Obs.: Mantém o texto de <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1886).
4	Cap. Linguagem	Linguagem E’ facto observado que	Linguagem Obs.: Mantém o texto de	Obs.: Mantém o texto de <i>Cenas da Vida</i>

	É fato observado que sempre que um povo civilizado põe-se em contato íntimo com um povo bárbaro, embora não seja pela conquista, os costumes do povo civilizado atuam mais fortemente sobre o povo selvagem do que os deste sobre aquele, o que não podia deixar de dar-se atenta à lei da perfectibilida de humana. (p. 157).	quando dois povos ou duas raças se encontram em concorrência pela vida em um território conquistado por uma delas, a civilizada, a mais forte aniquila a mais fraca. Ou a reduz e dispersa pela força, ou a assimila-a pelos cruzamentos que é outra maneira de seleção[...] (p. 27). Obs.: Totalmente modificado da primeira publicação em <i>Primeiras Páginas</i> (1878)	<i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1886).	<i>Amazônica</i> (1886).
5	Cap. Vocabulário das palavras de origem tupi usadas pelas raças cruzadas do Pará (p. 164).	Cap. “Palavras de origem tupi guarani usadas pela gente amazônica e em prática corrente na região” (p.38).	Obs.: Mantém o título de <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1886).	Obs.: Mantém o título de <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1886).
	Obs.: O trecho presente em <i>Cenas da Vida Amazônica</i> é inexistente no livro <i>Primeiras Páginas</i> (1878).	Bubuiar, flutuar, boiar, sobrenadar [...] (p. 38).	Obs.: Mantém o texto de <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1886). (p.328).	Obs.: Mantém o texto de <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1886).

	Obs.: O trecho presente em <i>Cenas da Vida Amazônica</i> é inexistente no livro <i>Primeiras Páginas</i> (1878).	Buranssanga, pequeno cacaete cilyndrico para bater algodão [...] (p.39).	Obs.: Mantém o texto de <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1886). (p.328).	Obs.: Mantém o texto de <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1886).
	Obs.: O trecho presente em <i>Cenas da Vida Amazônica</i> é inexistente no livro <i>Primeiras Páginas</i> (1878).	Caba, vespa. No sul dão às vespas o nome africano de maribondo aqui desconhecido (p. 39).	Obs.: Mantém o texto de <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1886). (p.328).	Obs.: Mantém o texto de <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1886).
	Obs.: O trecho presente em <i>Cenas da Vida Amazônica</i> é inexistente no livro <i>Primeiras Páginas</i> (1878).	Caiporismo, infelicidade; desdita (p.39).	Obs.: Mantém o texto de <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1886) (p. 329).	Idem
	Idem	Caiçara, curral, curro para guardar o gado (p.39).	Idem	Idem
	Idem	Canarana, cana brava, gramínea alta como a cana (...) (p. 39).	Idem	Idem
	Idem	Capão, ilha de mato, capim, grama [...] (p. 39).	Idem	Idem
	Idem	Capinar, mandar cortar o capim com enxada ou foice (p. 40).	Idem	Idem

	Idem	Capinzal, matta de capim [...] (p.40).	Idem	Idem
	Idem	Capoeira, mato novo que cresceu em lugar onde existiu uma mata virgem [...] (p. 40).	Idem	Idem
	Idem	Catinga, mau cheiro; odor que exala o corpo humano [...] (p. 40).	Idem (p.330)	Idem
	Idem	Cipó, nome genérico das trepadeiras [...] (p. 40).	Idem (p. 330)	Idem
	Idem	Cipoal, mata de cipó, lugar abundante de cipós (p. 40).	Idem (p. 330)	Idem
	Idem	Cipoar, bater, castigar com cipó (p. 40).	Idem (p. 330)	Idem
	Idem	Coivara, galhos que ficaram de resto numa queimada [...] (p. 40).	Idem (p. 330)	Idem
	Idem	Cutucar, bater, tocar [...] (p. 41).	Idem (p. 331)	Idem
	Idem	Embira, corda de cipó [...] (p. 41).	Idem (p.331)	Idem
	Idem	Encaiporar, tornar caipora [...] (p. 42).	Idem (p. 332)	Idem
	Idem	Encoivarar, amontoar em rumas os galhos [...], (p. 42).	Idem (p. 332)	Idem

	Idem	Entocar, esconder, esconder-se (p. 42)	Idem (p.332)	Idem
	Idem	Obs.: Há muitas novas palavras inseridas no vocabulário. Conferir em <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1886, p. 38).	Obs.: Mantém as palavras contidas em <i>Cenas</i> (1886).	Idem
6	Crenças- Os mais modernos e mais perfeitos estudos acerca do gentil do Brasil ainda não autorizam estabelecer-se com inteira certeza qual o grau de aperfeiçoamento que a religião alcançará entre esses povos. [...] (p. 173)	Crenças- O selvagem brasileiro, quer a grande família Tupi Guarani, quer a tapuia, estava em religião, no período fetichista, quando tece lugar a descoberta. Possui apenas um supernaturalismo ou animismo inicial vago, sem crenças definidas [...] (p. 348). Obs.: Capítulo totalmente modificado de <i>Primeiras Páginas</i> (1878)	Crenças- Obs.: Mantém o texto de <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1886).	Crenças- Obs.: Mantém o texto de <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1886).
7	Costumes- Não é nos centros de população, onde a civilização já os obliterou, que se há de estudar os costumes de uma raça. (p. 197)	Usos e Costumes- Não é nos centros de população, onde já a civilização os obliterou, que havemos de ir estudar os costumes e as usanças de uma raça inferior, pura ou mesclada. (p. 73).	Usos e Costumes- Obs.: Mantém o texto de <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1886). (p. 368).	Usos e Costumes- Obs.: Mantém o texto de <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1886)

		Obs.: Capítulo totalmente modificado de <i>Primeiras Páginas</i> (1878)		
8	Pescando ou caçando nas águas dos nossos rios imensos e nas matas gigantescas da nossa terra firme, remando a canoa do regatão ou tirando seringas ou castanha, que vamos estudar os costumes das raças cruzadas do Pará. (p.198).	Pescando ou caçando nas águas piscosas dos nossos rios imensos e quase inumeráveis, ou nos fartos e infintos bosques da nossa terra firme, remando a canoa do audacioso regatão ou reunida nas épocas e lugares próprios da extração da seringa e da castanha, que vamos estudar-lhes os costumes e usos. (p. 75).	Obs.: Mantém o texto de <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1886). (p. 369)	
9	“Aí dentro vive uma família inteira, às vezes numerosa” (p. 198).	“A maioria das vezes, esta compõe-se de um único compartimento onde vive, na promiscuidade mais imoral, toda uma família, não raro numerosa”. (p.75).	Idem	Idem
10	“A mulher não tem um papel bem acentuado entre eles. Não é nem esposa, nem senhor, nem também	“Assim constituída está desmantelada a família. A mulher perde o direito ao papel que na bem constuída lhe deve caber. Não tem ação definida	Idem (p. 372)	Idem

	escrava. Podíamos dizer serva [...]” (p. 201).	[...] ela é muito superior ao homem [...]” (p. 78).		
11	Conclusão Da página 211 a 214 o texto é exatamente igual em Cenas e na Revista. Modifica-se, completamente, a partir da p. 211 com a sua continuidade,	Conclusão Foi assim que conclui este estudo na primeira edição. Hoje julgo dever fazer uma observação, que vem modificar à minha maneira de ver há três anos. Acerca do remédio a dar para arrancar as raças cruzadas do Pará (e Amazonas) [...] Se esse trabalho vale alguma coisa, sirva-se dele no aproveitamento do elemento mestiço-nosso verdadeiro elemento nacional-; se não, façam novos e mais perfeitos estudos que lhes possam servir de base para a resolução desse difícil momentoso problema. Em todo caso, trabalhem. (p. 94).	Conclusão Obs.: Mantém o texto de <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1886). (p. 390)	Conclusão Obs.: Mantém o texto de <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1886).

Fonte: Elaboração nossa.

Observa-se que o título do artigo em *Primeiras Páginas* é modificado em *Cenas da Vida Amazônica*, passando de “Raças Cruzadas do Pará” para “As Populações Indígenas e Mestiças na Amazônia”. A mudança indica uma aproximação maior com o contexto sociocultural da região, e não mais às questões com enfoque étnico ou local, o que se expande ainda mais nas primeiras variantes em que o autor não especifica a Amazônia, mas, sim, a América, ou a região como parte de um continente.

Nesse contexto maior, compreende-se o anseio do país estar incluído no movimento intelectual, discutindo, por sua propriedade, questões estudadas e apresentadas por outros estudiosos sobre o próprio Brasil. O texto enfatiza não mais a polaridade civilizado versus não-civilizado, mas a pluralidade de etnias que concorrem em um território, resultando na aniquilação do dominado, o que se faz percebido no resultado da cultura.

Diante disso, observa-se que na variante 7 o autor acrescenta ao seu discurso classificações para a etnias e suas crenças. Sobre as primeiras³⁹, o texto cita o Boto com suas versões, além de outras lendas, como o Uirapuru, plantas medicinais e de sorte (tajapuru), o muiraquitam, festas de santos católicos, como Santo Antônio, Sairé e festa do Espírito Santo. Por sua vez, a variante na *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro* (1887), ressalta a presença da catequização católica, mas também do politeísmo indígena, seus pajés, sobre o Matin-tapêrê, além de afirmar que Tupan, Uaraci, Jaci e Caapóra haviam morrido no processo da mestiçagem. No ensaio, a Sicuriçu (cobra grande) é ponto de superstições, assim como o muiraquitam e a festa do Sairé.

Na variante 8, na *Revista Trimestral*, o texto mantém o conteúdo do texto original, mas amplia a visão geográfica sobre a Amazônia, especificando a grandeza dos rios ou dos costumes. Dentre eles, relata a construção dos cipós com que os tapuios erguiam suas habitações, sobre a pescaria, alimentação e trata sobre a posição de submissão da mulher no contexto cultural.

Percebe-se no ensaio etnográfico de José Veríssimo uma adequação mais científica da linguagem, também verificada em textos publicados em *Primeiras Páginas* (1883). Nas mudanças existentes, observou-se o acréscimo de ideias que conferem ao texto, em sua última versão, posicionamentos positivistas do seu autor, como, por exemplo, ao tratar os costumes das famílias como “promiscuidade mais imoral” (1886, p. 75).

³⁹ Acerca das festas e lendas amazônicas, a temática é tratada em 1883 na *Revista Amazônica*, sob o título de Tradições Crenças e Superstições Amazônicas.

É importante lembrar que o primeiro capítulo de *Cenas* não é literário⁴⁰. Segundo Schmid (2014, p. 30. Tradução do grupo ANA), “ser fictício” significa apenas ser representado. A ficção literária é uma representação de um mundo que não implica relação direta entre o que é representado e o mundo real extraliterário. Ficção consiste no fazer, na construção de um mundo inventado e possível.

No caso do conto “O Boto”⁴¹, pode ser compreendido, à luz da narratologia, como um texto literário narrativo, pois há uma instância mediadora entre o autor e o mundo narrado, o narrador, tal como conceituado na teoria clássica da narrativa. É perceptível no conto a figura do narrador no início do conto com a expressão “Naquele dia” (VERÍSSIMO, 1886, p. 7), como uma maneira distinta do “era uma vez” utilizado nos contos tradicionais. O tempo é determinante no desenvolver da narrativa, pois é na época das cheias que os lagos se enchem e favorecem a pesca do pirarucu, o que prova a mudança da família do sr. Porfírio, a ação dos regatões, enfim, determina a economia e a vida das personagens.

O conto se dedica a narrar os costumes, as linguagens, as relações sociais que se dão no interior da Amazônia, e não sobre o ser mitológico como porventura infere o narrador: “Estava o rapaz em mangas de camisa branca e chapéu de palha” (VERÍSSIMO, 1886, p. 122). O narrador, por meio das descrições da cidade de Óbidos, das chitas do vestido de Rosinha ou dos alimentos como a maniçoba e tambaquis apresentam o mestiço ao Brasil.

Percebe-se representações pejorativas quando o narrador trata de alguns personagens naturais da cidade: os passageiros que desembarcam “rindo da terra e dos matutos”, os “tapuios indolentes sentados nas bordas de suas montarias”, homens e mulheres que tomam banhos no rio com uma “sem cerimônia desavergonhada e primitiva” e as “miseráveis barracas de palha montadas na época da salga” (VERÍSSIMO, 1886, p. 113-115).

Ainda, observa-se um destaque às questões da religiosidade amazônica, que se constrói a partir de uma hierarquia em que a religião do branco é mais forte que a dos indígenas. No conto, Nossa Senhora Santana, São Sebastião e Santo Antônio convivem concomitantemente aos curupiras, caipora, matinta-perê, pretos velhos, mãe d’água e coqueiros consagrados a santos, compreendendo-se a miscigenação presente na narrativa.

⁴⁰ Por isso, ele é retirado na segunda edição da obra em 1899 com intenção de fazer um livro puramente novo.

⁴¹ Dividido em três capítulos, o conto foi publicado nos números cinco, seis e sete da *Revista Amazônica*, em 1883 e depois foi publicado no livro *Scenas da Vida Amazônica*, em 1886. A análise narratológica do conto pode ser conferida no item 1.2 deste estudo.

No que diz respeito a essas presenças míticas, o narrador as apresenta como “noções vagas do supernaturalismo selvagem misturados com histórias de santos de oratório” (VERÍSSIMO, 1886, p. 104). A presença de pensamentos cientificistas se reforça quando o sítio da família é indicado como espaço de sobrevivência sem perspectivas de mudanças, o que sinaliza um determinismo social: “Desde que andou meteu-se de companhia com os curumins e molecas que havia no sítio e a maior parte do tempo passava com eles [...] “Levava uma vida anfíbia, à beira da praia, ora n’água ora em terra, fazendo figuras na areia” (VERÍSSIMO, 1886, p. 103).

Esse determinismo fica ainda mais explícito quando o narrador conta que “Rosinha nascera e crescera à lei da natureza” (VERÍSSIMO, 2013, p.21). Silva (2016, p. 25) afirma que a natureza atua como elemento condicionante para as personagens em quatro situações

1-No comportamento das personagens: como ocorre ao pai de Rosinha, “desambicioso, senão indolente”, que “vivía uma vida apática e estéril” (VERÍSSIMO, 2013, p. 21); 2. No destino de Rosinha: que se entrega ao regatão, enquanto a natureza anuncia o mal vindouro: “o cão ao longe dá um último uivo triste de agonia” [...] enquanto “tudo cai em enorme silêncio” (VERÍSSIMO, 2013, p. 29); 3. No lugar da “existência indolente das raças miseráveis” 12: onde “os que vem a salga armam a sua miserável barraca de palha, a quem chama feitoria” (VERÍSSIMO, 2013, p. 36); 4. Nos costumes locais: “quando Rosinha deixa cair a empanada, acorda o tempo: “A natureza esticava os braços num bocejo preguiçoso de quem deixa a rede, a hora da sesta ia passando, algumas portas se abriam e raras pessoas começavam a aparecer na rua” (VERÍSSIMO, 2013, p.19), o que personifica a natureza... dos costumes amazônicos. (SILVA, 2016, p. 25)

Segue-se abaixo o quadro com as variantes das publicações do conto “O Boto”, na *Revista Amazônia* (1883), na primeira edição de *Cenas da Vida Amazônica* (1886) e na segunda edição da obra (1889):

Quadro 8: Variantes do conto “O Boto”.

Conto O Boto	<i>Revista Amazônica-</i> 1883	1 ed.^a <i>Cenas da Vida</i> <i>Amazônica-1886</i>	2^a ed.^a <i>Cenas da Vida</i> <i>Amazônica-1889</i>
1	“No paru. Já mandei dizer ao Antonio p’ra trazer a canua- e mantimento[...]” (p. 150).	Mantém o texto da <i>Revista Amazônica</i> (1883)” (p. 98).	“No paru. Já mandei dizer ao Antonio p’ra trazer a canôa- ele dizia canúa- e mantimento[...]” (p. 3).

2	“O isolamento do sítio, a necessidade fisiológica de ter uma mulher foram por muito neste casamento” (p.150).	Mantém o texto da <i>Revista Amazônica</i> (1883)” (p. 102).	“O isolamento do sítio, a necessidade de ter uma mulher foram por muito neste casamento”. (p. 14)
3	“Dona Feliciano era” (150).	Mantém o texto da <i>Revista Amazônica</i> (1883)” (p. 102).	“ Era dona Feliciano”. (p. 14).
4	“Foi meiga e terna de uma meiguice e ternura inteiramente carnaís. [...] ``. (p. 150).	“Foi meiga e terna de uma meiguice e ternura inteiramente carnaís. Gostava, por exemplo, a sós com o marido, de abraçá-lo e beijá-lo, n’uma expansão sincera de gosos desejados. Passadas, porém essas crises, ele metia-lhe respeito e até medo. Deixava de ser esposa; tinha a submissão passiva e boa de uma escrava que partilha a rede do senhor. Possui, no entanto, sobre ele a superioridade” (p. 102-103).	Mantém o texto da <i>Revista Amazônica</i> (1883)” (p. 15).
5	“Neste tempo, uma tapuia que tinha em casa teve também um filho e a amamentação da menina” (p. 150).	Mantém o texto da <i>Revista Amazônica</i> (1883)” (p.103).	“Neste tempo, uma tapuia da casa teve também um filho e a amamentação da menina”. (p. 15)
6	“santos que moravam com o papai do céu” (p.150).	Mantém o mesmo texto da <i>Revista Amazônica</i> (1883)” (p. 103).	“santos que moravam com o pai do céu”. (p. 15).
7	“Era um mau rapaz, muito temido pelas pacatas famílias	“Mantém o mesmo texto da <i>Revista Amazônica</i> ” (p. 104).	“Era um mau rapaz, muito temido pelas pacatas famílias obidenses, sempre

	obidenses, sempre receosas das calúnias que irrefletida, senão malevolente, assacava a a todos, já em palestras em rodas mexeriqueiras” (p. 151).		receosas da sua maledicência, já em palestras em rodas mexeriqueiras, já em pasquins infames, a cuja fabricação era atreito” (1889, p. 21)
8	“Em vez de desencararem-no, como fora do melhor conselho, acatavam-no com um sorriso amarelo e medroso” (p. 152).	Mantém o texto da <i>Revista Amazônica</i> (1883)” (p. 105).	Trecho retirado na 2ª edição de <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1889).
9	“Porque via neles uma prova de amor” (p.154).	Mantém o texto da <i>Revista Amazônica</i> (1883) (p. 107).	“Vendo neles uma prova de amor” (1889, p. 21).
10	“Esses dias teve-os ela angustiada, muito triste” (p. 154).	Mantém o texto da <i>Revista Amazônica</i> (1883) (p. 108).	“Esses dias viveu-os angustiada, muito triste”. (1889, p. 27)
11	“[...] tinha medo dos pais e ao mesmo tempo muita vontade de se encontrar sozinha com Antônio para conversarem à vontade [...]” (n. 5, p. 151).	“[...] tinha medo dos pais, e ao mesmo tempo desejo ardente de encontra-se sozinha com o Antônio para conversarem à vontade [...]” (p. 108).	Mantém o texto da 1ª edição de <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1886).
12	“Ao Antônio não escapou este acesso de paixão” (n. 5, p.154).	“Este acesso de paixão não escapou ao Antônio” (p. 107).	Mantém o texto da 1ª edição de <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1886).

Cap. II (O Boto) 13	“Depois que irrefletidamente deixara o sítio, abandonando com ele os seus únicos interesses legítimos” (p. 185).	“Depois que irrefletidamente abandonara o sítio, e com ele os seus únicos interesses legítimos” (p. 110).	Mantém o texto da 1ª edição de <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1886).
14	“Digo naquele tempo porque hoje” (p.186).	“Naquele tempo, digo, porque hoje” (p.111).	Mantém o texto da 1ª edição de <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1886). (p. 35).
15	“A chegada do vapor, com ser coisa esperada, não deixava ser um fato importante” (p. 186).	“Com ser coisa esperada, não deixava a chegada de um vapor de ser um fato importante” (p.111).	“Não obstante esperada, não deixava a chegada de um vapor de ser um fato importante” (p.35).
Cap. III (O Boto) 16	“Rosinha não se poderá esquecer do Antônio. Tinha desfalecimentos súbitos de ânimo, com grandes quebreiras do corpo, que passavam despercebidos a seus pais. Por mais que fizessem aquele homem não lhe podia sair do sentido e começava a compreender que ele a enganara. Então tinha medo que viesse a saber a falta cometida. Um dia estava sentada [...]” (p.21).	“Rosinha, por mais que fizesse por tirar do sentido a imagem ora queria, ora aborrecida do Antônio, não conseguia esquecê-lo. Refletindo no seu caso, principiava a compreender que ele a iludira. Sentindo-se assim enganada e, demais, receosa e apreensiva sobre as consequências da sua falta, pegavam-na grandes quebreiras de corpo, desfalecimentos súbitos de ânimo, acompanhados, às vezes, de prantos, soluçados às escondidas. Tudo isso passava despercebido dos seus. Um dia, estava ela sentada[...]” (p. 121).	“Rosinha, por mais que fizesse por tirar do sentido a imagem ora queria, ora aborrecida do Antônio, não conseguia esquecê-lo. Refletindo no seu caso, principiava a compreender que ele a iludira. Sentindo-se assim enganada e, demais, receosa e apreensiva sobre as consequências da sua falta, pegavam-na grandes quebreiras de corpo, desfalecimentos súbitos de ânimo, acompanhados, às vezes, de prantos, soluçados às escondidas. Tudo isso passava despercebido dos seus. Um dia, estava ela sentada[...]” (p.60-61).

17	“Onde um enxame de canários da terra cantavam com uma alegria doida” (p.21).	“Em cuja copa gorjeava um exame de canários da terra, misturando o seu chilro fresco e vivo à beleza da manhã” (p. 121).	Mantém o texto da 1ª edição de <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1886).
18	“Logo, e sem saber porque, pensou em Antônio e pô-se a olhar atentamente o homem da canoa, que se aproximava, abeirando a margem em que estava ela, equipada por quatro ramos” (p. 21).	“Inconscientemente, acudiu-lhe ao pensamento o Antônio, e pô-se a olhar atenta o homem da canoa que, equipada por quatro remos, se aproximava, abeirando aquela margem” (p.122).	Mantém o texto da 1ª edição de <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1886).
19	“Disque o Raimundo sempre foi pronunciado?” (p. 22).	Mantém o mesmo texto da <i>Revista Amazônica</i> (1883) (p.122).	“O Raimundo Pacheco sempre foi, disque, pronunciado?” (p. 63)
20	“Aqui ele disse o nome de um partido político” (p.22).	Mantém o mesmo texto da <i>Revista Amazônica</i> (1883) (p.122).	“Aqui disse o nome de um partido político” (p.63)
21	“Apesar da pouca idade que tinha” (p. 22).	Mantém o mesmo texto da <i>Revista Amazônica</i> (1883) (p. 123).	“Apesar da pouca idade” (p. 64)
22	“A falta, cujos pormenores lhe ela contou” (p. 24).	Mantém o mesmo texto da <i>Revista Amazônica</i> (1883) (p.125).	A falta, cujos antecedentes lhe ela contou (p.70)
23	“Porque ela arranjaría tudo” (p.25).	“porque tudo se arranjaría” (p.126)	Mantém o texto da 1ª edição de <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1886).
24	“A velha tapuia não tinha a delicadeza refinada de sentimentos, que é apagio das mulheres civilizadas” (p. 26).	Mantém o mesmo texto da <i>Revista Amazônica</i> (1883) (p. 127).	“A velha tapuia não tinha os sentimentos refinadamente delicados” (p.75)
25	“A negrinha Camila, que já conhecemos, veio por sobre as	“a negrinha Camila veio por entre as redes de Porfiro [...]” (p.129).	Mantém o texto da 1ª edição de <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1886). (p.79).

	redes de Porfiro [...]” (p.28).		
26	“Numa das extremidades ficaram um pires com sal grosso, pimenta de cheiro e cumari e um limão semi-partido” (p. 28).	Mantém o mesmo texto da <i>Revista Amazônica</i> (1883) (p. 129).	“Numa das extremidades ficaram um pires com sal grosso, pimenta de cheiro e malaguetas e um limão semi-partido” (p. 80)
27	“Antônio aceitou, mas com a condição que ele não recusaria um garrafãozinho de vinho que tinha ali na canoa e que pediu licença para mandar buscar pela pretinha”. (p. 28)	Mantém o texto da <i>Revista Amazônica</i> (1883) (p. 130).	“Antônio aceitou, sob a condição, porém, de não recusarem um garrafãozinho de vinho que pediu licença para mandar buscar pela pretinha ali na canoa”. (p. 81).
28	“Atirava à boca, com perícia incrível, outros punhados de farinha”. (p. 29)	Mantém o texto da <i>Revista Amazônica</i> (1883) (p.130).	“Atirava à boca, com maravilhosa perícia, outros punhados de farinha” (p.82).
29	“Em grossas xícaras de louça de pó de pedra”. (p. 29).	Mantém o texto da <i>Revista Amazônica</i> (1883) (p. 131).	“Em grossas xícaras de pó de pedra (p.84).
Cap. IV (O Boto) 30	“Tinha ela também nos lábios um sorriso escarninho e contente. Mais do que a zombaria dos caboclos, isto feri-o fundo, no seu amor próprio de homem e de macho; ficou fora de si” (p.31).	Mantém o texto da <i>Revista Amazônica</i> (1883) (p. 132).	“Tinha ela também nos lábios um sorriso escarninho e contente. Mais do que a zombaria dos caboclos, isto feri-o fundo, no seu amor próprio; ficou fora de si” (p. 89).
31	“As montarias que vieram em socorro	Mantém o texto da <i>Revista Amazônica</i> (1883) (p.135).	“As montarias que vieram em socorro do

	do pobre moço viraram a proa e voltaram lentamente” (p. 33).		malaventurado moço viraram a proa e voltaram lentamente” (p. 93).
32	“Tornou-se amarela; ficou feia, em suma”. (p. 34).	Mantém o texto da <i>Revista Amazônica</i> (1883) (p. 137).	“Tornou-se amarela; ficou feia” (p.98).
33	“Seu pai notou esta mudança, e perguntou à mãe a causa dela” (p. 34).	Mantém o texto da <i>Revista Amazônica</i> (1883) (p. 137).	“Seu pai notou esta mudança, e perguntou à mulher a causa dela” (p. 137).

Fonte: Elaboração nossa.

Observa-se que as variantes, da primeira edição, mantêm, em grande parte, o texto publicado na *Revista Amazônica*. Presente somente na primeira edição, o narrador descreve a sentimentalidade da mulher, revelando sua humanidade diante do homem. Observa-se que o narrador modifica sua voz ao tratar de Rosinha, demonstrando-a vulnerável aos galanteios de Antônio, uma fraqueza que desperta timidamente na sua consciência e termina arrebatadora no corpo e na alma da menina, à revelia do conhecimento de sua família.

Outra atitude do narrador não encontrada na *Revista Amazônica*, mas percebida na primeira edição de *Cenas* encontra-se na exaltação da natureza, pois a descreve com majestade e ao mesmo tempo com simplicidade. É possível notar que se retira da edição elementos, como apostos, que indicam o grau de aproximação do narrador na história, o que revela sua presença mais marcada na narrativa.

Nota-se que ocorrem mais modificações no texto na segunda edição de *Cenas da Vida Amazônica* (1889), dentre elas, explicações dos modos de falar amazônicos, o que na publicação da *Revista Amazônica* era apenas posto em discurso indireto. Também se verifica que ora se mantém o mesmo texto das edições anteriores, ora se realizam hipérbatos, que modificam a situação da tapuia, a qual torna-se objetificada e passa explicitamente a fazer parte da propriedade da casa. Em algumas variantes é possível observar que o narrador modifica o uso do verbo *ter* (da revista), para *viver* (na segunda edição), de modo que se aprofunda o sentimento de angústia vivenciado pela menina.

Observa-se na análise das variantes da segunda edição a retirada da referência de mulheres civilizadas às mulheres tapuias, o que indica que para o narrador, em um posicionamento dominador, que a personagem pertencia a um meio selvagem. Não obstante, agora como apresentador de uma cultura representada, utiliza novos substantivos e adjetivos para dar ênfase aos costumes populares das personagens. Chama atenção que nas variantes da segunda edição o amor é retirado, indicando tanto a universalização desse sentimento do homem quanto a impossibilidade de ser sentido pelo tapuio, como se ele não fosse capaz ou digno.

Em outro conto, **“O Crime do Tapuio”**, o título apresenta a situação representada: o personagem “Tapuio” está irremediavelmente ligado ao “crime”. O conto narra a história de um tapuio que rouba uma menina de sua casa ao vê-la sofrendo nas mãos da velha Bertana. Por isso, é acusado de estuprar e matar a moça dada pelos pais àquela senhora, até enfrentar um tribunal no qual os advogados de acusação e defesa se enfrentam. Ele é condenado pelo crime, mesmo após a garota aparecer junto aos pais, revelando ao leitor que na verdade ele a pegou para devolvê-la aos pais, preferindo sua condenação a emudecer diante dos maus tratos sofridos por ela.

Há uma complicação no conto e o fato de ser um não-branco torna José culpado, revelando um determinismo social. Apesar disso, a chegada de Benedita em seu julgamento, fato não esperado pelo leitor, indica a quebra de expectativa, um imprevisto, que permite a sequência da história. Entretanto, a irreversibilidade, segundo o autor, é baixa, pois o índio, apesar da aparição de Benedita, não retoma seu estado anterior e apenas a menina volta para a sua família. O fim do Tapuio é indicativo de que a história se encerra com sua condenação na e pela sociedade.

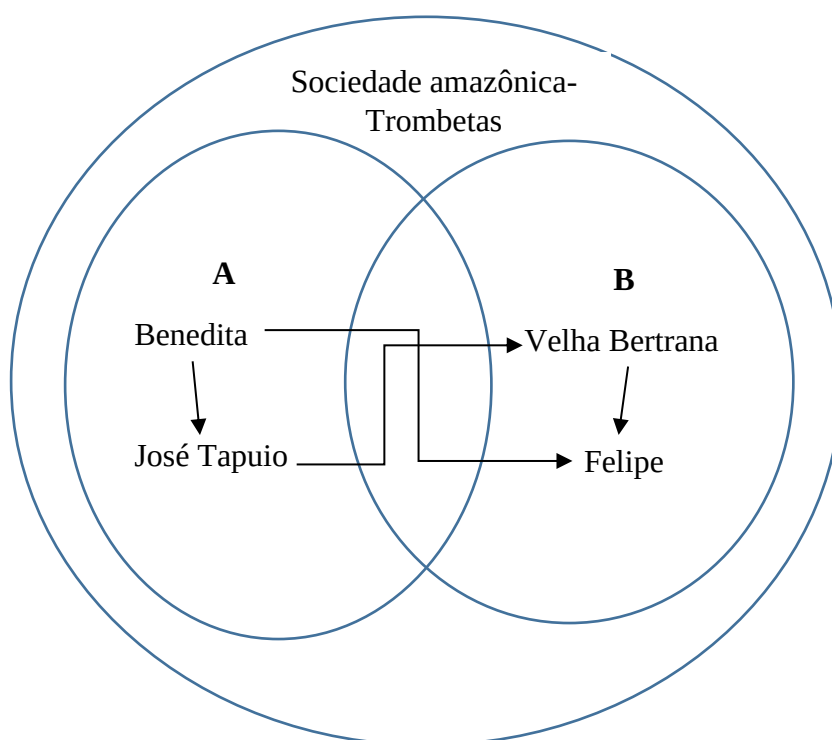
O primeiro capítulo do conto apresenta-se como um texto com função referencial, pois, se ocupa em descrever etnologicamente alguns aspectos da sociedade amazônica. No entanto, os outros apresentam ficcionalidade e, caracterizando-se como textos literários. Observa-se que a presença de textos literários e não literários, narrativas ou descrições são questões que precisam ser discutidas a respeito de *Cenas da Vida Amazônica*, pois convivem na obra.

Partindo-se dessa compreensão, no conto, o personagem Tapuio torna-se um sujeito sem voz no final da narrativa e sua ação não modifica seu destino. Ele, pode-se dizer, a partir do rapto, possibilita uma possível mudança de estado da menina, que deixa de ser uma subalterna da mulher mais velha e retorna à casa dos pais. Ainda assim, não se pode dizer que a criança

teve uma transformação, vivenciou uma história surpreendente, já que apenas retornou para sua posição anterior.

Quanto à ligação temporal, é possível encontrar na aparição repentina da família uma equivalência de valores que não são marcadas pelo tempo, mas pelo valor de dois elementos em oposição: a suposição da morte e a certeza da vida, a prisão do corpo e a liberdade para modificar destinos. Neste caso, o destino do tapuio não é de liberdade como o da menina, mas eles são ligados pela motivação dessa liberdade a partir de uma consciência étnica. Essa ideia está traduzida na figura a seguir:

Figura 10: Estrutura social representada em “O Crime do Tapuio”



Fonte: Elaboração nossa, 2016.

Como se observa, há um contexto social e cultural delimitado na Amazônia, no qual se encontram e entrecruzam, no círculo A, Benedita e o Tapuio (da mesma etnia), e no círculo B, a velha Bertrana e o seu neto Felipe (da mesma classe social). Os círculos apresentam pares opostos em que a Benedita é completamente distinta de Felipe, enquanto o tapuio adversário da senhora.

Ao roubar a menina, o tapuio apresenta-se como seu equivalente, quebra a cotidianidade sofrida dela, ocasionando o que Wolf Schmid (2010) chama de *Evento*, não necessariamente posto como a violação de uma norma, mas pelo fato de se alterar a forma de vida da garota, ao

mesmo tempo em que durante o tribunal se percebe uma ideia equivocada acerca do índio. O evento é diegético na medida em que “manifestam particularmente peripécias axiológicas, isto é, na inesperada reavaliação da ação e de seus protagonistas por meio do narrador ou no súbito entendimento dos contextos os quais se tornam claros para o narrador pelo seu ato de narrar”, com a devida resultabilidade (SCHMID, 2014, p.8. Tradução do grupo ANA).

O final do conto dá-se com o diálogo:

- Conhece essa rapariguinha?
- “Eê.. Benedita”.
- Você disse que tinha matado e enterrado no Urua-papera?
- “Eê...”
- E porque disse isso, mentindo, e expondo-se a ser, como foi condenado?
- Porque eu queria “fazê bem pra ela”

O silêncio do Tapuio é rebelde; ele está sob pressão do seu dominador para confessar-se criminoso, até num rompante minimalista fazê-lo: “Eu queria ela p’ra mim... furtei ela de noite... no mato ela gritou... então eu matei ela e fui leva o corpo na minha canua p’ra enterrá no Urua-Taperá”. Durante a fala do acusador José não sofre. Ele silencia e apenas olha com uma seriedade cômica.

Percebe-se que a superioridade do dominador é ironizada pela astúcia silenciosa do homem tido como selvagem, embora ele não consiga vencer as forças que atravessam a estrutura social vigente. Na obra *Pode o Subalterno Falar?* Gayatri Spivak (2010, p. 126) responde que o limitado ou o nenhum acesso às instâncias da fala, resultante de processos hegemônicos, dão aos sujeitos o posto de subalternidade, cuja condição é regida pela negação das formas políticas de representação, sem dialogismo entre o sujeito que fala e o sujeito que ouve, o que ocorre na história de José.

A curta fala do personagem sinaliza um amor sacrificial? Uma protetora afeição? Apesar do resultado, pode-se notar que a ação do José Tapuio ocasiona uma mudança apenas trivial na narrativa, pois há pouca eventualidade no conto, já que as personagens são marcadas por um determinismo social. O narrador indica a possibilidade da morte do Tapuio, varado por uma bala tal como “aquele lobo histórico”, trazendo para a narrativa a ideia de que o homem é o lobo do homem e desse destino não se pode escapar.

Souza (2011, p. 75) afirma que Veríssimo “imbuído do empirismo científico, pautado na observação rigorosa, se opôs às idealizações dos românticos”, reivindicando “sua autoridade para tratar do tema e baseado no discurso científico”. Essa questão é bastante polêmica quanto

ao trato diante do texto do autor, pois tanto em *Primeiras Páginas* (1878) quanto em *Cenas da Vida Amazônica* (1886) é possível encontrar textos com ficcionalidade ou factuality.

A seguir, quadro comparativo do conto, entre a primeira e segunda edição do livro:

Quadro 9: Variantes do conto “O Crime do Tapuio”.

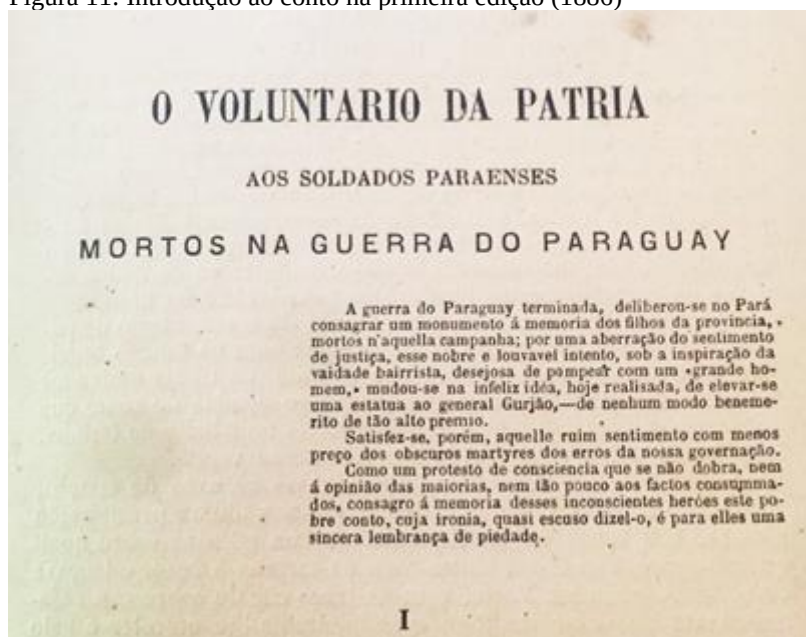
Conto “O Crime do Tapuio”	1ª edição. - Cenas da Vida Amazônica-1886.	2ª edição de Cenas da Vida Amazônica-1889.
1	“Cada um por sua vez, iam os jurados até junto da mesa” (p. 155).	“Cada um por sua vez, acercavam-se os jurados da mesa” (p. 134).
2	“Ilustre auditório” (p. 158).	“Ilustrado auditório” (p. 142).
3	“Onde tinha lugar o júri” (p. 158).	“Onde se efetuava o júri” (142).

Fonte: Elaboração nossa.

Como se pode observar, há poucas variações no conto *O Crime do Tapuio*. A mudança apresentada encontra-se no verbo "ir", na primeira edição (variação 1) e acercar, na 2ª edição, cuja mudança infere o teor da cena; no caso, circular a mesa, denota maior interesse das personagens em relação ao papel de jurado que poderiam desempenhar. Outras variações se dão no plano lexical, conferindo maior elogio ao júri ou demonstrando-o mais ligado ao seu trabalho.

Ainda no contexto da Amazônia paraense, o conto “**O Voluntário da Pátria**”, contido na primeira edição de *Cenas da Vida Amazônica* (1886), apresenta-se como uma escrita, que se divide entre realidade e ficção. Essa obra discute-se à luz da narratologia pelos dois níveis constitutivos de comunicação: a comunicação do autor e a comunicação narrativa (SCHMID, 2014, p. 32. Tradução do grupo ANA). No terceiro nível, o que envolve o destinatário presumido pelo narrador, é o que se encontra nas linhas que antecedem o conto:

Figura 11: Introdução ao conto na primeira edição (1886)



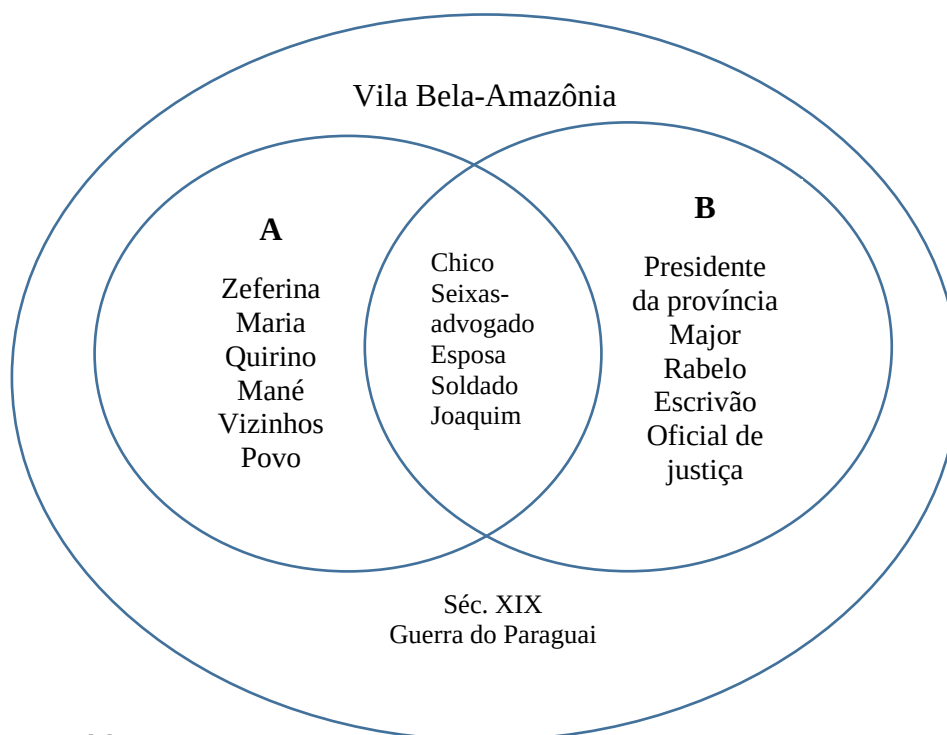
Fonte: Biblioteca Ferreira Penna (PA).

Apesar da epígrafe ser marcadamente voltada ao receptor, sua ambivalência é, antes de funcional, intencional. Wolf Schmid (2010, p. 65. Tradução do grupo ANA) afirma que há uma diferença entre o autor abstrato e o narrador na intencionalidade de sua presença indicial, a qual reside no ato involuntário do processo criativo, ou demonstração de uma visão particular sobre um dado narrado.

No caso da epígrafe do conto, o destinatário é presumido e pensado pelo emissor, por sua vez o receptor é o que o autor denomina de “destinatário factual” (2014, p. 65, Tradução do grupo ANA), o qual é intencional na medida em que é imaginado para o leitor literário e pelo narrador, geralmente. Nesse sentido, não se pode comprometer o caráter ficcional do conto por ele anteceder-se por um diálogo com um leitor intencional e imaginado.

O conto apresenta a história de Quirino, um tapuio de um sítio de Vila Bela que é convocado para ser voluntário na Guerra do Paraguai. Apesar de relutar, é levado para o campo de batalha, o que faz com sua mãe Zeferina inicie uma jornada para a província, a fim de salvar o destino do filho. No início do conto, o autor implícito seleciona elementos para compor a história: Quirino (30 anos), Zeferina e a sua neta Maria (10 anos), moradores do pequeno sítio do Paranamirim de Vila-Bela, além de outros personagens secundários presentes no contexto maior da guerra do Paraguai.

Figura 12: representação social do conto “O Voluntário da Pátria”



Fonte: Elaboração nossa, 2016.

O gráfico acima representa a estrutura social da narrativa: no conjunto A, as personagens Zeferina, Maria, Quirino, Mané, os vizinhos e o povo compõem classes sociais submissas em relação ao conjunto B, composto pelo presidente da província, o major Rabelo, o Escrivão e o oficial de Justiça. Essa bipartição é, de certo modo, quebrada pelo conjunto C, formado Chico Seixas, o advogado, o soldado Joaquim e a esposa, pois, mesmo sendo tapuios, saem de seus lugares para viverem entre a elite de Vila Bela, acomodando seus costumes, linguagens e ritos sociais. Apesar disso, não são aceitos por essa mesma elite, ao mesmo tempo em que deixam de fazer parte de seu grupo social originário.

Quanto à Zeferina e Quirino, o destino que lhes cabe é o abandono de sua casa de quintal varrido, cujo cotidiano apresenta-se na descrição:

Embaixo de uma espécie de rancho, ou cobertura de palha, erguida sobre quatro esteios, fica o forno: larga bacia circular de barro cozido, de fundo chato e beiras erguidas de meio palmo, assente em paredes de terra, com uma larga abertura para a lenha. Dele exalava o cheiro um pouco azedo de raízes verdes sob a ação do fogo. Girando-lhe em torno com a cuiapeua na destra, a tia Zeferina revolvía em todos os sentidos a massa esfarelada, amarela e úmida, que cobria a fundo negro da bacia, machucando e dissolvendo entre os dedos escuros os encaroçamentos produzidos pelo arroxo do tipiti (VERÍSSIMO, 2013 [1986], p.92)

Nesse contexto, há uma quebra de expectativa que se dá quando a canoa de nhô Mané aporta no sítio, trazendo a notícia do recrutamento de voluntários e avisando que a diligência haveria de chegar, liderada pelo Chico Cabano, um tapuio elevado a subdelegado do distrito. “As lágrimas e as lamentações de Zeferina fazem dó. - Está preso” (VERÍSSIMO, 2013 [1986], p. 97). O rapaz não tenta fugir, é acuado e a sua única inquietação é saber por que estava preso:

-Não é da sua conta, respondeu brutalmente o subdelegado.
 -Mas eu não sou escravo, sou cidadão brasileiro... protestou Quirino lembrando-se dos seus direitos de “simples votante”.
 -Não quero saber de nada, nem tenho que lhe dar satisfações, respondeu-lhe brusco o Cabano, vai p’ra guerra é o que é.
 -Pra guerra?! Exclamou, recuando um passo Quirino, em quem os soldados puseram as mãos julgando querer ele fugir. Eu não quero ir para a guerra, não sou escravo (VERÍSSIMO, 2013 [1986], p. 98).

A fala de Quirino é significativa na medida em que, ao relutar ao voluntariado, tem como argumento o fato de não ser escravo e sim um cidadão brasileiro. Segundo Theodor Adorno (1966, p. 24), “A liberdade da filosofia não é outra coisa senão a capacidade de dar voz à sua não-liberdade”. Segundo Juliana de Castro Chaves,

A liberdade, como uma dessas máximas, deve ter como ideia reguladora a humanidade, que não é a soma de todos os homens, mas o princípio que os converte em tais, e o indivíduo não é somente uma função do processo, alguém que se sacrifica para garantir a liberdade social, mas é representante da espécie homem (CHAVES, 2010, p. 2).

Isso leva a outro ponto de atenção, que é fato de o negro ser colocado em uma posição de exclusão social, posto a toda ordem de abusos que negam a sua humanidade. Além disso, pode-se pensar sobre o fato de ele ser ausente na história, apenas mencionado no conto como uma sombra existencial. Essa negativa do negro postula a filosofia permanente da sua não-identidade. O negro era escravo e pode ser considerado um personagem, apesar de ter negada a sua existência, tal como Chico faz com a identidade de Quirino.

Apesar de protagonista, nem mesmo o falar Zeferina é respeitado quando chega à cidade. A própria personagem alega-se desse modo: “que tivesse tivessezinho pena dela [...] que era uma pobre mulher, não fazia mal a ninguém, tinha um filho só que a ajudava, pescava para ela e plantava a maniva [...]” (VERÍSSIMO, 2013 [1986], p. 217). Todos os esforços da senhora são invalidados e o motivo é facilmente inferido: Zeferina é mulher, pobre, tapuia, iletrada, gente do interior.

Seguindo a linha narratológica deste estudo, o conto não apresenta nenhum evento, pois tudo está determinado e previsível: há negros escravizados como personagens invisíveis,

tapuios renegados, mulheres invisíveis, os quais juntos representam uma identidade coletiva, “os voluntários da pátria”. Enquanto isso, os sargentos, alferes e tenentes bradavam aos soldados, virados para o navio chamado Belém, ao som do hino nacional tocado pela banda os vivas:

- Viva S. M. o Imperador!
 - Viva a família Imperial!
 - Viva a Religião Católica, Apostólica, Romana.
 - Viva a Nação Brasileira!
 - Viva o heroico povo amazonense!
 - Viva os voluntários da pátria!
 - [...]
 - Viva S. Exa. O sr. Presidente da província!
- (VERÍSSIMO, 2013[1986], p. 223).

Essa ordem militarizada é posta na ficção, representando a realidade e “pregando a liberdade, [...] de fato inimigo da liberdade, como toda a teologia, como toda a doutrina que se julga possuidora exclusiva da verdade” (VERÍSSIMO, 1901, p. 70).

Assim, a apresentação do cotidiano do sítio, as casas de farinha, a linguagem própria do falar amazônico, os quais demarcam o status social e a origem cultural e geográfica, mais do que narrar uma história representa também uma visão de mundo. Não se trata de um narrador com visão observadora, mas de um autor que conhece a realidade representada. A partir dos postulados de Schmid (2018), não se pode dizer que há um evento em “O Voluntário da Pátria”, uma mudança de estado, tampouco há eventualidade entendida como uma graduação de eventos.

Na recepção do conto, Lúcia Miguel Pereira (1957, p. 4) afirma:

Figura 13: Crítica sobre “O Voluntário da Pátria”

para animar um enredo, a parte da imaginação. **O Voluntário da Pátria**, por exemplo, quase não é romanceado e mal encobre sob umas aparencias de enredo a denuncia dos abusos e vinganças a que deu ocasião o recrutamento durante a guerra do Paraguai. Nele se mostrou Verissimo o “artista vingador” caro a Eça de Queiroz, mais vingador do que artista. Também **O Boto**, aprovei-

Fonte: Suplemento Literário De *O Estado de S. Paulo*, em 13 de abril de 1957 - pag. 4.

Compatível com o olhar da crítica e baseada nos estudos narratológicos aqui engendrados, o conto possui baixo teor narrativo e, segundo o conceito aristotélico de mimesis,

pouco imita o que aconteceu, mas é fato que ele representa o possível e é essa representação que faz do conto um texto com traços literários.

Seguindo o trato dos textos, o quadro abaixo compara as variantes de “O Voluntário da Pátria” na primeira (1886) e segunda edições (1896).

Quadro 10: Variantes de “O Voluntário da Pátria”

“O Voluntário da Pátria”	1ª edição de <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1886)	2ª edição de <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1899)
1 título e epígrafe	“O voluntário da pátria- Aos soldados paraenses mortos na Guerra do Paraguai A Guerra do Paraguai terminada, deliberou-se no Pará consagrar um monumento à memória dos filhos da província, mortos naquela campanha, por uma aberração do sentimento de justiça, esse nobre e louvável intento, sob a inspiração da vaidade bairrista, desejosa de pompear <com um grande homem> mudou-se na infeliz ideia, hoje realizada de elevar-se uma estátua ao general Gurjão, - de nenhum modo benemérito de tão alto prêmio. Satisfez-se, porém, aquele ruim sentimento com menos preço dos obscuros mártires dos erros da nossa governação. A opinião das maiorias, nem tão pouco aos fatos consumados, consagro à memória desses inconscientes heróis este pobre conto, cuja ironia, quase escuso dizê-lo, é para eles uma sincera lembrança de piedade” (p.165).	O Voluntário da Pátria
2	“Pelo tempo em que começou a Guerra do Paraguai” (p. 166).	“Quando começou a Guerra do Paraguai” (p. 155).
3	“Do produto eventual da pesca do rapaz” (p. 166).	“Do resultado eventual da pesca do rapaz” (p. 155).

4	“Em torno de tia Zeferina corriam gulosas sobre qualquer impureza que ela encontrava” (p. 166).	“Em torno de tia Zeferina corriam gulosas sobre as impurezas que ela encontrava” (157).
5	“Como o cão sobre uma fera” (p. 169).	“Como o cão sobre a caça” (163).
6	“Adeuses enérgicos com a mão, até que ela sumiu-se no virar de uma ponta” (p. 171)	“Adeuses enérgicos com a mão, até que a embarcação sumiu-se no virar de uma ponta” (p. 169).
7	“Em Vila-Bela da Rainha” (p. 171).	“Em Vila-Nova da Rainha” (p. 170).
8	“A barba curta, circulando-lhe o rosto” (p. 180).	“A barba, grossa circulando-lhe o rosto” (p.190).
9	“E creio que em todo o Brasil-Acrescentou mais” (p. 186).	“E creio que em todo o Brasil-Acrescentou” (205).

Fonte: Elaboração nossa.

Observa-se que nas variantes de “O Voluntário da Pátria” se dão pela presença da epígrafe anteriormente discutida. As demais variações são como acertos lexicais/semânticos, em que o autor, na segunda edição, confere maior estilo à sua fala. Por exemplo, é mais impactante para iniciar a história com a expressão “quando começou” do que “pelo tempo”. Assim se dá com as demais variantes, ora para amenizar alguns sentidos, como usar o termo “caça” em vez de falar “fera”, ora para acentuar traços físicos dos personagens ou mesmo paisagísticos da região.

O conto “**A Sorte de Vicentina**” apresenta um título constituído pelo termo “Sorte”, do latim *Sor*, que significa em sua etimologia “parte”, porção que cabe a cada um. Ainda, está relacionada ao destino causado pelos acontecimentos da vida. Portanto, “sorte”, que predicada como “porção de destino”, é complementada pelo nome Vicentina, cuja origem remonta ao feminino de Vicente, aquele que vence.

A história dá-se em torno de descrições, que descortinam a Amazônia ao leitor, colocando diante de seu olhar a natureza, o volume do rio Amazonas e o meio de subsistência local constituído por “finas vacas que pastam tranquilas junto dos bois curtos de paus das nossas raças degradadas” (VERÍSSIMO. 2013). Nesta frase, o uso do pronome possessivo em terceira pessoa demarca a presença de um autor escrevendo com pretensões etnográficas e com

posicionamento positivista. Ele revela que quem escreve estas linhas já passou intermináveis dias (VERÍSSIMO 2013) na fazenda do Espírito Santo e sabe do que está contando.

A segunda sessão da história apresenta relações de poder regidas pelas populações da Vila e do Porto sobre a posse da sede dos correios. A disputa se inicia pela imposição imperiosa da igreja católica, desproporcional no local composto por casas de palha, baixas e feias. Na Vila moram os mais poderosos, no Porto, os pobres e desprestigiados. Na disputa pela construção do correio, os moradores do Porto são considerados indignos de qualquer benefício, já que o recebimento de cartas era prestígio que somente o letrado desfrutava, condição que deu aos moradores da Vila a vitória da questão.

Nesse contexto, Vicentina é filha e herdeira de um bem afortunado português. Com interesses em jogo, a disputa pela posse dos correios agora se transfere para a guarda da menina: Joaquim Espeto, preferido de Maria, contra Antônio do Porto, amigo da família. Dada aos cuidados deste, sofre maus tratos e sua causa vira uma disputa municipal e política, decidida pelo homem de mais prestígio. Observa-se que o autor demonstra a má sorte da menina e todas as desgraças porque viria a passar. Na casa de Venâncio Souza é abusada sexualmente por seu filho, entregando-se passivamente como um cadáver (VERÍSSIMO. 2013). Para livrá-lo, é culpada por seu uma tapuia à toa. Em seguida, é obrigada a casar-se com um vaqueiro rude e alcoólatra e vai morar com ele numa casa de barro no meio do mato, pois toda a sua fortuna se perdeu nas mãos dos seus tutores.

A terceira sessão do conto é dedicada ao casamento de Vicentina, que apanha com frequência do marido, passa a trabalhar na roça para sustentar a família e tem a filha quase assassinada pelo pai bêbado. Não obstante toda a desgraça a que foi acometida, na fuga à noite com a filha pela floresta, a criança cai de seus braços e ela a descobre no outro dia devorada por uma onça.

As referências às questões sociais são frequentes nas predicações de Vicentina ou a tudo o quanto a ela é relacionado: Ela toma consciência de sua funda desgraça, tem pranto sobrenatural de fantasma, é chamada de desventurada e mesquinha criatura, a sua filha é “desgraçada filhinha” e mesmo em pensamento é acusada de desalmada por deixar a filha ser devorada enquanto fugia para se salvar. Vicentina é exposta a este destino sem relutar, passiva, subserviente, reagindo apenas em dois momentos: para salvar a filha da facada do pai e quando, já nos últimos momentos da história e passado toda a tragicidade de sua vida, resolve se apaixonar pelo primo, a quem amou seriamente e com muita ternura (VERÍSSIMO. 2013, p. 164), sendo mais tarde trocada por outra mulher.

Quanto ao primo, quando o autor diz que Vicentina ainda encontrou um rapaz que gostava dela, lhe impõe um não merecimento. Nesse sentido, entende-se que mulheres que se entregam aos muitos amores não podem ser gostadas ou respeitadas por ninguém, uma marca do patriarcalismo na história.

O desfecho da narrativa revela que Vicentina herda uma barraca miserável (casa de tapuios) e passa a viver com a avó, famosa curandeira do lugar. O conto se encerra com a voz da personagem responsável pelo início do maior dos sofrimentos de Vicentina, que foi o seu casamento. A madrinha, indiferente, anuncia o destino da afilhada como algo que a ela estava predeterminado e do qual não poderia fugir ou modificar. Para Wolf Schmid (2010), “A condição mínima da narratividade é que, pelo menos, *uma* mudança de estado deve ser representada em um determinado tempo”. No caso de “A Sorte de Vicentina”, não houve mudança de evento que transformasse a sua (má) sorte.

O quadro abaixo demonstra as modificações que ocorreram na primeira e segunda edições de *Cenas da Vida Amazônica*:

Quadro 11: Variantes do conto “A Sorte de Vicentina”.

Conto “A Sorte de Vicentina”	1ª edição de <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1886)	2ª edição de <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1899)
1	“Quando vai a terminar este largo trato” (p. 191).	“Quando está a terminar este largo trato” (p. 214).
2	“Mas se temos a caipora de não encontrar a montariazinha” (p.193).	“Mas si por caiporismo não encontramos a montariazinha” (p.219).
3	“Coberto ainda em partes do típico que lhe deixou a cheia” (p. 194).	“Coberto ainda em partes do tijuco que lhe deixou a cheia” (p. 220).
4	“Ondas roliças petrificadas antes de arrebentarem na praia, por uma causa qualquer” (p. 194).	“Ondas roliças petrificadas antes de arrebentarem na praia” (p. 221).
5	“Do solo vermelho através da grama emergem espalhados por ali penedos de vários tamanhos” (195).	“Do solo vermelho através da grama emergem por ali penedos de vários tamanhos” (p. 221).
6	“Pagémarioba, que fornece aos habitantes o repugnante café dos seus grãos” (195).	“Pagémarioba, que fornece aos habitantes o desagradável café dos seus grãos” (p. 223).
7	“Redigida a representação muito à surdina” (p. 196).	“Redigida à surdina” (p. 226).
8	“Com o governo para obterem despacho favorável “(p. 196).	“Com o governo por despacho favorável” (p. 227).

9	“Foi o sinal da luta entre o espeto” (p. 203).	“Foi o sinal da luta entre <u>ele</u> e o espeto” (p.243).
10	“Manifestou-se pelo rabula contra o negociante por cujo sucesso faziam por sua parte votos os seus convizinhos” (p. 203).	“Manifestou-se pelo rabula contra o negociante por cujo sucesso faziam por seu lado votos os seus convizinhos” (p.243).
11	“Vivia em casa do tutor, afligida e maltratada já por ele” (p. 204).	“Vivia em casa do tutor, afligida e avexada já por ele” (p. 245).
12	“Já pela sua ciosa amasia” (p. 204).	“Já pela sua amasia” (p. 245).
13	“Os meus amigos, os meus colegas do jornalismo paraense, impreco-vos a não serdes jamais aváros do nome, bem adjetivado” (p.205).	“Os jornalistas das capitães, não sede jamais aváros do nome” (p. 247).
14	“Continuava ainda extensa e narradora a correspondência do Anselmo” (p. 208).	“Continuava ainda extensa e narradora a correspondência do Anselmo” (p.256).
15	“Havemos de mangar com Espêto e sua moça” (p.209).	“Havemos de mangar com Espêto e sua troça” (p. 258).
16	“O que lhe dava um andar de pisa-ovos” (p.210).	“Fazendo-lhe custoso o andar” (p.261).
17	“Uma mandriice colossal” (p.215).	“Uma mandriice completa” (p.271).
18	“Impelida como um corpo bruto” (p.216).	“Impedida como um corpo bruto” (p.73).
19	“A ideia fixa de fugir exclusivamente a ocupara, trazendo-a fora de si” (p.219).	“A ideia fixa de fugir exclusivamente trazendo-a fora de si” (p. 281).
20	“E esse seu pensamento era uma súplica” (p.219).	“E esse seu pensamento era uma prece” (p. 281).
21	“Assim chegou quase à entrada do coberto” (219).	“Assim chegou à entrada do coberto” (p.282).
22	“Mas os pés se lhe grudaram no chão, pesados como chumbo” (p. 220).	“Mas os pés se lhe grudaram no chão, pesados” (p.283).
23	“Possuía um coração leal e bondoso de mulher” (p.222).	“Possuía um coração leal e bondoso” (p.290).

Fonte: Elaboração nossa.

No que se refere ao quadro de “A Sorte de Vicentina”, observa-se que o autor utiliza o termo caiporismo em vez de caipora, o que infere não uma condição, mas um comportamento assimilado pelos personagens. Muitas outras variações levam o leitor a atentar aos costumes das pessoas, ou da participação do autor no texto, como, por exemplo, quando ele se diz amigo dos jornalistas paraenses.

Observa-se que as mudanças de adjetivos promovem intensificações da história ou chamam atenção ao comportamento e às condições em que se encontram as personagens, ora

impedidas, ora impelidas a realizar alguma ação. Lúcia Miguel Pereira (1957) assevera ser essa história um conto mais longo ou uma mini-novela. Compara-o à *Inocência* pela descrição feita à natureza”.

Os Esbocetos antes analisados (Conf. item 1.1)⁴² apresentam outras modificações, como “O Serão”, conforme constata-se:

Quadro 12: Variantes do Esboceto “O Serão”

Texto “O Serão”	Folhetim de <i>O liberal do Pará</i> (23.09.1877 Folhetim, Anno IX, nº 187, p.1)	<i>Primeiras Páginas</i> (1878)	<i>1ª edição de Cenas da Vida Amazônica-</i> (1886)	<i>2ª edição de Cenas da Vida Amazônica-</i> (1899)
1	“Está sentada. Tem uma perna metida dentro da rede” (Coluna 2)	Obs.: Mantém a escrita do jornal.	Está sentada, com uma perna metida “dentro da rede” (p. 232).	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (p. 305).
		“Os homens, se vem, cadeiras (p.66).	“Os homens, se vem, cadeiras” (p.232).	Os homens, em cadeiras (p. 303).
2	“Tem mais três aparelhos” (coluna 3)	Obs.: Mantém a escrita do jornal (p.68).	Possui mais três aparelhos (p.233).	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (p. 306).
3	“O homem, a menos que não tenha menos de seis anos, é banido d’aqui” (Coluna 3)	Mantém a escrita do jornal (p. 69).	“O homem, a menos que não seja menor de seis anos, é banido d’aqui” (p. 233).	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (p. 307).
4		“Deixando ver uns dentes pequenos e lindos” (p. 71).	Mostrando uns dentes pequenos e lindos (p. 234).	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (p. 310).

⁴² Como as análises dos Esbocetos foram realizadas anteriormente e por organização temática, estes pontos discutirão apenas acerca das variações dos textos.

5		“Tem um desses narizes pequenos e meio chatos” (p. 71).	Tem um desses narizes curtos e meio chatos (p. 234).	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (p. 310).
6	“E após esses incidentes continua tudo como antes (Coluna 5)	Obs.: Frase retirada	Obs.: Frase retirada	Obs.: Frase retirada
7	“Três anjos aformozaram o quadro. São três crianças. Um é um pretinho, esbelto, encarapinhado, cor de carvão de padre, apenas balbuciando, gordo, temente, só. O outro é o meninozinho. É neto da senhora. Moreno claro, olhos azuis, cabelos castanhos quase loiros, falando mal, cara anja, rico reidoso. O terceiro era uma caboclinho. É o mais velho. Tem três anos. Diege os gestos. Neste momento serve de cavalinho ao nhô nhô. O cavalo quer mostrar-se árdego, espinoteia, atira o cavaleiro. O cavaleiro cai e chora.	“Três anjos aformozaram o quadro. São três crianças. Um é um pretinho, esbelto, cabelos encarapinhados, cor de carvão de pedra, apenas balbuciando, gordo, lazente, nú. O outro é sinhozinho. É neto da senhora. Moreno claro, olhos azuis, cabelos castanhos quase loiros, falando mal, cara suja, riso ruidoso. O terceiro é um caboclinho. É o mais velho. tem três anos. Dirige os outros. Neste momento serve de cavalo ao nhô nhô. O cavalo quer mostrar-se	Obs.: capítulo retirado	Obs.: capítulo retirado

	A vovó ralha. Ralhe de velha que é uma carícia. O neto corre para ela e senta-se-lhe no colo. Ela beija-o, abraça-o, afaga-o. Ele sai do colo rindo e volta ao brinquedo. As outras crianças recebem-no com gargalhadas, ele ri-se com elas. Atiram-se pelo chão. Rolam por pés cima dos outros, às vezes o branco sobre o negro, às vezes o negro sobre o branco. A inocência não tem preconceitos”. (Coluna 6).	árdego, espinoteia, atira o cavaleiro. O cavaleiro cai e chora. A vovó ralha. Ralho de velha que é uma carícia. O neto corre para ela e atira-se-lhe no colo. Ela beija-o, abraça-o, afaga-o. Ele sai do colo rindo e volta ao brinquedo. As outras crianças recebem-no com gargalhadas, ele ri-se com elas. Atiram-se pelo chão. Rolam uns por cima dos outros, as vezes o branco sobre o negro, as vezes o negro sobre o branco. A inocência não tem preconceitos”. (p. 72).		
8	“São nove horas”. (Coluna 6)	“São nove horas” (p. 73).	“São oito horas” (p. 235).	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (p.311).
9	“As crianças vêm para o grupo”. (Coluna 6)	Obs.: Mantém a escrita do jornal (p. 73).	“As crianças que brincavam afastadas vêm para o grupo” (p. 235).	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (p.312).
10	“O senhorzinho mais do que os outros”.	Obs.: Mantém a frase do jornal (p. 73).	Obs.: frase retirada	Obs.: frase retirada

	(Coluna 6)			
11	“Perto das dez horas recolhem-se todos”. (Coluna 6)	“Perto das dez horas recolhem-se todos” (p. 73).	“Perto das nove horas recolhem-se todos” (p. 235).	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (p. 312).

Fonte: Elaboração nossa.

Como observa-se, “O Serão” apresenta variantes lexicais que não conferem modificações semânticas significativas à história. Somente em algumas variantes é que se observa a presença de um capítulo inteiro que é retirado da primeira e segunda edição de *Cenas da Vida Amazônica* (1886 e 1889). Nesta sessão, as três crianças que brincam e o negrinho que serve de cavalo ao amiguinho branco representam um costume e a forma com que o negro era tratado na sociedade.

Assim, no que concerne aos Esbocetos e a partir da análise das variantes entre as publicações do jornal, primeira e segunda edições, chama atenção, em “O Serão”, a sétima variante referente ao capítulo escrito somente no periódico:

São três crianças.

Um é um pretinho, esbelto, encarapinhado, cor de carvão de padre, apenas balbuciando, gordo, temente, só.

O outro é o meninozinho. ‘E neto da senhora. Moreno claro, olhos azuis, cabelos castanhos quase loiros, falando mal, cara anja, rico reidoso.

O terceiro era uma caboclinho. É o mais velho. tem três anos [...] (VERÍSSIMO, 1877, p. 1).

Considera-se o fator crítico de como “O Serão” termina, com a voz do autor sobre a brincadeira das crianças: “A inocência não tem preconceitos” (VERÍSSIMO, 1877, p. 1). Sobre isso, considera-se a afirmação de Wolf Schmid (2010): “embora autor e leitor em seus modos concretos não pertençam como parte da obra, estão presentes de determinada maneira nela. Por isso, percebe-se na obra a instância mediadora de um autor, que ao posicionar-se também denuncia o preconceito racial vigente.

É interessante lembrar que em 1881, Machado de Assis, em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*⁴³, o protagonista se diz “menino diabo” e continua: “[...] Prudêncio, um moleque de casa, era meu cavalo de todos os dias [...] com uma varinha na mão fustigava-o [...] e ele

⁴³ Machado de Assis. *Memória Póstuma de Brás Cubas*. Tipografia Nacional. Rio de Janeiro: 1881. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000018556#page/6/mode/2up>

obedecia, algumas vezes gemendo, - mas obedecia sem dizer palavra, ou, quando muito, um <ai nhonhô>” (MACHADO DE ASSIS, 1881, p. 42). Como este narrador, o autor do folhetim de *O Liberal do Pará* (1877) atenta para o modo como os negros eram tratados, sinalizando um determinismo social, mesmo que nos dois casos o primeiro grupo de criança “brinque”, enquanto se reproduz a violência escravagista.

No que diz respeito à ausência/presença do negro na escrita literária de José Veríssimo, observa-se que o autor sublima do mesmo conto uma parte em que as representações das condições de um grupo étnico são completamente desfavoráveis. Primeiramente, pela escala de hierarquia racial do contexto temporal do Esboceto. Em segundo lugar, por serem personagens crianças, é possível compreender que o determinismo social vigente não apenas cala, mas condiciona o negro à inexistência.

No segundo esboceto, “**A Lavadeira**”, foram identificadas poucas variantes, apenas atualizações ortográficas como se vê abaixo:

Quadro 13: Variantes de “A Lavadeira”.

Texto “A Lavadeira ”	Primeiras Páginas (1878)	1ª edição de <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1886)	2ª edição de <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1899)
1	“Tinha na cabeça um balaio cheio de roupa” (p. 76).	“Trazia na cabeça um balaio cheio de roupa” (236).	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (p. 314).
2	“Que deixava que se lhe visse o soberbo colo” (p. 76).	Que deixava ver-lhe o soberbo colo” (p. 236).	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (p. 314).
3	“Era um pretexto para gozar da poética majestade das florestas” (p. 77).	“Um pretexto para gozar dos encantos da floresta” (p. 237).	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (p. 315).
4	“Os ramos pendiam os ninhos fuji-formes dos japins” (p. 79).	“Os ramos pendiam os ninhos arboriformes dos japins” (p. 238).	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (p. 317).
5	“E cantava como nunca ouvi” (p. 82)	E cantava como jamais ouvi cantar” (p. 240).	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (p. 321).

6	“Uma mulher, que cantava, e junto dela o de um homem” (p. 83).	“E junto dela o de um guerreiro moço” (p.240).	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (p. 322).
7	Passavam em minha frente no lado oposto do largo (p. 86).	“Passavam em minha frente no lado oposto da praça” (p. 242).	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (327).

Fonte: Elaboração nossa.

Em “A lavadeira”, percebe-se uma intencionalidade de demonstrar que não havia uma sobreposição da natureza diante do homem, como se compara na edição do *Primeiras Páginas* (1878) “Era um pretexto para gozar da poética majestade das florestas” (VERÍSSIMO, 1878, p. 77) e em *Cenas* (1886) “Um pretexto para gozar dos encantos da floresta (VERÍSSIMO, p. 237). Tal valorização do homem se reafirma quando se observa que na primeira publicação estava junto da Lavadeira um “homem” e na segunda estava “Um guerreiro”. Outras variantes demonstram a Amazônia não como uma poética, mas como um lugar de interações humanas e de crenças, de pessoas, com indígenas romantizados ao serem tratados como guerreiros em seu contexto.

De acordo com Wolf Schmid (2010, p. 15, Tradução do grupo ANA) “contexto significa o sistema de normas sociais e valores do tempo da origem de uma obra ou o tempo representado no enredo. Segundo o autor, para interpretar *Madame Bovary*, não é necessário ter conhecimento do tempo histórico de sua publicação. No caso de *Cenas da Vida Amazônica* dá-se o mesmo, lê-se e depreende-se o porquê das mortes/vidas anunciadas das mulheres de cada um dos Esbocetos.

A condição da Lavadeira, portanto, assemelha-se a mulher de “O Lundun”, o qual apresenta as seguintes variantes:

Quadro 14: Variantes do Esboceto “O Lundun”

Texto “O Lundun”	<i>Primeiras Páginas</i> (1878)	1ª edição de <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1886)	2ª edição de <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1899)
1	“Em uma das redes está o dono da casa fumando tranquilamente no	“Em uma das redes o dono da casa fuma tranquilamente o seu cachimbo” (p. 245).	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (p.329).

	seu longo cachimbo” (p.90).		
2	“Se não fosse a figura tão sedição” (p.91).	“Se não fosse tão sedição a figura” (p. 245).	“Se não fosse tão sedição a comparação” (p. 330).
3	“Cheia de fitas e flores. Em dois castiçais de prata” (p. 91).	“Cheia de fitas e flores. Dos lados da mesa ficam encostadas à parede as bandeiras. Em dois castiçais de prata” (p. 245).	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (p. 331).
4	“Duas velas de cera acesas” (p. 91).	“Ardem duas velas de cera” (p. 245).	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (p. 331).
5	“Cortava as asas ao sabiá. Este errava a última nota” (p. 92).	“Cortava as asas ao sabiá que errava a última nota” (p. 246).	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (p. 332).
6	“E dançaram o Lundun. Houve um momento em que a sala ficou vazia. A flauta e a viola gritaram”. (p. 93)..	“E dançaram o Lundun. A flauta e a viola gritaram. (p. 246).	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (p. 333).
7	“Olharam-se e abaixaram os olhos envergonhados” (p. 93).	“Entreolharam-se e abaixaram os olhos envergonhados” (p. 247).	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (p. 334).
8	“Alguém saiu” (p. 94).	“Alguém saltou” (p. 247).	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (p. 334).
9	“E poz-se a mirar a filha” (p. 96).	“E poz-se a mirá-la” (p. 248).	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (337).
10	“Mil formas cheias dessa coisa que os italianos chamam de morbidez” (p. 98).	“Mil jeitos cheios dessa coisa que os italianos chamam de morbidez” (p. 250).	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (p. 338).

Fonte: Elaboração nossa

Observa-se que as modificações realizadas em “O Lundun” são de fundo sintático, mas sem realizar mudanças semânticas no texto, pois os acréscimos realizados se dão para reforçar a descrição das cenas apresentadas. Por sua vez, as retiradas que ocorrem estabelecem a impressão de que, para o autor, as cenas precisam ter continuidade. Essas variantes demonstram uma preocupação estética, já que utilizam ou enfatizam determinados adjetivos, deixando a história mais densa. Nesse conto compreende-se uma intenção de tratar o espaço da história não no âmbito regional, algo maior, como a própria Amazônia denota e não mais como um “paraíso perdido”, lugar onde a precariedade e a desigualdade social se fazem presentes.

Por sua vez, o esboço “**Indo para a seringa**” evidencia algumas mudanças:

Quadro 15: Variantes do Esboço *Indo para a Seringa*

Texto “Indo para a seringa” “Indo para a Seringa”	<i>Primeiras Páginas</i> (1878)	1ª edição <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1886)	2ª edição <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1899)
1	“Flores privilegiadas para coroarem as noivas, e outras árvores frutíferas” (p. 102).	Obs.: Mantém o texto de <i>Primeiras Páginas</i> (1878, p. 251).	“Flores privilegiadas para coroarem as noivas, e árvores frutíferas” (p.342).
2	“As filhas terão novos vestidos, brincos e enfeites” (p.103).	Obs.: Mantém o texto de <i>Primeiras Páginas</i> (1878, p. 252).	“As filhas terão novos vestidos e enfeites” (p. 344).
3	“O pai, velho de cinquenta anos, pertence a essa espécie anfíbia própria do Amazonas” (p. 103).	“O pai, velho de cinquenta anos, pertence à essa espécie anfíbia própria ao Amazonas” (p.252).	“O pai, velho de cinquenta anos, pertence a essa espécie anfíbia própria à Amazônia” (p. 344).
4	“Vão para a fartura e para a riqueza” (p.104).	“Vão para a fortuna e para a riqueza” (p. 253).	Obs.: Mantém a escrita de <i>Primeiras Páginas</i> (p.345).
5	“De repente os cães, que dormiam preguiçosamente estirados no chão,	“De repente os cães, que dormiam preguiçosamente no	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (p. 346).

	levantara a cabeça” (p.104).	chão, levantara a cabeça” (p. 253).	
6	“Caras, que nada significam e com as quais a gente nem simpatiza, nem não” (p. 105).	“Rosto que nada exprimem e com as quais a gente nem simpatiza nem antipatiza” (p.253).	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (p. 347).
7	“As moças sonham com novos vestidos, o rapaz com nova e melhor espingarda” (p. 107).	“As moças sonham com vestidos, o rapaz com outra e melhor espingarda” (p. 255).	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (349).
8	“Disser-i-a que só ele ali está triste” (p. 108).	“Disser-i-a que, ali, só ele está triste” (p. 255).	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (p. 351).
9	“Larga! Gritou o velho” (p.108).	“Larga! Gritou o pai” (p.255).	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (p. 351).
10	“Bons ventos os levam. Vão para a Seringa. Vão para a fartura e para a riqueza” (p. 109).	“Bons ventos os levam. Vão para a Seringa”. (p. 256).	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (p. 352).

Fonte: Elaboração nossa.

Dentre as variantes destacadas, compreende-se que a modificação do termo fartura e fortuna inferem sentidos diferentes. Para o narrador de *Primeiras Páginas* (1878), o que a família iria encontrar eram grandes quantidades de peixes, látex que se retira da seringueira, entre outros. No entanto, quando em *Cenas da Vida Amazônica* se usa o termo “fortuna”, fica bem marcado o teor capitalista da atividade da família, a única questão que os levaria para uma mudança de vida. Ademais, as modificações são sintáticas ou para evitar repetições de palavras.

Em “**Voltando da Seringa**”, segue-se o mesmo resultado nas variantes, como observa-se:

Quadro 16: Variantes do Esboço “Voltando da Seringa”

Texto	<i>Primeiras Páginas</i> (1878)	1ª edição de <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1886)	2ª edição de <i>Cenas da Vida Amazônica</i> (1899)

“Voltando da Seringa”			
1	“Chegou o fim do mês de dezembro” (p.111).	“Chegou o fim do mês de ...” (257). Obs.: retira o nome do mês.	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (p. 353).
2	“A seringueira eleva altiva seus galhos aos ares e já não escuta os rogos desses que vivem à suas custas” (p. 111).	“A seringueira eleva altiva seus galhos aos ares e não escuta mais os rogos d’esses que vivem à sua custa” (p. 257).	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (p. 353).
3	“Da árvore insensível não se escapa mais nem uma gota do precioso leite” (p. 112).	“Da árvore insensível não se escapa nem mais uma gota do precioso leite” (p. 257).	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (p. 353).
4	“A canoa já não mais aquele aspecto alegre” (p. 258).	“A canoa não tem mais aquele aspecto alegre” (p. 258).	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (p. 354).
5	“Junto ao qual ele não vê aquele vivo mancebo, seu filho, que lá ficava no seringal pagando com seu trabalho dívidas de jogo (p. 112).	“Junto ao qual não vê aquele vivo mancebo, seu filho, que lá ficava no seringal pagando com seu trabalho dívidas fictícias”. (p. 258). Obs. Retirada do pronome “ele”	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (p. 355).
6	“Só uma, embaixo da tolda de japá” (p. 113).	“Apenas uma embaixo da tolda de japá” (p. 258).	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (p. 355).
7	“Dorme esse sono tranquilo da descuidada inocência” (p. 113).	Obs.: Mantém a escrita de <i>Primeiras Páginas</i> (258) .	“Dorme esse sono tranquilo da descuidos inocência” (p.356).

8	“(…) e de vez em quando duas lágrimas (…)” (p. 113).	Obs.: Dividido o parágrafo da coluna ao lado (p. 258).	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (p. 355).
9	“(…) que é desses dias tão alegres (…)” (p. 114).	Obs.: Dividido o parágrafo da coluna ao lado (p. 258).	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (p. 356).
10	“(…) que é dessas noites em que o champagne (…)” (p. 114).	Obs.: Dividido o parágrafo da coluna ao lado (p. 258).	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (p. 356).
11	“Então não tem feito nada mesmo” (p. 115).	“Então não tem feito nada” (p. 229).	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (p. 358).
12	“Esteve a puxar repetidas fumaças sem todavia as deita fora-gesto de quem está pensando” (p. 115).	“Esteve a puxar repetidas fumaças sem todavia as deita fora- pensando”. (p. 259).	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (p. 358).
13	“A casa fechada estava quase a cair pelas chuvas abundantes que houvera” (p. 118).	“A casa fechada estava quase a cair, esboroadada pelas chuvas abundantes que houvera” (p. 261).	“A casa fechada estava quase a cair, esboroadada, pelas chuvas abundantes que houvera” (p. 362).
14	“O cacoal era como uma mata virgem e das laranjeiras só havia os galhos” (p. 118).	“O cacoal era como uma capoeira cerrada e das laranjeiras apenas havia os galhos” (p. 261).	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (p. 362).
15	“Uma saudade roxa somente estendia sua aste” (p. 119).	“Uma rosa branca somente estendia sua aste” (p. 261).	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (p. 363).
16	“O velho, fraco pelos anos, acabrunhado pela febre e pelos desgostos, não lhe pode resistir” (p. 120).	“O velho, não lhe soube resistir” (p. 262).	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (p. 364).

As variantes desse conto evidenciam mudanças morfosintáticas e a reorganização do texto em parágrafos. Dentre elas, o autor chama atenção para a devastação da mata, o que vai de encontro à ideia de uma floresta intocada, fechada e cheia de feras. Essa exploração indica sinais de um processo de desenvolvimento da região, que culmina com a degradação do meio ambiente. Assim como se observa em *Primeiras Páginas*, as consequências do progresso para o homem o levam a sofrer com as desigualdades sociais, a pobreza e as doenças que assolavam a população. Isso se pode notar em “Voltando da Seringa”, que como nos outros Esbocetos, apresenta pequenas mudanças lexicais, cujo efeito de sentido eleva a escassez da região, o que indica o fim do glorioso ciclo da borracha.

A família de “Indo para a Seringa” e “Voltando da Seringa” têm o destino explicitamente marcado pelo contexto da época: as seringueiras não sangravam mais, acabou a fortuna e a riqueza. Assim, o desfecho dá-se nas condições de “estar viva” e “estar morta”, “estar rico” e “estar pobre”. Essa tentativa faz com que os esbocetos funcionem como um ciclo em que se perpétuas condições sociais e econômicas da família.

No último dos esbocetos, “**A Mameluca**”, também ocorre algumas variações, como observa-se:

Quadro 17: Variantes de “A Mameluca”.

Texto “A Mameluca ”	<i>Primeiras Páginas</i> (1878)	1ª edição de <i>Cenas da</i> <i>Vida Amazônica</i> (1886)	2ª edição de <i>Cenas da Vida</i> <i>Amazônica</i> (1899)
1	“Tem uns olhos negros” (123).	“Tem uns olhos pretos” (p. 264).	Obs.: Mantém o adjetivo “ <i>pretos</i> ” de <i>Cenas</i> . (p. 123).
2	“O rosto é redondo” (123).	“O rosto redondo” (p. 264).	Obs.: Mantém a mesma escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (p.123).
3	“O colo-cumpre notar-é sempre belo e majestoso como o do cisne, onde no meio duas linhas puras se vão arredondando deixando adivinhar uns seios de uma	“O colo cheio de rija carnadura (...)” (p. 264). Obs.: Retirada de todo o parágrafo de <i>Primeiras Páginas</i> (ao lado).	“O colo cheio, de rija carnadura” (p. 367).

	admirável pureza de contornos, que a casca fina da rendada camisa-como diz Baena-mais sombreia do que oculta” (p. 123).		
4	“Usa o vestido muito decotado” (p. 264).	“Traz o vestido muito decotado” (264).	Obs.: Mantém a escrita da primeira edição de <i>Cenas</i> (p. 368).

Fonte: Elaboração nossa.

Chama atenção que o autor desenvolve um texto descritivo sobre a personagem no livro *Primeiras Páginas*, trecho retirado da primeira e segunda edições. Nele, há uma representação erotizada da mulher, ao mesmo tempo em que chama atenção para as questões de seus traços étnicos como instrumentos de uma sensualidade tanto percebida pelos viajantes citados, como posta para o descobrimento do leitor.

Destaca-se que em “A Mameluca” ocorre a retirada de um parágrafo no qual um viajante não-fictício, Baena, é mencionado. Ressalta-se que na recepção de *Cenas da Vida Amazônica* (1886), é comum encontrar interpretações da obra como um escrito etnográfico. Na primeira edição da obra, o ensaio que figura o primeiro capítulo realiza essa etnografia, mas os contos e os Esbocetos são literários, como a análise dos Esbocetos antes desenvolvidas, incluindo as variações de suas edições, confirmam.

Vale trazer ao debate o fato de os textos serem marcados pela descritividade. Segundo Schmid (2014),

Os textos descritivos são opostos aos narrativos. Os textos descritivos representam situações estáticas; descrevem condições, delineiam figuras ou retratos, representam ambientes sociais, ou categorizam os fenômenos naturais e sociais. A descrição é também encontrada em textos que representam mais de uma situação e estes carecem de uma dupla ligação de similaridade e contraste ou não estão conectados a um agente ou elemento único idêntico no cenário (SCHMID, 2014, p. 5, Tradução do grupo ANA),

Para o autor, essas questões são para casos de interpretação. Não há mudanças de estado referentes à situação inicial e final nos Esbocetos de José Veríssimo. Em todos eles, o desfecho demonstra a condição determinista das personagens, seja com as mulheres por meio do casamento ou com a família pela crise econômica. Nesse sentido, não é possível constatar nos esbocetos quebras de expectativas, imprevisibilidades e consecutividades (mudança de pensamento). Como exemplo, as personagens femininas possuem vivacidade e beleza quando

solteiras, mas o matrimônio leva ao final de sua vida, o início de uma inexistência em relação ao marido e à sociedade.

3 LITERATURA: “O DESPERTAR DO ESPÍRITO NACIONAL”

“Não somos nem portugueses nem tupis- Somos um povo novo” (VERÍSSIMO, 1889, p. 9).

Na formação intelectual de José Veríssimo percebe-se um esforço de fazer com que a literatura transcendesse a ignorância perpetrada pelos sistemas políticos e culturais do Brasil. No entanto, a literatura, enquanto disciplina, não ocupava um lugar de destaque nas instituições de ensino e, inclusive, não existia, se resumindo, portanto, a oratória e a livros que reforçavam a cultura do colonizador. Contrapondo-se a essa realidade, o estudioso defende a substituição dos livros de ler, da tradição europeia, pelos livros para ler, pertencentes ao sistema literário brasileiro.

Segundo a compreensão de José Veríssimo, era importante a incorporação da literatura na educação, não como campo de saber obrigatório, mas enquanto reconhecimento de um novo olhar literário da cultura brasileira: “Nós dizemos instrução, outros povos dizem cultura; e com razão” (VERÍSSIMO, 2013 [1890], p. 58). Nesse trecho, observa-se o autor considerando a cultura como a projeção de um país evoluído. Nela está o lugar da literatura como meio de representação, materializado pela arte da palavra divulgadora dessa cultura.

De acordo com o obidense, pela literatura era possível olhar a pobreza do sentimento de nacionalidade que assolava o Brasil. Enquanto outros povos enalteciam seus grandes nomes para ilustrar a grandeza de suas origens, o Brasil limitava-se a exaltar suas grandes florestas e, errando sua geografia, falava de montanhas que tocavam nuvens. Para José Veríssimo (1890), a mencionada descrição revelava uma exaltação plástica que não representava o contexto em que o país, de fato, se encontrava.

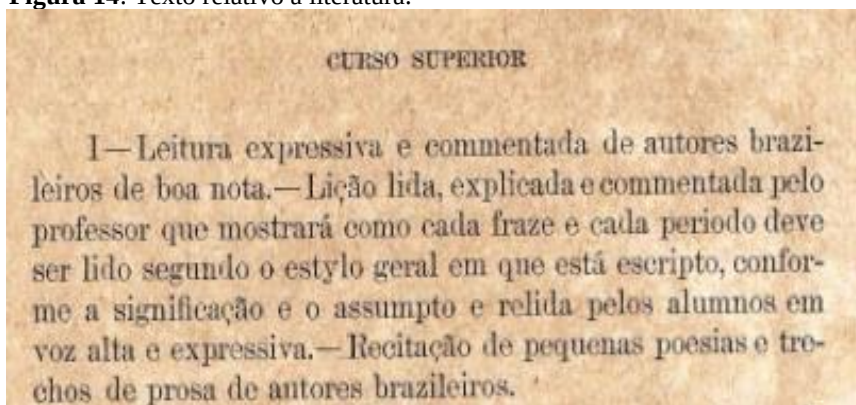
Para exemplificar a preocupação do autor com a leitura no Brasil, cita o conto “O Boto”, cujo trecho enfatiza a experiência escolar dos personagens: “Ao cabo de dois anos saiu da escola sabendo o catecismo, lendo o *Simão de Mantua* e o *Tesouro de Meninas* e escrevendo sem muita ortografia, com a letra bonita, mas banal, do geral das obidenses” (VERÍSSIMO, 1886, p. 20). Nessa narrativa pode-se constatar a preocupação de José Veríssimo com as questões referentes à leitura, preocupação esta que se apresenta no Art. 20 do Regulamento escolar produzido por José Veríssimo em 1890: “Toda Lição, toda leitura, todo tema, será acompanhado de

explicações e interrogações (VERÍSSIMO, 1886, p. 6)⁴⁴. Sua insatisfação com a instrução pública permanece presente até os escritos de *A Educação Nacional* (1890):

Em nossa instrução pública, hoje como ontem, a coisa de que mais carecemos é de verdade. Precisamos acabar de uma vez com a espetaculosidade de regulamentos, programas, instituições, e organizações que ficam na prática sem nenhuma atividade” (VERÍSSIMO, 1890, p. 33)

Ao olhar para a educação, José Veríssimo considera a literatura como ponto importante para o seu projeto de educação nacional. Apesar dessa preocupação teórica, a instrução pedagógica para o Ensino à literatura de autores brasileiros é tratada pelo intelectual somente em relação à educação superior, conforme observa-se no Regulamento escolar de 1890:

Figura 14: Texto relativo à literatura.



Fonte: Biblioteca Arthur Vianna.

Percebe-se que a preocupação de José Veríssimo com o nacionalismo perpassava pela educação, no entanto, era pela literatura, em geral, que ele se manifestava: “esta minha velha preocupação de nacionalismo, as manifestações desse sentimento nas mais características formas do sentir de um povo, na sua poesia e na sua arte [...]” (VERÍSSIMO, 1890, p. XVIII). O autor paraense afirma: “é paupérrima a nossa literatura nacionalista” (VERÍSSIMO, 1890, p. XXII), somado ao fato de que, no Pará, era mais acessível à circulação de livros de obras estrangeiras que brasileiras.

Acerca do livro, como incentivo ao ensino, recorda-se:

Seja-me permitida uma recordação pessoal. Os meus estudos feitos de 1867 a 1876 foram sempre em livros estrangeiros. Eram portugueses e absolutamente alheios ao Brasil os primeiros livros que li. O Manual Enciclopédico de Monteverde, a Vida de.

⁴⁴ Regulamento escolar, Programas, horários e instruções para as escolas públicas do Pará. Imprensa de Tavares Cardoso, Pará, 1890. Disponível em: <http://www.fcp.pa.gov.br/2016-11-24-18-22-47/ensino-primario-regulamento-escolar>

D. João Castro de Jacinto Freire (!) Os Lusíadas de Camões, e mais tarde, no Colégio de Pedro II, o primeiro estabelecimento de instrução secundária no país, as seletas portuguesas de Aulete, os Ornamentos da Memória de Roquete — foram os livros em que recebi a primeira instrução. E assim foi sem dúvida para toda a minha geração. Acentuadíssimas são as melhorias desse triste estado de coisas, e ainda hoje a maioria dos livros de leitura, se não são estrangeiros pela origem, são-no pelo espírito. Os nossos livros de excertos são aos autores portugueses que os vão buscar, e a autores cuja clássica é hoje quase obsoleta (VERÍSSIMO, 1890, p. XXII).

De toda a literatura portuguesa lida nas escolas, José Veríssimo chama a atenção para a produção nacional brasileira, em grande parte, esquecida:

Pois pretende-se, a meu ver erradamente, começar o estudo da língua pelos clássicos, autores brasileiros, tratando coisas brasileiras, não poderiam fornecer relevantes passagens? E Santa Rita Durão, e Caldas, e Basílio da Gama e os poetas da gloriosa escola mineira, e entre os modernos João Lisboa, Gonçalves Dias, Sotero dos Reis, Machado de Assis e Franklin Távora, e ainda outros, não têm páginas que sem serem clássicas resistiriam à crítica do mais meticoloso purista? Neste levantamento geral que é preciso promover a favor da educação nacional, uma das mais necessárias reformas é a do livro de leitura. - Cumpre que ele seja brasileiro, não só feito por brasileiro, que não é o mais importante, mas brasileiro pelos assuntos, pelo espírito, pelos autores trasladados, pelos poetas reproduzidos e pelo sentimento nacional que o anime [...] Que o livro de leitura com páginas de nossos poetas e prosadores, e páginas sobre assuntos brasileiros, nos traslade, originais ou traduzidas, narrativas dos grandes viajantes que percorreram o nosso país, como Martius, como Agassiz, como Couto de Magalhães, como Saint Hilaire, como Severiano da Fonseca, ou dos que fizeram a nossa história, os Rocha Pitta, os Southey, os Porto Seguro, os João Lisboa. Os mesmos velhos cronistas, os Vicente de Salvador como os Anchieta e os Nóbrega, os Jaboatão, os Vasconcelos ou os José de Moraes, com um pequeno trabalho de lhes modernizar a linguagem, quantas páginas tão perfumadas do sabor da pátria antiga que não davam, juntamente com o ensino dos primórdios da nossa vida (VERÍSSIMO, 1890, p. 6-8).

É possível perceber na fala de José Veríssimo uma diferença de tratamento em relação aos livros de leitura, àqueles com ilustrações da geografia, da história e não, necessariamente, livros para leitura, como os anteriormente citados Santa Rita Durão, Basílio da Gama, João Lisboa, Gonçalves Dias, Sotero dos Reis, Machado de Assis, Franklin Távora entre outros. Quanto a isso, o escritor afirma:

O livro de leitura vem em auxílio do ensino histórico propriamente dito e conta à criança as glórias de seu país e de seus príncipes. Sobretudo foi ele quem encarregou-se de realizar a parte mais bem ideada dos processos preconizados por Stiehl, a que põe ao alcance da criança os mais comovedores cantos nacionais (VERÍSSIMO, 1890, p. 126).

Vale ressaltar que grande parte da atividade intelectual não era publicada em livros, mas em revistas com difícil circulação, sobretudo, nas escolas. Pensando na reformulação dos livros, Veríssimo anuncia:

Os primeiros livros devem conter contos e cantos populares e pequenas histórias em que se reflita a nossa vida e os nossos costumes. Só assim interessarão à criança. Entremeados com estes assuntos virão pequenas cenas da história pátria mesmo legendárias. A história do Caramurú, por exemplo, sendo falsa ensina, entretanto, a criança que eram selvagens os primitivos habitantes do Brasil, que devoravam os seus prisioneiros e que não conheciam o uso da pólvora. Um resumo bem feito da cândida narração de Caminha a D. Manuel sobre os gestos dos selvagens [...] eis outros tantos quadros próprios para, mediante o livro de leitura, ensinar, e bem, a história pátria. A narração destes fatos ir-se-á paulatinamente desenvolvendo nos sucessivos livros de leitura, que poderão também conter extratos de alguns cronistas, adequada a linguagem à inteligência dos escolares, e versos de poetas brasileiros sobre feitos da história pátria (VERÍSSIMO, 1890, p. 142 e 143).

Apesar da predileção pela literatura brasileira, José Veríssimo afirmava que essa *poiesis* não traduzia completamente o espírito popular, preferindo a imitação portuguesa e a má interpretação do movimento literário europeu: “Finalmente nunca tivemos vida intelectual porque nunca tivemos movimento científico, movimento literário ou movimento artístico” (VERÍSSIMO, 1890, p. 23). O estudioso paraense levava em consideração que a literatura nascia do povo e retornava para o povo, orquestrando as representações de cada contexto sociocultural.

O intelectual defendia a ideia de que no Brasil, até o Romantismo, não havia um sistema intelectual ou literário formado e, por isso, tampouco político. Na representação do contexto da época, as meninas e mucamas são citadas como tipo brasileiro influenciador da poesia popular (VERÍSSIMO, 1890). Esse olhar sociocultural para a realidade do país poderia configurar uma literatura nacional.

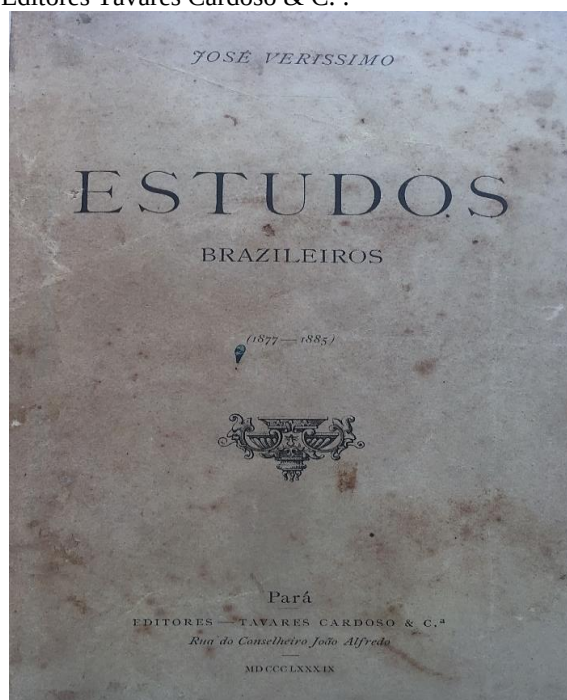
Nessa concepção, é possível destacar anúncios da Geração de 70 para o que se pode chamar de projeto de educação nacional visando à inserção do Brasil entre os países de alta cultura e consoante vida intelectual (VERÍSSIMO, 1889, p. 01), por meio de um pensamento crítico, mais tarde consolidado na linguagem crítica de José Veríssimo. Com a mudança social e política do Brasil, coube à educação e à leitura romperem com as irradiações do passado e, preocupou-se, em primeiro lugar, em educar o espírito público com a criação de uma literatura brasileira.

Alguns escritos de José Veríssimo em artigos de jornais e, posteriormente, reunidos em obras publicadas apresentam sua compreensão acerca da relação entre a realidade social e cultural brasileira e sua representação nas questões literárias. O livro *Estudos Brasileiros*, de 1889, é importante para conhecer como o estudioso pensou e organizou a intelectualidade brasileira, conforme será observado a seguir.

3.1 ESTUDOS BRASILEIROS (1889)

A antologia *Estudos Brasileiros* (1889) reúne artigos publicados no período entre 1877 e 1885 nos jornais *Liberal do Pará* e *Diário do Gram-Pará* e nas revistas mensais *Revista Brasileira* e *Revista Amazônica*.

Figura 15: Capa de Estudos Brasileiros. 1ª Edição de 1889- Editores Tavares Cardoso & C.^a.



Fonte: Biblioteca Arthur Viana e Biblioteca Fran Paxeco, do Grêmio Literário Português

O livro foi publicado em 1889, no Pará⁴⁵. A capa contém, centralizado e acima da página, o nome de José Veríssimo, seguido do título, ao centro, com a palavra “Estudos”, o que indica a intenção em divulgar seu pensamento. Ao centro há uma imagem com aparência de uma fonte antiga, em arte comum ao século XIX. Após essa imagem, a capa indica o local de publicação e finaliza com menções à editora.

Na primeira folha de rosto, há somente o título da obra, enquanto a segunda repete os dados da capa, acrescentando após o título, à esquerda, a expressão <pelo nome>. Os estudos, pelo tipo de texto são, prioritariamente, dissertativos, aos quais José Veríssimo realiza avaliações críticas referentes a diversos assuntos, distribuídos por capítulos:

⁴⁵ É comum que no séc. XIX as publicações indicadas quanto ao local Pará sejam referentes à cidade de Belém, capital da então província.

- I- A Literatura Brasileira, sua formação e destino;
- II- O Conto Popular;
- III- O Lirismo Brasileiro;
- IV- A Religião dos Tupi-Guaranis;
- V- Nas Malocas;
- VI- Gonçalves Crespo;
- VII- Os Ídolos Amazônicos;
- VIII- O Movimento Intelectual Brasileiro de 1873-83
- IX- Literatura e homens de Letras no Brasil;
- X- A Poesia Popular Brasileira;
- XI- Castro Alves e o poema das Escravos;
- XII- Do Nacionalismo na poesia Brasileira;
- XIII- Os Motins políticos do Pará, seu espírito e caráter.

Ressalta-se que José Veríssimo costumava reunir publicações em jornais e revistas em um livro novo. Em sua publicação de *Estudos Brasileiros*, os capítulos seguem uma linha cronológica, a qual pode indicar uma demarcação da discussão de um dado assunto no debate intelectual. A antologia foi organizada em treze capítulos, dentre os quais, sete falam, exclusivamente, sobre assuntos da literatura (I, II, III, VI, IX, X, XI)⁴⁶. Já os capítulos IV, V, VII, abordam assuntos etnográficos. Os capítulos VIII, XII, XIII tratam da intelectualidade brasileira e assuntos nacionais. Em uma nota final, o estudioso explica que os artigos não foram modificados de suas primeiras publicações e se desculpa por erros encontrados pelo leitor.

Acerca da etnografia amazônica, a discussão sobre “A religião dos Tupis-Guaranis”⁴⁷ desenvolve uma análise das crenças dos indígenas da Amazônia. O autor rejeita a ideia de que o homem é um animal religioso, pois essa religiosidade passiva lhe é transmitida com a educação, desde a infância, com crenças que, com o crescimento do indivíduo, podem ser confrontadas por meio da capacidade de raciocínio e discussão. Segundo Veríssimo, os Tupis-Guaranis possuíam uma religiosidade vaga, baseada na necessidade da explicação de fenômenos desconhecidos, como um trovão, cujo nome deu origem a Tupã não como um Deus, mas com um nome de um fenômeno dito com uma interrogação exclamativa (VERÍSSIMO,

⁴⁶ Por organização temática, os capítulos II e X de *Estudos brasileiros* serão tratados nos itens 2.2 deste capítulo.

⁴⁷ O artigo foi publicado pela primeira vez na *Revista Brasileira*, em 1881, que tinha como diretor Franklin Távora. “O conto popular, cap. II” será tratado no item 2.3.

1889). Como o autor afirma, essa mitologia era composta de algumas entidades sobrenaturais, geradas pelo medo e sob a influência da curiosidade, como Tupã, que é “uma criação recente devido antes à influência cristã, do que ao sentimento espontâneo do selvagem que a adotou” (VERÍSSIMO, 1889, p. 45).

Para José Veríssimo, os Tupis-Guaranis baseavam suas crenças na ideia da mãe, *Ci*, por isso o dia é *Uaraci*, a lua *Yaci*, diferente do que pensou Couto de Magalhães, que os considerava deuses superiores a outros, como Curupira, Jurupari, entre outros, cometendo o equívoco, segundo o intelectual paraense, de caracterizar os indígenas fetichistas como politeístas. Como o estudo foi publicado em 1881 e, novamente, em 1889, as edições foram analisadas e comparadas para verificar possíveis alterações, como se pode observar no quadro a seguir:

Quadro 18: Variantes do estudo “A religião dos Tupi-Guaranis”

Texto “A religião dos Tupi-Guaranis”	<i>Revista Brasileira</i> (1881)	<i>Estudos Brasileiros</i> (1889)
1	“Rejeitando o famoso princípio de que o homem é um animal religioso” (p. 69).	“A ciência moderna, rejeitando o famoso princípio de que o homem é um animal religioso” (p.33).
2	“Sentido estreito, mas historicamente verdadeiro” (p. 69).	“Sentido estreito, mas etimologicamente verdadeiro” (p.33).
3	“Da adesão de uma inteligência” (p.71).	“Da aprovação de uma inteligência” (p.35).
4	“Etimologicamente de acordo com os fatos etnográficos” (p. 76).	“Etimologicamente de acordo com os fatos etnográficos, como de outro estudo se verá” (p. 42).

Fonte: Elaboração nossa.

Constata-se no quadro de variantes das publicações apenas três mudanças encontradas entre a publicação da *Revista brasileira* e a do livro, no entanto, são alterações significativas, pois indicam a reafirmação das ideias do autor baseadas na ciência positivista. Como exemplo, ao citar a “ciência moderna”, José Veríssimo faz explícita menção aos estudos de Augusto Comte.

O artigo “Nas Malocas” trata de impressões de José Veríssimo sobre uma excursão a algumas malocas que visitou no Amazonas: Andirá, Uariarú, Mocajatuba, Paricatuba e

Abacaxis. O início é marcado pela surpresa do autor com a geografia fluvial, formada pelos grandes rios Andirá e Maués. É preciso ressaltar que o contato do intelectual, mesmo sendo ele um amazônida, é de um estrangeiro em relação às aldeias visitadas. Como tal, o estranhamento e desconhecimento dos costumes e da cultura local possibilitam as interpretações etnocêntricas e hegemônicas que se observaram na leitura do texto.

Em algumas dessas observações, encontrou-se a composição de alguns personagens presentes nos contos de José Veríssimo e exemplificações de sua discordância ao indianismo do Romantismo brasileiro. Por exemplo, na maloca do Andirá, é apresentado um índio Tucháua: “tinha um pascento de anta, a quem houvessem posto de pé, vestido uma farda de capitão da guarda em grande gala, encasquetado um chapéu armado de pluma verde [...]. Esse índio, citado pelo autor, era chamado pelo nome de Antônio Joaquim, não falava português e era parecido ao capitão que em “O Voluntário da Pátria” (1886) prende o Quirino sob o pretexto para o voluntariado na Guerra do Paraguai.

As malocas são consideradas miseráveis e degradadas, por serem barracas cobertas de palhas e por não terem utensílios. Especificamente, sobre a etnia Uariaú afirma: “são uma raça que degenera ao contato de uma civilização que não compreende quem lhes é madrastra” (VERÍSSIMO, 1889, p. 64-65). Por sua vez, quanto aos Maués, ressalta a falta de beleza das mulheres, enaltecendo, entretanto, sua coragem, diferente dos homens que fugiam para a floresta com medo de serem recrutados à guerra pelo presidente da província.

Vale frisar que nessa mesma etnia um *parece-baile* foi realizado em honraria aos visitantes, com uma dança chamada Gambá-Lundum. O Gambá é o instrumento através do qual se dá a música. A descrição que José Veríssimo realiza do Lundun também se assemelha a realizada no conto “O Lundun”, de *Cenas da Vida Amazônica* (1886): “o cavalheiro, estalando castanholas com os dedos e sapateando com os pés gira em retorcidas posições em torno da dama que pelo seu lado roda, também, como a fugir-lhe a um amplexo [...]” (VERÍSSIMO, 1889, p. 67). O autor descreve a cantiga da dança:

Capitão barateiro
Zonda do má
Prometeu mas não deu
Zonda do má
Sete chaia de chita,
Zonda do má
Para dia de ano,
Zonda do má
(VERÍSSIMO, 1889, p. 67)

Quanto às músicas, o autor entende que eram cantadas sem terem seus conteúdos compreendidos pelos falantes, o que impossibilitava que o conhecimento sobre as questões amazônicas fosse transmitido por essa produção literária. Ao tratar da segunda maloca, José Veríssimo dá continuidade às suas observações etnológicas ao evidenciar outras danças como o jacundá⁴⁸:

Vamos gapuiá (pescar)
 Jacundá,
 Debaixo do pau,
 Jacundá,
 Gapuia, gapuia,
 Jacundá
 Vamos gapuiá
 Jacundá,
 No buraco da pedra,
 Jacundá
 Ai! Não deixa fugi,
 Jacundá
 O peixinho é gostoso
 Jacundá
 [...]
 (VERÍSSIMO, 1886, p. 70)

No tocante às malocas de Mucajatuba, Paricatuba, Abacaxis e Canumam, a observação é superficial, como o intelectual mesmo indica, e dedica-se aos aspectos e características físicas dos índios, diferenciando-os dos demais. Em relação a Canumam, ressalta ter encontrado nela um “índio ex-Tucháua com indicativos de capitão, passado creio que ainda por Tenreiro Aranha, mostrou-nos o seu título de antigo simples votante” (VERÍSSIMO, 1889, p. 71). Essa mesma impressão se tem no personagem Quirino, de *Cenas da Vida Amazônica* (1886), que ao ser preso anuncia que é um cidadão e um votante.

Essas compreensões seguem um modelo cientificista que contornou o pensamento de instituições no final do século XIX. É seguindo esse pensamento que José Veríssimo se dizia afiliado⁴⁹, a partir do qual afirma:

O índio é um indivíduo com que a civilização não deve contar. Nada mais desolador que estas malocas, em ruínas, sem cultura, sem progresso, sem trabalho, sem vida, onde vegeta, que não vive, uma população mesquinha e mofina de gente fraca, sem nenhum vigor moral, nem selvagem, nem civilizada, miserável, indolente, paupérrima, no meio das máximas riquezas naturais [...] não vimos uma virgem de mais de 14 anos [...] (VERÍSSIMO, 1889, p. 71).

⁴⁸ Na dança, o jacundá é um sujeito que entra na roda e dança para escapar dela, trocando-se por outra pessoa e repetindo-se o passo. O jacundá é também o nome de um peixe existente nos rios da Amazônia.

⁴⁹ Conf. capítulo 1.

Constata-se nessas palavras um rigor científico positivista ou todo um empenho do crítico, com face de etnógrafo, para questionar o Romantismo como sistema literário representativo da nacionalidade brasileira, conforme percebe-se:

E, diante de toda esta degradação, a gente não pode deixar de sorrir das teorias sentimentalistas dos românticos da política ou da arte, e perguntar se estes sujeitos darão jamais cidadãos aproveitáveis e indagar onde estão, entre estas mulheres feias e desgraciosas as Iracemas e entre estes homens rudes e grosseiros, os Ubirajaras. (VERÍSSIMO, 1889, p. 71).

Seguindo a linha de seus estudos de cunho antropológico, o ensaio *Os Ídolos Amazônicos* figura o capítulo VII da obra. Abaixo o quadro das variantes de suas publicações:

Quadro 19: Variações do estudo “Os Ídolos Amazônicos”.

Trechos	<i>Revista Amazônica-Tomo I, Nº.1 (março de 1883)</i>	<i>Estudos Brasileiros (1889)</i>
1 (Título)	“Os Ídolos Amazônicos (Um Novo Documento)”	“Os Ídolos Amazônicos (1883)”
2	“No meu estudo sobre a religião dos Tupis-Guaranis”- (Nota: Revista Brasileira T.IX, p. 69)” (1883, p. 32).	“No meu estudo sobre a religião dos Tupi-Guaranis” (1889, p. 96).
3	-	Nota em “adquiri o que hoje está em meu poder ¹ ”: “Atualmente no museu Nacional do Rio de Janeiro. Vem também descrito no 6º vol. dos Arquivos daquele Museu” (1889, p. 101).
4	“[...] e dentro em pouco voltou com objeto que vou descrever (V. a estampa)” (1883, p.36).	“[...] e dentro em pouco voltou com objeto que vou descrever” (1889, p.102).
5	Nota em: “[...] práticas exorcistas na qual nada indicava adoração ² ”: “(2) Obr. Cit. Pag. 79” (1883, p. 39).	Nota em: “(...) práticas exorcistas na qual nada indicava adoração ² ”: “2 V. supra pag.46”. (1889, p. 108).
6	 Tamanho original: 0m, 135 de comprimento com 0m, 103 de maior altura, e uma espessura máxima de 0m, 02.	Obs.: Figura inexistente na publicação de <i>Estudos Brasileiros</i> .

Fonte: Elaboração nossa.

Observa-se que além da mudança ocorrida no título do ensaio, José Veríssimo faz nota com referência à *Revista Brasileira*, na qual discorre sobre a religião dos Tupis-Guaranis e deixa marcado que a religião é dada por educação, de forma passiva submetendo as crianças a crerem sem saber julgar. Entende-se que para o estudioso, a religiosidade ativa somente ocorre com raros indivíduos (VERÍSSIMO, 1891), elencando o pensamento de Tyler, para quem religião é a crença em seres espirituais e, além disso, significa a relação entre os homens e as potências sobre-humanas em que eles creem.

O autor aproveita esses pensamentos para defender o que denomina fetichismo, designando-o à religião dos Tupis-guaranis. Essas informações são importantes para ratificar o que defende em relação à falsidade do ídolo amazônico, achado do Sr. Barbosa Rodrigues, pelo fato de os Tupi-Guaranis estarem em fase de fetichismo e não de culto consciente e em função disso, o botânico não poderia falar em uma religiosidade ativa entre esses indígenas.

O fundamento da opinião do obidense pode ser observado no acréscimo de uma nota no texto de 1889, na qual afirma a localização do artefato presente no museu do Rio de Janeiro, o que desqualifica o suposto achado arqueológico do cientista. Isso posto, pode-se notar que na segunda edição da publicação ocorre a ausência da imagem do peixe, em tamanho real, apresentada ao final do artigo na *Revista Amazônica*. Desse modo, compreende-se que a opção em utilizar a imagem justifica-se pela natureza ilustrativa da revista. Na variante 5, o texto publicado na *Revista Amazônica* cita o publicado na *Revista Brasileira*, enquanto o livro cita capítulo IV, com artigo homônimo a esta revista. Nele, continua a alegação de que em relação aos Tupis-Guaranis, há crença, mas não há culto.

Quanto ao artigo “Literatura brasileira, sua formação e destino”, o autor afirma que a vida intelectual brasileira é embrionária. Com isso, entende-se que José Veríssimo estabelece um paralelo entre os estudiosos do Brasil com o que denominou de “países de alta cultura e consoante à vida intelectual, como Alemanha, França ou Inglaterra” (1889, p. 1), os quais participam mais ativamente do mundo científico, posicionando o Brasil às influências dos países ditos superiores.

Ao reunir os artigos dos jornais e publicá-los em livros o estudioso demonstra a sua intenção em participar do debate intelectual acerca dos problemas sociais do Brasil:

Em um país de leguleios (expressão de Sílvio Romero), na terra clássica da ignorância governamental, onde ministros de Estado, como o têm soberanamente provado em famosos episódios parlamentares, nem gramática ao menos sabem, assoberbado pela preocupação exclusiva não da política como arte séria de governo, mas como meio exclusivo de poder, política sem ideal, em nobreza, sem moral, com sacrifício de

quaisquer interesses nacionais que não sejam os imediatos do partido- o que há a esperar para a vida intelectual da nação? (VERÍSSIMO, 1889, p. 8).

Preocupado com as questões intelectuais, José Veríssimo reflete sobre a qualidade da instrução pública, o que o levava a perguntar, por exemplo, por que a educação artística estava ligada somente à sombra dos mitos (VERÍSSIMO, 1889, p. 9), de não se ter no Brasil uma só cadeira superior de literatura. Nestas linhas introdutórias, é possível perceber três aspectos do pensamento do autor: 1 - A sociedade brasileira estava degradada e atrasada intelectualmente; 2 - Há o reconhecimento da ciência como solução para essa degradação brasileira; 3 - O autor estima a ciência e a literatura campos desse conhecimento, propícios à ascensão de uma nação verdadeira.

O estudioso parte da literatura para a construção do seu pensamento sobre a nação, opinando sobre a própria forma com que a crítica era realizada, pois, segundo ele, em vez de raciocinarem, os intelectuais faziam críticas com exclamações e adjetivos, que pareciam ser mais fáceis que construir argumentos. José Veríssimo acreditava que o Republicanismo, com influência dos Estados Unidos, combateria o espírito separatista entre as províncias, formaria e daria unidade à pátria, considerando sua geografia, história, etnografia, tradições e sentimentos de seu povo.

Constata-se a dificuldade de, diante das condições políticas e históricas, retirar do Brasil o status de colônia. Trata-se de um posicionamento positivista, cujas leis eram criadas pelas elites, mas o comportamento do povo refletiria na construção do Brasil, respeitando-se, a “livre expressão do pensamento e as coisas do espírito”, os assuntos envolvendo a ciência e a Arte (VERÍSSIMO, 1889, p. 17). No período embrionário da República, o literato paraense declara que “a Literatura apenas existe, [...] não há período de estagnação mais completa do que este que atravessamos [...]” (VERÍSSIMO, 1889, p. 19).

Ratificando tal pensamento, o prefácio realiza mais uma reflexão sobre aquele momento do Brasil, que propriamente uma apresentação dos capítulos do livro. Representa, portanto, o sentimento de um autor, cujas palavras já haviam sido publicadas na *Revista Brasileira*, que, para José Veríssimo, marca o apogeu e o declínio do movimento de 1870.

Compreende-se que para o estudioso paraense não bastava uma pseudoliberalidade; antes, era preciso que as “nossas letras, as nossas ciências, as nossas ideias, os nossos costumes tenham feição própria” (VERÍSSIMO, 1889, 220). Explica o autor obidense: “Gonçalves Dias não compreendeu que a literatura brasileira não estava no nosso selvagem, e desprezando as raças cruzadas pôs-se a cantar costumes e feitos tupis” (VERÍSSIMO, 1889, 220). José

Veríssimo elogia a *Canção do Exílio* de Gonçalves Dias enquanto critica, a *Confederação dos Tamoios*, de Gonçalves de Magalhães. Quanto à Álvares de Azevedo, lamenta a imitação a Byron e Musset, pois, se com seu talento tivesse se levado para os estudos da nossa história e etnologia, como Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo “poderia ter sido o Garret de nossa Literatura” (VERÍSSIMO, 1889, p. 6).

Entende-se que José Veríssimo demarca um critério para a sua crítica literária: a história e etnologia do Brasil, a chamada nacionalidade brasileira, muito embora não esteja essa nacionalidade representada na figura do indígena, mas na mestiçagem que se dava no país. Esse material, o crítico já o encontra nos romances brasileiros, os quais se referem a um país menos romantizado: “é por isso que o verdadeiro romance brasileiro precisa de fatos da vida do nosso sertão onde o genuíno povo brasileiro, o resultado dos cruzamentos, vive com seus hábitos, suas crenças e seu falar próprios” (VERÍSSIMO, 1889, p. 4). Dentre os romances que alcançam esse ideal, cita *O Sertanejo*, o *Gaúcho* e *Tronco do Ipê*, de José de Alencar.

Sob o aporte das ciências naturais, as ciências explicam a constituição do Brasil e José Veríssimo reconhece em Ferdinand Denis e Couto de Magalhães, estudiosos de referência à modernização do país. O primeiro por considerar que se alinhava ao historicismo e ao nacionalismo, vinculando a literatura à expressão de nacionalidade. O segundo, sobretudo, na obra *O Selvagem* (1876), por contribuir para a ideia de que os estudos dos elementos étnicos colaboram para a formação da nacionalidade nascida a partir da mestiçagem étnica. Como se observa, o critério da literatura pretendida por José Veríssimo era aquele que entendia e representava os elementos que compõem o espírito do povo. Conforme o autor postula:

É sobre este critério que assentamos o nosso modo de pensar de que é do estudo bem feito dos elementos étnicos e históricos de que se compõe o Brasil, da compreensão perfeita do nosso estado atual, da nossa índole, das nossas crenças, de nossos costumes e aspirações que poderá sair uma literatura que se possa chamar conscientemente brasileira, a qual, pela forte reação de que falamos atrás, numa nova via de verdadeira civilização e verdadeiro progresso (VERÍSSIMO, 1889, p. 13).

Para José Veríssimo, a construção da identidade nacional brasileira é realizável somente por meio de seus intelectuais. A oposição está no fato de que muitos percorriam o caminho mais fácil, o enaltecimento da nação, eram imaturos para regenerar o Brasil à ideia do republicanismo, sem compreendê-lo, ao menos, e desconhecendo as bases que fundam seus principais embates filosóficos, sociológicos, antropológicos, entre outros vigentes na Alemanha, na França, na Inglaterra. Defende que todo o conhecimento do pensamento estrangeiro amadurecido poderia ser basilar para amadurecer o pensamento nacional.

De acordo com José Veríssimo (1889, p. 12), era necessário estudar a história brasileira, para, conhecendo o seu passado, construir-lhe um futuro diferente e “levantar o espírito nacional”. Não se trata, todavia, de uma indicação de valor aos romances históricos, que ao se ver cria um movimento político ao invés de dar um movimento social. Vê-se que para o intelectual é pelo conhecimento e pela educação do Brasil, que a literatura poderia de fato ser considerada brasileira (VERÍSSIMO, 1889).

No estudo *O Lirismo Brasileiro*, o crítico obidense afirma que o lirismo brasileiro é filho das raças cruzadas, desacreditando da existência do elemento lírico entre os tupis-guaranis. Para o estudioso, a poesia deveria representar a constituição real, protagonizada pela mestiçagem e não focar em um tipo único de povo para ser representativo. Nesse sentido, entende que a Arcádia Brasileira era toda individual e subjetiva, mas começa a se modificar com Porto Alegre, Gonçalves Dias e Magalhães, diminuindo a separação do poeta e o seu povo até certo ponto. (VERÍSSIMO, 1889). Por isso, considera Gonçalves Dias um verdadeiro poeta, mas de nacionalidade mais americana que portuguesa, tal como o Romantismo no Brasil, inclusive o da segunda fase.

No artigo “Gonçalves Crespo”, José Veríssimo apresenta o poeta como um brasileiro, que naturalizado em Coimbra, publica dois livros — *Miniaturas*, e *Noturnos* — em que a poesia é aprimorada, revelando “um poeta delicado por excelência” (VERÍSSIMO, 1889, p. 83). Nesse ensaio, vê-se claramente um crítico em exercício, que valoriza a linguagem poética e, por outro lado, condena a concepção romântica com sua languidez, na qual se identificaram Álvares de Azevedo, Aureliana Lessa, Junqueira Freire e, de certo, modo Castro Alves.

Gonçalves Crespo é considerado pelo crítico um poeta de pensamento moderno, cujos sentimentos são refinados pela realidade: “[...] que a sua perfeição (do artista) está na razão direta da maneira por que traduz o estado social do seu tempo [...] Augusto Comte submete o desenvolvimento das faculdades estéticas ao regime intelectual” (VERÍSSIMO, 1889, p. 77).

Compreende-se que sua ideia era que houvesse um pensamento científico para guiar o homem ao progresso e não às crenças individuais, o que para ele dificultava até mesmo uma crítica com regras fixas (VERÍSSIMO, 1889). Observa-se que além de ter a base de seu pensamento alicerçado no positivismo, o fator da mestiçagem brasileira é determinante na crítica literária de José Veríssimo: “Ainda nos mesmos versos puramente líricos, sentia-se, na ardentia do sentimento e da expressão amorosa, o sangue do mestiço, elevando a nota apaixonada, já de si aguda, que é um dos característicos da poesia subjetiva brasileira” (VERÍSSIMO, 1889, p. 81).

Ao tratar sobre *Sonetos e Rimas* (1886), o autor afirma:

E a forma não é, na arte, na poesia principalmente, um acessório; pelo contrário, é senão tudo, quase tudo, e eu compreendo a ingênua admiração do grande Flaubert por ela. Goethe, o poeta de mais vastos fundos conhecimentos que jamais existiu, o autor do Fausto e um dos precursores de Darwin, chamava-lhe a divina forma (VERÍSSIMO, 1889, p. 88).

O autor ressalta a poesia de Gonçalves Crespo, correspondente singular do poema sob pendores cientificistas. Embora José Veríssimo não se afirme um crítico, percebe-se que ao discutir sobre Gonçalves Crespo, considera todo o circuito da leitura proposto por Robert Darton (1982), ao encerrar suas considerações direcionadas ao leitor, para quem pretendeu “apresentar ao público paraense um poeta que ele quase não conhece e que muito merece ser por ele conhecido” (VERÍSSIMO, 1889, p. 93).

Ao discutir *A Literatura e Homens de Letras do Brasil*, o estudioso questiona-se “para que serve a análise? (VERÍSSIMO, 1889, p. 131-132). Compreende-se aqui uma preocupação devido ao fato de os livros no Brasil serem quase todos de origem portuguesa, do pouco valor da literatura brasileira e da formação de profissionais das letras, cujo problema advinha da falta de leitores, público que ainda estava em período de formação. Essas questões esbarram na educação, como posicionava-se avesso à leitura enquanto mera decoração ou decodificação de vocábulos. Nesse sentido, afirma:

Para que haja escritores, porém, é preciso que haja leitores, porque ninguém escreve só pelo prazer de ler a sua prosa ou as suas endeixas, e para que existam leitores-perguntem ao Sr. De Lapallise - é preciso que exista quem saiba ler. Ora, o Brasil é, em definitiva, um país de analfabetos; como querer-se, pois, ter leitores? (VERÍSSIMO, 1889, p. 133).

Para resolver esse problema, José Veríssimo entende que seria preciso criar escolas de nível primário e distribuir livros de graça aos alunos. Em seus escritos, é possível perceber a relação da literatura com a educação, ao tratar sobre livros e educação de qualidade, diferentes dos que a indústria vendia, bons, quando estrangeiros, péssimos e caros quando brasileiros. Essa política era desanimadora para José Veríssimo, inclusive pela sua junção com o mundo das letras, ao que denominou “safadeza” (VERÍSSIMO, 1889, p. 133): “o que não admira porque a política, como carreira é, de regra, no nosso país, o refúgio das mediocridades ambiciosas”.

Sobre o poeta que escapa dos vultos obscuros da literatura nacional, une desde Castro Alves a Gonçalves Dias e Casimiro de Abreu como os poucos poetas lidos daquele tempo.

Suas espumas flutuantes já têm cinco ou seis edições diversas, o que neste país já é extraordinário; o seu poema *A Cachoeira de Paulo Afonso* já tem duas, o seu drama *Gonzaga* achou também editor e os seus versos soltos, principalmente *Vozes d’África*

e *Navio Negreiro* mereceram por várias vezes edições especiais (VERÍSSIMO, 1889, p. 186).

Observa-se um tratamento de grandeza dado a Castro Alves não pelos temas de sua obra voltadas para a nacionalidade, mas pelo compêndio que José Veríssimo chama de “alma moderna” (VERÍSSIMO, 1889, p. 186) e por meio dele ter-se conhecido, no Brasil, o poeta Victor Hugo. As aspirações e sentimentos do literato brasileiro são, portanto, menos subjetivistas e mais voltados ao Brasil dos escravizados, tornando-o menos nacional e mais moderno, uma vez que pintava os negros mais como heróis e menos como homens degradados. Daí *Vozes d'África* ser reconhecida pelo crítico como obra prima e seu autor uma promessa da poesia brasileira.

Consoante à concepção desse autor, há um contexto espacial e temporal em que o livro é difundido, o qual “pode ser descrito como um circuito de comunicação que vai do autor ao editor (se não é o livreiro que assume esse papel), ao impressor, ao distribuidor, ao vendedor, e chega ao leitor” (DARNTON, 1995, p. 111). Esses fatores antevêm José Veríssimo, ao asseverar que Castro Alves pensava, inclusive, na elegância do livro, na preocupação com um editor que poderia conferir luxo à obra, enfim, na delicadeza de se pensar a obra como um todo.

Ao discutir os assuntos nacionais, o estudioso discorre sobre “O Movimento Intelectual brasileiro”, de 1873 a 1883, por considerar que a partir dessa época o país iniciou sua participação nos debates que se davam no exterior e reconhece que a produção intelectual anterior a esse período se limitava a estudos jurídicos, erudição histórica e repetição dos livros franceses de medicina e matemática. O autor critica a ausência de trabalhos de valor e dá importância aos estudos da observação e da experimentação que se iniciaram e se incorporaram ao movimento científico no Brasil, valorizando o trabalho de Couto de Magalhães (VERÍSSIMO, 1889, p. 111 a 113).

Conforme seu pensamento, no campo da literatura,

Os nossos literatos, não achando ou não vendo atrás de si senão o índio, o selvagem, entenderam ser ele o passado brasileiro, e puseram-se a cantá-lo em prosa e verso, falsificando a etnografia do país que se criaram ao sabor de sua imaginação, e revivendo a tradição épica de Basílio da Gama e Durão, na Confederação dos Tamoios e nos Timbiras (VERÍSSIMO, 1889, p. 113).

Compreende-se que a sua crítica remete a ideia de que o Romantismo não foi bem compreendido no Brasil, sobretudo pelo desconhecimento dos autores acerca da realidade brasileira, por suas visões estagnadas e imitação do passado medieval. De acordo com o autor, a literatura produzida centralizava-se na poesia, com destaque para Gonçalves Dias, e no

romance, para José de Alencar. José Veríssimo aponta Martins Pena, com *Os Irmãos das Almas- Comédia em um Ato* (1847), a base do teatro nacional.

Nesta discussão sobre intelectualidade brasileira, o obidense considera as guerras do Paraguai e a Guerra franco-prussiana importantes para a consolidação da unidade nacional, ultrapassando as disputas bairristas entre as províncias, as quais passaram a se comunicar de modo mais ampliado, provocando uma “mentalidade nacional” (VERÍSSIMO, 1886, p. 115), porém, sem alcance filosófico e enfrentando as ideologias religiosas, a baixa circulação de revistas especializadas e a efemeridade dos jornais.

José Veríssimo considera o jornal *Palavra*, dirigido por Franklin Távora, Silvio Romero, Souza Pinto, Tobias Barreto e outros, um veículo sério de discussão da ciência, da literatura, da arte e da política, assim como *Jornal do Comércio*, *Diário de Janeiro* e o *Globo do Rio de Janeiro*, os quais desenvolviam uma campanha anticlerical em suas publicações, destacando-se “A Igreja no Estado” (1874), de Tito Franco, e “Direito Contra Direito” (1875), de Antônio de Macedo Costa. José Veríssimo, ao apreciar essas obras, valoriza a separação entre a Igreja e o Estado, considerando ser esta “a mais bela aspiração, nesta ordem de ideias, do pensamento moderno” (VERÍSSIMO, 1889, p. 120).

Outro destaque é a instrução pública, com a implantação de novos cursos no colégio Pedro II, como o de Biologia, e a criação da Escola Politécnica. Somados a isso, o estudioso atenta para a formação dos professores enviados à Europa com a finalidade de aperfeiçoar seus estudos. Dos centros acadêmicos, Pernambuco figura como um espaço de força intelectual, que criticava os modernos pensadores, enquanto no Ceará destacam-se: Araripe Júnior, Rocha Lima e José de Alencar como intelectuais de prestígio. No Rio de Janeiro, o autor chama a atenção para *Fim da Criação* (1875), de Araújo Ribeiro, a primeira obra darwinista e materialista no Brasil. Em São Paulo, considera a obra *As três filosofias*⁵⁰, de Pereira Barreto, uma publicação de valor frente à filosofia positiva.

Em relação ao Pará, afirma: “é impossível encontrar no Pará, a quem, com pesar o digo, a civilização brasileira nada absolutamente deve, porque a própria questão religiosa que se não nasceu aqui, ao menos aqui teve enorme repercussão, não passou na nossa província de uma insignificante e mesquinha luta de facções, sustentada na imprensa diária em artigos sem alcance, nem novidades. Se alguma coisa produziu, foi um falso e estúpido sentimento de nacionalidade que gerou, para vergonha nossa, o jornal e o em tudo minguado partido da *Tribuna* (VERÍSSIMO, 1889, p. 122).

⁵⁰Foram publicadas apenas duas: A Filosofia Teológica (1874) e a Filosofia Metafísica (1877).

Nota-se que o autor analisa como ocorre o movimento intelectual no Brasil, desde a publicação de obras importantes até as reformas de museus como o Museu Nacional do Rio de Janeiro, deixando de citar, entretanto, a de Museu Emílio Goeldi, no Pará. O estudo foi publicado na *Revista Amazônica* (1883) e, por isso, apresenta-se a seguir o quadro com as variantes do texto:

Quadro 20: Variantes do estudo “O movimento intelectual brasileiro nos últimos 10 anos”

O Movimento intelectual brasileiro nos Últimos 10 anos	<i>Revista Amazônica</i> (1883)	<i>Estudos Brasileiros</i> (1889)
1 (Título)	“O movimento intelectual brasileiro nos últimos 10 anos”	“O movimento intelectual brasileiro de 1873-83”
2	Possui cinco parágrafos introdutórios: “[...] Espíritos que não sei se chamo acanhados, se menos cultos, acoimam de materialistas, em uma acepção de desprezo, o glorioso tempo em que lemos a dita de viver, querendo com isso significar que abandonando a cultura das altas coisas do espírito, a humanidade volta-se toda, neste último quartel de século, para as satisfações exclusivas das necessidades materiais. [...]. E a verdade é a base de toda justiça e de todo o bem, pois que é o único critério seguro de sabermos o que é justo e o que é o bom. [...]” (p. 111).	Obs.: Retirados os cinco parágrafos introdutórios

Fonte: Elaboração nossa.

A edição do artigo na *Revista Amazônica*, indica que o texto foi, primeiramente, proferido em uma conferência feita na *Sociedade Promotora de Instrução*, em que o autor critica o fato de ser chamado de materialista, o que para ele indica um desprezo das pessoas pelos assuntos intelectuais, sobretudo, pela ciência positivista, que considera capaz de fazer abandonar as “especulações teológicas e o idealismo vago” (VERÍSSIMO, 1883, p. 168). Para o estudioso, a Europa contemporânea é um laboratório de ideias que renovam o pensamento

nos campos das teorias científicas, literárias, artísticas e estéticas, mas cujo movimento, o Brasil não tem acompanhado.

O autor conclui o artigo declarando:

Para dirigirmo-nos com segurança para o futuro, precisamos conhecer o passado; creio, pois, que não foi ocioso o estudo que acabo de fazer, e espero que não se romperá a corrente começada em 1873, que irá de dia para dia elevando o nível da mentalidade brasileira. Terminarei, por isso, por um voto; o de que o Pará não fique fora desse movimento, e compreenda que para a glória e a honra, e para a própria felicidade material, de um povo, não basta produzir borracha (VERÍSSIMO, 1883, p. 177).

Desse modo, José Veríssimo anuncia a existência da *Revista Amazônica* (1883) e reafirma o campo da intelectualidade e da literatura como espaços em que se dão o progresso de uma nação, pois acreditava que enquanto não fosse dado valor a essas questões o Brasil continuaria colonizado, bairrista e dependente. No estudo “Do Nacionalismo na Poesia Brasileira”, também publicado em *Estudos Brasileiros* (1889), compreende-se que a preocupação do intelectual era que o Brasil não recaísse em produções individuais ou dispersas e se tornasse independente do que era produzido em Portugal. Para isso, a geração de 70 foi importante, sobretudo, a partir de 1873, ano em que os trabalhos de Celso de Magalhães, Silvio Romero, Franklin Távora, Tobias Barreto, e Araripe Júnior se interessaram e reuniram essa nova literatura. Além desses, Batista Caetano, Barbosa Rodrigues, Macêdo Soares, Couto de Magalhães e outros são exemplos de autores, cujas obras não se relacionavam diretamente à literatura, mas oportunizaram a compreensão do povo que indiretamente a produzia.

De todos os trabalhos dos autores, destaca-se o de Sílvio Romero e sua compreensão de que o Brasil era formado pela mestiçagem (ROMERO, 1909). Dentre os poetas, cita como um dos mais intensos, o Sr. Mello Moraes Filho, autor de *Cantos do Equador* (1900), *Pátria Selvagem: A floresta e a vida. Mitos Amazônicos- Os escravos vermelhos* (1899). Para José Veríssimo, essas obras tinham estilo, mas lhes faltava convicção. Ao considerar José de Alencar um escritor que buscou romper com a tradição lusitana, José Veríssimo assinala:

Demais na poesia a personalidade do poeta é por alguma coisa, um poeta de espírito profundamente nacional, será por força um poeta nacional. Em qualquer assunto que cante. E não será este um poderoso elemento para conseguirmos o perfeito nacionalismo da nossa literatura - sermos nós de espírito e coração profundamente nacionais?” (VERÍSSIMO, 1889, p. 200).

A seção XIII de “Os Motins Políticos do Pará, seu Espírito e Caráter”, publicada no jornal *O Liberal do Pará* (1885), trata das questões políticas que levaram o Pará a forçosamente aderir ao movimento de independência no Brasil: “Em 15 de agosto de 1823, o Pará fez apenas

o papel de mero figurante, senão a contragosto, [...] na comédia política pela qual não tenho a mínima admiração, como também não a tenho quer pelos protagonistas, quer pelos comparsas” (VERÍSSIMO, 1889, p. 221). Segue-se o quadro comparativo entre a publicação realizada em *O Liberal do Pará* (1885) e em *Estudos Brasileiros* (1889):

Quadro 21: Variantes de “Motins Políticos do Pará. Seu Espírito e Caráter”.

Texto- Os Motins políticos do Pará, seu espírito e caráter	Folhetim de <i>O liberal do Pará</i> (1885)	Estudos Brasileiros (1889)
1	Título: “Do espírito e caráter das rebeliões paraenses-Motins políticos do Pará por Domingo Antônio Raiol (Barão do Guajará)”.	Título: “Motins políticos do Pará. Seu espírito e caráter”.
2	“Dois paquetes anunciariam a vitória”.	“Dois foguetes anunciaria a vitória” (p.215).

Fonte: Elaboração nossa.

Observa-se a partir do quadro que o ensaio não possui modificações entre as suas publicações, salvo algumas correções gráficas. Tanto no jornal, quanto no livro, nota-se que o autor optou por partir, sobretudo na introdução, de informações históricas, primeiramente, menciona, a *História da Fundação do Império Brasileiro*, de Pereira da Silva; *História Geral e História da Independência*, de Visconde de Porto Seguro (Varnhagen), para depois referir-se ao Barão do Guajará e a partir disso, declarar que em consequência de seus estudos, poder-se-ia dizer que o Pará tinha uma história própria (VERÍSSIMO, 1889, p. 2013).

É a partir dos estudos do Barão do Guajará que José Veríssimo se preocupa em discutir os conflitos políticos que ocorreram na história paraense, refletindo, portanto, sobre as suas causas e origens das questões históricas. Desse modo, primeiro adentra à história da colonização paraense começando pela luta contra a escravização dos indígenas. Nesse entremeio, percebe-se que o autor ressalta a supremacia do Maranhão sobre o que considerou como anarquia da administração da província (VERÍSSIMO, 1889) que vivenciou diversos motins populares, políticos e militares. Entre os conflitos paraenses, o estudioso menciona o caso de Castelo Branco que assumiu o governo e, imediatamente, foi deposto, fortalecendo a ideia de desorganização sociopolítica que passava para as novas gerações, um contínuo motim cercado por um absolutismo repugnado pelas vozes da independência do Brasil.

José Veríssimo esclarece a história ao relembrar que a adesão do Pará foi uma imposição frente às ameaças de John Grenfell e Lord Cockrane, com seus brigues de guerras e as esquadras que chegariam ao Estado. O autor posiciona-se contrário à “adesão”, externando que seria mais glorioso ao Pará ter lutado por sua independência (VERÍSSIMO, 1889, p. 220). Alinhado a esse pensamento, ressalta que as relações do Pará eram maiores com Portugal do que com o restante do Brasil, tornando aquele país uma presença dominante na região.

Compreende-se que diante do movimento da independência causado pela Revolução Francesa, o Pará não permaneceria por muito tempo aliado à monarquia absolutista. Entretanto, dada a adesão da província no passado, restava naquele momento presente pensar-se parte do Brasil e viver uma independência real. Eis o desafio e a necessidade de um projeto nacional que José Veríssimo assume no campo da intelectualidade.

José Veríssimo reconhece a pertinência de sua obra no final: “Este estudo está, como vê-se, incompleto. É de crer, entretanto, que o seja e venha a conclusão a fazer parte de novos estudos brasileiros” (VERÍSSIMO, 1889, p. 221). Na exaltação à produção intelectual europeia, exceto a portuguesa, lamenta a embrionária intelectualidade brasileira, sem trabalhos de grande importância que, quando publicados, são correlacionados apenas a uma elite econômica, na qual destaca os autores: Couto de Magalhães, Visconde de Porto, Pereira da Silva, Cândido Mendes.

Percebe-se a importância da obra *Estudos Brasileiros* (1889) para o conhecimento da etnografia e da política amazônica, mas, sobretudo, sobre o pensamento social de José Veríssimo, o qual também se debruça sobre as questões da linguagem e da literatura, pensadas no contexto do popular, da língua em uso na Amazônia, e da poética que despontava nas cantigas e narrativas orais, como será discutido adiante.

3.2 LINGUAGENS POPULAR E LITERÁRIA

Na Gazeta Literária do Rio de Janeiro de 1884, o artigo intitulado “Um glossário de vocábulos brasileiros, tanto dos derivados de línguas conhecidas como daquela cuja origem é ignorada”, Beurepaire Rohan (1812-1894) cita José Veríssimo ao referir-se aos seguintes vocábulos:

1- Bubuiar, V. intr. (Pará) flutuar (Couto de Magalhães) e também navegar no sentido da correnteza do rio ou da maré. É pouco usado em suas formas verbais (José Veríssimo) (1884, p. 211).

2- Burassanga, s.f. (Vale do Amazonas) Cacete. // empregam-no ordinariamente para bater algodão e também roupa por ocasião da lavagem (José Veríssimo). //Etim. é vocábulo do dialeto tupi do Amazonas (...) (ROHAN, 1884, p. 212).

Tal citação reconhece José Veríssimo enquanto estudioso da “língua brasileira”, em razão de ele considerar as mudanças no idioma como resultado de um novo Brasil. Portanto, há nesse estudo duas questões a serem ponderadas: a primeira, refere-se ao expressivo em um idioma, a segunda, diz respeito tanto à preocupação de José Veríssimo em coletar vocábulos novos, quanto à compreensão dos falares dos mestiços.

Dentre os trabalhos do estudioso com essa temática, a primeira publicação acerca da linguagem se dá na *Revista Amazônica* (1883). Em nota, o estudioso esclarece que o artigo “pertence a um estudo que servirá de introdução ao livro inédito do autor, *Cenas da Vida Amazônica*” (1883, p.48). No ensaio “A Linguagem Popular da Amazônia”, ele observa que no processo de colonização, a língua da sociedade mais forte aniquila a mais fraca e que, no transcurso da mestiçagem, o povo conquistador é quem sofre a influência do povo conquistado (VERÍSSIMO, 1883):

De fato, na língua aqui falada, onde aliás se conservam palavras e expressões portuguesas hoje desusadas em Portugal e vulgarmente desconhecidas no Brasil, abundam, em não pequena cópia, não só vocábulos como formas sintáticas da língua do selvagem. E este fenômeno não é, convém notar, um caso isolado (VERÍSSIMO, 1883, p. 49).

José Veríssimo considera a inclusão de novos vocábulos maior que a interferência do idioma na linguagem dos povos originários do Brasil. O estudioso, caracteriza essa língua nova, mestiça, como linguagem popular, com forte influência do Tupi, de novas palavras e de prosódias. Ao tratar essa linguagem, o autor realça assim as particularidades da oralidade:

A supressão de uma ou mais letras no final das palavras, tão usual entre os brasileiros, principalmente os caboclos e caipiras, é um cacoete herdado dos índios e desconhecido aos portugueses que, pelo contrário, procuram tomar brevíssima as sílabas não acentuadas do meio ou do princípio das palavras pronunciando m’laço [...] os brasileiros, pelo contrário, dizem botá, chovê [...] comendo invariavelmente o rr finais. [...] A supressão do artigo definido, em frases que não podem prescindir dele em português, é vulgar, como rio encheu, canoa chegou [...] A palavra tupi será ainda usada tal qual como entre selvagens, como um sinal de interrogação, como Você vai à missa será (?) ou você vai será à missa (?) que se diria em tupi Ndê reço será missa kêtê? [...] A vulgaridade com que repetem o advérbio ainda vem do tupi – Eu vou ainda, eu quero ainda [...]. [...] O desaparecimento do r forte no final dos verbos, como em morre, leva, fugi [...] não se explica senão pela falta daquela letra no alfabeto indígena. [...] O diminutivo português inho, zinho, tomou enorme desenvolvimento a ponto de acompanhar os verbos como querzinho, estouzinho [...]. [...] As expressões puramente portuguesas que eles corromperam ou fizeram suas pelo uso constante e característico delas, são disque por dizem que; namesque por não mais do que (?); paresque por parece que [...] O disque a empregam geralmente no final da frase, com ironia, dúvida [...] vai ser nomeado capitão, disque (VERÍSSIMO, 1883, p. 53-54).

Tais concepções de José Veríssimo eram embasadas nos estudos de Couto de Magalhães, por meio da obra *O Selvagem* (1876, p. 76). Nesse viés, constata que as modificações da linguagem popular ressaltadas pelo etnólogo são muito bem exemplificadas no Pará e em Manaus. Conforme esses estudos, “O cruzamento destas raças, ao passo que misturou os sangues, cruzou também (se nos é lícito servirmo-nos dessa expressão) a língua portuguesa, sobretudo, a linguagem popular”, acomodando nos falares do povo novas frases, figuras, entre outros. (VERÍSSIMO, 1889, p. 54).

Por exemplo, as palavras: papocar (abrir), pererecar (cair), bobuiar (flutuar), catinga (mal cheiro) e tocaiar (esperar), são vocábulos destacados por Couto de Magalhães (VERÍSSIMO, 1889, p. 77), que permitiram ao tupi enriquecer a língua popular dos habitantes do interior do Brasil. Para o estudioso paraense, trata-se de uma “língua às vezes rude não o contestamos, mas às vezes também de uma energia e elegância de que só pode fazer ideia, aquele que tem estado em uma roda [...]” (VERÍSSIMO, 1889, p. 77).

Um ponto importante a ser ressaltado acerca linguagem popular foi a descoberta de um livro de José Lourenço da Costa Aguiar Amazonas (1847-1905), intitulado *Christo Muhença'ua* (1898), subtulado *Doutrina Christã destinada aos naturais do Amazonas em Nhihingatu com tradução portuguesa em face*. O livro cita diretamente o falar dos indígenas em processo de catequese e é dedicado a Couto de Magalhães, reconhecendo-o um perfeito conhecedor do Nheengatu. Nota-se que a escrita da obra em Língua Portuguesa conserva a variação padrão e que, na tradução para o nheengatu, algumas palavras são inseridas na língua indígena, como “santíssima”, “trindadi”, “Misteriu” e “pessoa”. Há, nesse aspecto, a inserção da língua e a ação do colonizador em adentrar a cultura indígena. Segundo José Veríssimo, isso não ocorreu de modo ampliado, pelo contrário, já que a miscigenação fez com que as marcas da oralidade indígena se cruzassem e dessem nova forma à Língua Portuguesa falada no Brasil.

Percebe-se que José Veríssimo (1883, p. 55) acredita que de todos os grupos étnicos o indígena é o que mais influencia as modificações, que ele chama de adulterações da Língua Portuguesa. Seguido da estrutura linguística tupi, outros exemplos são descritos, como a supressão de artigo definido em frases (rio encheu); o uso da palavra porção no fim de frase indicando quantidade (havia gente porção); o adjetivo bonito usado para exprimir bondade (cheiro bonito); a palavra “será” usada como final de interrogação (você vai à missa será?), a repetição do advérbio ainda (eu vou ainda), entre outros (VERÍSSIMO, 1883, p. 55). Quanto aos adjetivos pátrios, observa, por exemplo, que conservam a forma tupi com a terminação oará, tal como se verifica em marajoara, pauixuara, entre outros. Ainda, o termo pitinga, que quer

dizer branco, era utilizado por pessoas escravizadas aos seus amos, como na expressão mãe-tinga.

No que tange à questão fonética, observa como característica da língua popular o uso do “r” brando ao final de alguns léxicos, como *animar*, *normar*. De semelhante modo, suspendem o uso de marcadores de plural, como no tupi, ao falarem “as casa”, “os peixe”, ao mesmo tempo em que, com ouvidos à prosódia paraense, diferenciam sua pronúncia quanto ao uso da língua pelos demais mestiços brasileiros, como o som do “e” que se torna “i”, como em “di em vez de, ou o “o” no lugar de “u”: “Daí veio a sátira que nos fazem os filhos do Sul, de que nós dizemos: Lá vem uma *canúa* carregada de *cúco*, de *púpa* a *prúa*” (VERÍSSIMO, 1883, p. 56).

Dentre outros aspectos, José Veríssimo notabiliza o uso de vocábulos como *Iá*, *axi*, os quais figuram como expressões interjetivas, diferente de outros vocábulos populares das outras províncias. Do mesmo modo, a influência do tupi na língua do colonizador português se faz notável no emprego de diminutivos como “*querzinho*”, “*pequenezinho*”, operando, inclusive, com tom carinhoso (VERÍSSIMO, 1883, p. 57).

Compreende-se que o estudioso acredita que a língua do mestiço, sobretudo do indígena, corrompe as expressões puramente portuguesas, o que normatizou, a título de exemplo, a substituição de “não mais do que”, por “*namasque*”; ou dizem “que”, por “*disque*” (VERÍSSIMO, 1883, p. 57). Fica claro que, ao tratar sobre a linguagem popular, o autor realça a língua falada e suas particularidades que acenam, inclusive, ao hibridismo entre as línguas. No entanto, pouco trata sobre as expressões ou os usos africanos, preferindo ou os empréstimos indígenas ou os já provindos do resultado da mestiçagem.

Como sustenta, a inclusão de novos vocábulos é ainda maior que as modificações na sintaxe ou na fonética. Com a ação do Tupi sobre o português brasileiro, considera que o popular foge a tudo o que se configura formal na língua, pois dentre as modificações está o próprio uso de palavras do português não padrão (VERÍSSIMO, 1883). A linguagem é popular para José Veríssimo quando foge desses padrões do idioma de Portugal, seja nele mesmo ou quando apresenta as influências das línguas indígenas ou africanas, mesmo que sobre a última ou sobre alguns parentescos com a língua dos imigrantes franceses ou espanhóis tenha pouco dissertado.

A última publicação sobre a linguagem popular, intitulada “Palavras de origem tupi-guarani usadas pela gente amazônica e em prática corrente na região”, presente no tomo I da *Revista Amazônica* de 1883, reafirma a apreciação do autor à presença da língua tupi no idioma do colonizador. Para a escrituração do sumário lexicográfico, utiliza a ortografia proposta por

Baptista Caetano, em *Ensaio da Ciência* (1876). A título de demonstração, nos contos de José Veríssimo, é possível notar, nas poucas vezes em que surge o discurso direto, um verdadeiro exercício etnolinguístico. São os tapuios e mestiços, protagonistas das histórias, que exemplificam as transformações ocorridas na língua.

Conforme José Veríssimo, “a literatura nacional também contribuirá para assentar aqui a forma literária da feição nova (mas não diversa, entenda-se) que a portuguesa no Brasil reveste e servirá assim de barreira às invasões descabidas da linguagem popular” (VERÍSSIMO, 1883, p. 52). Nesse sentido, a cultura popular se solidifica nas falas das personagens, indicando e dando a conhecer os seus modos de ser, como se observa no quadro a seguir:

Quadro 22: A etnolinguística em *Cenas da Vida Amazônica* (1886)

Aspecto Linguístico	Termo	Personagem	Texto
O <i>o</i> fechado pronunciado com <i>u</i> .	“Canua”.	Porfírio	O Boto (1886, p. 16).
Emprego de expressões no final da frase com ironia ou desculpa.	“Disque”.	Porfírio	O Boto (1886, p. 16).
Uso do “será” interrogativo como no Tupi.	“Não é há no Pará, será” .	Porfírio	O Boto (1886, p. 44).
Substituição do <i>l</i> pelo <i>r</i> brando.	“Ah! Marvado”.	Tapuio	O Boto (1886, p. 57).
Supressão do <i>r</i> final.	“fazê bem pra ela”.	José Tapuio	O crime do Tapuio (1886, p. 88).
Variação do pronome de tratamento “vossa mercê”.	“Como vancê está?”.	Nhô Mané	O crime do Tapuio (1886, p. 88).
Uso de sufixo diminutivo dando sentido afetoso às palavras.	“Eu estuzinho bua”.	Zeferina	O Voluntário da Pátria (1886, p. 23).
Variação de “parece que”, expressão antes puramente portuguesa.	“Paresque”.	Povo	A Sorte de Vicentina (1886, p. 131).

Fonte: Elaboração nossa (2016).

Entende-se que para José Veríssimo o idioma não perpassa, ao seu ver, pelo purismo da estética da língua na literatura, pelo menos não do purismo afetado e abandonado por alguns autores em favorecimento da representação do meio social brasileiro em suas obras. Entre eles,

cita em nota o “que o grande romântico Garret, pôs na boca da Camões, moribundo” (VERÍSSIMO, 1883, p. 52):

Soberbo Tejo, nem padrão ao menos
Ficará de tua glória? Nem herdeiro
De teu renome?... Sim: recebe-o, guarda-o,
Generoso Amazonas, o legado
De honra, de fama e brio: não se acabe.
A língua, o nome português na terra.
-Camões, Canto X, 21-
(1883, p. 52).

Pode-se observar que os versos fazem menção às mudanças que se orquestravam na Língua Portuguesa. Em outro exemplo, esse hibridismo linguístico é possível ser percebido no primeiro romance de Inglês de Souza, ainda com o pseudônimo de Luíz Dolzani, quando a personagem, o caboclo de *O Cacaulista* (1876), conversa com D. Ana:

-Eanecuêma, nhâ branca- disse então tirando o chapéu.
- Eanecuêma (bom dia) - respondeu a viúva de João Faria.
O caboclo apresentou-lhe uma carta fechada, que tirára do bolso:
- Aqui está que o patrão mandou para vuncê.
D. Anna tomou a carta da mão do portador, mirou-a e remirou-a, e acabou por entregá-la ao filho, que se aproximara.
[...]- Disque (°) o dr. Abreu encarrega-se da questão, que tem certeza da ganhá-la [...]
(Luís Douzani, 1876, p. 20).

É preciso ressaltar que no romance a fala popular (denominada por José Veríssimo) é encontrada somente no falar dos caboclos. Entretanto, no diálogo acima, Ana responde em *nheengatu*, o que revela a presença da língua indígena no falar do colonizador. José Veríssimo cita os “milhares de origem estrangeira (Brasílio-guarani, africana, espanhola, francesa, entre outras), que fazem parte do vocabulário corrente do povo brasileiro” (VERÍSSIMO, 1883, p. 50. Grifo nosso). No entanto, destaca a “inferioridade desse elemento e a supremacia do indígena” (1886, p. 24), que são justificadas pelo estudioso por seu desconhecimento, por exemplo, se as palavras *mucamba*, *caçamba*, *samburá* são africanas ou indígenas, uma vez que não eram usadas na Amazônia.

Vale Cabral (1884, p. 347), no artigo “Achegas ao estudo do Folclore Brasileiro”, afirma que a língua dos indígenas de todo o litoral era o tupi e que a língua dos diversos grupos de negros era formada por diversos idiomas:

Daí era grande a confusão de línguas africanas para poder entrar com mais facilidade maior números de palavras na formação da linguagem brasileira [...] é costume nosso dizermos de qualquer palavra dos negros da África- é voz africana, sem contudo procurarmos designar ou indagar a que língua ou idioma pertence ela [...] Assim, nos

primeiros tempos da introdução dos negros as diversas línguas africanas andavam muito em voga, juntamente com o tupi, de modo que a linguagem falada era quase sempre mesclada de vozes que só os naturais e habitantes compreendiam” (CABRAL, 1884, p. 347).

É curioso que o autor reconheça a variedade da língua africana e pouco fale da indígena. Não é incomum, portanto, que José Veríssimo trate mais das línguas de origem Tupi que das advindas dos negros, as quais declarava desconhecer apesar da quantidade. O estudioso retrata pouco as palavras africanas utilizadas no Pará, por exemplo: *cabungo*, *batuque*, *samba*, *caçula*, *cacunda*, *gingar*, *guzo*, *guitute*, *senzala* e outras que também eram desconhecidas, inclusive pelos negros da região. Dentre elas, revela que não usavam tratamentos que os negros do Sul empregavam, como *sinhá*, *yô yô*, entre outras. (VERÍSSIMO, 1886).

Vale ressaltar a colaboração dos negros escravizados na formulação da linguagem popular, uma vez que residiam na Amazônia e em toda casa dos “senhores”. No entanto, o intelectual mais diz sobre o que o negro não fala ou de sua não contribuição do que o contrário. Quando, se lê Vicente Sales (2011) afirmando que José Veríssimo não levou em conta o processo de difusão cultural, entende-se que ele é assertivo, pois chama a atenção para o olhar do obidense para a cultura amazônica, mas focalizada somente em uma parte de sua constituição, os mestiços.

Por sua vez, José Veríssimo acreditava que como era proeminente o crescimento do Brasil e, com ele, a miscigenação, a língua portuguesa falada no país se sobressairia frente a uma nação que se estagnava, como Portugal, condição social bem representada pelo episódio do “Velho do Restelo” em *Os Lusíadas* de Camões. Segundo o paraense, juntamente com a língua, a literatura escrita no Brasil também seria superior, visto que era produzida e lida por mais pessoas no Brasil em crescimento do que no outro lado do Atlântico (VERÍSSIMO, 1883).

Do mesmo modo em que se observa um cuidado com a linguagem popular, percebe-se que ao exemplificá-la para além dos contos, José Veríssimo recorre às cantigas populares, nas quais demarca a língua em uso. A leitura dessas cantigas e versos chamaram a atenção para como, além da linguagem, a cultura amazônica é representada nos escritos literários, seja na prosa ou na poesia.

3.3 ESTUDOS DA PROSA E DA POESIA

No século em que vivemos a poesia não pode ter um caráter exclusivamente nacional: as aspirações de um povo livre são as de todos os povos: a liberdade, o progresso, a civilização, todos os direitos garantidos, todos os deveres confessados, tudo que é

grande, tudo o que é belo, tudo o que é útil- deve ocupar o poeta” (VERÍSSIMO, 1889, p. 8).

Como é possível constatar, José Veríssimo pensa a literatura como um instrumento do espírito nacional, com claro posicionamento político. A poesia torna-se aliada da grandiosidade com que compreendia o ideal da República e estava a serviço da construção de uma identidade brasileira. Dessa forma, o autor pensou a sociedade e sua relação com o espaço, com o tempo, com a cultura e desenvolveu estudos importantes para a compreensão da intelectualidade brasileira.

José Veríssimo destaca alguns intelectuais que considera destaques na literatura brasileira, como:

Celso de Magalhães (poesia popular e costumes), Silvio Romero (Romantismo, poesia popular, cantos e contos), José de Alencar (poesia sertaneja e transformação da Língua Portuguesa no Brasil), Araripe Júnior (Poesia popular do Ceará), Hartt e Couto de Magalhães (línguas e mitos tupis) (...) Barbosa Rodrigues (lendas, crenças e superstições do Vale do Amazonas) e José Veríssimo (língua, superstições e costumes do Pará) (CABRAL, 1884, p. 345).

Segundo afirma o autor, trata-se de material constituído de fatos ou recolhidos da tradição oral ou de livros e manuscritos. José Veríssimo figura entre os nomes de destaque dentre os demais estudiosos, mas não se tem notícias sobre o que diz o autor acerca de “Língua, superstições e costumes do Pará”. Sobre o paraense, faz referência ao capítulo introdutório de *Cenas da Vida Amazônica* (1886), “As populações Indígenas e Mestiças na Amazônia. Sua linguagem, suas crenças e seus costumes”, mais especificamente, sobre as tradições populares, a seção sobre as “Crenças”, na qual a religiosidade do “selvagem brasileiro”, conforme o autor, “configura-se como um misto de fetichismo com politeísmo” (1886, p. 71), em que o imaginário da população amazônica preservava, pelo contato com os deuses estrangeiros, somente o *Jurupari*, o *Curupira* e o *Matinta-perê*.

Quando José Veríssimo escreve “O conto Popular”, em *Estudos Brasileiros* (1889), reconhece que a arte primitiva é uma das formas mais importantes em que se manifesta a poesia popular, poesia por ele compreendida de forma diferente do sentido moderno de seu tempo. Do mesmo modo, o conto popular pois evoca a “linguagem dos primeiros povos, metafórica, homonímica, polionímica e antropomórfica” (1889, p. 16). Quanto ao mito, o crítico o considerou como a matéria-prima da lenda e do conto, das histórias que narram o povo, que o constrói e constitui sua identidade cultural:

As mais fecunda das descobertas do homem- a Unanimidade cortou alguns fatos, verdes mal observadas e mal compreendidas, revestidas de formas extraordinárias e

sobrenaturais pela imaginação simples e grosseira de povos ou raças simples e grosseira de povos ou raças que não tinham por muito tempo se chamou física e que abraçava o conjunto de todos os conhecimentos humanos até Aristóteles (VERÍSSIMO, 1889, p. 17).

Nesse contexto, a Amazônia passa a figurar como a construção de sua gente. Para José Veríssimo (1889), os animais, inclusive falantes, tinham representações importantes e permaneceram nos mitos e contos populares, simbolizando a força, o poder, o valor e a astúcia. Tais lendas exprimem o legado deixado pelos povos originários.

Nos contos populares brasileiros, no tocante ao período fetichista, José Veríssimo assinala que os animais falantes se constituíam como deuses astutos e poderosos. Essas narrativas eram histórias contadas entre as famílias, narradas pelas amas de leite e cuidadoras dos filhos das famílias mais abastadas. Dentre esses contos, Couto de Magalhães realizou algumas coletas como os mitos do Jabuti e da mucura, comparando-os com as fábulas de Esopo e Fedro.

Na obra *O Selvagem* (1876), Couto de Magalhães, ao falar da lenda do jabuti, pergunta-se: a história não seriam “estas lendas fragmentos da velha literatura tupi, que, como a dos gregos, egípcios e hebraicos, foram muitos anos conservada pela tradição, visto que por outros meios era impossível, pois não tinham a arte de escrever?” (MAGALHÃES, 1876, p. 149). A título de exemplificação, a seguir, reproduz-se um trecho do conto “O Jabuti e a Onça”, cuja tradução em português, Couto de Magalhães, dispõe logo abaixo da versão em Tupi:

O Jabuti e a onça

Neste episódio parece que a máxima ensinada é a seguinte: —Quando o poderoso faz partilha com o pequeno este é quase sempre o prejudicado. Ao leitor não escapará a semelhança que há entre esta e a fábula grega da partilha do leão com seus companheiros de caça.

Jabuti gritou: — Meus parentes! Meus parentes”

-Venham.

A onça ouviu, foi lá para, perguntou: - O que tu gritando estás, jabuti?

O jabuti respondeu: —Eu chamando eu estou meus parentes comerem para minha caça grande a anta.

A onça disse: —Tu queres que eu parta a anta você para?

Jabuti disse: — Eu quero: tu separas uma banda ti para; outra mim para.

A onça disse: — Então vá tirar lenha.

O jabuti foi enquanto, a onça carregou dele a caça, e fugiu.

O jabuti chegou quando encontrou apenas fezes, ralhou onça que disse: — Deixa estar! Algum dia eu mo encontrarei você com” (MAGALHÃES, 1876, p.183-184).

O conto reflete o que José Veríssimo denominou de religiosidade ativa, submissa à autoridade, como a da família Tupi-Guarani, desenvolvida por explicações de fenômenos naturais, medo ou nenhum deles. Nos contos do jabuti, coletados por Couto de Magalhães, vê-se semelhança no conto clássico, mas percebe-se, sobretudo, a presença de aspectos indígenas

referentes à caça e à partilha. Essa narrativa do povo Tupi, como um conjunto de histórias, constitui o conto popular na perspectiva do crítico, já que carrega particularidades indígenas: “a cor local abundante e profundamente verdadeira, o realismo das cenas, das comparações e das figuras, o conhecimento perfeito das mínimas particularidades da nossa natureza [...]” (VERÍSSIMO, 1889, p. 19).

Para Veríssimo, havia uma evolução intelectual no que ele, *a priori*, cogitou ser produtos literários do indígena, visto que a moral, finalidade da fábula e presente no conto popular brasileiro, só poderia ser constituída, para o crítico paraense, nas narrativas populares com indicativos de avanços intelectuais. Nesse caso, os contos populares no Brasil já haviam ultrapassado seu estado poético primitivo, mas não atingidos os avanços do espírito.

Vale Cabral, ao tratar dos seres sobrenaturais, no conto Tutu — bicho comedor — chama a atenção pela sua enorme variação e uso em todo o Brasil. Conforme o autor: “ouvi, porém, dizer que é voz africana e que era usada pelas amas negras [...] Nas cantigas com que as amas costumam acalantar às crianças quase sempre entra o Tutu [...]”, o que indica a influência da história e da cultura africana na coleção do popular (CABRAL, 1884, p. 348).

É importante ressaltar que, em outro trecho do artigo, Vale Cabral cita um estudo de José Veríssimo, intitulado “Tradições Crenças e Superstições Amazônicas”, no qual descreve um conto amazônico: “Durante o eclipse deste astro (a lua) em 23 de agosto de 1877, o povo da capital fez um barulho enorme com latas velhas, foguetes, gritos, bombas, e até tiros de espingardas para afugentar ou matar o bicho que queria comer a lua”. Para Vale Cabral, esse bicho é o Tutu que passeia pelas diversas culturas do Brasil (CABRAL, 1884, p. 348).

Não existem explicitamente contos que sejam demarcados de origem africana, como há no caso dos indígenas e portugueses. Nesse sentido, constitui conto popular, para José Veríssimo, tudo o que Vale Cabral denominou outrora como Folclore: “obra do povo brasileiro” (CABRAL, 1884, p. 345). Assim, o conto popular caracteriza-se popular pela reunião dos mitos, por conter as narrativas do fetichismo, das lutas, sensações e impressões, a história e os sentimentos do homem em seu meio sociocultural.

José Veríssimo afirma que foi de certas mitologias, transformadas pelas tradições e diferentes contextos, que nasceu o conto popular (VERÍSSIMO, 1889, p. 20). Em seus contos predominam os que traduzem as crenças dos indígenas e dos mestiços. De todos os de sua escrita literária, o esboço “A Lavadeira” é o mais explícito em relação aos contos populares, no qual exemplifica-se: “A Sussuarana — a rainha da mata virgem — podia atravessar-se-me

no caminho, sem que eu me lembrasse que trazia uma espingarda” (VERÍSSIMO, 1886, p. 237).

Ocorre, ainda, outra lenda de origem indígena (VERÍSSIMO, 1886, p. 240):

Foi na taba dos Manaus.
Um dia um moço tapuio
Filho do tuxaia, seguiu em uma igara o igarapé que banha a ponta do Taruman
[...]
De noite, alta noite, o moço voltou
Estava triste e não dormiu
A mãe dele chorou por ver a tristeza de seu filho e quis conhecer o motivo de suas máguas.
O moço falou assim:
Ouve, mãe, ouve, porque só a ti posso contar a dor que me vai na alma.
Era uma moça linda... como nunca vi nem entre as filhas dos Manau, nem dos Mundurucus. Quando a igara voltava, ouvi um canto longínquo, mais doce do que o carachuê, mais terno que o arrulho da juruti. Era dela. Estava sentada à margem do rio. Tinha os cabelos cor da pedra amarela e nele enlaçadas flores do mururé e cantava a pedra das icamiabas, fitaram-se em mim.
Um momento olhou-me e em seguida estendeu-me os braços, e ... o seu corpo, esbelto como o açazeiro, mergulhou nas águas do igarapé, que resvalaram-lhe pelo dorso branco como as penas da garça.
E o moço calou-se
A velha ouviu, chorou e disse:
Não voltes, filho, não voltes ao igarapé do Tarumã. Essa virgem é a Iara, a mãe d'água. Seu sorriso mata como a flecha do guerreiro e sua voz é traidora como a pepéua que se oculta nas folhas. Filho, por Tupan, não voltes ao igarapé do Tarumã.
A cabeça do moço inclinou-se sobre o peito e ele ficou mudo.
E no dia seguinte, quando o sol se punha, a igara cortava ligeira as águas do Tarumã. O moço manaus nela ia e não voltou mais à taba de seus pais” (VERÍSSIMO, 1886, p. 139-140).

Como no conto coletado por Couto de Magalhães, a história do narrador da mãe d'água, apesar das muitas referências aos costumes e crenças indígenas, também possui a presença da cultura europeia, visto que pouco se difere da sereia portuguesa ou da Loreley alemã. O que diferencia esses mitos é que Couto de Magalhães enfoca o índio, com o conto escrito tanto em Tupi, quanto em Língua Portuguesa. Por sua vez, em *Lavadeira* quem conta a história é um tapuio, o qual, na descrição, apresenta traços da mestiçagem dos costumes amazônicos.

Segundo José Veríssimo, “o conto popular brasileiro tem, pois, um antepassado indígena, ou antes é o mito indígena transmitido através das gerações” (VERÍSSIMO, 1889, p. 20), fornecendo fortes elementos às lendas da mãe d'água, *matin-taperê*, *saci-pererê*, do *muiraquitã*, ou da “belíssima Yacy Uruá, onde se vê a virgem tapuia subir à lua pela corda formada das flechas do seu arco sucessivamente despedidas e presas umas nas outras” (VERÍSSIMO, 1889, p. 21).

Em *Subsídio ao Folclore Brasileiro- Anedotas sobre caboclos e portugueses, lendas, contos e canções populares; etc.*, Júlio Campina (1897) lista estudos que considera importantes para a compreensão do folclore no Brasil. Sua obra reúne uma série de contos e músicas populares coletadas em Pernambuco e Alagoas. Compreende-se que para o autor os contos pintam o caboclo “como um tipo perfeito do ingênuo, ora como o do homem perspicaz e bem avisado; umas vezes como o tipo do ignorante, do supersticioso, do mentiroso, outras como o do abusado, do amigo de verdade, etc.” (CAMPINA, 1897, p. VI).

Essa análise acerca dos contos populares não difere da realizada por José Veríssimo em seus textos literários, embora sejam representações de uma sociedade realística, como se lê no conto “O Boto”:

A ama, ou mãe-tapuia, consoante a tratava, embalando-se com ela na rede para fazer dormir, cantava-lhe uma canção indígena, numa toada uniforme e enfadonha, que a força de ouvir já sabia de cor: Akuti-purú purú nêro pecê cimitanga miri okerê uarana. Mais tarde contaram-lhe histórias do Caipora e do Matintapereira [...] (VERÍSSIMO, 1886, p. 140).

Percebe-se que os caboclos são representados nos contos por sua condição social, sejam os da Amazônia ou do nordeste brasileiro. Não obstante, chama a atenção o fato de as tapuias contarem as histórias aos filhos dos senhores e, nessa contação, o folclore está presente, assim como a música que muito se aproxima do que chamou de poesia popular, a qual se manifesta por meio do conto popular, resultado do passado dos povos e do meio em que viviam.

Vê-se que sua concepção parte do movimento determinista para explicar a poesia popular como o mais vigoroso dos sentimentos ao desenvolvimento de uma literatura que pudesse ser nacional. Para José Veríssimo, essa poesia não foi observada pelos viajantes, embora Cláudio d’Abbeville tenha mencionado o canto de uma etnia vencedora no seu ritual de antropofagia. Diferente do que considera em outras manifestações estéticas, nas quais o popular reflete as expressões do Brasil mestiço, no tocante à poesia, o autor afirma sua existência entre os indígenas, pois, além de ser manifestação essencial da linguagem, encontra-se em sua língua o verbo nêengari, derivador de neen – Falar (VERÍSSIMO, 1889). Por isso, acredita, dar a devida atenção à poesia popular do Brasil contribui aos estudos da paleontologia literária (VERÍSSIMO, 1889).

Constata-se uma mudança de parâmetro de José Veríssimo ao tratar a relação entre literatura e o povo, o que antes ignorava e o que reconsiderava ao tratar sobre a poesia:

O poeta não pode estar separado do povo. Deve, antes, entrar como um elemento da vida popular, receber a influência do seu meio, traduzindo-lhes as aspirações, de modo

que “o lirismo se despe das formas individuais como que primitivamente se reveste para, não deixando de ser pessoal, tornar-se objetivo (VERÍSSIMO, 1889, p. 27).

Diante disso, José Veríssimo declara: “fui o primeiro a ocupar-me aqui do estudo da poesia popular do Brasil”. Sua menção diz respeito à sua publicação no folhetim de *O Liberal do Pará*, nos meses de janeiro, fevereiro e março de 1879. Nesse contexto, o autor lastima o fato de seus estudos terem sido menosprezados, somente pelo fato de terem sido publicados na então província do Grão-Pará: “Nesta província onde o espírito nacional está quase sufocado sob a pressão de elementos estrangeiros, e onde, por conseguinte, os seus altos interesses, como a literatura, são completamente descurados [...]” (VERÍSSIMO, 1889, p. 139-140). Seu posicionamento é conflitante com a declaração de Silvio Romero, que afirma ter sido ele o primeiro a estudar a poesia popular brasileira.

Para desenvolver a temática em *Estudos Brasileiros* (1889) acerca da poesia, José Veríssimo analisa, ainda, os estudos de Sílvio Romero e de Teófilo Braga com “Poesia Popular do Brasil”, publicado na *Revista Brasileira*. Ao se questionar as palavras do crítico, percebe-se que ele reconhece a poesia entre os povos indígenas e indaga a não atenção dos viajantes a essa expressão estética. Portanto, o autor demonstra incoerência dos cronistas por conta da ausência, carência, extrema pobreza ou completa extinção da poesia indígena (VERÍSSIMO, 1889, p. 139-140): “Mas quanto a tradução desse sentimento estético em uma forma, o canto ou o hino/nada autoriza a crer nela”.

Compreende-se que para o estudioso no tempo da colonização, já havia entre os índios o mito e a lenda, a poesia existia, mas fora suplantada pelos costumes e cultura do colonizador. Ao contrário do que se deu com a Língua, a poesia indígena não influenciou a poesia do europeu. Chama a atenção, entretanto, a citação que José Veríssimo faz de uma coleta de Couto de Magalhães, em que “uma velha de Santarém, de origem tupi” (VERÍSSIMO, 1889, p. 143) mostra versos com invocação a Rudá, deus do amor. Vale ressaltar que se tal registro, há a poesia e, nesse caso, José Veríssimo é obediente aos seus critérios mais que à presença dos dados. De fato, Couto de Magalhães explica a teogonia tupi: Sol (do reino animal) - Criador de todos os viventes, Lua (do reino vegetal), de todos os vegetais e Perudá ou Rudá (da reprodução) - deus do amor encarregado da reprodução dos seres criados (MAGALHÃES, 1876, p. 123).

O autor explica sobre a mitologia: “Rudá. As tradições o figuram como um guerreiro que reside nas nuvens. Sua missão é criar o amor no coração dos homens, despertar saudades, e fazê-los voltar para tribo, de suas longas e repetidas peregrinações” (MAGALHÃES, 1876,

p. 139). Couto de Magalhães também relata sobre outros deuses: “Cairé-lua cheia, Catíte-lua nova, cuja missão é despertar saudade no amante ausente” (MAGALHÃES, 1876, p. 123):

A jovem índia, que se sentia oprimida de saudades pela ausência do amante naquelas peregrinações contínuas em que a caça e a guerra traziam os guerreiros; a jovem índia, dizemos, devia dirigir-se a Rudá, ao morrer do sol ou ao nascer da lua, e estendendo o braço direito na direção em que supunha que o amante devia estar cantava:

Rudá, Rudá
Jáka pinaié,
Amãna reçaçu...
Jáka pinaié,
Aiueté Cunchã
Puxiuéra Oiko
Ne mumanuára ce recé
Quahá caarúca pupé

[...] cuja tradução é a seguinte: - Rudá, tu que estaes no ceus, e que amas as chuvas... tu que estás no ceu... fazei com que ele, (o amante) por mais mulheres que tenha as ache todas feias; fazei com que ele se lembre de mim esta tarde quando o sol se ausentar no ocidente (MAGALHÃES, 1876, p. 140-141).

Couto de Magalhães cita outros relatos poéticos além do de Rudá, mencionado por José Veríssimo, como o que se segue, feito à lua cheia:

Cairé, cair é nú
Manuára danú çanú.
Eré ci erú cika
Piape amu
Omanuara ce recé
Quahá pitúna pupé
(MAGALHÃES, 1876, p. 140-141).

Segundo Couto de Magalhães reconhece, a tradução é algo como: “Eia, minha mãe (a lua); fazei chegar esta noite ao coração dele (do amante) a lembrança de mim” (MAGALHÃES, 1876, p. 140-141). Além dessa, havia outras poesias com invocações à lua nova, ou à serpente que servia ao sol. Esses relatos poéticos comprovam a existência de uma poesia indígena. Ao contrário do que pensou José Veríssimo, o escritor mineiro afirma que: “Há, incontestavelmente, propriedade e poesia nesta concepção da lua nova e lua cheia como fonte e origem de saudades” (MAGALHÃES, 1876, p. 140-141). Os poemas não são, de fato, muito diferentes da poética que tomava os trovadores antigos em suas cantigas de amigo. No entanto, para José Veríssimo, esta forma de poesia popular é carregada de temperamento amoroso e melancólico do brasileiro, produto de uma inspiração pessoal e não coletiva. O povo a assimilou por questões individuais, não por expressar os anseios do povo, ou as tradições brasileiras.

De acordo com Couto de Magalhães (1876, p. 79):

A palavra falada é mais um meio de auxiliar a memória do que um meio de traduzir impressões. Esse princípio utilizou a nossa poesia popular, sobretudo aos cantos

daquelas populações mestiças, onde as impressões das raças selvagens gravaram-se mas profundamente, e vi que efetivamente, suprimindo-se por palavras o nexo que falta às imagens expressadas por eles em formas lacônicas, revela-se um pensamento enérgico, às vezes de uma poesia profunda e de inimitável beleza, apesar do tosco laconismo da frase. (MAGALHÃES, 1876, p. 79)

Sobre a poesia que o crítico mineiro ouviu no Pará: “Quanta laranja miúda/Quanta florinha no chão/Quanto sangue derramado/Por causa dessa paixão”, apesar de considerar imagens desconexas, o literato de Minas Gerais acredita reduzirem um pensamento profundamente poético (MAGALHÃES, 1876, p. 79). Silvio Romero (1905), ao abordar a evolução do lirismo brasileiro, não cita a poesia indígena, mas trata da intuição ou da temática indianista que perpassou a literatura brasileira, como a de Gonçalves Dias, Basílio da Gama, Santa Rita Durão, dentre outros poetas (ROMERO, 1905). No tocante à poesia popular, José Veríssimo afirma: “eu já acreditei menos do que hoje na importância da poesia popular entre nós” (ROMERO, 1888, p. 5).

Observa-se que o crítico paraense entende Teófilo Braga (nos conteúdos sobre literatura de sua pátria) como o único português com estudos sobre o Brasil, ao passo que no país da Europa o movimento da literatura da ex-colônia era ou desconhecido ou desprezado, procurando-se, “com sistemática negação, conservar-nos a vassalagem intelectual” (VERÍSSIMO, 1889, p.161). O intelectual paraense admite as poesias coletadas por Sílvia Romero e, nelas, o reconhecimento da nacionalidade da poesia brasileira, da peculiaridade da força local e do que ela ainda guarda de seu ancestralismo português. Esse brasileiro é compreendido por suas condições históricas, da etnologia e da mesologia, o que se pode constatar nos cantos populares coletados por Sílvia Romero e nos quais constam os temas nacionais e as novas bases orgânicas da literatura brasileira (VERÍSSIMO, 1889, p. 162).

Compreende-se que José Veríssimo considera na produção intelectual de Teófilo Braga o atrasado surgimento da literatura brasileira em relação ao romantismo português. Entretanto, ressalta a influência recebida das ideias de Byron, Victor Hugo, Musset, Vigny, Lamartine e Chateaubriand (VERÍSSIMO, 1889, p. 162). Seu lamento recai no fato de o indianismo ter desviado a expressão do que poderia ter sido da literatura brasileira. Percebe-se que para o crítico não era o índio a figura representativa daquele contexto brasileiro, mas o mestiço. O autor revê suas ideias sobre a paixão e o amor fácil que direcionou à poesia, afirmando que florescia uma poesia popular, “notabilíssima como produto original ou transformado de sua nacionalidade que se forma” (VERÍSSIMO, 1889, p. 154).

Como pode-se perceber, a poesia popular compreendida por José Veríssimo é relacionada ao folclore, pois acreditava que esse servia muito mais para contar sobre o povo brasileiro do que os próprios fatos históricos. É no folclore que se encontra a adulteração (mistura étnica) que caracteriza a nacionalidade brasileira.

Outra questão importante é a existência de uma “poesia mestiça” (VERÍSSIMO, 1889), diretamente relacionada com a mistura étnica, a qual transformou até mesmo as cantigas portuguesas. Nota-se que José Veríssimo passa a reconhecer os estudos de Sílvio Romero, mas o questiona quanto à sua compreensão limitada dos estudos etnográficos ou da psicologia social brasileira ao afirmar que a poesia popular vai para além dessas questões: “estou pelo menos convencido de que, produto do sentimento poético do povo, é um documento importante e aproveitar para o estudo desse sentimento e, portanto, para o da história da formação de sua literatura” (VERÍSSIMO, 1889, p. 158). A poesia popular, então, mestiça, folclórica é um elemento de educação estética (VERÍSSIMO, 1889, p. 158).

O poema *Rabicho de Geralda* é para José Veríssimo um exemplo da representação brasileira na poesia:

O Rabicho da Geralda
(Coligido pelo sr. José de Alencar, no Ceará)

[...]

Morava em cima da serra
Onde ninguém me avistava,
Só sabiam que era vivo
Pelo rasto que eu deixava.
Saí um dia a pastar

Pela malhada do Chisto,
Onde por minha desgraça
D'um caboclinho fui visto.

Partiu ele de carreira
E foi por ali aos topes
Dar novas de me ter visto
Ao vaqueiro José Lopes.
José Lopes que isso ouviu,
Foi gritando ao filho João:

-Vai-me vêr o Barbadinho,
 E o cavalo Tropelão.
 Dá um pulo no compadre,
 Que venha com o seu ferrão,
 Para irmos ao Rabicho,
 Que há de ser um carreirão. »
 [...]

Para José Veríssimo a transformação sofrida na Língua só era possível na fonte da literatura popular, na qual é notável a ligação realizada entre a poesia e a modinha popular brasileira. Com isso, fica evidente a consideração do autor pela modinha como uma poesia “perfeitamente nacional” (VERÍSSIMO, 1889, p. 164), embora apresente características das xácaras portuguesas. Para o intelectual paraense, Teófilo Braga foi, entre os escritores portugueses, o primeiro a estudar a modinha dentre a poesia popular brasileira, observando sua relação com as serranilhas e as tradicionais canções portuguesas “esquecidas do século XVII e conservadas no Brasil” (VERÍSSIMO, 1889, p. 163).

Quanto a essa temática, cita o artigo publicado em *O Liberal do Pará*, em 1879. Nesse artigo, considera a modinha “como a mais rica forma porque se manifesta a inspiração poética do nosso povo”. Ela traduzia, na visão do autor, a melancolia do brasileiro, seu temperamento voluptuoso, ao passo que a poesia popular retratava o desleixo, a preguiça e termos de amores fáceis, “fonte única de inspiração de nossa poesia popular” (VERÍSSIMO, 1889, p. 151),

Apesar de pensar a linguagem da modinha uma criação piegas, percebe-se que o escritor paraense reconhece sua forte presença como produção lírica, senão literária, com maior desenvolvimento no Sul e Sudeste do país, onde se tinha mais vida pastoril. Já no Norte, região de muitas águas, tal vida era quase inexistente, a pensar que dentre os caçadores e pescadores predominava o silêncio em vez do canto.

De acordo com o autor, o canto popular não advém do tupi, mas dos portugueses das serranilhas e o canto do arquipélago açoriano, os quais influenciaram o canto popular (reminiscência degradada do português (VERÍSSIMO, 1889)) e a modinha, forma ainda mais expressiva, que conserva os batuques e cateretês dos sertanejos, guardando sua forma irônica, mas que não era, ainda, “uma genuína poesia nacional” que retratasse o espírito de nacionalidade. Chama a atenção a visão de José Veríssimo à modinha/cantiga, que, vinda da metrópole, traduzia as problemáticas sociais existentes (VERÍSSIMO, 1889, p. 149):

Preto quando morre
 É cachaça que matou;
 Branco quando morre
 Foi Deus que chamou
 Ou, ainda,
 Marinheiro pé de chumbo
 Calcanhar de frigideira
 Quem te deu a confiança
 De casar com brasileira

Como pode-se observar, trata-se de poesias demonstrando as mazelas sociais veladas no processo de construção da história brasileira, que, justamente por ser popular, torna audível a fala do povo sobre sua própria condição; a primeira, demonstra um racismo e uma clara divisão social por raças, mesmo após o movimento da abolição, enquanto a segunda, representa a xenofobia e a discriminação com o homem estrangeiro. Conforme José Veríssimo, as modinhas não deveriam ser desprezadas dos estudos, uma vez que podem revelar o princípio da nacionalidade brasileira (VERÍSSIMO, 1889).

Ao falar sobre o mestiço é enfático: “[...] é no seio desse elemento mestiço, do filho do português, da índia, ou da africana, que nascem as suas mais belas formas, e é aí que algumas delas se nacionalizam tanto que diríeis uma forma espontaneamente nacional, como a modinha” (VERÍSSIMO, 1889, p. 151), mais abundante na região oriental do Brasil. Segundo o autor, o amor voluptuoso, os amores fáceis são “a fonte única da nossa inspiração popular” (VERÍSSIMO, 1889, p. 151). Quanto ao gênero, afirma que a modinha é uma forma do canto popular brasileiro, com expressões de sentimentos e consagração de tradições. É o amor, o ciúme, o desejo e a saudade que as tematizam. Para o intelectual, elas são monótonas, individuais e não compunham um cancioneiro nacional, que se este existisse, afirma que se teria uma coleção do abatimento do caráter da nacionalidade brasileira (VERÍSSIMO, 1889).

Dentre as poesias mencionadas, uma chama atenção:

De ti fiquei tão escravo,
 Depois que teus olhos vi;
 Que morro só por teus olhos, não posso viver sem ti.

Contemplo o teu semblante
 Sinto a vida m'escapar,
 N'um teu olhar perco a vida
 Ressuscitou n'outro olhar!

Mas é tão doce
 Morrer assim!...
 Lilia Não deixes
 De olhar p'ra mim

Quanto às formas, as modinhas são criadas em redondilhas e variam, como o exemplifica no Lundum intitulado *Sinhô Juca* (VERÍSSIMO, 1889, p. 168), um canto pobre pela falta de tradição da música nacional. Nesse sentido, os hinos, chamados de canções, não possuem valor para o crítico, pois se dedicam à pátria, a eventos, mas apenas traduzem o povo e não foram por ele assimilados:

De nossa glória, ó regente
 Só tu penhor podes ser
 Ou Pedro, ou deixar a vida
 Independência ou morrer
 [...]

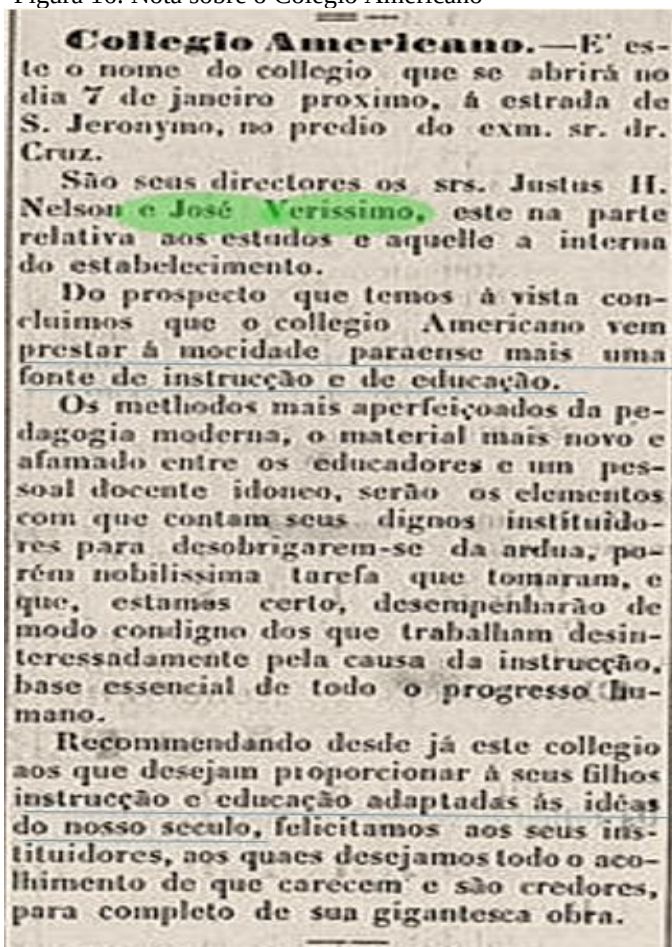
O intelectual paraense considera os hinos risíveis e de falsidade retórica, que agradam as vaidades do governo e nada falam do povo: “Todavia, a poesia popular verdadeiramente nossa seria aquela aqui gerada e aqui nascida da inspiração do nosso povo, por ele compreendida e que fielmente traduzisse as impressões do seu pensar, as emoções do seu sentir, ou as aspirações do seu querer” (VERÍSSIMO, 1889, p. 173). O ideal de nacionalidade permanece presente no discurso de José Veríssimo e, como se pode observar, a poesia, o conto, a modinha, partes fundantes da sua proposta maior de educação nacional. Entende-se que para o autor obidense a leitura deveria ser uma atividade cultural e regeneradora, de modo que a preocupação de José Veríssimo com a literatura e com a formação de leitores pudessem impulsionar a educação brasileira. O capítulo seguinte discute como José Veríssimo transitou pela educação, atentando para a presença da literatura em seu projeto/ação.

4. A EDUCAÇÃO DA MENTALIDADE BRASILEIRA

Ao preocupar-se com as questões do Brasil, com as distâncias entre as províncias que se davam para muito além das barreiras geográficas, José Veríssimo enfatizava que um país, com ideal de liberdade e crescimento, seria possível por meio de um sistema de educação que renovasse a sociedade. A literatura e a cultura, de um modo geral, configuram elementos imprescindíveis para essa transformação, valendo-se do conhecimento do passado e da compreensão do presente como esperança à construção do futuro do país. Desse modo, a valorização da ciência e a preocupação com as questões socioculturais brasileiras estão presentes, desde a prática do intelectual no campo da educação à sua teorização encontrada em livros e publicações dos jornais paraenses.

Segundo a publicação em *O Liberal do Pará*, José Veríssimo foi nomeado para a comissão de bibliotecário público em 1881 e em 12 de dezembro de 1883 funda o colégio Americano.

Figura 16: Nota sobre o Colégio Americano



Fonte: O Liberal do Pará, 1883.

A instituição abre em 1º de maio de 1884 e funciona até 1890, tendo como diretor do colégio José Veríssimo e Justos Nelson, por sua vez, como diretor interno. Estes organizaram as atividades relativas aos estudos compatíveis com as ideias científicas da época. O estudioso paraense realça que suas influências acerca da educação advieram de Ch. Robin, Alexandre Bain e Herbert Spencer:

A Instrução é, segundo Ch. Robin, a aquisição de noções novas acerca do homem, dos objetos e dos fenômenos que o cercam, tanto inorgânicos e orgânicos como sociais, encarados no espaço e no tempo; [...] Para um dos espíritos mais poderosos deste século, o eminente filósofo inglês Herbert Spencer, a educação e sob este título ele compreende também a instrução - tem por fim preparar-nos para a vida completa, como se expressa ele, pelo estudo dos principais gêneros de atividade que constituem a vida humana; atividade que ele classifica assim: 1º a que tem por fim direto a conservação do indivíduo, 2º a que, provendo às necessidades de sua existência, contribui indiretamente para a sua conservação, 3º aquela cujo objetivo é a manutenção e educação da família, 4º a que assegura a conservação da ordem social e política, 5º finalmente, a atividade de gênero variado empregada a preencher os ócios da existência pela satisfação dos gostos e sentimentos. [...] O ilustre pensador Alexandre Bain, cuja obra *A ciência da educação* é, a meu ver, o melhor tratado existente de pedagogia, não define precisamente o que é educação, mas do seu contexto se depreende que para ele é a formação para melhor das faculdades intelectuais e morais do homem, guiada por um estudo profundo [...] (VERÍSSIMO, 1888, p. 8 e 9).

Observa-se que o colégio ambicionava uma mudança do ensino tradicional amazônico para uma corrente de pensamentos, em que se consagrava o mundo moderno. O intelectual paraense compreendia que os amazônidas não eram somente trabalhadores dos seringais, mas sujeitos em tempo e espaço propícios para serem educados e preparados para uma vida nova que considerasse suas existências, meios de sobrevivência, estruturação familiar, enfim, uma arquitetura sociopolítica bem fundada. Nesse sistema, o colégio Americano recebia alunos internos e externos, não professava nenhuma religião, oferecia aulas de ginástica, música, desenho e disciplinas que se davam conforme as matrículas⁵¹.

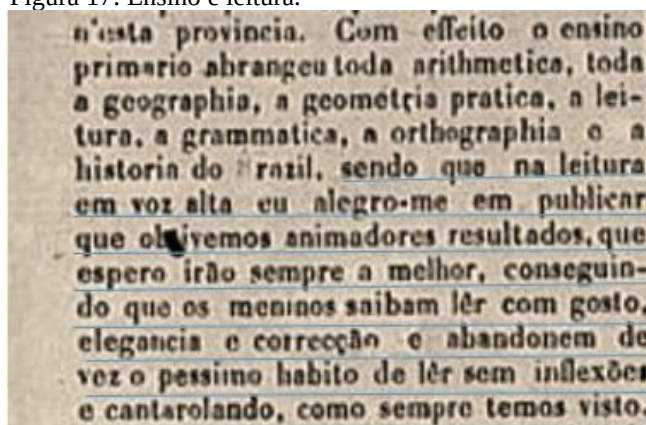
O curso primário era organizado pela esposa de José Veríssimo, Maria de Souza Tavares. Já o secundário, pelo crítico paraense e pelos dr. Oliveira Campos, dr. João Coelho, Justus Nelson e Rodrigues Sales. No primeiro curso, havia as cadeiras de Leitura, Escrita, Língua Portuguesa, Cálculo Aritmético, Geografia Prática, Sistema Métrico, Geografia Geral e Espacial do Brasil, História do Brasil e Lição das Coisas, nas quais se ensinavam, a partir de estudos científicos, Astronomia, Biologia, entre outros. No segundo curso, havia Língua

⁵¹ Era comum que as informações sobre o colégio e as aprovações dos alunos fossem publicadas no jornal.

Portuguesa, Latim, Francês, Inglês, Geografia, História, Aritmética e Álgebra. Nele, José Veríssimo ministrava Geografia e História, o que o ligava ainda mais aos estudos de cunho etnográfico e político-culturais, tanto na teoria quanto na prática pedagógica.

Verifica-se que apesar de as disciplinas apontarem Leitura e Língua Portuguesa separadas, não há indicação da presença da Literatura, mas sim o ler bem, como espécie de boa oratória e apropriação da gramática:

Figura 17: Ensino e leitura.



Fonte: *O Liberal do Pará* (PA) - 19 de novembro de 1885.

Percebe-se nessa publicação a valorização da leitura, tanto como um hábito de elegância, quanto de reflexão sobre os textos. Ao trazer a notícia ao jornal, o pensador amazônico presta informações à sociedade paraense e, concomitantemente, divulga o bom trabalho realizado pelo colégio. Em outro momento, Veríssimo conclama a família dos alunos a participar do projeto de educação desenvolvido, a partir das considerações do pedagogo francês Gréard:

A educação pública não pode dar frutos senão sob a condição de que a família a prepare, a sustente e a complete. A mais funesta das condutas, continua Gréard, a respeito de uma criança é a carência de conduta, entregar-se à inspiração de momentos, nada tomar a sério, defeitos ou qualidades, exaltar umas, fechar os alhos a outro ou divertir-se com eles dizendo: Ora, o colégio o ensinará (GRÉARD apud VERÍSSIMO, 1888, p. 14-15).

Essa citação nos remete ao papel fundamental da família na educação, relegando ao colégio o papel secundário. Se a família planeja, sustenta e completa, ao colégio, caberia lapidar a criança como se faz a uma pedra bruta, utilizando a ciência como ferramenta para a valorização dos sujeitos. Juntos, o colégio, com regime interno severo e a família, controlavam os alunos no intuito de sua educação moral e para um Brasil que se pretendia moderno.

Em *O Liberal do Pará*, de 23 de abril de 1884, o escritor amazônico anuncia a fundação do primeiro jardim de infância no Pará. Conforme carta datada de 25 de abril de 1884, esse

processo não se deu por influência do método Froebel, devido às conferências na *Sociedade Paraense Promotora de Instrução*: “muita gente, é certo, ficou convencida da sua atividade; essa convicção, porém, é inteiramente platônica e, portanto, sem nenhum proveito” (VERÍSSIMO, 1884, p. 2). Compreende-se que, segundo José Veríssimo, as vantagens percebidas no método não eram válidas, visto que o jardim de infância deveria ser uma preparação da criança à escola, ensinar a brincar e “assimilar a instrução com facilidade e com gosto” (VERÍSSIMO, 1884, p. 2).

Em seu discurso solene no encerramento das aulas, José Veríssimo declara que educação de qualidade é aquela que pode tirar ensinamento do passado, de um povo, de um homem e de uma instituição (VERÍSSIMO, 1885). Desse modo, compreende-se que José Veríssimo pensava a educação no sentido mais amplo, acreditava na existência de uma história, a qual formaria um povo, cujos sujeitos só poderiam melhorar por meio da instrução.

Apesar do esforço, o estudioso obidense alegava que a ausência de professores e o custo dos materiais dificultavam o trabalho que pretendia desenvolver no colégio. Uma de suas reclamações era a ausência de oferta do curso de Ciência Naturais, visto que não havia professores habilitados, tampouco laboratórios para experimentações. No entanto, enfatizava o ensino de esgrima e da implantação da Educação Física como disciplinas importantes à educação intelectual⁵².

Entende-se, em seu discurso, que a educação proposta no colégio reflete um sentimento de grandeza, “visando mais longe e mais alto, no amor desta pátria que tão pouco queremos” (VERÍSSIMO, 1885, p.2). Conforme menciona Francisco Prisco (1937, p. 20), José Veríssimo funda o colégio como “um meio de criar melhores condições financeiras de vida”, o que se confirma na carta que ele envia à sua noiva em 30 de novembro de 1884:

Fundo este “colégio” que abençoo porque nos reuniu eu obedeci não tanto uma vocação pelo ensino, para o qual não me faltava, todavia, uma inclinação teórica, como o provam trabalhos meus anteriores, mas uma necessidade em que estava de procurar um meio de vida que me desse pelo menos esperança de um melhor futuro do que o meu precário emprego de secretaria (BRASIL, ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 1931, p. 492).

Percebe-se que o espírito que circunda a fundação do colégio ancora-se na ideia de que pela educação se poderia construir um país livre dos vícios do passado colonial. Com isso, ocorre a viagem de José Veríssimo à Europa, a convite da *Sociedade de Antropologia pré-histórica*, na qual profere a tese sobre o “Homem do Marajó e a Antiga Civilização Amazônica”.

⁵² No campo médico, lamenta a perda do dr. José Veríssimo, seu pai, que falece no ano de 1885.

Apesar de todos os seus projetos, o colégio foi envolvido em algumas polêmicas. O jornal *A Constituição - Órgão do Partido Conservador (PA)*, de 1886, anuncia a reabertura do colégio que havia sido fechado devido os desentendimentos entre José Veríssimo e o diretor do colégio Franco-brasileiro, João Saraiva:

Figura 18: Crítica de João Saraiva

A PEDIDOS

Ao sr. José Veríssimo, educador reformado

*Nihil aggreditor
invita Minerva.*

IV
(Genuense)

Mas depressa diz o adagio cheza-se um toiro ao moirã, do que... o sr. Verissimo á razão!

Aconselhado e reprehendido por seus amigos e admiradores (?), voltou o sr. Verissimo hontem açodado e desconchavadamente para o terreno em que deveria ter frisado antes a questão. Tão adiantado, porém, era o seu estado de hydrophobia, que, para evitar algum bacillus tísico-epileptico, foi-me precisa uma boa dose prophylatica.

Com effeito semelhante ao ebrio que, já sem sentidos extribuxa no ergastulo da detenção, o sr. Verissimo apparece estrangulado pelos gorroteos do meu artigo, com as mãos crispadas, os olhos baços, profundamente incovados, com as feições contrahidas, com a bocca escorrendo fel e peçonha; mas, ainda assim — oh força do habito! — rosna injurias e cospe affrontas!

Ahi tem o publico paraense a origem d'esta calumnia tão negra, tão monstruosa, do nefando director reformado.

E é este homem que falla em caracter, em honra! Não fossem as considerações que devo a alguns poucos amigos e o muito de atenções á familia paraense, e já haveria mostrado ao sr. Verissimo quem é «desflorador do donzellas». Resta-me todavia a consolação de ver o sr. Verissimo esmagado hoje pela razão, stigmatizado pelo publico, condemnado pelo bom senso, execrado das familias.

.

Não houvesse eu hypothecado minha palavra, de não me attar a meros accidentes, e faria, máu grado meu, o cotejo de todas as phases disciplinares do reformado com as do «Franco-Brasileiro». Não gosto de fallar muito de mim.

Tomarei comtudo um ou outro ponto, mais para defender a honra dos meus alumnos do que para responder ao sr. Verissimo que só mereço um catre na enfermaria do calabouço.

Censura este sr. aos meninos por brincarem no recreio do collegio antes das aulas, correndo, pulando já aos tres já aos quatro e chama-os de «desmantelados». Seguidor docil de Spencer, vejo n'estes jogos, sendo comedidos, um motivo de alegria para os collegiaes, gerando-se ao mesmo tempo uma feliz disposição para as aulas.

Desprezando a caudal de balões de que estão pre-nhes as duas ultimas estopadas, tecidas nos esgotos d'aquella alma, é meu dever, dever amargo, é verdade, completar a minha defeza com algum dado positivo, o bem assim rebater um ou outro ultrage á honra dos meus collegiaes. Affinço entretanto ao publico que não me darei mais ao improbo labor de refutar um envergamento.

Assim como a *Morphologia* estuda a estrutura intima das formas que affectão os organismos, assim a critica racional estuda os phenomenos moraes em suas fontes, punindo severamente os infractores de suas leis.

Pensasso eu que a mentira e a calumpnia teria cabimento no coração d'um educador da mocidade, e jamais, trocaria palavra com esse infeliz.

Perdi-me no conceito que do sr. Verissimo formava! Meute e calumpnia ás lontas!

O documento a que por indução pudo chegar e que ora offereço ao publico, confere ao sr. Verissimo, DIRECTOR DO AMERICANO, o glorioso titulo de ladrão da honra alheia! Eil-o:

Antes isto sr. Verissimo, do que condemnar as pobres creanças a ficarem sentadas n'um banco duro sem encosto, como desistramamente succede no reformado. Tenho visto muitas vavez, á tarde, essas victimas do seu calvinismo, do asseio, que mais parecem enjaulados n'um jardim zoologico, do que entezinhos que só vivem do ar, da luz, do movimento.

E' que o sr. Verissimo vê n'isto um grande fim crematistico: attrahir a attenção dos pais ignorantes que veem n'aquillo uma virtude quando é justamente um attentado á existencia dos seus innocentes filhos!

Provoco ao... mas a quem provoco eu? Emfim declino, se é capaz, o nome do correspondente, cujo menino saiu do collegio á noite sem consentimento meu. E' mais uma das d'elle!

Quanto ao methodo e distribuição dos trabalhos aqui no «Franco», appello eu, não para arguições vagas, mas para os meus dignos cooperadores — PAGOS OU NÃO PAGOS — os srs. F. Achard, Bezerra, Justus Nelson, S. Bezerra, Th. Miranda, cada um dos quaes faz muito mais pezo n'esta concha luminosa do que todo o seu publico illustrado. H'uvesse o sr. Verissimo vindo ou alguém por si ao collegio «Franco-Brasileiro» todos os dias uteis de 1 1/2 á 2 1/2 da tarde e encontraria o dr. Achard fazendo aula de conversação franceza, aula pratica.

Do mesmo modo todos os sabbados das 2 1/2 á 3 1/2 da tarde achar-nos-hia depois de previa preparação explicando em conferencias praticas o que seja a educação intellectual, moral e PHYSICA, alim de premonir os contra os falsos prophetas, contra o erro.

Para isto me servi da «*Sciencia da Civilisação*» obra escripta pelo bispo de Angra (como tal detestada por s. s.) e a mais fecunda produção diáctica que por ventura existe n'este genero.

Igualmente das 3 1/2 ás 4 1/2 nos varia s. s. explicando Saffray e Girardin nos nossos meninos, depois de ter consultado sobre o assumpto do dia Gamot, Buffon, Haeckel, Darwin, Huxley, Letourneau, Laneissan, etc.

Deixei ao sr. Verissimo o sestro de ir gabar-se do pouco ou muito que faz e contento-me com o jeito que de ruim fornece as pessoas que sabem interpretar estas palavras: «O orgulho da sciencia (conhece-as?) é humilde quando se compara com o orgulho da ignorancia.» Ou então as de Sil Pel: «Où régné l'orgueil, on ne saurait trouver d'autre Dieu que soi-même.»

A' burla de 6 paginas de geographia a um menino de 6 annos não se responde, porque não creio que este dr. caísse em tal.

O que constitue, sobre tudo, sr. Verissimo, mestre-escola reformado, a boa disciplina de um collegio é a maneira porque o director deve tratar os seus dirigidos, sondando-lhes a indole, estudando-lhes as tendencias, corrigindo-lhes os humores, acompanhando-lhes os pezares como as alegrias, vertendo-lhes, em summa, balaamo no peito, luz no espirito.

Não como faz o sr. com o menino guerreiro descompondo-o brutalmente e prendendo-o por haver elle desenhado — à franceza — uma banana na mesa! Também é sabido que o sr. faz a um moço de 18 annos a observação que deveria fater à uma creança de 6 annos, despresando, em cima, o elemento importante de lugar e tempo.

Nunca me puz em relevo de *letrado*; tenho, todavia, a «felicidade rara», aqui, de não concorrer com meu assentimento para coroar a ignorancia presumptuosa, fatua.

Quanto aos seus diplomas de sabio eu bem sei como elles se adquirem: «elogios reciprocos e passivos.

O que é certo é que se elles — os seus patronos — vissem a sua figura ou pelo menos estes seus escriptos de hoje, caliriam n'um *paradís*, como o em que faz hoje o sr. a sua profissão de fé. Ainda bem que tive a gloria (non eredo nisi videam) de converter o sr. Verissimo, obrigando-o a declarar-se — CATHOLICO, APOSTOLICO, ROMANO —!

Ah! ah! ah! ah! ah!

Addio A. Conte, addio Wichor, addio Büchner etc!

Concluamos sr. Verissimo.

Perdão-lhe todas as suas injustiças, todas as suas injurias contra mim; com tanto que o sr. confesso ter sido batido no campo do raciocinio, nas esplanadas da verdade e que foi obrigado a converter-se, por mim, a Fé Catholica Apostolica Romana.

Bravo!

Ao publico a quem sempre tratei com alta cortesia peço desculpa das centelhas de indignação que, de espaço, caliram-me da penna.

Pour jamais.

12—12 85.

João Saraiva.

P. S. — De proposito dei tempo a que o sr. Verissimo concluisse seus artigos para não ter a displicencia de me ver, nem mesmo por pensamento, ao lado d'esse homem.

Saraiva.

Fonte: Diário de Belém: Folha Política, Noticiosa e Commercial (PA), 13 de dezembro de 1885.

Outras acusações, publicadas no jornal *A Província*, alegavam desvios de recursos de José Verissimo para o colégio Americano. O pensador paraense, por sua vez, defendia-se em *A República*, justificando tratar-se de um empréstimo concedido pelo presidente Justo Chermont e por Paes de Carvalho. Por conta disso, é afastado do cargo de diretor, sendo repostado pelo presidente da província, conforme indica a publicação de *A Constituição* (1886):

Figura 19: Nota acerca da revogação do fechamento do Colégio Americano

—O presidente da provincia, tendo em vista o recurso interposto por José Verissimo, proprietário e director do collegio «Americano», do acto de 14 do corrente, da directoria da instrucção publica, mandando fechar o mesmo collegio, sob o fundamento de haver o referido director em artigos assignados, de polemica, com o de outro collegio, offendido a moral, tornando-se por isso incompativel para o magisterio particular na forma do art. 5.º §§ 2.º e 4.º da lei n. 1031 de 7 de maio 1880; e attendendo a prova de idoneidade do recorrente e attestação abonatoria dos paes cu os filhos frequentam o collegio, as quaes foram pelo supplicante juntos á sua petição, resolve dar provimento ao citado recurso para fim de ser revogado o acto da directoria da instrucção publica na parte relativa ao mesmo recorrente e poder continuar a funcçãoar o collegio de que é proprietario e director.

Fonte: A Constituição: Órgão do Partido Conservador (PA), 1886.

Observa-se a participação ativa de José Veríssimo na vida intelectual, como diretor do colégio Americano, como diretor geral da Instrução pública ou como destaque no circuito jornalístico, em polêmicas publicadas por esses periódicos, indicando sua posição social. Dentre tais periódicos, o jornal o *Amazônia*, de 19 de maio de 1888, o anuncia como “comendador, esforçado e patriótico paraense” que sempre pensou na organização de um Liceu de Artes e Ofício na capital, interesse compartilhado com Teotônio de Brito, Lauro Sodré e Rodrigo Sales, pois acreditava na instrução como forma de regeneração social: “me pareceu mais oportuno que hoje nossos elementos, não só mal-educados, mas degradados pela escravidão, entram como um fator que não devemos e nem podemos desprezar, no nosso meio social”. (VERÍSSIMO, 1888, p.1)

Ao referir-se a José Veríssimo à frente do Colégio Americano, o jornal o denomina “operário da civilização futura dos povos da Amazônia” (*O LIBERAL DO PARÁ*, 1889, p. 2). Constata-se que ao atuar à frente da instituição, ofertar as disciplinas oferecidas no colégio, o pensador amazônico constrói o seu projeto de educação voltada para a reconstrução moral dos sujeitos, numa arquitetura republicana própria da geração de 1870 e dos debates daquele tempo, com o “bando de ideias novas”, nas palavras de Sílvio Romero (ROMERO, 1868, p. 26) que se consolidavam no espírito capitalista americano e europeu.

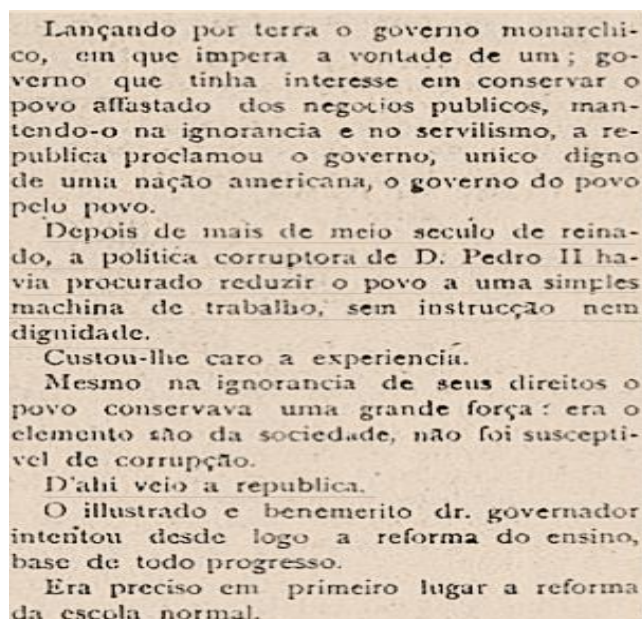
Em 23 de maio de 1890, José Veríssimo trata do discurso de abertura que proferiu enquanto diretor da instrução geral e seu objetivo com a educação: “arredada de paixões e lutas partidárias, acima dos complexos das políticas, única maneira de elevá-la e torná-la profícua” (*A REPÚBLICA*, 1890, p. 1). O jornal informa a presença de quarenta e cinco (45) professores da escola pública da capital e do dr. Paes de Carvalho no evento. Nota-se que a presença tanto dos docentes quanto a do vice-governador entremeiam educação e política, levando José Veríssimo a acreditar que a primeira não conseguiria sua elevação sem o comprometimento da segunda.

Em 25 de setembro de 1890 há a publicação do ensaio “A Revista de Educação e Ensino”, representando “a morte de tudo o que traz em si mesmo as condições de ruína” (VERÍSSIMO, 1890, p. 2), no qual nota-se que o intelectual valorizava os professores, ao revelar que tal publicação foi “criada para a classe mais importante da sociedade, sobre quem recai a responsabilidade mais direta do destino do povo [...] trazendo novas luzes às delicadas questões pedagógicas” (VERÍSSIMO, 1890, p. 2). Ademais, o estudioso paraense acreditava ser necessário “trazer o professorado na corrente geral de ideias e fatos, que revolucionando a arte e a ciência da educação trazem por toda a parte em constante movimento e evolução a

instrução pública” (VERÍSSIMO, 1890, p. 2). Percebe-se José Veríssimo colocando-se à disposição da revista, talvez por ela buscar diminuir a problemática concernente à dificuldade de formação dos professores primários, uma vez que os livros de Língua Portuguesa eram caros, de péssima qualidade e não chegavam ao interior do estado.

No que tange à reforma do Liceu, a publicação em *A República* em 23 de agosto de 1890, revelava a pretensão do diretor pela reforma da instrução paraense nos moldes de um governo republicano:

Figura 20: Compreensão social.



Lançando por terra o governo monarchico, em que impera a vontade de um; governo que tinha interesse em conservar o povo afastado dos negocios publicos, mantendo-o na ignorancia e no servilismo, a republica proclamou o governo, unico digno de uma nação americana, o governo do povo pelo povo.

Depois de mais de meio seculo de reinado, a politica corruptora de D. Pedro II havia procurado reduzir o povo a uma simples machina de trabalho, sem instrucção nem dignidade.

Custou-lhe caro a experiencia.

Mesmo na ignorancia de seus direitos o povo conservava uma grande força: era o elemento sã da sociedade, não foi susceptivel de corrupção.

D'ahi veio a republica.

O illustrado e benemerito dr. governador intentou desde logo a reforma do ensino, base de todo progresso.

Era preciso em primeiro lugar a reforma da escola normal.

Fonte: *A República*: Órgão do Club republicano. 23 de agosto de 1890

Entende-se que nessa reforma, o principal objetivo era a formação daqueles que se tornariam professores, os educadores do povo, pois “sem bons professores não haveria uma reforma séria do ensino [...] que impulsionavam o Estado no caminho do verdadeiro progresso” (*A República*, 1890, p. 1). Reproduzidas em 08 de outubro de 1890 no *Diário de Notícias*, as ações de José Veríssimo ao lado do governador Justo Chermont são elogiadas, pois as reformas por eles defendidas eram “garantia de um próspero futuro”, obedecendo um plano racional e metódico, através do liceu, “objeto da reforma que lhe levanta o nível intelectual e moral”, além do museu Emílio Goeldi que fora reinaugurado: “É assim que a república pode melhormente contrapor-se ao regime decaído, representando o advento de uma fase de progresso real, pelo derramamento de instrução” (*A REPÚBLICA*, 1890, p. 2).

Embora educador, é como teórico e político que José Veríssimo encaminhava seu projeto de educação republicana a ser apresentado na próxima seção.

4.1 CARGOS PÚBLICOS

José Veríssimo assumiu importantes cargos políticos voltados à educação em um contexto de desigualdades socioeconômicas e de incertezas políticas para o povo paraense. Nota-se o sentimento de renovação em cada nova atribuição marcando o engajamento de um intelectual que amava a pátria e acreditava, até então, por meio do republicanismo, ser possível modernizar a nação. Dentre as diversas ocupações que assumiu nas instituições do governo, no dia 21 de dezembro 1879 o jornal *O Liberal do Pará* anunciou a sua candidatura ao cargo da Secretaria **Oficial da Presidência**⁵³ e em 3 de setembro de 1880 é designado, por Manoel Pinto de Sousa Dantas, ao cargo de **bibliotecário público**⁵⁴. Sob sua direção, ocorreu a reforma da biblioteca, organização dos catálogos, aumento e conservação de seu acervo. Para tais adequações, o presidente da província concedeu a verba de 2500 (dois mil e quinhentos) réis e, assim, a instituição tornou-se um outro espaço que, vinculado ao Liceu Paraense, colaborou com a instrução pública do amazônida desta parte da América.

José Veríssimo, durante os anos em que residiu no Pará, teve participação ativa em cargos públicos, além das funções supracitadas, foi **oficial da primeira seção da secretaria do governo**, no período de licença do funcionário oficial em 1881. Em 18 de janeiro de 1882 é nomeado permanentemente diretor da seção. Dentre todas essas atividades, a instalação da **Sociedade Paraense Promotora de Instrução** configura um marco na sociedade paraense em que o intelectual se dedica a assuntos intelectuais e voltados à educação. Essa instituição, presidida por Tito Franco e tendo José Veríssimo como primeiro secretário, realizou conferências que foram divulgadas nos jornais locais:

- I- Dr. Domingos J.B. de Almeida, sobre o método Frobel;
- II- Tito Franco, sobre “A Mãe de Família”
- III- José Veríssimo, sobre “O Movimento Intelectual Brasileiro nos Últimos Dez Anos”.

Essa última conferência publicada em *Estudos Brasileiros* (1889), na qual o autor amazônida elege a época de 1873 para iniciar suas reflexões com base nos estudos de Sílvio Romero. No ensaio, pode-se perceber sua preocupação com a participação da província no movimentado cenário intelectual brasileiro: “[...] que o Pará não fique fora desse movimento, e

⁵³ Nomeação divulgada em 31 de dezembro de 1879.

⁵⁴ Todos os destaques em negrito daqui adiante servem para a organização temática e melhor entendimento do leitor acerca dos cargos assumidos por José Veríssimo.

compreenda que para a glória e a honra, e para a própria felicidade material de um povo, não basta produzir borracha” (VERÍSSIMO, 1889, p. 128).

Todos esses cargos públicos evidenciam o percurso de uma jornada em torno da educação, aliando conhecimento intelectual e sua aplicação. Por ocasião do regulamento de 7 de maio de maio de 1890⁵⁵ José Veríssimo foi nomeado para a **Diretoria da Instrução Pública do Pará**, na qual escreveu um extenso relatório encaminhado ao governador Justo Chermont, intitulado a *Instrução Pública no estado do Pará (1890) e o Regulamento escolar*. Nesse documento, é possível perceber tanto a situação em que se encontrava a educação paraense, a nível de ordem das disciplinas, dos cargos, dos professores e da infraestrutura do prédio, quanto a ausência de uma preocupação com a literatura enquanto disciplina de estudo, visto que as únicas informações que constam no relatório revelam o que as escolas primárias ensinavam ou, como retifica Veríssimo, deveriam ensinar.

Quanto ao primeiro grau:
 Leitura e escrita
 Operações sobre números inteiros
 Noções de gramática e história do Brasil
 Catecismo, noções de moral e deveres cívicos;
 Nas de 2º grau:
 Análise, gramática e composição
 Aritmética, metodologia
 Cosmografia e elementos de geografia
 (VERÍSSIMO, 1890, p.71)

Constata-se que a leitura explicada era reservada ao segundo ano, assim como a arte, a gramática, a ortografia e o ditado (VERÍSSIMO, 1890). O relatório confirma a crítica de José Veríssimo em relação ao ensino da literatura, além de figurar de modo secundário na escola, quando presente em nada colaborava com a educação nacional, uma vez que as obras literárias estudadas eram produções de autores portugueses, as quais não retratavam a cultura do Brasil.

Embora os esforços para desenvolver a educação na província fossem percebidos em sua atuação, o estudioso era criticado por Juvenal Tavares⁵⁶ no jornal *Gram-Pará*, que o acusava de fazer uso dos cargos para colaborar com a política e se beneficiar. No entanto, José Veríssimo era defendido no jornal *A República*, em 17 de outubro de 1890, o qual anunciava que o intelectual realizava uma política educacional séria, culminando com a reforma da

⁵⁵ Fonte: Arquivo Público do estado do Pará. Secretaria do Governo. Série: Portarias Diversas. Códice:1890.

⁵⁶ Juvenal Tavares acusa José Veríssimo de ter criado e recebido verba de cem contos para o colégio Americano. O jornal *A República*, de 27 de outubro de 1890 defende o diretor ao afirmar que a verba era transparente e foi divulgada ao povo ao ser publicada na imprensa.

instrução pública, com a educação dos professores e, consequentemente, com a melhoria da educação dos alunos.

Outra de suas destacadas atuações foi à frente do Museu Emílio Goeldi, fundado em 1866 sob o nome de *Associação Filomática* e sob a direção de Ferreira Pena. Reconhecido como um importante centro de referência científica do Brasil, sua reforma ocorre no auge das expedições naturalistas orquestradas pela moda cientificista europeia, pela urbanização da metrópole e pela latente necessidade de “civilizar” a Amazônia. Nesse contexto, Justo Chermont e Lauro Sodré atenderam ao pedido do diretor da instrução pública, José Veríssimo. O museu foi reinaugurado em 13 de maio de 1891⁵⁷ e no discurso de abertura, direcionado ao governador Capitão Tenente Bacelar Pinto Guedes, o literato amazônico ressaltava a vida mesquinha que escapara a instituição, que seguia com os intuítos patrióticos de sua administração.

Em nota, a direção declarava:

Este discurso, que nos foi gentilmente oferecido pelo Sr. J. Veríssimo, tem para o nosso museu interesse histórico. Mostra tentativas anteriores de endireitá-lo, ensina o que deveria ser, prenuncia esperanças e deixa perceber certos receios - que a experiência ulterior demonstrou bem fundado, pois o passo dado naquele tempo, não foi coroado de sucesso. Hoje somos nós os herdeiros daquelas esperanças e daqueles compromissos (BOLETIM DO MUSEU PARAENSE, 1894, p. 5).

As palavras acima coadunavam-se com as do orador, quando reconheciam que “manter dignamente um museu é uma consequência e dever de nossa civilização (...) da Amazônia que o notável cientista inglês Bates, chamou o paraíso do naturalista” (BOLETIM DO MUSEU PARAENSE, 1894, p. 5). Desses naturalistas, José Veríssimo exaltava nomes como Lacundamine, Carlos Hartt, Rodrigues Ferreira, e, ainda, “o comprovinciano Lacerda, o glorioso Humboldt, Martius, Castelnau, o célebre Wallace, Chandless, Orton e Keler e Agassiz” (BOLETIM DO MUSEU PARAENSE, 1894, p. 6).

José Veríssimo, ressaltando o trabalho dos cientistas e a presença de etnias desconhecidas, questionava “se aqui não está a chave de um dos enigmas mais excitantes da curiosidade científica destes tempos: a origem do homem americano?” (BOLETIM DO MUSEU PARAENSE, 1894, p. 6). Nota-se a ratificação da importância que o intelectual paraense dava ao museu enquanto um repositório sistematicamente disposto e cientificamente

⁵⁷ Em 1897, em mensagens do Governador do Pará para a Assembleia (PA), p. 17-18, o discurso de José Veríssimo é mencionado, ressaltando a fala do intelectual sobre a importância do museu no combate ao à vida inglória da instituição.

classificado, servindo de mecanismo à instrução popular, uma “lição de coisas”, que podem dar respostas às indagações modernas. Para José Veríssimo, não bastava produzir borracha, era necessário desenvolver a intelectualidade, pois “nenhuma nação, nenhum povo vive senão pelas manifestações de sua atividade espiritual” (BOLETIM DO MUSEU PARAENSE, 1894, p. 7).

No ensaio feito em homenagem a Ferreira Penna, no Boletim do Museu Paraense (1895), José Veríssimo ressaltava a atuação da vida pública de Ferreira Penna e seu envolvimento com a educação, na qual atuava como professor de geografia e de história. Destacava-se no artigo a vida pessoal do cientista, sua vinda para o Pará e seu envolvimento político com o Partido Liberal⁵⁸. Por último, enfocava o conteúdo das publicações de Ferreira Penna e sua contribuição ao conhecimento da geografia da Amazônia. Nesse escrito, Ferreira Penna retomava as atividades de pesquisa de geografia e estatística paraense. José Veríssimo apresentava o estudo do botânico, com descrição e histórico das localidades de Tocantins e Anapu, posteriormente acerca das baías, sua extensão navegável e geografia ainda desconhecida. Além disso, tratava da produção natural e industrial de produtos locais: castanha, cacau, cravos, goma e ligeira descrição científica.

Para o estudioso paraense, *A Região Ocidental da Província do Pará* (1867) era o maior trabalho de Ferreira Penna que, indicado pelo presidente Joaquim Raimundo de Lamare, estudava as comarcas de Santarém e Óbidos. Entende-se que José Veríssimo realizava uma análise da escrita do cientista e de como seu pensamento se estruturava. Na primeira seção, discute sobre os povoados, os aspectos, as posições, os climas, as populações, o estado da Indústria municipal, recordações históricas entre outros. Na segunda, trata da geografia, dos principais rios, da história, dos grupos e dos produtos, concluindo com aspectos econômicos da região.

José Veríssimo afirmava que “deveria ter no trabalho de Ferreira Penna uma 3ª parte interessantíssima” e analisava o sumário dos vários capítulos do livro, o que, para ele, sinalizava as “notáveis qualidades de observador, como da intuição verdadeiramente científica que ele possuía” (BOLETIM DO MUSEU PARAENSE, 1895, p.64). Ao falar sobre “Notícia geral da Comarca de Gurupá e Macapá, não escapava a José Veríssimo salientar o estilo do cientista, “com mais concisão, menos minuciosidade e cópia de informações, porém não com menos

⁵⁸ Assim, convidado pelo presidente Machado Portella, em 15 de abril de 1871, Ferreira Penna foi nomeado bibliotecário e, em fevereiro de 1871, encarregado de fundar um museu, juntamente com os Drs. Ferreira Cantão e Américo Santa Rosa. No decênio de 70 a 80, ocupou-se da geografia e da história natural da província. Por ter sido demitido do cargo de bibliotecário, Ferreira Penna sai do museu, o que José Veríssimo considerou como um “momento ridículo”, por não ter tido a consideração que lhe era devida.

escrúpulo de investigação exata e de informação leal” (BOLETIM DO MUSEU PARAENSE, 1895, p.65) de Ferreira Pena, cujo trabalho “A Ilha de Marajó” fechava os trabalhos em torno da geografia.

É interessante perceber que a escrita de José Veríssimo perpassava do objetivismo ao subjetivismo, ao fazer uso de descrições e comparações para falar sobre o cientista Ferreira Pena, seus aspectos físicos ou objetos espalhados pela casa que recebia dos viajantes.

Ferreira Pena, não foi, apesar de para isso o habilitarem os seus estudos clássicos e o conhecimento suficientemente avantajado da Língua e da Literatura Portuguesa, **um escritor, no sentido de um artista da palavra escrita. Não só lhe faltavam talvez as qualidades estéticas e a preocupação da forma, qual um meio artístico de expressão**, como os assuntos de que se ocupou e, principalmente, o sentido em que deles se ocupou, não davam ensejo àquela preocupação (...)” (BOLETIM DO MUSEU PARAENSE, 1885, p. 13. Grifo nosso).

José Veríssimo ao falar sobre Ferreira Penna, expunha suas percepções acerca da obra literária, visto que, para ele, a literatura era arte e o trabalho de escrita do cientista possuía qualidades estéticas, embora não fosse um escritor de obras artísticas.

Para complementar os estudos sobre a passagem do intelectual paraense à frente do Museu, é importante mencionar algumas publicações que demonstram sua participação na consolidação das atividades intelectuais paraenses. Dentre elas, no boletim do museu, de 31 de dezembro de 1894, o Dr. Emílio A. Goeldi o cita como responsável por mostrar-lhe cartas inéditas do viajante naturalista Louis Agassiz, pelo Amazonas (1865-1866), que estavam em mãos do sr. Luiz Cavalcanti de Albuquerque, antigo inspetor das alfândegas de Manaus e do Pará. Emílio Goeldi afirma ser a divulgação das cartas uma prestação de valiosos serviços ao progresso e ao engrandecimento do Pará e da Amazônia. Tal informação é relevante, pois o conhecimento sobre o viajante e sobre o conteúdo de seus estudos figuram de maneira implícita nos escritos literários de José Veríssimo, mais precisamente, no final do conto O Crime do Tapuio em que o viajante é mencionado.

O Boletim publica a conferência realizada em 7 dezembro de 1896, pelo Dr. Emilio A. Goeldi, na qual mencionava José Veríssimo (além de Couto de Magalhães, Barbosa Rodrigues, Ferreira Penna e os estrangeiros: Wallace, Bates, Hartt, Crevaux e outros), o sucessor de Martius, concernente à exploração etnográfica do Brasil. Com isso, percebe-se a confirmação da contribuição desses estudiosos para o conhecimento de etnias desconhecidas, para a arqueologia e para o impulsionamento da investigação científica que apesar de ter vindo de fora, foi cultivada e fomentada pelos brasileiros.

Quanto aos conhecimentos indígenas, José Veríssimo reportava-se à contribuição dos viajantes alemães Karl Von den Steinen e Paul Ehrenreich, que nas expedições do Xingu, Tocantins-Araguaia e Purú ofereceram o que denominou ser “o postulado moral para todo o brasileiro culto” (BOLETIM DO MUSEU PARAENSE, 1898, p. 404) e redesenha o novo sistema da organização indígena, esclarecendo que naquele contexto sócio-histórico-cultural a discriminação etnográfica da América do Sul era constituída de:

- I) Tupi,
 - II) Gês
 - III) Caraíbas
 - IV) Maipure
 - V) Karajá
 - VI) Pano
 - VII) Miranha
 - VIII) Guaycuru
 - IX) Restos do grupo Goytacaz
- (BOLETIM DO MUSEU PARAENSE, 1898, p. 404).

As notícias sobre José Veríssimo e seus escritos sobre educação, nos boletins do museu, retratavam as novas ideias científicas em voga no séc. XIX. Tais ideias, representavam os esforços de uma época, em que reformar os costumes das gentes da Amazônia, os pobres dedicados ao extrativismo, significava instruí-los no acompanhamento de um tempo. Compreende-se que, quanto aos mais abastados economicamente, cabia a reforma inclusive do pensamento mítico-religioso empreendido pela igreja, de modo que se pudesse refutar a ideia da região apenas como uma terra exuberante, um pequeno império da borracha, do índio intocado e idealizado no Romantismo, servindo para a perpetuação de um pensamento colonialista na região e sobre ela. Por isso, notava-se nas palavras e atividades de José Veríssimo a formulação de uma fase importante não apenas de seu intelectualismo, mas, por meio dele, da própria compreensão acerca da Amazônia.

4.2 A EDUCAÇÃO NACIONAL REFORMADORA

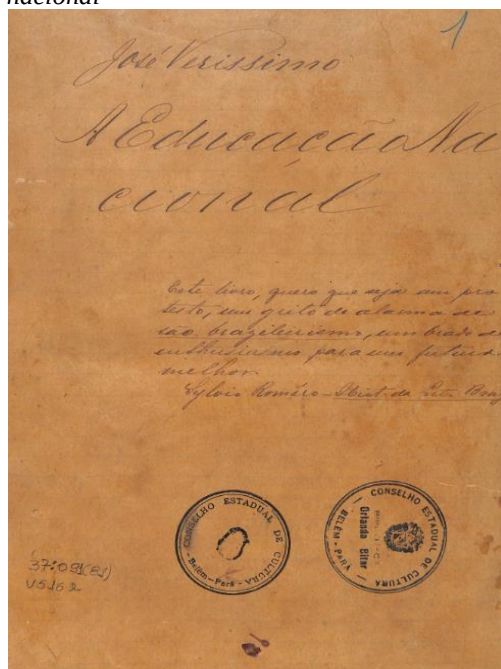
“Este livro quero que seja um protesto, um grito de alarma de são brasileiro, um brado de entusiasmo para um futuro melhor” (Sílvia Romero, 1890)

Quando José Veríssimo publica *A Educação Nacional*, compreende-se nesse livro a reafirmação da ideia da educação enquanto instrumento do avanço científico do Brasil. As palavras de Sílvia Romero presentes na epígrafe do manuscrito ratificam este objetivo de desenvolvimento do país e de valorização da ciência por meio da instrução pública. Seguindo

a metodologia desta tese com a escolha das fontes primárias, a obra foi analisada, neste capítulo, na forma de seu manuscrito, comparada à sua primeira edição, a fim de se observar a construção do autor frente à temática da educação que, além da literatura, marcou fortemente seu percurso intelectual.

A primeira página do manuscrito, feita em um papel grosso, amarelado e frágil pela ação do tempo, contém a capa em que está centralizado o nome de José Veríssimo. O título do livro é destacado, acompanhado da epígrafe assinada por Silvio Romero, indicando-o como autor de *História da Literatura Brasileira*: “Este livro, quero que seja um protesto, um “rito de alarme de são brasileirismo, um brado de entusiasmo para um futuro melhor” (ROMERO, 1890, p.1). Mais abaixo, também ao lado direito, o exemplar possui dois carimbos que o indicam pertencentes ao Conselho Estadual de Cultura de Belém do Pará, da biblioteca Orlando Bitar.

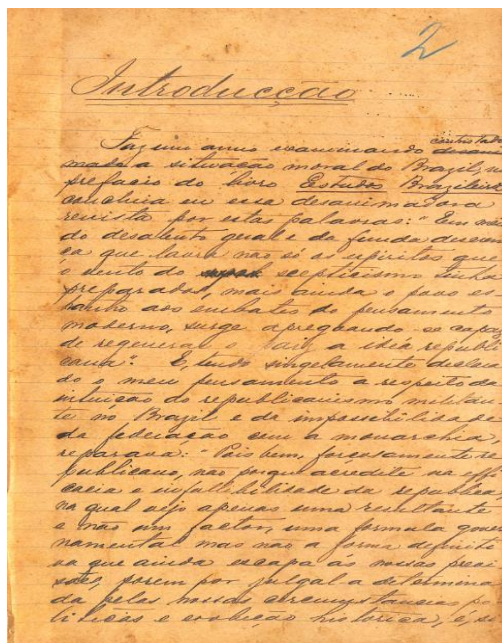
Figura 21: Capa dos manuscritos de *A Educação Nacional*



Fonte: Biblioteca Arthur Vianna- Belém-Pará.

A segunda página do manuscrito é dedicada à introdução, cujo nome está centralizado e duplamente grifado, assim como o título da obra *Estudos Brasileiros* na terceira linha. Observa-se que as suas primeiras páginas expõem elementos importantes de afirmação e reconhecimento do trabalho de José Veríssimo, figurando sua obra como publicações que somam na conjuntura intelectual brasileira.

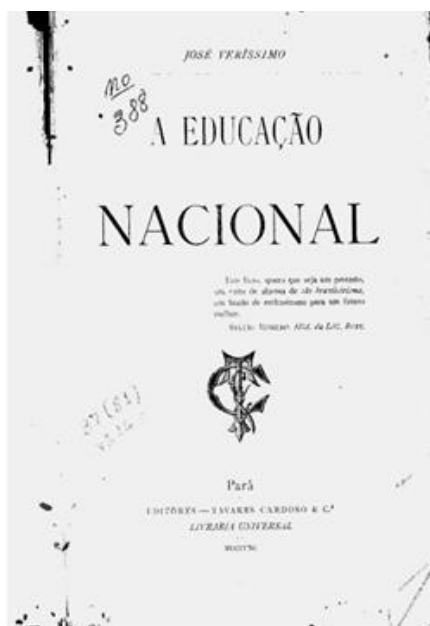
Figura 22: Introdução manuscrita de A Educação Nacional



Fonte: Biblioteca Arthur Viana- Belém-Pará.

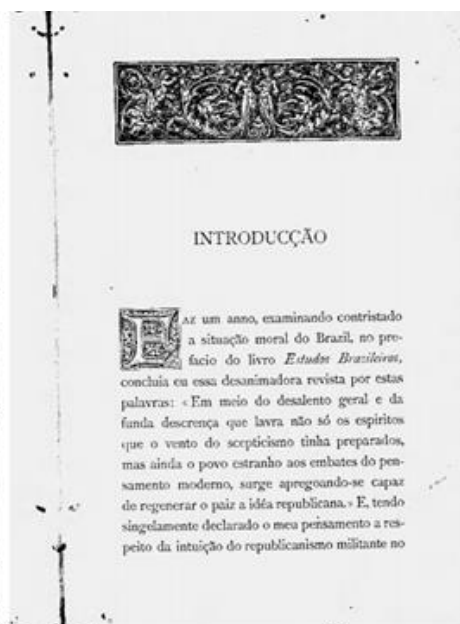
A capa da primeira edição segue os mesmos elementos presentes no manuscrito, como observa-se:

Figura 23: Capa da 1ª edição de A Educação nacional



Fonte: Acervo digital da Biblioteca Nacional.

Figura 24: Introdução da 1ª edição de A Educação Nacional.



Fonte: Acervo digital da Biblioteca Nacional.

Analisando a paratextualidade da obra, constata-se que a palavra “Nacional” se destaca no título, enfatizando a educação caracteristicamente voltada para o engrandecimento da nação. Além disso, é acrescentado na capa uma imagem antiga, a qual lembra as iniciais da editora, um “T” e um “C” que entrecruzam e formam também a aparência do rosto de uma coruja na parte superior. Abaixo, localiza-se o nome Pará, o qual faz referência à cidade de Belém, costume do século XIX, pois indica o local onde a obra foi escrita, apesar de ter sido publicada pela editora Tavares Cardoso & C^a, em Portugal.

Examinando o horizonte interno do texto e da paratextualidade dos manuscritos da obra, observa-se o pensamento político de José Veríssimo:

Pois bem, forçosamente republicano, não porque acredite na eficácia e infalibilidade da república, na qual vejo apenas uma resultante e não um fator, uma fórmula governamental, mas não a forma definitiva que ainda escapa às nossas previsões, porém por julgá-la determinada pelas nossas circunstâncias políticas e evolução histórica, é, senão com hostilidade, ao menos sem nenhuma simpatia que encaro o atual movimento republicano, fadado porventura a não remoto triunfo (VERÍSSIMO, 1890, p. 2-3).

Entende-se nessa declaração, a decepção de José Veríssimo tanto com o movimento republicano, quanto com os modos por meio dos quais o governo encaminhava o novo regime. Ao contrário do que se percebia no cenário político, seu desejo seguia os modelos de liberdade e desenvolvimento apregoados pelas grandes revoluções, o que não seria conquistado em um país que ignorava a educação e sua importância para um país que se dizia novo, mas que não se regeneraria sem a instrução e com o abandono do ensino público.

Na introdução, compreende-se que José Veríssimo se baseava em Émile Littré para depreender que as causas que arruinavam a República no Brasil eram as defesas de interesses próprios dos políticos do que na construção do ideal republicano (VERÍSSIMO, 1890). Ao dar razão a quem dissera que “cada povo tem o governo que merece”, entendia que era o povo que determinava a liderança do país, como também revelava a própria índole da sociedade (VERÍSSIMO, 1890, p. 6):

Ainda, na introdução, nota-se que o autor paraense coloca, no mesmo patamar, sentimentos e ideias quando se refere ao inexistente amor à pátria brasileira, o que para ele independe do patriotismo político. Pois, segundo ele, a República precisava ser moderada pelo ímpeto e pelo intelecto, materializados em novas práticas políticas. Nesse sentido, compreende-se que para José Veríssimo, o Brasil, diferente dos americanos, não investia na educação nacional, nas coisas do espírito, engrandecendo-se de suas matas e grandes rios, mas sem consciência e com instrução rudimentar (VERÍSSIMO, 1890).

Nessa perspectiva, a literatura, a poesia ou os romances feitos no Brasil não encontravam em José Veríssimo alguma valorização no tocante à temática da nação, o que se levaria a pensar desde *A Educação Nacional* em um critério de nacionalidade para ponderar tanto a educação quanto a literatura: “Isolados nas localidades, nas capitanias e depois nas províncias, os habitantes, por assim dizer, viveram alheios ao país. Desenvolveu-se neles antes o sentimento local que o pátrio [...] Raro existe o brasileiro” (VERÍSSIMO, 1890, p. 14).

Percebe-se que, para o estudioso, o isolamento da educação culminava no isolamento do Brasil. Acerca de sua literatura afirma: “É paupérrima a nossa literatura nacionalista” [...] os excelentes livros que sobre nós escreveram alguns sábios viajantes estrangeiros, ficaram até agora por traduzir” (VERÍSSIMO, 1890, p. 19). Constatase, que José Veríssimo faz da literatura, a construção de um projeto de educação nacional, com referência aos Estados Unidos, mas que tem a França e a Itália como modelos de uma educação ampla, a qual se enche de espírito de suas nações.

Apoiando-se nas ideias de Herbert Spencer, o autor paraense não considerava lógico o ensino de matérias que não se ligavam a uma ideia superior (VERÍSSIMO, 1890. p. 34 e 35). Compreende-se que segundo a teoria do escritor paraense, a Educação e a Literatura complementavam-se, ao dizer que “o livro de leitura é acaso a mola real do ensino” (VERÍSSIMO, 1890. p. 38). Portanto, José Veríssimo aborda a literatura como instrumento de uma verdadeira revolução e com caráter pedagógico, mas é impedida de desenvolver-se no Brasil, já que os livros de ler eram estrangeiros: *O Manual Enciclopédico* de Monteverde; *A Vida de D. João de Castro* de Jacinto Freire, *Os Lusíadas* de Camões, entre outros. Por isso, o estudioso ressalta a necessidade de fazer uma reforma dos livros de leitura para que sejam mais brasileiros pelo assunto (VERÍSSIMO, 1890. p. 38):

Que o livro de leitura com páginas de nossos poetas e prosadores, e páginas sobre assuntos brasileiros, nos traslade, originais ou traduzidas, narrativas dos grandes viajantes que percorreram o nosso país, como Martius, como Agassiz, como Couto de Magalhães, como Saint Hilaire, como Severiano da Fonseca, ou dos que fizeram a nossa história, os Rocha Pita, os Southey, os Porto Seguro, os João Lisboa. Os mesmos velhos cronistas, os Vicente de Salvador como os Anchieta e os Nóbrega, os Jaboatão, os Vasconcellos ou os José de Moraes, com um pequeno trabalho de lhes modernizar a linguagem [...] (VERÍSSIMO, 1890. p. 41)

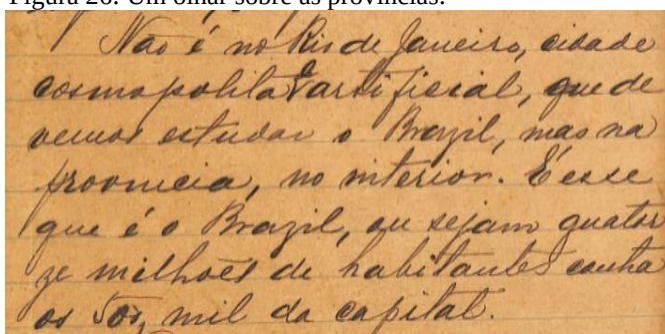
José Veríssimo acreditava que a Literatura era a causa e o efeito do espírito de um povo: “Quase se pudera dizer negativa a ação da literatura brasileira como agente da educação nacional” (VERÍSSIMO, 1890. p. 47). Percebe-se que o intelectual contava com a literatura

como agente principal dentro de seu projeto de educação republicana, em contraponto à reprodução portuguesa, que compreendia o romantismo imitando a literatura francesa.

Na segunda seção do livro “As características brasileiras” (VERÍSSIMO, 1890-, p. 52), percebe-se uma ótica positivista quando o autor se refere ao brasileiro como “mau patriota e desleal cidadão” (VERÍSSIMO, 1890, p. 52). Depreende-se que, de acordo com sua percepção, as máculas do Brasil estavam nos cidadãos pervertidos por uma educação que se voltava tortuosamente ao campo partidário e não ao das novas ideias intelectuais, movimentos artísticos, literários, industriais, agrícolas, entre outros, que pudessem servir como vetor de regeneração do povo (VERÍSSIMO, 1890, p. 55-56).

Sobre estudar o Brasil, afirma:

Figura 26: Um olhar sobre as províncias.



Fonte: Biblioteca pública Arthur Vianna.

Nota-se que José Veríssimo mantinha como base intelectual as ideias etnográficas sobre a Amazônia, buscando apresentar a província paraense com pleno potencial de desenvolvimento. Era no interior e na massa popular que o autor obidense acreditava estar a mais nova cultura brasileira e para ela deveria estar voltada uma educação que lhe tirasse os vícios de um passado político. Dentre as características do povo, o intelectual paraense apontava a simplicidade e a desambição, seguindo, portanto, uma linha sociológica ao considerar nos estudos de Sílvio Romero a parte da psicologia nacional: um povo apático, imitador de tudo o que é estrangeiro (ROMERO, 1888, p. 124-125).

Em concordância com esse pensamento, o estudioso da literatura brasileira, mencionava o quadro do pintor Pedro Américo, *A Proclamação da Independência do Brasil*. Pela descrição, a obra também conhecida por *Independência ou Morte*, representava o cenário em que se dava a República brasileira, da maneira como José Veríssimo a interpretava:

Figura 27: Pintura "Independência ou Morte", de Pedro Américo. A tela possui 4,60 metros de altura por 7,60 de largura.



Fonte: Museu Paulista- Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.mp.usp.br/acervo>

Nesse artigo, o escritor chamava a atenção para duas figuras que margeiam a pintura:

[...] um homem de cor guiando um carro, arregaça os seus bois da estrada e olha admirado para o grupo militar; ao longe, destacando-se no fundo iluminado de uma tarde que cai sobre a paisagem melancólica, um homem do campo, um caipira retém o passo à cavalcadura e voltando tranquilamente o rosto vê, de longe, a cena que não compreende. Esses dois homens são o povo brasileiro, o povo real (VERÍSSIMO, 1890, p. 66).

Percebe-se que, dentre as características brasileiras, o autor paraense ressaltava as origens etnográficas, a história, a geografia e o determinismo social marcado pelas personagens: homem do campo e caipira. José Veríssimo seguia a teoria racial para subsidiar a ideia de que havia, no Brasil, etnias inferiores aos brancos portugueses. Como na imagem, os mestiços, que formavam o povo, ficavam alheios à movimentação da formação política da nacionalidade brasileira, mas submissos às autoridades.

De acordo com o estudioso da literatura brasileira, a escravidão indígena ou africana misturou esses povos às famílias dos senhores, entremeando fetichismos, hábitos e crenças, como os moleques que serviam de cavalos aos seus *nhônhôs* ou das mulatas que passaram a figurar na poesia popular brasileira (VERÍSSIMO, 1890). Essa observação permeou os estudos na obra “A Educação do carácter” (VERÍSSIMO, 1890, p. 83), na qual revelava a educação da

população, desde a infância, uma modificadora de costumes e afirma: “é na família que se dava as primeiras instruções às crianças, até então entregues ao papel secundário das esposas ou às influências das mucamas” (VERÍSSIMO, 1890, p. 83-84).

É perceptível o etnocentrismo positivista nessa forma de pensar, mas também um aceno à presença da mulher na educação da família como base para a formação do caráter do povo brasileiro. José Veríssimo recorre aos romances da literatura para analisar o papel da mãe brasileira, o qual considerava fraco e mimoso, pois, segundo ele, essa educação deveria prezar pela moral, fortificação do caráter, dos modos, anseios da liberdade e emoções sociais (VERÍSSIMO, 1890, p. 87-88), mas vitimizava os meninos que serviam de brinquedos aos *nhonhês*, dando para esses uma falsa noção de autoridade.

Nesse sentido, compreende que o maior problema da educação do caráter do povo era falta de vontade na realização de uma educação doméstica, a qual deveria ser dirigida e direcionada ao invés de contrariada ou deixada a cargo da escola: “É indispensável não confundir a vontade com a voluntariosidade [...] A vontade é uma das forças vivas do caráter, [...] para que seja sempre útil e honesto. A voluntariosidade é o mau lado dessa virtude, é o capricho ridículo” (VERÍSSIMO, 1890, p. 94). Percebe-se que José Veríssimo valorizava o ensino público, pois conclamava uma iniciativa popular de educação nacional, que poderia ir de encontro a um sistema tradicional falido e em concordância com a escola e com a sociedade representada pelas religiões, políticas, literaturas, ciências e a arte (VERÍSSIMO, 1890).

Na quarta seção do livro, observa-se uma discussão sobre a educação física, antes implantada enquanto disciplina no Colégio Americano (VERÍSSIMO, 1890). Compreende-se que o educador questionava a respeito da criação das crianças, tanto quanto os comerciantes se preocupavam com a dos animais. Para ele, os alimentos, os horários, as leituras, os vestuários e a higiene concorriam para a saúde física, o que revelava em seu pensamento o determinismo de Herbert Spencer para enfatizar que o vigor da nação viria pela força física de homens robustos e instruídos, ideia preconizada desde Montaigne, Locke, Rousseau, Hufeland e Froebel (VERÍSSIMO, 1890).

Entende-se que o escritor preferia que as questões sobre a educação fossem estudadas com base em autores brasileiros, conforme o contexto nacional ou aproximada de uma psicologia científica francesa ou americana. Nessa perspectiva, o pensador amazônico considerava a saúde do sujeito desde o ventre, a amamentação, o contato com os sons, as cores, mas lamenta o fato de a educação das crianças no Brasil ainda ser empírica. Para ele, isso era relativo ao fato de os filhos serem criados pelas amas de leite, escravas que desde a alimentação

às primeiras impressões da vida, educavam e cuidavam de todos os hábitos dos infantes, os quais mais tarde exigiam correção (VERÍSSIMO, 1890).

Segundo o intelectual paraense, os exercícios do corpo e a prática de jogos deveriam começar na segunda infância e postas oficialmente no ensino superior, embora as pessoas esbarrassem, conforme acreditava, no “medo do exercício, próprio à nossa moleza e indolência” (VERÍSSIMO, 1890, p. 115). Isso se dava de modo diferente em outros países, por exemplo, na Inglaterra, com as regatas de Oxford e Cambridge; na Suíça, os exercícios militares provocavam sentimentos patrióticos; na Alemanha, o exercício “merecia lugar na ordem do dia da ciência” (VERÍSSIMO, 1890, p. 116); nos Estados Unidos, os exercícios faziam parte da educação pública; e na França, os exercícios militares no ensino primário, secundário e os jogos atléticos nas demais escolas. Essas comparações com os outros países, revelam a colaboração da Educação Física para uma educação capaz de fazer de um país uma nação desenvolvida.

José Veríssimo segue afirmando: “Cumpre fazermos entrar a educação física na nossa educação, nos nossos costumes” (VERÍSSIMO, 1890, p. 120), o que deveria acontecer de modo científico, adaptado ao meio e ao contexto brasileiro, conforme as leis de Darwin, pois era olhando para essa adaptação que o escritor paraense contemplava a conquista de determinados povos sobre outros (VERÍSSIMO, 1890). Isso fazia da ausência da educação física, no Brasil, um problema a ser enfrentado, pois colocava em questão o que considerava a tríade para o apogeu e a independência de uma nação: Saúde-Economia-Sentimento Nacional.

A quinta seção do manuscrito possui duas sugestões de títulos: “A Geografia Pátria e a Educação Nacional” e “O Estudo da Geografia Pátria como meio de Educação Nacional”. (VERÍSSIMO, 1890, p. 128). Na primeira edição, o autor opta pelo primeiro título, no qual observa-se que José Veríssimo realizava uma discussão epistemológica e do conhecimento da geografia europeia em detrimento da brasileira. A partir dos estudos de Ritter, o escritor fundamenta a ideia de que há uma relação entre a geografia, a política, as literaturas nacionais, entre outros, numa expansão interdisciplinar (VERÍSSIMO, 1890). Por essa razão, o intelectual lamenta o programa adotado no ensino primário e a falta de materiais nas escolas públicas, como os compêndios brasileiros que limitavam os estudos geográficos.

A comparação com outros países como Alemanha, Inglaterra, França e Estados Unidos indicam um modelo de geografia pátria, a qual deveria estar presente nos livros didáticos. Apesar da ênfase aos modelos estrangeiros, compreende-se o anseio por escritos geográficos brasileiros, sobretudo, mapas corretos acerca do país (VERÍSSIMO, 1890). Acredita-se que José Veríssimo teorizava uma geografia que demonstrasse claramente o Brasil, a qual somente

poderia ocorrer pela educação pública, cujo grande alcance completa o projeto de desenvolvimento da nação, alimentada pelo patriotismo criado por uma geografia que parte do local para o global reconstituindo uma crônica brasileira (VERÍSSIMO, 1890).

Na sexta seção, “A história pátria e a Educação nacional” (VERÍSSIMO, 1890, p. 149), observa-se o autor paraense discorrendo com mais propriedade acerca da História que sobre a Geografia, ao afirmar que a ignorância do povo é ainda mais profunda com o conhecimento de seu passado e história nacional. As primeiras linhas do capítulo são reveladoras: não há outros meios de despertar um sentimento patriótico sem estudar, o que em José Veríssimo revela-se uma preocupação: “o brasileiro não estuda” (VERÍSSIMO, 1890, p. 149). É interessante que, ao tratar sobre a história, o escritor recorre à memória e à literatura como suas reconstituidoras por meio das recordações trazidas pelos museus, monumentos e escritos como os “[...] contos dos poetas e lendas populares” (VERÍSSIMO, 1890, p. 149).

Ao recordar os eventos históricos da antiguidade grega, da romana, do feudalismo, da Espanha, da Inglaterra e de Portugal, como a descoberta do caminho das Índias, as Grandes Navegações, os Cancioneiros ou o poema de Camões, o estudioso da literatura brasileira exemplifica como os poetas, os sábios, os escritores e os artistas são capazes de perpetuar uma história. Constata-se que com base nessas observações, o escritor reclama uma definição de um passado histórico brasileiro, de uma herança em detrimento da indiferença, a qual só aconteceria diante de uma educação nacional que estudasse a pátria como objetivo principal. Portanto, José Veríssimo enfatizava a luta moderna industrial, representativa dos ideais da república, e não mais a militar com uma outra face. Para ele, é no bojo do capitalismo que se estimula o patriotismo, como ocorre nos Estados Unidos, pelo viés do trabalho, mas, principalmente, pelo conhecimento da pátria como base (VERÍSSIMO, 1890).

O escritor paraense acreditava que os mestres, instrumentalizados pelo livro de leitura, são responsáveis pela narração da história, despertando sentimentos às gerações que formam o povo. Para reforçar seu argumento, ilustra a educação alemã que introduz os cantos nacionais e populares nos programas escolares, obedecendo uma continuidade no ensino primário, no ginásio e ensino superior, em oposição ao Brasil que não possuía cadeira superior de História.

Percebe-se que o estudioso desenvolve um apanhado da valorização dessa disciplina em outros países como a França, que desde 1882 introduziu em seu programa o ensino da História; os Estados Unidos, que a estuda desde a sua Constituição e a Argentina, ao incluir cursos de História Cívica e Economia Política (VERÍSSIMO, 1890), enquanto, no Brasil, considera que a única obra de valor é a *História Geral do Brasil* (1854-57), de Visconde Porto Seguro,

deixando de fora outros trabalhos de autores importantes: Antônio Álvares Pereira Coruja (*Lições da História do Brasil adaptadas a leitura das escolas*-1857), Américo Brasiliense (*Lições de História Pátria*-1876) Joaquim Manoel de Macedo (*Lições de História do Brasil – para uso das escolas de instrução primária*-1880) e Luís de Queiroz Mattoso Maia (*Lições de História do Brasil– proferidas no internato do Ginásio nacional*-1891).

Segue-se a isso o fato de a história que o Brasil conhece ser contada por viajantes estrangeiros, a partir de suas visões, ainda que já existisse, no país, a revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O intelectual paraense lamenta, ainda, o fato de as províncias não serem conhecidas, de modo a ficar evidente o valor que confere à história local para o conhecimento da nacional.

Desse modo, percebe-se a marca da presença da Literatura brasileira enquanto detentora da memória da história nacional, explicada à forma de o porquê estudar história sistematicamente desde o ensino primário:

Todo ensino tem um fim — o da história pátria é dar-nos pelo conhecimento da origem comum, das dificuldades em comum sofridas e em comum vencidas, da marcha e evolução dos mesmos costumes, das mesmas leis e da mesma Organização, dos progressos custosa, lenta, mas seguramente adquiridos, a noção exata da solidariedade nacional, e com ela o amor da pátria que nos legaram os nossos antepassados e o desejo firme de continuar, para legá-la às gerações vindouras sucessivamente melhorada (VERÍSSIMO, 1890, p. 182-183).

Entende-se que era preciso deixar a pedagogia jesuítica para incluir nos programas novos livros com:

Contos e cantos populares e pequenas histórias em que se reflita a nossa vida e os nossos costumes [...] A história do Caramurú, por exemplo, sendo falsa ensina, entretanto, a criança que eram selvagens os primitivos habitantes do Brasil, que devoravam os seus prisioneiros e que não conheciam o uso da pólvora. Um resumo bem feito da cândida narração de Caminha a D. Manuel sobre os gestos dos selvagens, perante os- portugueses da armada de Cabral [...] alguns episódios dos bandeirantes [...] poderão também conter extratos de alguns cronistas, adequada a linguagem à inteligência dos escolares, e versos de poetas brasileiros sobre feitos da história pátria (VERÍSSIMO, 1890, p. 183-184).

É evidente que a Literatura ocupa um lugar dentre os monumentos que considera desvalorizados no país. Apesar dessa observação, é questionável como se deram as indicações literárias de José Veríssimo, uma vez que reclama sobre a história do país ser contada pelos viajantes, mas indica a carta de Pero Vaz de Caminha na Literatura como parte da memória nacional, sendo ele, também, um viajante com perspectivas estrangeiras.

Além de discorrer sobre questões científicas, o estudioso da literatura brasileira analisa questões da política internacional, em comparação com a brasileira. No estudo o “Brasil e

Estados Unidos” (VERÍSSIMO, 1890, p. 190), o escritor esclarece as diferenças fundadoras entre as duas repúblicas com a necessidade de o Brasil imitar outro país em uma espécie de antropofagia, alimentando-se do seu bom exemplo na construção de sua independência. Vale ressaltar que José Veríssimo deixa claro a admiração, mas não a estima aos Estados Unidos, por discordar do prosseguimento político e econômico que exaltava a escravidão ou do procedimento do jornalismo estadunidense que o escritor considerava mentiroso.

Percebe-se que o estudioso paraense se utiliza da teoria racial para explicar a origem das duas nações em três pontos: I - suas origens históricas; II- os elementos de colonização e III- as instituições fundamentais dos dois países. Segundo Veríssimo, a genuína República é como a dos Estados Unidos: partida da consciência do direito do povo frente à independência e não uma tentativa de recolonização da corte europeia, com a participação de todas as colônias, de todas as instituições (polícia, judiciário, política etc.) em prol de um espírito nacional (VERÍSSIMO, 1890), ao contrário do que se deu no Brasil.

De acordo com José Veríssimo, isso se dava devido à fundamentação constitucional de ambos os países, os EUA inspirados pela constituição inglesa e o Brasil pela francesa, confirmando as divergências, bem como a importância da imitação dos Estados Unidos em seus princípios fundadores: a vida nacional e a educação popular (VERÍSSIMO, 1890). Por sua vez, a literatura possui um lugar destacado como marca da liberdade de espírito: “Não sei se nos Estados Unidos um Byron, um Strauss, um Renan, um Taine, Carlyle, um Sílvia Romero ou Tobias Barretos seriam possíveis” (VERÍSSIMO, 1890, p. 216).

O estudioso literário conclui a obra reafirmando sua preocupação com o momento recente de construção da república brasileira e com ela a falta de consciência do seu povo, o que poderia ser combatido pela educação física, moral, do caráter em todos os seus âmbitos. Observou-se que no manuscrito inexistia o capítulo “A Educação da Mulher Brasileira”, que consta na segunda edição da obra, publicada no Rio de Janeiro, em 1906, pela livraria Francisco Alves. Há, também, na segunda edição uma introdução denominada “A Instrução no Brasil Atualmente”⁵⁹. Para o estudo das variantes e por questão cronológica, o quadro a seguir compara os escritos dos manuscritos e da primeira edição de *A Educação Nacional*:

Quadro 23: Variantes de *A Educação Nacional*

⁵⁹ Conf. 2ª edição da obra disponível em:
<https://archive.org/details/aeducaonacional00vergoog/page/n67/mode/2up>

A Educação Nacional	Manuscrito de A Educação Nacional (1890)	1ª edição de A Educação Nacional (1891)
1	“Faz um ano examinando <i>desanimado</i> a situação moral do Brasil [...]” (p.2)	“Faz um ano examinando contristado a situação moral do Brasil [...]” (p.VI)
2	É frase comum: Primeiro sou paraense (por exemplo) depois brasileiro (p. 14).	É frase comum: Primeiro sou paraense (por exemplo) depois brasileiro. <u>Outros dizem: a Bahia é dos baianos, o Brasil é dos brasileiros</u> (p. XVIII-XIX). Obs.: Sublinhado inexistente no manuscrito
3	As relações comerciais foram até bem pouco tempo quase exclusivamente com aquele continente e com aquele <i>país</i> (p. 15). Obs.: Há substituição de termos em itálico.	As relações comerciais foram até bem pouco tempo quase exclusivamente com aquele continente e com aquele <i>estado</i> (p. XIX).
4	Pessimamente organizada, a instrução pública no Brasil, não procurou <i>nunca</i> ter uma função na integração do espírito nacional. (p.16). Obs.: Há substituição de termos em itálico.	Pessimamente organizada, a instrução pública no Brasil, não procurou <i>jamaiz</i> ter uma função na integração do espírito nacional (p. XX).
5	O estado confederado é a real antítese do princípio nacional, como a confederação é fatalmente a antagonista da nação historicamente considerada. A qualquer luz encarada, tornam-se <i>aparentes</i> estas antíteses (p. 21). Obs.: Há substituição de termos em itálico.	O estado confederado é a real antítese do princípio nacional, como a confederação é fatalmente a antagonista da nação historicamente considerada. A qualquer luz encarada, tornam-se <i>manifestas</i> estas antíteses (p. XXV).
6	Nosso sistema geral de instrução pública, não merece de modo algum o nome de educação nacional. <u>E o nosso fim, já o deixamos dito, não é discutido (?) essa lição.</u> E em todos os ramos — primário, secundário e	Nosso sistema geral de instrução pública, não merece de modo algum o nome de educação nacional. E em todos os ramos — primário, secundário e superior — apenas um acervo de matérias, amontoadas, ao menos nos

	superior — apenas um acervo de matérias, <u>concepção feita talvez do (?) absolutamente (?)</u> amontoadas, ao menos nos dois primeiros, sem nexos ou lógica, e estranho completamente (?) a qualquer concepção elevada da pátria (p. 34). Obs.: Sublinhado inexistente na primeira edição e as interrogações se referem às rasuras ilegíveis no manuscrito.	dois primeiros, sem nexos ou lógica, e estranho completamente a qualquer concepção elevada da pátria. (p. 3).
7	Sem ela todo este conjunto de fatos que carregaram a memória e sobreexcitaram a inteligência, poderão formar um <i>operário negociante sagaz</i> (p.36). Obs.: Há substituição de termos em itálico.	Sem ela todo este conjunto de fatos que carregaram a memória e sobreexcitaram a inteligência, poderão formar um <i>negociante sagaz</i> (p.3).
8	O livro de leitura, por sua vez, o livro de leitura que é acaso a mola real do ensino, guarda a mesma indiferença patriótica, e as suas páginas são páginas brancas para a geografia e a história da pátria, <u>que é dela expulso pelo motivo da época e do lugar</u> (p. 38). Obs.: Sublinhados inexistem na primeira edição.	O livro de leitura, por sua vez, o livro de leitura que é acaso a mola real do ensino, guarda a mesma indiferença patriótica, e as suas páginas são páginas brancas para a geografia e a história da pátria (p. 5).
9	Os primeiros que li são brasileiros e absolutamente alheios ao Brasil (p. 38).	<u>Eram portugueses</u> e absolutamente alheios ao Brasil os primeiros livros que li (p. 5). Obs.: Sublinhado inexistente no manuscrito.
10	Neste levantamento geral que é preciso promover a favor da educação nacional, <u>uma das primeiras, das mais palpitantes</u> das mais necessárias reformas é a do livro de leitura (p. 40).	Neste levantamento geral que é preciso promover a favor da educação nacional, uma das mais necessárias reformas é a do livro de leitura (p. 6).

	Obs.: Sublinhado inexistente na primeira edição	
11	Os mesmos velhos cronistas, os Vicente de Salvador como os Anchieta e os Nóbrega, os Jaboatão, os Vasconcellos ou os José de Moraes, <u>poetas em linguagem</u> , com um pequeno trabalho de lhes modernizar a linguagem (p.8). Obs.: Sublinhado inexistente na primeira edição.	Os mesmos velhos cronistas, os Vicente de Salvador como os Anchieta e os Nóbrega, os Jaboatão, os Vasconcellos ou os José de Moraes, com um pequeno trabalho de lhes modernizar a linguagem (p.8).
12	O conhecimento destes diversos aspectos da pátria, não já como região, não já como nação, <u>uma utilidade moral cívica da nossa história</u> senão como estado, como uma sociedade cujos fins, conforme os de todo estado, são o desenvolvimento das faculdades da nação (p. 42). Obs.: Sublinhado inexistente na primeira edição.	O conhecimento destes diversos aspectos da pátria, não já como região, não já como nação, senão como estado, como uma sociedade cujos fins, conforme os de todo estado, são o desenvolvimento das faculdades da nação (p. 10).
13	<u>Por um caminhar progressivo que se vão falar com estrangeirismo afirmada humanidade, o seu fecho [...]</u> A educação cívica pretendida deve ser a generalização de toda a educação (p. 43). Obs.: Sublinhado inexistente na primeira edição.	Bem compreendida, a educação cívica deve ser a generalização de toda a instrução dada na escola para fazê-la servir ao seu fim verdadeiro, que é a educação nacional (p. 9-10).
14	Essa face da educação, <u>profícua e principal</u> escapou até hoje à organização do nosso ensino escolar (p. 43). Obs.: Sublinhado inexistente na primeira edição.	Essa face da educação escapou até hoje à organização do nosso ensino escolar (p. 10).
15	Esse espírito que anima e vivifica a instrução, <u>para fazer dele, de maneira de manter nele um fator nacional da grandeza nacional</u> e dá-lhe um caráter nacional, e o qual embalde procuramos na escola primária,	Esse espírito que anima e vivifica a instrução e dá-lhe um caráter nacional, e o qual embalde procuramos na escola primária, escusado é buscá-lo alhures, na secundária ou na superior (p. 12).

	escusado é buscá-lo alhures, na secundária ou na superior (p. 46). Obs.: Sublinhado inexistente na primeira edição.	
16	O Governo decretou os dias de festa nacional. <u>E peço que eles não caiam.</u> Não os deixemos cair logo em desuso, como na monarquia (p. 46). Obs.: Sublinhado inexistente na primeira edição.	O Governo decretou os dias de festa nacional. Não os deixemos cair logo em desuso, como na monarquia (p. 15).
17	Ao seu Washington (é certo que são raríssimos os Washington) elevaram um dos mais altos <u>monumentos da memória</u> do mundo, e de sua casa fizeram uma memória e um museu <u>nacional</u> cívico (p.52). Obs.: Sublinhado inexistente na primeira edição.	Ao seu Washington (é certo que são raríssimos os Washington) elevaram um dos mais altos monumentos do mundo, e de sua casa fizeram uma memória e um museu cívico (p. 16)
Cap II 18	Não é absolutamente <u>verdadeiro</u> exato o cansado símile da pátria e da mãe (p. 52). Obs.: Há retirada dos termos sublinhados na primeira edição.	Não é absolutamente exato o cansado símile da pátria e da mãe (p.19)
19	É assinalável a propensão que temos para esperar, nas relações internas, a iniciativa do <u>popular</u> poder (p.29). Obs.: Sublinhado inexistente na primeira edição.	É assinalável a propensão que temos para esperar, nas relações internas, a iniciativa do poder (p.29).
20	Herndon, oficial da marinha americana que por ordem do seu governo fez com Gibbon em 1850 uma exploração no vale do Amazonas, tratando do povo do Pará, depois de assentar a sua desambição, o seu amor de nada fazer e a sua satisfação em apenas gozar sem trabalho os frutos espontâneos da <u>nação</u> terra (p. 65). Obs.: Sublinhado inexistente na primeira edição.	Herndon, oficial da marinha americana que por ordem do seu governo fez com Gibbon em 1850 uma exploração no vale do Amazonas, tratando do povo do Pará, depois de assentar a sua desambição, o seu amor de nada fazer e a sua satisfação em apenas gozar sem trabalho os frutos espontâneos da terra (p. 30).

21	O povo português decaía visivelmente <u>quando se fez a civilização do Brasil</u> na época da colonização, para a qual, é de notar, ainda cooperou com os seus piores elementos (p. 68). Obs.: Sublinhado inexistente na primeira edição.	O povo português decaía visivelmente na época da colonização, para a qual, é de notar, ainda cooperou com os seus piores elementos (p. 33).
22	As condições geográficas do Brasil, <u>nosso sólo, não só fértil porém principalmente rico de produtos naturais, a dispensar grande dispêndio de esforços como o nosso clima que não pela sua (?) a miúde necessidade do agasalho nas horas mais frias,</u> assás concorreram para a acentuação e desenvolvimento dessas características (p. 70). Obs.: Sublinhado inexistente na primeira edição.	As condições geográficas do Brasil, assás concorreram para a acentuação e desenvolvimento dessas características. (p. 35)
23	<u>O nosso solo, senão prodigiosamente ubérrimo fértil,</u> é invejavelmente <u>ubérrimo</u>, fértil, (?) principalmente rico de produtos naturais, de fácil cultivo e recolta, dispensando assim esforços e trabalho (p. 70). Obs.: Sublinhado inexistente na primeira edição.	Invejavelmente fértil, senão prodigiosamente ubérrima, a nossa terra é principalmente rica de produtos naturais, de fácil cultivo e recolta, dispensa assim esforços e trabalho (p. 35).
24	Não havia casa onde não existisse um ou mais moleques, um ou mais curumins, vítimas consagradas aos caprichos do nhonhô. Eram-lhe o cavalo, <i>o corpo para pancada</i>, os amigos, os companheiros, os criados (p. 73). Obs.: Há substituição de termos em itálico.	Não havia casa onde não existisse um ou mais moleques, um ou mais curumins, vítimas consagradas aos caprichos do nhonhô. Eram-lhe o cavalo, <i>o leva-pancadas</i>, os amigos, os companheiros, os criados (p. 37)
Cap. III 25	Banida da sala <u>e confinada na casinha</u>, como com tanta insistência notou o observador Saint-Hilaire (p. 85).	Banida da sala, como com tanta insistência notou o observador Saint-Hilaire (p. 50)

	Obs.: Sublinhado inexistente na primeira edição.	
26	E este isolamento da brasileira não era apenas, por assim dizer, material, senão moral, pois criada num bruto respeito do marido, <u>as suas relações não tinham nenhum caráter algum de convívio interno e igual</u> (p. 86). Obs: Sublinhado inexistente na primeira edição.	E este isolamento da brasileira não era apenas, por assim dizer, material, senão moral, pois criada num bruto respeito do marido, não tinham suas relações caráter algum de íntimo e igual convívio (p. 50).
27	Quem escreve estas linhas recebeu na sua qualidade de diretor de uma casa de educação, muito pedidos de mães que não deixassem ir aos recreios seus filhos, que seus filhos, que se podiam bater, magoar, sujar a roupa [...] (p. 88). Obs.: Trecho inexistente na primeira edição.	
28	A educação moral reduz-se a desenvolver e fortificar o altruísmo e <u>diminuir</u> modificar e diminuir o egoísmo (p. 88) Obs.: Sublinhado inexistente na primeira edição.	A educação moral reduz-se a desenvolver e fortificar o altruísmo e modificar e diminuir o egoísmo (p. 52)
29	Até <u>bem</u> agora o <u>hábito já referido</u> fato já notado de haver em cada família um moleque ou moleques que eram os companheiros de brinquedo dos sinhozinhos e as vítimas de suas maldades, espécies de leva pancadas, sobre os quais eles derivavam as suas cóleras infantis, <u>não (?) um péssimo elemento</u> viciava sobremaneira logo esses instintos (p. 88). Obs.: Sublinhado inexistente na primeira edição.	Até agora o fato já notado de haver em cada família um moleque ou moleques que eram os companheiros de brinquedo dos sinhozinhos e as vítimas de suas maldades, espécies de leva pancadas, sobre os quais eles derivavam as suas cóleras infantis, viciava sobremaneira logo esses instintos (p. 52-53).
30	Como na criança a imitação <u>que a criança deve grande parte</u> tem uma	Como na criança a imitação tem uma grande influência sobre o

	grande influência sobre o desenvolvimento das suas faculdades morais, do seu caráter, os resultados dessa convivência funesta era assemelhá-lo ao moleque (p. 89). Obs.: Sublinhado inexistente na primeira edição.	desenvolvimento das suas faculdades morais, do seu caráter, os resultados dessa convivência funesta era assemelhá-lo ao moleque (p. 53).
31	Na educação do caráter é porventura mais difícil problema a educação da vontade, principalmente para nós brasileiros aonde ela flutuou ele é tão pouco ativo (p. 90). Obs.: Trecho inexistente na primeira edição	
32	Há crianças — e entre nós por virtude da hereditariedade são comuns — cuja vontade ativa e imperiosa ao princípio, à primeira dificuldade desfalece. <u>Estas pobres todas meigas cabem aqui.</u> É preciso não consentir nesse desfalecimento (p. 92). Obs.: Sublinhado inexistente na primeira edição.	Há crianças — e entre nós por virtude da hereditariedade são comuns — cuja vontade ativa e imperiosa ao princípio, à primeira dificuldade desfalece. É preciso não consentir nesse desfalecimento (p. 56).
33	Na educação do caráter, a disciplina doméstica é o agente principal. Essa disciplina carece de ser a um tempo severa, benevolente e constante, sobretudo. É essa a primeira regra da educação (p. 93).	Na educação do caráter, a disciplina doméstica é o agente principal. Essa disciplina carece de ser a um tempo severa, benevolente e constante, <u>e não ter outro modo senão o interesse da criança, porque, conforme judiciosamente pensa um pedagogo já citado, «a disciplina deve ser feita para corrigir as crianças de seus maus instintos e melhorar-lhes o caráter, não para proporcionar aos pais e aos mestres uma tranquilidade que o árduo trabalho da educação não admite, nem para diminuir o mais possível a sua responsabilidade.»</u>¹ Essa é a primeira regra da educação (p. 57). Obs.: Trecho sublinhado acrescentado na primeira edição.
34		* É característica a anedota brasileira: — -: Moleque! ... -«sinhô!... — «Dize a

		este gato que saiô... » Na Amazônia existe esta variante: -«João, tu queres mingau? — » Quero. — «Vai buscar a tua cuia. — Não quero ... (p. 60). Obs.: Nota de rodapé inexistente no manuscrito.
35	E <u>censo se bem quantos conhecem</u> o desprezo do trabalho, degradado entre nós pela deletéria influência da escravidão, um dos defeitos mais patentes do caráter brasileiro (p. 97). Obs.: Sublinhado inexistente na primeira edição.	E o desprezo do trabalho, degradado entre nós pela deletéria influência da escravidão, um dos defeitos mais patentes do caráter brasileiro (p. 61).
36	A educação da atividade, no sentido de elevar o amor do trabalho, fazendo-o compreender como o mais belo título de nobreza do homem moderno, impõe-se, pois, especialmente à atenção e cuidados da família e dos <u>educadores</u> preceptores (p. 97). Obs.: Sublinhado retirado na primeira edição.	A educação da atividade, no sentido de elevar o amor do trabalho, fazendo-o compreender como o mais belo título de nobreza do homem moderno, impõe-se, pois, especialmente à atenção e cuidados da família e dos preceptores (p. 62).
37	Em resumo, a educação do caráter como indispensável elemento da nossa educação nacional, <u>que nossa evolução política sofrida, está reclamando como [...] necessário de uma república que deve ser uma regeneração, há de qual</u> a reclamam os mais altos interesses da pátria brasileira (p. 98). Obs.: Sublinhado retirado na primeira edição.	Em resumo, a educação do caráter como indispensável elemento da nossa educação nacional, qual a reclamam os mais altos interesses da pátria brasileira (p. 62-63).
Cap. IV 38	Sem dúvida alguma a psicologia da criança brasileira— como a do brasileiro— não é a mesma que a da criança francesa, <u>inglesa, alemã</u> ou americana (p. 110). Obs.: Sublinhado inexistente na primeira edição.	Sem dúvida alguma a psicologia da criança brasileira— como a do brasileiro— não é a mesma que a da criança francesa ou americana (76).

39	Importa, pois, é muitíssimo, possuímos trabalhos nossos, de observação original, brasileira, <u>sobre a psicologia aplica à educação</u>, quer sobre a nossa própria psicologia (p.111). Obs.: Sublinhado inexistente na primeira edição.	Importa, pois, e muitíssimo, possuímos trabalhos nossos, de observação original, brasileira, quer sobre a nossa própria psicologia (p. 78).
40	Isso, porém, há de ser difícilimo, <u>dado á caráter esse ridículo</u> enfatuamento de se fingir de homem (p. 122). Obs.: Sublinhado inexistente na primeira edição.	Isso, porém, há de ser difícilimo, dado esse enfatuamento de se fingir de homem (p. 78).
41	Como o jogo, além do bilhar nas salas empestadas de tabaco e suor, <u>das de barulho lhe</u> aprazem-lhe apenas os de cartas ou o da roleta (p. 113). Obs.: Sublinhado inexistente na primeira edição.	Como o jogo, além do bilhar nas salas empestadas de tabaco e suor, aprazem-lhe apenas os de cartas ou o da roleta (p. 79).
42	À prática dos exercícios físicos, a quase totalidade desses <u>que arranjam a última ideia com o último livro de Paris apenas percorrido, que [...]</u> viajantes franceses ou ingleses, <u>julgando-os portadores da franca e suprema elegância</u> deles seria resistentemente avessa à inovação (p. 113). Obs.: Sublinhado inexistente na primeira edição.	À prática dos exercícios físicos, a quase totalidade deles seria resistentemente avessa à inovação (p. 79).
43	mas a sua vaidade infantil e o medo de exercício, próprio à nossa moleza e indolência, não lhes consentirá aprender imitar inteligentemente as instituições <u>cuja utilidade é para nós</u> e os costumes que cumpre-nos	mas a sua vaidade infantil e o medo de exercício, próprio à nossa moleza e indolência, não lhes consentirá imitar inteligentemente as instituições e os costumes que cumpre-nos adaptar, se

	adaptar, se nos importa o não abastardamento da nossa raça (p. 113). Obs.: Sublinhado inexistente na primeira edição.	nos importa o não abastardamento da nossa raça (p. 79).
44	Por 1888 uma reação, provocada principalmente pelos estudos sobre a educação física na Inglaterra, de Paschal Grousset (Phillipe Daryl) primeiro publicados no Tempo e depois em volume, <u>sobre a educação física na Inglaterra</u> (?) contra o sistema francês de <u>ginástica</u> e a favor do inglês, desafiou um movimento a favor dos jogos (p. 118). Obs.: Sublinhado inexistente na primeira edição.	Por 1888 uma reação, provocada principalmente pelos estudos sobre a educação física na Inglaterra, de Paschal Grousset (Phillipe Daryl) primeiro publicados no Tempo e depois em volume, contra o sistema francês e a favor do inglês, desafiou um movimento a favor dos jogos (p. 83)
45	Entre nós tudo, infelizmente, está por fazer. Existe, é certo, em alguns programas oficiais <u>já providenciais</u> sob a exclusiva forma da ginástica (p. 119). Obs: Sublinhado inexistente na primeira edição.	Entre nós tudo, infelizmente, está por fazer. Existe, é certo, em alguns programas oficiais sob a exclusiva forma da ginástica (p. 85).
46	Antes de tudo temos de cuidar da higiene particular e da higiene individual conhecidas, mas de nenhuma forma praticada. Garantidas assim a vida e a saúde (p. 120). Obs.: Trecho inexistente na primeira edição.	
47	Devemos, entretanto, compreendê-la largamente, cientificamente. Penetrar-nos de que ela se não limita a ginástica, cujo valor, <u>muito relativo já indica</u> como foi de passagem indicado, é muito relativo (p. 120). Obs.: Sublinhado inexistente na primeira edição.	Devemos, entretanto, compreendê-la largamente, cientificamente. Penetrar-nos de que ela se não limita a ginástica, cujo valor, como foi de passagem indicado, é muito relativo (p. 85).

48	Que em cada cidade as municipalidades preparem <u>forças em comum</u> feitas e das <u>mesmas palmas</u> <u>ganhas</u> pequenos ou grandes prados em parte arborizados (p. 121). Obs.: Sublinhado inexistente na primeira edição.	Que em cada cidade as municipalidades preparem pequenos ou grandes prados em parte arborizados (p. 86).
49	é justamente em os climas nervadores e debilitantes como o nosso que convém mediante eles <u>combater</u> reagir contra a ação do meio físico (p. 114). Obs.: Sublinhado inexistente na primeira edição.	é justamente em os climas nervadores e debilitantes como o nosso que convém mediante eles reagir contra a ação do meio físico (p. 88-89).
50	Nota: Essa propaganda continua, e certo continuará a afluir e, em maior número a imigração, principalmente alemã e italiana (p. 127). Obs.: Trecho inexistente na primeira edição.	
Cap. V 51	Títulos: -A geografia pátria e a educação nacional -O estudo da geografia pátria como meio de educação nacional (p. 128).	Título: A geografia pátria e a educação nacional (p. 93).
52	Alguns há, e aprovados e bem recomendados pelos conselhos diretores de instrução pública, que tratando especialmente de cada província <u>não desejam</u> limitam-se a enumeração seca das cidades, <u>precedidas de notas</u> a indicação do bispado a que pertencem (p. 132). Obs.: Sublinhado inexistente na primeira edição.	Alguns há, e aprovados e bem recomendados pelos conselhos diretores de instrução pública, que tratando especialmente de cada província limitam-se a enumeração seca das cidades, a indicação do bispado a que pertencem (p. 97).
53	Não seria um excelente meio indireto de provocar o aparecimento de melhores compêndios e manuais, negar sistematicamente a aprovação e proteção oficial a <u>esses mal</u> <u>arranjados</u> a esses compêndios, e não	Não seria um excelente meio indireto de provocar o aparecimento de melhores compêndios e manuais, negar sistematicamente a aprovação e proteção oficial a esses compêndios, e não dá-la senão àqueles concebidos e

	dá-lo senão àqueles concebidos e executados segundo as atuais exigências do ensino geográfico (p. 134). Obs.: Sublinhado inexistente na primeira edição.	executados segundo as atuais exigências do ensino geográfico (p. 98).
54	Conviria, outrossim, que nestes como nos demais livros didáticos os poderes públicos que intervêm na sua escolha, <u>refugiassem</u> não desprezasse, como completamente fazem, a feitura material dos livros. <u>É uma vergonha da nos</u> feição exterior, a fatura, não é uma das menores vergonhas da nossa escassa literatura pedagógica (p. 134). Obs.: Sublinhado inexistente na primeira edição.	Conviria, outrossim, que nestes como nos demais livros didáticos os poderes públicos que intervêm na sua escolha, não desprezasse, como completamente fazem, a feitura material dos livros. A feição exterior, a fatura, não é uma das menores vergonhas da nossa escassa literatura pedagógica (p. 98).
Cap.VI 55	O estudo da história nacional, ao menos o mínimo indispensável ao cidadão de um país livre e civilizado, pode ser fato, ou não nas escolas diretamente, pelo instruído dos autores e dos documentos (p. 149). Obs.: Trecho inexistente na primeira edição.	
56	Nações há ciosíssimas dessas tradições, como desses [...] que as relembram e perpetuam por vezes a essas fábricas materiais vêm-se juntar os poemas escritos[...] (p. 151) Obs.: Trecho inexistente na primeira edição	
57		«Este universal movimento, diz Tocqueville, reinante nos Estados-Unidos, estas reviravoltas frequentes da fortuna, esta imprevista deslocação das riquezas públicas e privadas, tudo se junta para entreter a alma em uma espécie de agitação febril que

		admiravelmente a dispõe a todos os esforços e a mantém, porque digamos assim, acima do nível comum da humanidade. Para um americano, a vida inteira se passa como uma partida de jogo, um tempo de revolução, um dia de batalha. Estas mesmas causas, operando ao mesmo tempo sobre todos os indivíduos, acabam por impor uma feição irresistível ao caráter nacional. » (p. 122-123). Obs.: Trecho inexistente no manuscrito.
58	Aos estímulos externos, porém, cumpre preparar uma objetiva condição de receptividade de sorte que não se perca [...] (p. 161). Obs.: Trecho inexistente na primeira edição	
59		Na Alemanha, entretanto, a Assembleia Geral dos mestres-escolas alemães, reunida em Brunswick em 1879, adotava as seguintes proposições, aliás ali desde muito no domínio da prática: <Os cantos nacionais devem ocupar uma grande parte nos programas das escolas, e delas passar às famílias e à vida. O canto faz parte integrante da educação nacional alemã. É preciso cultivar sobretudo (no estudo da música) o canto popular alemão (das deutsche volkslieder) a uma ou duas vozes.» (p. 128). Obs.: Trecho inexistente no manuscrito.
60	<u>Na universidade de Berlim</u> e este ensino da história, cada vez mais desenvolvido, mais profundo, porém com o mesmo caráter patriótico, nacional (p. 168). Obs.: Sublinhado inexistente na primeira edição.	E este ensino da história, cada vez mais desenvolvido, mais profundo, porém com o mesmo caráter patriótico, nacional (p. 129).

61	Em uma das mais notáveis universidades americanas, a de Ann Arbor (Michigan), a [...] <u>de história natural</u> foi criada um museu patriótico reunindo «objetos que recordam os principais acontecimentos históricos do país, na guerra ou na paz (p.175). Obs.: Sublinhado inexistente na primeira edição.	Em uma das mais notáveis universidades americanas, a de Ann Arbor (Michigan), foi criado um museu patriótico reunindo «objetos que recordam os principais acontecimentos históricos do país, na guerra ou na paz (p. 134).
62	<u>No Brasil triste é</u> no defeituosíssimo sistema da instrução pública do Brasil, a história pátria foi não só descurada, mas pode-se dizer não existe (p. 176). Obs: Sublinhado inexistente na primeira edição.	No defeituosíssimo sistema da instrução pública do Brasil, a história pátria foi não só descurada, mas pode-se dizer não existe (p. 136).
63	<u>São mais comuns histórias do Brasil escritas por estrangeiros</u> é com os estrangeiros que teremos de ir aprender a história do nosso país! (p. 176). Obs: Sublinhado inexistente na primeira edição.	é com os estrangeiros que teremos de ir aprender a história do nosso país! (p. 136).
64	[...] nas citações atrás feitas foram notados alguns, que dominam não só nos mais bem surtidos mestres da pedagogia contemporânea, senão na prática dos países neste ponto mais adiantados. Todo ensino tem um fim — o da história pátria é dar-nos <u>a nossa [...] da solidariedade nacional, derivada do conhecimento do passado e como dele se geram o presente e daí assentar</u> pelo conhecimento da origem comum, das dificuldades em comum sofridas [...] (p. 183). Obs: Sublinhados inexistente na primeira edição.	[...] nas citações atrás feitas foram notados alguns, que dominam não só nos mais bem surtidos mestres da pedagogia contemporânea, senão na prática dos países neste ponto mais adiantados. Todo ensino tem um fim — o da história pátria é dar-nos pelo conhecimento da origem comum, das dificuldades em comum sofridas [...] (p. 141).

Cap. VII 65	Muito temos que aprender e pouco que imitar dos Estados Unidos [...] é bem pouco o que deles tem [...] (p. 190). Obs.: Trecho inexistente na primeira edição	
66		Porém, e perdoem-me esta nota de ceticismo, num livro que deve ser toda fé, toda esperança, « <u>assim é a justiça de Jahvê, o mundo pertence a quem lhe apraz...</u> » (p. 157). Obs.: Trecho sublinhado inexistente no manuscrito.
67	No <u>representation</u> , no taxation, foi o lema altivo da revolta e, note-se bem, tão bem <u>respeitado</u> que lutando com as máximas dificuldades financeiras o congresso não atraveu-se a lançar impostos (p. 202). Obs.: Substituição da palavra sublinhada na primeira edição.	No deputation, no taxation, foi o lema altivo da revolta e, note-se bem, tão acatado, que lutando com as máximas dificuldades financeiras o congresso não atraveu-se a lançar impostos (p. 160).
68	O resto do país ficou — pelos motivos indicados na introdução — alheio a sua mais importante e decisiva evolução <u>porque podíamos passar o país</u> (p. 205). Obs.: Sublinhado existente somente no manuscrito	o resto do país ficou — pelos motivos indicados na introdução — alheio a sua mais importante e decisiva evolução (p. 165).
69	Dessa Constituição, e nisto são acordes os pensadores que a tem estudado, as partes mais <u>bem-sucedidas</u> vindas são justamente aquelas que desenvolveram-se das instituições preexistentes (p. 209). Obs.: Sublinhado inexistente na primeira edição.	Dessa Constituição, e nisto são acordes os pensadores que a tem estudado, as partes mais bem-vindas são justamente aquelas que desenvolveram-se das instituições preexistentes (p. 167).
70	Espíritos há — e não sei se não serão os melhores e os mais úteis —que ao direito de votar preferem o de escrever, e à liberdade de escolher um deputado, a de ter <u>mesma contra</u>	Espíritos há — e não sei se não serão os melhores e os mais úteis —que ao direito de votar preferem o de escrever, e à liberdade de escolher um deputado, a de ter uma ideia e a de manifestá-la,

	<u>todos os seus concidadãos</u> uma ideia e a de manifestá-la, fosse embora ela contraria a de todos os seus concidadãos (p. 216) Obs.: Sublinhado existente somente no manuscrito	fosse embora ela contraria a de todos os seus concidadãos (p. 174).
Conclusão 71	(Inexiste no manuscrito)	Educação intelectual, por último, que nos dará os elementos indispensáveis ao progresso! À civilização e à grandeza das nações, e nos armará também contra as empresas dos sofistas de toda a casta e contra as ilusões de certas doutrinas e teorias tão boas de medrar no ferocíssimo solo da ignorância popular, e finalmente: Educação nacional, que resumindo todas estas, fá-las servir ao bem, à prosperidade, à glória e à felicidade da pátria, para que esta não seja apenas um nome na geografia, mas tenha um papel na história. Não somente à Escola cabe a tarefa da educação assim entendida senão a todas as forças e órgãos sociais: à Família, às Religiões, ao Governo, à Política, à Ciência, à Arte, à Literatura (p. 180).
72	Porque a liberdade é menos o exercido dos direitos, que o cumprimento dos deveres, do qual nascem um político. (p. 223-224).	Porque a liberdade é menos o exercido dos direitos, que o cumprimento dos deveres, do qual nascem os sentimentos da responsabilidade e da solidariedade humana (p. 180).
73	O autor deste livro não pertence a nenhuma igreja, a nenhuma escola, a nenhum partido (p. 223-224).	Pensador livre em Religião, em Filosofia e em Política, o autor deste livro não pertence a nenhuma igreja, a nenhuma escola, a nenhum partido (p. 180-181).

Em *A Educação Nacional* (1890), o quadro de variantes revela uma face ratificadora do pensamento de José Veríssimo acerca das questões nacionais e da afirmação, pela educação, do espírito republicano brasileiro. Muitas rasuras encontradas no manuscrito e substituições feitas na primeira edição demonstram o maior tom de pessoalidade para tratar das questões ressaltadas. Isso se observa, por exemplo, na troca dos adjetivos: o “desânimo” infere o desestímulo do enunciador, uma falta de iniciativa em mudar os rumos da história, daí a troca

pelo termo “contristado”, que leva a um novo sentido, o de uma tristeza pessoal, mas não impeditiva, pois o autor coloca-se como agente de uma mudança ambicionada para o país, embora estivesse marcado pelo bairrismo que impedia o seu desenvolvimento.

Verifica-se na obra o cuidado com a escolha de nomeação, por exemplo, quando ocorre a substituição do termo “país” que tem o sentido geral, por “estado”, o que infere a ideia de poder simbólico, conforme a teoria de Pierre Bourdieu (1989), caracterizado por hierarquias nos aspectos físicos, econômicos, culturais, intelectuais, entre outros. Relativo ao condicionamento dos sujeitos ao estado, compreende-se que, para José Veríssimo, o elo mais forte se dá no campo da intelectualidade e dos novos costumes que formavam a identidade da nação.

A leitura dos manuscritos revela a preocupação do autor com a ausência de uma discussão sobre a educação nacional, o que considera comprometedor por ser um tema que deveria ser priorizado. Aliada à instrução, Veríssimo focaliza o trabalho como meio para o desenvolvimento do Brasil. A exemplo disso, a substituição do termo “operário”, presente no manuscrito, para o vocábulo “negociante”, na primeira edição, indica a visão do estudioso sobre o trabalho como um princípio educativo, importante à economia nacional.

Nota-se, no manuscrito, uma preocupação em deixar marcado a questão do fator local nos livros de leitura, tanto na história quanto na geografia pátria. A ausência do debate sobre os aspectos regionais, na primeira edição, demonstra a expansão do pensamento do escritor paraense, o qual parte do local e regional amazônico para alcançar uma abrangência nacional, em vista da criação progressiva de uma identidade brasileira.

As leituras comparativas dos manuscritos com a primeira edição da obra revelam adjetivações e apostos ressaltando a educação nacional e seus possíveis cronistas, pois o autor acreditava que os brasileiros deveriam escrever sobre o Brasil e, por isso, serem incluídos nos programas escolares. Como se compreende, com base no civismo e na moral, José Veríssimo acena para o “fator nacional de grandeza”, bem como sua preocupação com a vivificação desse espírito, seja por meio de um esforço institucional ou da construção de memórias nacionalistas (1890, p. 46).

Constata-se, ainda, que os termos que compõem a tríade “popular” - “nação” - “civilização” são chaves no manuscrito de José Veríssimo, por sinalizarem e ratificarem a ideia da construção do que o autor considerava como a civilização brasileira, do pensamento positivista que desconsiderava a existência e a organização de diferentes grupos sociais brasileiros. Essas ideias autorizadas pelo cientificismo da época, mais tarde, são revistas e

criticadas pelo próprio Veríssimo, como a exaltação do Brasil somente por suas riquezas naturais, pelo seu solo e pelo seu clima. Essa mera valorização da paisagem brasileira não consta na primeira edição da obra, na qual o autor demonstra um maior amadurecimento de ideias, que embora acredite no determinismo geográfico frente às características brasileiras, admite no evolucionismo intelectual o instrumento para vencer os vícios do passado e alcançar a modernidade.

A respeito desse determinismo social, chama a atenção para a descrição desenvolvida acerca das condições da educação das crianças negras escravizadas, postas com “o corpo para pancada” (p. 73). Vale lembrar que, ao publicar o ensaio “A Literatura Brasileira, sua Formação e Destino” (1877), o estudioso afirma que “os negros escravizados eram uma raça desgraçada e tornada má pela escravidão”. Já em 1889, dois anos antes da publicação de *A Educação Nacional* o autor reconhece:

Um terceiro elemento étnico veio, passados tempos, trazer-nos um falar contingente. Falamos do elemento africano. Foi o pior que tivemos. Raça de uma barbárie estúpida e feroz, as perseguições e as atrocidades tornaram-na ainda pior do que era. Com esse elemento veio essa terrível coisa chamada escravidão [...] (VERÍSSIMO, 1889, p. 10-11).

É na publicação do ensaio em *Estudos Brasileiros* (1889), que o autor revela em nota: “Fui profundamente injusto com a raça negra, na qual tenho antepassados. Ela é porventura superior à indígena e prestou ao Brasil relevantes serviços” (VERÍSSIMO, 1889, p. 10)”. Essa questão dos povos negros e escravizados foi tratada com dureza durante o percurso intelectual de José Veríssimo, tanto que em *A Educação Nacional* (1890), ele demonstra a preocupação com as crianças brancas, cuja educação, com o todo o subjetivismo, se dava pelas mulheres negras que trabalhavam nas casas dos senhores. O intelectual chama a atenção para a maneira como a criança negra é tratada, demonstrando em *Estudos Brasileiros* (1889) uma mudança de opinião acerca da condição dessa população, que por vezes é minimizada no texto, mas não deixa, também, de ser anunciada enquanto vítima de suas condições étnicas e sociais.

Percebe-se que, no manuscrito, o escritor paraense, enquanto educador, relaciona sua prática com a sua teoria aplicada em sua obra. Dentre elas, culpa a mulher pelo que considera falhas na educação do caráter do povo brasileiro, por considerar que essa educação é baseada em empirismos e não em atitudes disciplinares. É válido ressaltar a visão positivista de José Veríssimo, que mesmo ao defender o poder das instituições e a presença do estado na educação do caráter, transmite às mães as falhas na formação que considera ideal às crianças. Observa-se, ainda, que o autor utiliza a substituição de alguns termos relevantes para a discussão da

educação da criança, pois no manuscrito está posto “diminuir e modificar”, enquanto na primeira edição “modificar e diminuir”, cuja posicionamento tomam conotações diferenciadas: José Veríssimo anseia não pela atenuação do problema, mas sim pela sua mudança e, gradativamente, pelo seu fim, outro claro exemplo de evolucionismo na sua concepção de educação.

O autor considera um erro vitimizar a educação das crianças, as quais deveriam ser tratadas com rigidez e disciplina como regra, corrigindo-lhes os instintos e os vencendo por meio de um trabalho rígido a cargo da família e dos educadores, nessa ordem. Entretanto, na primeira edição, ocorre uma alteração com a retirada do termo “educadores”, indicando para o estudioso que a responsabilidade da educação da criança fica sobre a família, pois, é nela que se dão os primeiros passos dentro de uma organização social.

As variantes revelam que, para o estudioso da literatura brasileira, educar o caráter é o maior interesse da pátria brasileira, mas esbarra em uma evolução política problemática, como em um círculo vicioso, em que a regeneração das pessoas serve para a reestruturação da própria política articulada na implantação da república. Mesmo ao citar modelos estrangeiros de educação, quais sejam: a francesa, a inglesa, a alemã e a americana como consta no manuscrito (VERÍSSIMO, 1890), entende-se que o autor destaca a importância de trabalhos originais brasileiros e que, quando menciona a psicologia aplicada à educação, critica o fato de que essa faltava no Brasil, ou seja, era escasso não somente o entendimento sobre o povo brasileiro, como também a própria compreensão do que vinha a ser a educação. Essa impressão é retirada na primeira edição, pois a obra em estudo serve para uma atualização dessa compreensão.

José Veríssimo, ainda, enfatiza como ridícula a educação da criança e aponta possibilidades para sua instrução, considerando como preceito para sua qualidade a expressão livre dos alunos. Observa-se, por exemplo, que ao substituir na primeira edição o termo “aprender” por “imitar”, deixa claro que sua indicação aos modelos estrangeiros serve como uma espécie de antropofagia, em que caberia se alimentar de modelos existentes para nutrir deles os bons exemplos e não tornar a educação brasileira mais um instrumento de colonização pelas vias da intelectualidade. Compreende-se que o autor reclama uma ideia de relatividade frente ao contexto brasileiro, pois por meio dessa visão seria possível vencer o determinismo ao qual o país estaria fadado. Por isso, a substituição dos termos “combater” no manuscrito, por “reagir”, na primeira edição, infere um comportamento não apenas de ataque à má educação, mas de uma reação a ela.

O escritor paraense chama a atenção à escolha do título do V capítulo na primeira edição, o que indica não mais um estudo, mas um entendimento acerca da relação entre a geografia pátria e a educação nacional. Do mesmo modo a substituição dos termos “desejam” por “limitam” aponta para um discurso mais assertivo sobre a temática em debate, principalmente, com críticas aos compêndios da época. O autor passa a discutir sobre a História (em trecho existente somente no manuscrito), compreendida como fator indispensável ao conhecimento do país e do que considera como civilização, ou seja, uma nação letrada, com desenvolvimento econômico e social e com a presença da literatura, por meio dos poemas escritos, enquanto instrumentos de perpetuação da memória e das tradições de um povo.

Assim como se refere à literatura, nota-se que José Veríssimo considera a forma como os americanos e alemães tratam da sua história. Para ele, os estímulos externos precisam ser objetivados, materializados (em cantos, em museus, entre outros), de modo que não se percam e, assim, se faça a história de uma nação. No manuscrito, o intelectual lamenta a condição da história brasileira, compreendida como defeituosa pelo fato de ela não guardar sua memória e por ser escrita sob o olhar do homem estrangeiro. Compreende-se que, para o estudioso, o conhecimento do passado é que gera o presente e somente dessa forma a história pátria cumpre o seu objetivo de levar às pessoas ao caminho do conhecimento.

É válido ressaltar que o autor considera os Estados Unidos como um país a ser imitado, mas não considera tornar o Brasil um país a ele subserviente. Entende-se que José Veríssimo acredita em uma intelectualidade que encaminha o povo a sua ideia de progresso, de civilização a qual somente seria possível por meio da educação, primeiro da família, da escola, da história, do governo, enfim, de todas as instituições sociais, como também da "Ciência, à Arte, à Literatura" (VERÍSSIMO, 1890, p. 180).

Fica evidente em José Veríssimo que um cargo político é diferente de uma posição política, pois nela reside uma responsabilidade coletiva e solidária. É neste espírito de coletividade que ele escreve *A Educação Nacional* (1890), última obra que marca sua fase de formação. Nela, o autor não se distancia de seu posicionamento político, cientificista, embora retome alguns entendimentos como o fez com o povo escravizado. Dentre suas discussões, a temática da república ideal que permeia todo o fazer da obra, é reveladora desde a epígrafe, demonstrando um certo desencanto, a ideia de uma fórmula governamental, mas não uma resolução definitiva frente aos problemas da educação e, conseqüentemente, da nação.

O contexto da época da publicação de *A Educação Nacional* (1991) era de instabilidade e agitação pelo controle político. Segundo William Gaia Farias (2009), no Pará, os republicanos

tradicionais formavam o Partido Republicano do Pará (PRP), que tinha como líder José Paes de Carvalho. Posteriormente, o Partido Liberal (PL) e o Partido Conservador (PC) tornaram-se o Partido Republicano Democrático (PRD), cujos membros eram considerados adesista do republicanismo. Conforme o historiador, os democratas do PRD investiam em forças físicas para retomar as posições que ocupavam durante o regime monárquico.

Esses grupos contavam com meios de comunicação importantes para difusão de suas ideias, como os tradicionalistas, que eram proprietários do jornal *A República*, enquanto os democratas criaram o jornal *O Democrata*, que substituiu o *O Liberal do Pará*. Os jornais travavam fortes embates, nos quais os membros do PRD afirmavam serem prejudicados pelo governo provisório, enquanto os republicanos tradicionais do PRP acusavam os democratas de monarquistas disfarçados. Os debates políticos veiculados pela imprensa se expandiam da capital ao interior do estado, cenários de revoltas armadas que envolviam o Corpo Militar de Polícia, o Corpo de Bombeiro e a Cavalaria.

Apesar de José Veríssimo ser um republicano tradicional, assinou a nota de protesto do presidente deposto, Silvino Cavalcante de Albuquerque, publicada no jornal dos democratas - *O Liberal do Pará*. O protesto criticava a tomada à força da presidência por Paes de Carvalho, Justo Chermont e o capitão Marco Antônio Rodrigues. Essa participação de José Veríssimo junto aos democratas o possibilitou outra visão da política brasileira, de tal modo que o uso da força militar, na ocasião da tomada da presidência, resultou na decepção do intelectual com o encaminhar da história, fadada às disputas partidárias, à interferência militar e menos com o ideal de liberdade, de revolução e de desenvolvimento que precedem um movimento republicano.

A publicação do jornal *O Liberal do Pará*, em 17 de novembro de 1889, exemplifica os motivos da falta de simpatia pela república apontada pelo próprio José Veríssimo.

Figura 28: Protesto do Partido Liberal contra as forças militares chefiadas por Paes de Carvalho, por ocasião da tomada da presidência da província do Pará.

BELEM, 17 DE NOVEMBRO DE 1889.

Graves acontecimentos trouxeram hontem em sobresalto a população d'esta capital, que felizmente não foram manchados com a effusão de sangue, graças á prudencia do honrado e energico administrador da provincia, secundado pelos amigos, que estivera sempre a seu lado, durante todo o dia.

Logo pela manhã tinham-se espalhado boatos de que se pretendia á viva força tomar pösse da cadeira presidencial, e com effeito, á 1 hora da tarde, apresentou-se em palacio uma comissão de que faziam parte os d^{rs}. José Paes de Carvalho, Justo Chermont e capitão do 15.^o batalhão, Marcos Antonio Rodrigues, pedindo á s. exc. uma conferencia, na qual lhe declararam que, á vista dos telegrammas recebidos do Rio, annunciando achar-se proclamada a republica e constituido um governo provisório, vinham, em nome dos officiaes e praças da guarnição, convidar á s. exc. a deixar a administração, que lhe fora confiada por um governo já deposto.

policia que estivesse de promptidão para dirigir-se a palacio, á primeira vóz, foi por este official respondido que elle e toda sua officialidade davam suas demissões, por adherirem ao movimento republicano, iniciado pela força militar.

Da parte do director do arsenal de guerra não encontrou tambem s. exc. o apoio que era de esperar do official encarregado do deposito dos artigos bellicos.

N'esta grave conjuntura, sem contar com auxilio das forças de terra e de mar, não querendo aventurar a uma luta desigual os cidadãos, que estavam dispostos a armar-se, em defesa da autoridade e da ordem, o exm. sr. dr. Silvino Cavalcanti de Albuquerque resolveo evitar toda luta.

Pelas 3 horas da tarde, uma banda de musica militar e alguns gritos e vivas á republica, annunciavam a approximação das praças do 4.^o e 15.^o batalhão e corpo de policia, acompanhadas dos officiaes de linha e tres de policia, o commandante, o major e um tenente.

Chegados em frente ao palacio da Presidencia, assestaram quatro peças de artilharia, que carregaram immediatamente, e distribuiram a força que estava muniçada, cercando o edificio.

E acrescentavam que se tinham encarregado d'esta comissão para evitar conflictos, visto como a guarnição estava resolvida a fazer essa intimação por meio das armas.

S. exc. respondeu com a energia que o distingue e a fineza propria de um caracter leal, que seria trahir ao seu dever abandonar o cargo confiado pelo governo imperial, e que, não estando ainda consolidada a mudança do governo, que se propalava ter-se dado, era prudente esperar pelos acontecimentos, porquanto, d'esde que estivesse verificado ter a maioria da nação adherido ao movimento republicano, nenhuma duvida teria em aceitar os factos consummados e resignar o governo; no caso contrario, era um dever de honra resistir a qualquer movimento sedicioso, salvo obrigado pela força publica.

Estas palavras sensatas pareceram ter calado no animo dos membros da comissão, que declararam ir transmittir-las aos officiaes da guarnição, insistentes n'este proposito.

S. exc. tratou, então, de pôr em pratica medidas convenientes para assegurar a ordem publica; e tendo n'esse intuito ordenado ao commandante do corpo de policia que estivesse de promptidão para

Seguindo a comissão dos cidadãos a que já nos referimos, e traram tumultuariamente alguns populares, dando vivas á republica, e então o sr. dr. José Paes de Carvalho, em nome da tropa e do povo, intimou ao digno presidente da provincia que entregasse ao directorio provisório acclamado no quartel do 15.^o batalhão, composto do sr. dr. Justo Chermont, como presidente, inspector do Arsenal de Marinha, José Maria do Nascimento, e tenente-coronel commandante do 4.^o

S. exc. ainda uma vez, com vóz firme e energica, declarou que, só coagido e cedendo á força militar, deixava a administração da provincia, reservando-se o direito de protestar, como o fez, entregando seu protesto, que abaixo publicamos, ao sr. dr. Paes de Carvalho, para justificar no presente e no futuro o seo procedimento.

PROTESTO

Deante da intimação que me fazem a força militar e os cidadãos pelo órgão do illm. sr. dr. José Paes de Carvalho, e não tendo á minha disposição meio nenhum de garantir a ordem publica e as instituições constitucionaes, declaro que cedo a

PROTESTO

Deante da intimação que me fazem a força militar e os cidadãos pelo órgão do illm. sr. dr. José Paes de Carvalho, e não tendo á minha disposição meio nenhum de garantir a ordem publica e as instituições constitucionaes, declaro que cedo a essa intimação, contra a qual protestam por violenta o direito, a honra e a Patria.

Palacio da presidencia da provincia do Pará, 16 de Novembro de 1889.

SILVINO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE.

Subscrevem este protesto:

José Angelo de Moraes Rego.

José Joaquim da Palma.

José d'Araujo Roso Danin.

José Joaquim da Gama e Silva.

Vicente Chermont de Miranda.

Joaquim Victorino de Souza Cabral.

Eugenio de Barros F. de Lacerda.

Virgilio da Bohemia Samparo.

José Luiz da Gama e Silva.

Pedro da Cunha.

Augusto Americo Santa Rosa.

José Cardoso Damin.

José Veríssimo.

Camillo Antonio dos Santos.

José Caetano da Gama e Silva Junior.

Rodrigo Eutychio de Menezes Salles.

Em seguida s. exc. retirou-se de palacio, acompanhado pelo sr. dr. Paes de Carvalho e grande numero de amigos.

São estes os factos que precederam a proclamação da republica federal do Pará.

Relatando-os com a maior isenção de espirito, os entregamos á apreciação de nossos leitores.

E' de justiça reconhecer que o sr. dr. Paes de Carvalho muito concorreu, pela sua prudencia, para que estes graves acontecimentos se dessem sem outras perturbações da ordem publica.

O partido liberal, de que somos orgam, sente profundamente que as instituições que até hoje deram ao paiz a prosperidade em que nos achamos, tenham sido abaladas por um movimento que se não pôde dizer democratico.

Este será o juizo da historia.

Fonte: *O Liberal do Pará*. Domingo, 17 de novembro de 1889.

Por conta de sua assinatura no protesto publicado no jornal dos adesistas, José Veríssimo foi tratado como um traidor da república e ameaçado de deportação. Embora tenha sido um dos fundadores do clube republicano, o estudioso foi apontado como inimigo da república. Apesar disso, fundou e tornou-se presidente do novo Clube Nacional, cujas ideias foram enviadas ao chefe do governo provisório e ao Clube Militar, o qual, no dia seguinte, publicou um boletim afirmando que a organização de José Veríssimo no novo clube era suspeita, antipatriótica e nociva aos “verdadeiros republicanos”, ocasionando a sua perseguição e fechamento.

Figura 29: Boletim do Clube Militar contra o Clube Nacional de José Veríssimo

Foi hontem distribuido o seguinte boletim do club militar:

«O Club Militar do Pará, não satisfeito com as explicações dadas pelo «Club Nacional» no dia 5 do corrente, mantem a resolução tomada em 29 do mez findo, declarando o «Club Nacional» anti-patriotico, nocivo á boa marcha dos negocios publicos e suspeito ás classes militares e aos verdadeiros republicanos.

Tanto mais se convence o «Club Militar do Pará» que bem procede, quando vê á testa do «Club Nacional» o commendador José Verissimo, signatario do protesto lavrado (em nome do *direito, da honra e da patria violentados*) pelo ex-presidente da provincia Silvino Cavalcanti de Albuquerque.

Poderá o «Club Nacional» agir como entender, ficando certo, porém, que sobre elle o «Club Militar do Pará» exercerá a mais severa vigilancia.

Sala das sessões do «Club Militar do Pará» Belem, 5 de dezembro de 1889.»

Fonte: O Liberal do Pará - 7 de dezembro de 1889.

Esses encaminhamentos políticos do estado minaram a esperança de José Veríssimo com o movimento republicano e contextualizaram a ida definitiva de José Veríssimo para o Rio de Janeiro, de onde nunca mais retornou.

Figura 30: Notícia da partida de José Veríssimo.

JOSÉ VERISSIMO

Segue para a Capital Federal no vapor americano «Vigilância» o sr. José Verissimo, director geral da Instrucção Publica n'este Estado, cargo em que tem o distincto moço paraense prestado valiosos serviços a sua terra, consagrando as suas energias e a sua intelligencia inteira ao bem da sua terra.

Desejamos ao nosso illustre conterraneo feliz viagem e fazemos votos para que sejam coroados do mais feliz exito as legitimas aspirações que incitam-n'o a este apartamento do torrão natal.

Fonte: A República: Órgão do Club Republicano (PA). 22 de maio de 1891.

Em 1891, José Veríssimo parte para o Rio de Janeiro, levando em sua bagagem intelectual um grande repertório de estudos que, como o livro em análise, revela um estudioso crítico sobre as coisas brasileiras, como também criticado por seus posicionamentos, seja pela recepção da época, por acreditá-lo um provinciano, seja pela recepção recente que enfoca em linhas gerais sua postura positivista diante do Brasil e dos brasileiros.

5 RECEPÇÃO E CRÍTICA

Levantar uma história da recepção significa conhecer a obra através do debate crítico, filológico e histórico e, de outro lado, conhecer as forças históricas que favorecem ou desfavorecem a leitura e o debate da obra (PRESSLER, 2006, p. 26).

O pseudocronista de Carlos Drummond de Andrade, em *Passeios da Ilha* (1952, p. 103-110), refere-se ironicamente a José Veríssimo como um provinciano com intelectualidade rudimentar. Essa interpretação evidencia um pensamento que se manteve firmado no tempo, desde o século XIX, de que na Amazônia não havia intelectuais e se existiam eram mal informados por não estarem no centro da inteligência brasileira: Rio de Janeiro - São Paulo - Minas Gerais, revelando um evolucionismo velado, ainda que não assumido por seus autores.

Otto Maria Carpeaux (1958, p.35), em seu ensaio “O Passado e as Auroras”⁶⁰, identifica José Veríssimo como “o ser do contra”, e afirma que ao invés de se chorar como o profeta Jeremias, deve-se perguntar como Isaías: “*Custos, quide de nocte*- Quantas horas passarão até se levantar o sol?”. Segundo esse leitor, nem como historiador, nem como crítico, mas como moralista consagrou-se o intelectual paraense, sobre o qual conclui: “Há muitas auroras que ainda não se levantaram”.

Dezesseis anos mais tarde, João Alexandre Barbosa (1970) defende, no Brasil, a primeira tese de Estudos literários intitulada *A Linguagem da Crítica e Crítica da Linguagem: Um Estudo de Caso Brasileiro (José Veríssimo)*. Tal leitor realiza um trabalho relevante, examinando epistemologicamente a crítica de José Veríssimo em uma perspectiva diferente da de Drummond e Carpeaux (1958), entendendo o escritor paraense não como iniciante ou mero moralista, mas um *Janus*, o deus romano das mudanças e das transições, cuja face dupla representa o passado histórico que permeia sua crítica e o futuro que garante à estética um lugar privilegiado na História da Literatura.

Diante desse cenário, este capítulo dedica-se ao estudo da crítica e da recepção da obra de José Veríssimo relativo à sua fase de formação, buscando compreender como as temáticas desenvolvidas pelo crítico são compreendidas por seus leitores. Portanto, considera-se a apresentação de Hans Robert Jauss na Universidade de Constança, em sua *Provocação à Teoria Literária* (1967), como base teórica para o desenvolvimento deste estudo, pois, ao revisar a historiografia literária, Jauss propõe uma mudança de paradigmas pautada na substituição de

⁶⁰ Publicado no suplemento literário do periódico *O Estado de São Paulo*, em 4 de outubro de 1958, sobre a antologia da obra de José Veríssimo organizada por Olívio Monteiro.

um modelo objetivista histórico de construção dos cânones, para que a implicação histórica se manifestasse “numa cadeia de recepções, a compreensão dos primeiros leitores ter continuidade e enriquecer-se de geração em geração, decidindo assim, o próprio significado histórico de uma obra” (JAUSS, 1994, p. 23).

O teórico da estética da recepção afirma que:

A reconstrução do horizonte de expectativas sob o qual uma obra foi criada e recebida no passado possibilita, por outro lado, que se apresentem as questões para as quais o texto constituiu uma resposta e que se descortine, assim, a maneira pela qual o leitor de outrora terá encarado e compreendido a obra. Tal abordagem corrige as normas de uma compreensão clássica ou modernizante da arte – em geral aplicadas inconscientemente – e evita o círculo vicioso do recurso a um genérico espírito de época. Além disso, traz à luz a diferença hermenêutica entre a compreensão passada e a presente de uma obra, dá a conhecer a história de sua recepção – que intermedeia ambas as posições [...] (JAUSS, 1994, p.35).

O teórico da Escola de Constança acredita que através do conceito de “horizonte de expectativas”, preceituado na tese IX, se pode determinar "a distância entre o horizonte de expectativa e a obra, entre o já conhecido da experiência estética anterior e a "mudança de horizonte que determina, do ponto de vista da estética da recepção, o caráter artístico de uma obra literária"(JAUSS, 1994). Sabe-se que os sentidos de um texto são construídos ao longo da história, dado o caráter de mutabilidade do leitor que apreende esse texto. **Portanto**, o tempo histórico do leitor influencia na construção desses sentidos ao texto, de que só se pode compreendê-lo à medida em que se esclarece a pergunta para a qual tal tempo constitui uma resposta.

Assim, a reconstrução do horizonte de expectativas é um aspecto fundamental para que a obra de José Veríssimo não fique cristalizada no passado definitivamente, pois, em cada tempo, o leitor a entende de formas diferentes. Desse modo, desenvolve-se, neste capítulo, uma interpretação dessas leituras, reconhecendo a recepção da obra de Veríssimo, tanto no aspecto diacrônico, leituras feitas ao longo do tempo, quanto à recepção atualizada, o que constitui o aspecto sincrônico.

O modo como a obra de Veríssimo é recebida no século XIX ou na contemporaneidade contribui para esclarecer como o leitor da época entendia o pensamento do autor, enquanto o leitor de hoje busca, nessa mesma obra, a compreensão de um pensamento fundador. Ressalta-se que, após a publicação do estudo de João Alexandre Barbosa (1974), leitores de diversas áreas do conhecimento, debruçaram-se sobre a obra de José Veríssimo, pois ela despertou nos

estudiosos a necessidade da compreensão do pensamento do escritor paraense em diversos campos. A recepção reunida foi selecionada a partir de dois critérios: as apreciações dos leitores contemporâneos ao escritor (1877-1891), contando com historiografias literárias, suplementos literários e artigos em jornais; e a seleção dos leitores atualizados, a partir das interpretações constantes em livros, teses e dissertações voltadas à fase de formação e tematizadas pela Amazônia, pela Literatura e pela Educação.

5.1 LEITURAS DAS QUESTÕES AMAZÔNICAS

Os estudos de cunho etnográfico dedicados à Amazônia, nesse estudo, denominados “Leituras das Questões Amazônicas”, compõem a grande parte da obra de José Veríssimo em sua fase de formação. Nesse período, a crítica recebe do autor ensaios publicados nos jornais: *Diário do Grão-Pará*, *O liberal do Pará* (1877), *A Província do Pará*; nos livros: *Primeiras Páginas* (1878); na *Revista Amazônica* (1883-1884), *Cenas da Vida Amazônica* (1886), *Estudos Brasileiros* (1889) e *A Educação Nacional* (1890). Esse vasto material de pesquisa retrata uma Amazônia, palco de um projeto republicano de inclusão da região no centro intelectual do país e em outros países da América Latina.

Dentre os leitores contemporâneos a José Veríssimo, destaca-se Silvio Romero, um pensador importante à organização da intelectualidade brasileira. Em *A História da Literatura Brasileira* (1888), publicada no Rio de Janeiro pela B.L. Garnier, Romero apresenta críticas aos autores comprometidos com a etnografia, a história, o folclore e a literatura brasileira. Dentre eles, considera que alguns autores nacionais “só quiseram escrever quadros isolados e só trataram de alguns tipos destacados” (ROMERO, 1888, p. 6). Embora afirme que as obras publicadas nas províncias eram inacessíveis, apesar de importantes, o crítico literário conheceu o trabalho de José Veríssimo e o localiza no *hall* de autores como José de Alencar, Quintino Bocaiúva, Machado de Assis, Franklin Távora, entre outros (ROMERO, 1888, p. 2).

A obra do intelectual paraense com maior circulação no país foi *Cenas da Vida Amazônica* (1886), cuja temática envolve os tipos humanos (mestiços, indígenas, tapuios) que povoavam a região. Ao tratar sobre os tipos isolados, Silvio Romero reconhece: “passemos aos indígenas. Existem já alguns trabalhos de valor sobre as populações selvagens brasileiras. Contam-se entre os melhores produtos da ciência nacional” (ROMERO, 1980, p. 75). Segundo esse crítico, os trabalhos de Frederico Hartt, Baptista Caetano, Ferreira Pena, Couto de Magalhães, José Veríssimo, Batista de Lacerda, Rodrigues Peixoto e Barbosa Rodrigues,

“lançam bastante luz sobre o estado intelectual dos tupis-guaranis” e são aproveitados neste livro para o estudo de suas antiguidades, poesia, danças, música e línguas” (ROMERO, 1980, p. 75).

Ao valorizar José Veríssimo, entre outros autores, o crítico literário estabelece ainda que indiretamente uma análise positiva à obra etnográfica e literária do paraense, demonstrando a relevância de *Cenas da Vida Amazônica* (1886) para a composição da intelectualidade brasileira no período de construção da identidade nacional republicana, como objetivava o autor obidense ao apresentar a Amazônia e suas movimentações socioculturais como parte de um Brasil diverso e em transformação. Vale ressaltar que esse livro não obteve crítica em sua primeira edição, salvo a menção de Sílvio Romero acerca da importância da formação intelectual de José Veríssimo com a publicação.

Em *Zeveirissimações Ineptas Da Crítica: Repulsas e Desabafos* (1909), observa-se que Sílvio Romero apresenta José Veríssimo como uma figura estereotipada, marcado por um determinismo centralizado nas questões geográficas. A imagem da Amazônia que José Veríssimo representa é caricaturada desde os inúmeros adjetivos direcionados ao paraense (Tucano empalhado, Saint Beuve Peixe-Boi, entre outros), como na consideração irrelevante concedida à produção do paraense em sua fase de formação:

Neste gosto e por este sistema, tem publicado uns quinze ou mais volumes de rapsódias acerca de assuntos brasileiros e alienígenas. Exceção feita de três reduzidos opúsculos (Educação Nacional, A Amazônia, A pesca na Amazônia) que, mal feitos embora, têm alguma feição de livros, tudo mais são os tais pacotes ou embrulhos de inhames e rapaduras, com licença do sr. Augusto de Vasconcellos [...] (ROMERO, 1909, p. 11).

Observa-se que apesar de o livro ser posterior a 1891, o autor perfaz o percurso intelectual de José Veríssimo e analisa seu potencial intelectual a partir do que inicialmente produziu o paraense: “Medalhões e jornais não eram suficientes para a guapa colocação do patureba de Belém. A habilíssima, e veladíssima, amistosa atitude perante os governos impunha-se também e tem sido a terceira parcela de seus cálculos gerais. Ali ele é tanto mais melódico e untuoso [...]” (ROMERO, 1909, p. 14 -15).

Observa-se que Sílvio Romero questiona o que considera uma atitude complacente de José Veríssimo com o governo local, desconhecendo o fato de que o crítico paraense, no início, participava ativamente desse governo e, posteriormente, rompe com ele publicamente por discordar dos modos como a política se desdobrava no Pará, fato que culminou com sua partida

definitiva para o Rio de Janeiro, em 1891. Além dessa observação no campo político, Romero questiona a intelectualidade de José Veríssimo:

Não é só: se não compreende a etnografia, a história e a filosofia, nada sabe de mitologia, de crítica religiosa, de economia política, de direito, de moral, de ciência social, o que importa dizer, que é um incapaz e um incompetente para julgar a vida intrínseca de um povo qualquer, porque desconhece as mais rudimentares ciências que se ocupam das criações fundamentais da humanidade. (ROMERO, 1909), p. 16-17).

Conforme Romero, o obidense acompanhava de Belém o movimento intelectual de Recife, repetindo suas ideias, as quais podem ser observadas em suas produções de 1877 e 1878, como “*As populações indígenas e mestiças do Amazonas, A Religião dos Tupis-guaranis*, e vários outros artigos reproduzidos nos *Estudos Brasileiros*” (ROMERO, 1909, p. 63-64), os quais também compõem *Cenas da Vida Amazônica* com seu extenso capítulo introdutório. De fato, José Veríssimo parte das proposições da Escola de Recife, pois acreditava que, do ponto de vista histórico, o Brasil não contava com uma identidade nacional e, por isso, sua produção de cunho etnográfico, filosófico literário e educativo ocupou-se, primeiramente, da compreensão de uma história nacional e, posteriormente, de uma proposta de construção simbólica dessa mesma história.

Além da pouca crítica sobre a obra referente à etnografia amazônica, a circulação dessas compilações permaneceu restrita à antiga província, como se deu em *Primeiras Páginas* (1878), primeiro livro de José Veríssimo que trata das *Viagens ao Sertão e Quadros Paraenses*. No máximo, existem notas, nos jornais, divulgando a obra e confirmando a sua boa circulação local.

Figura 31: Anúncio de *Primeiras Páginas*



Fonte: *O Liberal do Pará*. 26 de abril de 1878.

De igual modo se dá com a *Revista Amazônica* (1883) que não teve críticas publicadas, exceto a resposta de Machado de Assis à primeira carta de José Veríssimo, quando este ainda estava no Pará, buscando divulgar a publicação da revista:

[Rio de Janeiro, 19 abr. 1883]

Il.^{mo} Ex.^{mo} Sr. José Veríssimo.

Recebi a carta ele V. Ex.^a e o 1.^o número da Revista Amazônica. Na carta manifesta o receio de que a tentativa não corresponda à intenção, e que a Revista não se possa fundar. Não importa; a simples tentativa é já uma honra para V. Ex.^o, para os seus colaboradores e para a Província do Pará, que assim nos dá uma lição à Corte.

Há alguns dias, escrevendo de um livro, e referindo-me à Revista Brasileira, tão malograda disse esta verdade de La Palisse:

"que não há revistas, sem um público de revistas". Tal é o caso do Brasil. Não temos ainda a massa de leitores necessária para essa espécie de publicações. A Revista Trimestral do Instituto Histórico vive por circunstâncias especiais, ainda assim irregularmente, e ignorada do grande público.

Esta linguagem não é a mais própria para saudar o aparecimento de uma nova tentativa; mas sei que falo a um espírito prático, sabedor das dificuldades, e resoluto a vencê-las ou diminuí-las, ao menos. E realmente a Revista Amazônica pode fazer muito: acho-a bem-feita e séria. Pela minha parte, desde que possa enviar-lhe alguma coisa, fá-lo-ei, agradecendo assim a fineza que me fez convidando-me para seu colaborador.

Sou com estima e consideração,

Admirador e nobre confrade

Machado de Assis.

Essas palavras refletem o conturbado cenário da construção cultural brasileira, ainda, com leitores em formação, o que dificultava o êxito de publicações, sobretudo, uma revista interdisciplinar com ênfase em assuntos científicos e etnográficos, como eram as publicações de José Veríssimo. O escritor considera a revista bem-apresentada e séria, mas não discute sobre seu conteúdo, ficando explícito mais a preocupação com a vida da revista e a sua sobrevivência, do que satisfeito com a fundação da revista. A leitura até então difundida, ainda, estava voltada aos romances de folhetins ou aos clássicos românticos, deixando pouco espaço, inclusive, à Revista Brasileira e a Revista do Instituto Histórico e Geográfico.

Dentre as relações intelectuais que José Veríssimo mantinha com outros pensadores brasileiros, Franklin Távora possui relevância, tendo em vista que Távora foi o responsável pela divulgação e pela circulação da obra do intelectual para outras regiões do país. Por sua interferência, o escritor paraense foi apresentado e publicou, na *Revista Brasileira*, o ensaio "A Religião dos Tupis-guaranis", tornou-se correspondente da *Nueva Revista de Buenos Aires*, bem como no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. As correspondências entre Távora e

José Veríssimo revelam a circulação e as impressões das produções intelectuais a exemplo da *Revista Amazônica*.

Rio, 21 de abril de 1883

Meu caro amigo, Sr. José Veríssimo:

Recebi os exemplares da Revista Amazônica que muito promete. Por ora tenho apenas dois assinantes, um dos quais o Sr. Joaquim Borges Carneiro, oficial na Secretaria do Império, já pagou a assinatura. O outro é o Sr. Luís Honório Viana Souto, amanuense na mesma secretaria.

Mas espero completar as dez assinaturas.

No fascículo da Revista de Buenos (Aires) de abril corrente saiu a sua biografia. O Dr. Ernesto Quesada pede-me encarecidamente lhe obtenha um agente aí. Será possível? [...]

Por ora nada posso fazer sobre a Revista Amazônica. Estou às vésperas de um concurso muito disputado, e que está atraindo muito a atenção do público. Imagine como ando [...]. (FRANKLIN TÁVORA, 1883).

De acordo com Franklin Távora, essa revista era uma publicação promissora, contava com assinaturas no Rio de Janeiro, as quais pretendia expandir. A publicação da biografia do escritor paraense na revista argentina, indica a expansão da circulação do pensamento de José Veríssimo na América Latina. A *Nueva Revista*, dirigida por Ernesto Quesada, publicou no Ano III, Tomo VII (1883), a biografia de Veríssimo no artigo intitulado “Escritores do Norte do Brasil”, destacando a influência da Escola de Recife no pensamento moderno de José Veríssimo e a “apresentação do naturalismo na sua mais ampla expressão”, no trabalho do escritor (FRANKLIN TÁVORA, 1883, p. 18, tradução nossa) na imprensa paraense, uma produção com o sentimento da realidade sem artifícios, “o sentimento que nos sugere a exata representação das coisas” (FRANKLIN TÁVORA, 1883, p. 18, tradução nossa).

A publicação considera *Primeiras Páginas* uma obra inteiramente desconhecida em outras províncias e dos afamados literatos da corte, mas que deveria ter circulado pelo Brasil, devido ao colorido local e à elegância da escrita. Segundo Franklin Távora, o livro une ensinamentos históricos e descrição local, somado a reflexões filosóficas (FRANKLIN TÁVORA, 1883, p. 23, tradução nossa), cujas produções têm relação direta com o meio em que vive, descritas com inspiração naturalista e com objetivo e fim prático. Segundo Franklin Távora, o trabalho de José Veríssimo e Inglês de Sousa eram suficientes para imprimir o selo da literatura do Norte: “concluirei dizendo que não conheço trabalhos mais nortista que *Primeiras Páginas* e as *Cenas da Vida Amazônica*” (FRANKLIN TÁVORA, 1883, p. 28, tradução nossa).

Segundo o romancista brasileiro, nessas indagações etnográficas José Veríssimo dá provas de seus conhecimentos, particularmente no capítulo “Linguagem: “As fontes científicas

em que se inspirou, suas ideias, o modo de encarar o assunto, revelam que escritor paraense se encaminha por si só, tendo apenas os livros diante de si, empregando observação pessoal no complicado mundo da investigação” (FRANKLIN TÁVORA, 1883, p. 24, Tradução nossa).

A leitura de Martín García Mérou, na obra *El Brasil Intelectual* (1900), revela um conhecimento da produção de José Veríssimo: “de quien voy à ocuparme ahora, dejando para más tarde al doctor Inglez de Souza y á su novela *O Missionário*, es un representante perfecto del literato del norte, no sólo por su origen, sino por la inteligencia y el colorido com que há pintado la región amazónica”. Martin Mérou reconhece José Veríssimo como um dos poucos que investigou minuciosamente o indígena brasileiro, a partir de estudos de Couto de Magalhães e Barbosa Rodrigues (MÉROU, 1900), com análises puramente científicas.

Na construção de sua justificativa, percebe-se que Mérou compreende um critério científico utilizado pelo escritor paraense ao tratar dos indígenas, demonstrando o estado de degradação e miséria das tribos, desfigurando as imagens idealizadas e aristocráticas que contribuíram para o indianismo de José de Alencar, Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães, entre outros, como os heróis de “Caramurú e de O Uruguai, no passado, e de Juca Pirama e de O Guaraní, no presente” (MÉROU, 1900, p. 107). O leitor discute a obra de José Veríssimo em todo o capítulo XI, discutindo questões da atualidade política do Brasil.

Nota-se nas palavras desse leitor a admiração pelo trabalho de José Veríssimo e uma certa criticidade ao reconhecer uma exacerbação do orgulho pátrio que se manifesta no desprezo e hostilidade com o estrangeiro, sob preceito da aspiração de uma completa independência do Brasil (MÉROU, 1900, p. 118). Martin Mérou considera essa estratégia um programa negativo que rechaça a colaboração dos outros povos para a compreensão do cenário brasileiro. Ao analisar o livro *Estudos Brasileiros* (1889), o leitor considera uma obra de renascimento intelectual,

Un despertar inquieto y quizá incoherente del espíritu nacional, estimulado por causas complejas, entre las cuales ocupa un puesto muy importante el cambio de las instituciones y el profundo sacudimiento social que fue su consecuencia inmediata y que persiste aún después de once años de república. Pocos estudios más curiosos y más llenos de enseñanza que el de las peculiaridades del nuevo régimen implantado en aquel país, y el de la transformación rápida que á su influjo se há operado en los sentimientos e ideas de su Pueblo. (MÉROU, 1900, p. 117).

Constata-se que mesmo a obra tratando de questões ligadas à Amazônia, o leitor Mérou não a desconecta das questões nacionais brasileiras, cumprindo-se, assim, o intento de José Veríssimo em chamar a atenção para a região, interligada ao nacional e até mesmo ao campo internacional, abrangendo a América Latina. A revista *Amazônica*, desse modo, abria

um escopo para tornar a região conhecida e estreitar as relações entre as províncias no Brasil, bem como propiciar conexões com outras revistas.

Em 1937, Francisco Prisco enfatiza a qualidade da produção da *Revista Amazônica* (1883-1884) e sua contribuição para se entender a atividade intelectual do paraense, ancora-se à ideia principal de que não bastava produzir borracha na Amazônia, mas gerar e trocar ideias (VERÍSSIMO, 1883, p. 1). Essa troca que iniciara desde sua colaboração nos jornais, tal qual no seu livro de estreia, *Primeiras Páginas* (1878) foi alvo da análise de Francisco Prisco, o qual considerou o primeiro livro de José Veríssimo um trabalho que “não têm significação que, como se sabe, é em letra muito relativo. É apenas, como dizem os bibliógrafos, um cimélio, uma raridade bibliográfica” (PRISCO, 1937, p. 14-15).

Para Francisco Prisco, a obra demonstra “inevitáveis defeitos de um trabalho de estreia”, cujos “Quadros Amazônicos”, posteriormente, presentes em *Cenas da Vida Amazônica* (1886), são “simples esboços restituídos de beleza e em linguagem ainda sem relevo e sem forma” (PRISCO, 1937, p. 14-15) e compreende o trabalho de José Veríssimo como uma obra rudimentar, conforme reforça ao tratar da última parte do livro, “Estudos”, como vagas apreciações sobre a literatura brasileira. Apesar dessas considerações, esse leitor destaca a visão do escritor paraense diante do sertão percorrido e estudado: “Ele, ao revés disso, estuda a região, suas condições econômicas, critica e sugere providências. De quando em quando, é para o espetáculo da natureza que se volta e, ante a plethora duma opulência excessiva, bisonho, então, não procura sequer interpretá-la” (PRISCO, 1937, p. 13).

Percebe-se o quanto Prisco valoriza a análise etnográfica e a relação que José Veríssimo estabelece com o seu meio social; o fato de conhecê-lo para além de um excursionista dá ao livro, como afirma, o valor de um “cimélio, uma raridade bibliográfica” (PRISCO, 1937, p. 15). No entanto, as observações que desenvolve partem da ideia de José Veríssimo enquanto crítico consagrado, desconsiderando a fase de sua formação intelectual, momento em que o estudioso estava mais ligado às questões sociais paraenses influenciado pela Escola de Recife, bem como pelo trabalho de Ferreira Penna no museu Emílio Goeldi. Não havia, portanto, o propósito de José Veríssimo aprofundar-se na crítica literária, neste período, mas de estudar a Amazônia, contribuir e difundir o movimento intelectual paraense.

Ignácio José Veríssimo publica, em 1966, o livro *José Veríssimo Visto Por Dentro*, com dados intercalando a biografia e a produção intelectual do escritor paraense. Nesse livro, o leitor enfatiza aspectos pessoais, como os lamentos acerca da perda da mãe, Ana Flora Dias de Matos (março de 1894), enquanto escrevia *Cenas da Vida Amazônica* (1886), apresenta

também a declaração de amor ao grande rio Amazonas em *Primeiras Páginas* (VERÍSSIMO, 1878). O primeiro Tomo da *Revista Amazônica*, publicado em 1883, bem como outros trabalhos, também, são citados não especificando suas fontes: as Populações Indígenas e Mestiças na Amazônia (cuja publicação se deu em *Cenas da Vida Amazônica*-1883), “A Religião dos Tupis-guaranis” (presente em *Estudos Brasileiros*-1883), “Ídolos Amazônicos” (incluído na *Revista Amazônica*-1883), “Nas Malocas” (incluso em *Primeiras Páginas*-1883) e *A Pesca na Amazônia*, publicada em 1895, pela Tipografia Confiança, de José A. Montenegro.

Segundo Ignácio José Veríssimo (1966, p. 30), as obras de José Veríssimo se dão “envoltas no clima de ciência”. As menções que realiza sobre as primeiras produções do obidense são interpretadas com foco nas questões sociais, engrandecendo a região e idealizando-a. A Amazônia é compreendida como “terra mater”, de “rios imensos”, com “aqueles povoadores que, tão parcos de recursos, a conquistaram, aqueles índios, seus primeiros habitantes que, hoje, decadentes, vegetam à beira dos rios; e a sua história, e as raças que ali se cruzam, e o seu clima tão caluniado” (VERÍSSIMO, 1966, p. 30). É válido que há um ponto divergente entre essa interpretação e a obra do escritor paraense: mesmo que José Veríssimo trate sobre os indígenas com visão etnocêntrica, quanto à região, buscava desmistificá-la como um paraíso ou terra sem desenvolvimento social, econômico ou cultural.

Percebe-se que esse leitor identifica o pensamento social de José Veríssimo, tanto na literatura quanto na ciência promovida na *Revista Amazônica*, cujos colaboradores formavam os seus valores culturais: “que seria, se vitoriosa, a cátedra de onde ele ensinaria, ao Brasil, o que era aquela terra e quais eram os seus problemas” (VERÍSSIMO, 1966, p. 30). Outra questão observada é que não desenvolve críticas sobre os livros, pois ao enfatizar a *Revista Amazônica* (1883) e *Cenas da Vida Amazônica* (1886) como produções importantes, não realiza uma análise criteriosa sobre elas, demonstrando-se alheio às outras obras publicadas e à extensa produção de José Veríssimo nos jornais paraenses.

Entre os leitores posteriores, João Alexandre Barbosa (1970) desenvolve o primeiro trabalho de maior importância sobre a atividade intelectual de José Veríssimo. A tese *Linguagem da Crítica e Crítica da linguagem: Um caso brasileiro (José Veríssimo)*, mais tarde publicada sob o título de *A tradição do impasse: Linguagem da crítica e crítica da linguagem em José Veríssimo* (1974), foi organizada em três momentos: fase provinciana (1878-1890); Grão de ironia e ceticismo (1891-1900); A dupla face de Janus (1901-1916). No primeiro, dedica-se aos trabalhos de José Veríssimo voltados à realidade amazônica, embasados na escola de Recife, ou o que denomina “geração contestante”. Esse leitor considera que a participação

do obidense na geração de 70 se fazia em torno de uma crítica naturalista embasada em Hypolite Taine e Ferdinand Brunetière, constituindo uma crítica naturalista⁶¹.

A fase de formação intelectual de José Veríssimo está presente na reflexão de João Alexandre Barbosa, divergindo do leitor Francisco Prisco, uma vez que considera *Primeiras Páginas* uma obra importante devido à republicação de seus textos em livros posteriores, evidenciando a articulação dos escritos com o momento histórico vivenciado no Brasil (BARBOSA, 1974, p. 32). Conforme o leitor, a *Revista Amazônica* “agitava o pacato meio provinciano, propagando através das colaborações do diretor, o “espírito novo”, leia-se ‘positivo’ (BARBOSA, 1974, p. 34), por isso considera o período do obidense como espaço propício ao surgimento da “geração contestante” da década de 1870.

Esse leitor compreende que José Veríssimo não apresentou nem representou o indígena de forma unilateral, sentimental ou à moda do espírito do “bom selvagem”, de Jean Jacques Rousseau. Assim, ele focaliza, na objetividade etnográfica do escritor paraense, a pluralidade étnica para a formação da nacionalidade brasileira (BARBOSA, 1974). No livro José Veríssimo: Teoria, Crítica e História Literária, o leitor inicia a apresentação da obra com a seguinte pergunta: “Qual é a importância do crítico no quadro das nossas ideias acerca da literatura?”. Segundo João Alexandre Barbosa, trata-se de um intelectual que articula a diacronia de suas experiências e a sincronia de seu texto, cometendo seu mais notável ofício “não apenas como um intérprete de obras alheias, mas ainda como um orientador, exercendo uma tarefa, por assim dizer, didática com relação ao seu espaço sociocultural” (BARBOSA, 1978, p. 10).

É importante destacar que a publicação da tese de João Alexandre Barbosa embasou uma diversidade de outras leituras sobre José Veríssimo, perpassando por um amplo campo do conhecimento. Entre os leitores contemporâneos, destaca-se José Maia Bezerra Neto (1999), o qual reitera as opiniões de outros críticos a respeito de *Primeiras Páginas*, certamente em referência ao declarado por Francisco Prisco (1937) de que a obra é uma produção imatura e menor diante das outras publicações de José Veríssimo. Apesar disso, compreende que conhecê-la preenche lacunas na história do pensamento brasileiro, sobretudo, por estar coadunada com a Geração de 70. O historiador fundamenta que o livro é influenciado pelo

61 Mais tarde José Veríssimo rompe com essa crítica, buscando superar o que considerava suas limitações e passa assumir uma crítica impressionista baseada em Anatole France e Jules Lemaître, enfocando a estética da obra e não mais o critério nacionalista de análise (VENTURA, 1991, p. 115).

naturalismo e por convenções positivistas, as quais propiciam margem para o papel social da literatura.

Nesse contexto, Bezerra Neto acredita que foi na miscigenação racial que José Veríssimo buscou a originalidade nacional brasileira, mas prevendo uma homogeneização étnica a longo prazo. Segundo esse leitor, o escritor paraense deu pouca atenção ao negro em suas obras, diferente, por exemplo, da atenção dedicada aos indígenas com a publicação de “As Populações Indígenas e Mestiças na Amazônia- Sua linguagem, suas crenças e seus costumes” (NETO, 2002, p.53-54). Assim como no ensaio, Bezerra Neto compreende a *Revista Amazônica* (1883) como uma produção que acompanha todo o progresso das ciências e da literatura, estampando novas ideias em suas páginas, divulgando “o desenvolvimento da ciência e da tecnologia” e “determinando um notável crescimento do espírito científico” (NETO, 1999. p.103-104).

Mariana Moreno Castilho (2012) interpreta o indígena no olhar de José Veríssimo e classifica *Cenas da Vida Amazônica* (1886), *A Amazônia* (1892) e *A pesca na Amazônia* (1895) como obras etnográficas, as quais delineiam o ambiente físico da região e os costumes socioculturais. Segundo a leitora, ainda que contenham aspectos elogiosos à cultura mestiça ou indígena, essas obras possuem claro embasamento nas teorias raciais do século XIX, uma vez que José Veríssimo expôs a preocupação com a etnografia em diversos momentos, incorporando a imagem de preguiçoso ao pescador: “sendo assim, configura-se a imagem de indolente e mole do tapuio, inúmeras vezes moldadas na escrita dos livros analisados” (CASTILHO, 2012, p. 65). Na mesma linha, tal leitora compreende que nos escritos literários de “O Boto”, toda a família do Sr. Porfiro é representada e descrita com adjetivos pejorativos.

Conforme essa leitora, para José Veríssimo, o indígena “sentia uma aversão ao trabalho constante e sedentário” (CASTILHO, 2012, p. 68), eram nômades e se acomodavam à vida fácil, de mera sobrevivência, diferente do tapuio já habituado ao trabalho e, portanto, mais achegado à civilização. A leitora destaca que embora o autor dedicasse um olhar etnocêntrico aos povos da floresta, reprovava a escravidão, como o fazia ao colonizador o qual considerava perdido em seu caráter.

Alessandra Greyce Gaia Pamplona (2013), por sua vez, entende que a mestiçagem norteia o modelo de crítica em *Primeiras Páginas* (1878), a qual se baseia em modelos científicos e difere das representações idealizadas sobre o contexto brasileiro. Ao analisar “Viagem a Monte Alegre” e “Do Pará a Óbidos”, essa leitora observa o contraponto existente entre a pobreza e o progresso, perspectiva que parte da própria vivência do autor, por meio da

qual constrói as bases da nacionalidade: “Por isso, ao lado dos quadros de decadência, como a ausência de tradições em Óbidos, ressalta a função do escritor para a formatação da sociedade” (PAMPLONA, 2013, p. 3).

Em relação ao ensaio “Nas Malocas”, Alessandra Greyce Gaia Pamplona compreende que José Veríssimo ratificou a ideia quanto à ausência do sentimento nacionalista do Estado, cuja intervenção mostrava-se desfavorável às camadas populares da sociedade. Para a leitora, “Nas Malocas”, é um dos textos, ao lado de “Do Pará a Óbidos”, em que José Veríssimo se firma como estudioso das causas indígenas amazônicas, relacionadas às questões econômicas e políticas gerais” (PAMPLONA, 2013, p. 109), o qual apresenta um modelo de crítica presente nas publicações da *Província do Pará*, na *Revista Amazônica* e que “abasteceu o mercado de produção intelectual paraense [...]” (PAMPLONA, 2013, p.110), seja na imprensa ou na sociedade como um todo.

Desse modo, percebe-se que, para a leitora, José Veríssimo enquanto intelectual e pesquisador, exerceu o papel que o Estado deveria assumir, olhando para o contexto amazônico e para as questões populares que demandavam atenção. Segundo Pamplona, Na *Revista Amazônica*, o escritor paraense propagava o desenvolvimento moral da região, a economia, a arqueologia e a organização da intelectualidade, o que fazia da revista um “edifício material ideológico” (PAMPLONA, 2013, p.131). A leitora destaca, dentre outros intelectuais que influenciaram o pensamento de José Veríssimo, Tito Franco, colaborador na revista e interventor em questões religiosas, e Ferreira Penna, incentivador do interesse do escritor paraense pelas questões amazônicas “iniciadas com suas pesquisas de campo e publicadas em jornal em forma de crônica de viagem e esboços” (PAMPLONA, 2013, p.120).

Alessandra Pamplona entende que o contato de José Veríssimo com a imprensa modificou sua visão sobre os povos da Amazônia, maturando um pensamento e o tornando crítico em relação às políticas voltadas aos indígenas e mestiços não funcionavam e os condenavam a condições de miséria “usurparam-lhe seus costumes mais arraigados e impunham-lhes políticas (como direito ao voto) que nem sabiam o porquê de estarem usando” (PAMPLONA, 2013, p.120). Assim, a leitora interpreta que os escritos não eram apenas para conhecer um contexto, mas divulgá-los para as autoridades, oferecendo-lhes matérias, formas de contato e de representação.

Felipe Tavares de Moraes (2018), em sua leitura, compreende José Veríssimo como um intelectual amazônico e destaca o “fazer-se” que constitui o estudioso e a *Revista Amazônica* enquanto espaço de organização da cultura, “uma instituição privada de hegemonia que buscava

dar legitimidade a um projeto civilizacional atribuído à Amazônia”. (MORAES, 2018, p.207). Percebe-se que o posicionamento positivista do escritor paraense, interpretado pelo leitor atual, diferencia-se do leitor do passado, o qual observa nas obras de José Veríssimo uma figura instauradora de um modernismo na região.

Ao reconhecer o “fazer-se”, esse leitor nota, ainda, a similaridade entre os relatórios de Ferreira Penna e os relatos de viagem de José Veríssimo, demonstrando que esse atualiza o projeto intelectual do cientista por meio da publicação de *Primeiras Páginas*, *Revista Amazônica* e *Cenas da Vida Amazônica* (TAVARES, 2018, p. 221). Nessas obras, o autor resume o debate acerca da agricultura e do extrativismo, atividades que poderiam desenvolver a província economicamente.

Em relação ao ensaio “As raças Cruzadas no Pará- Sua linguagem, suas Crenças e seus Costumes (1878), Felipe Moraes observa um aprofundamento de pensamento em sua republicação, sob o título de “As populações Indígenas e Mestiças na Amazônia- Sua linguagem, suas Crenças e seus Costumes” (1886), marcado pelas escalas “raças cruzadas/mestiçagem e Pará/Amazônia” (MORAES, 2018, p. 223). Esse novo repertório do obidense indica a expansão de um pensamento voltado à modernização buscando ultrapassar o bairrismo e o patriotismo, ainda que se faça por meio de um discurso reformista hegemônico.

Desse modo, constata-se, a partir dos leitores de José Veríssimo, apontamentos importantes à compreensão das teorias raciais em voga no século XIX, para a constituição da sociedade intelectual amazônica e para o entendimento da linguagem crítica do autor, acerca das obras voltadas à produção literária, que não deixaram de lado o espírito investigativo da cultura paraense, conforme destaca-se na recepção.

5.2 COMPREENSÕES DE UM PROJETO LITERÁRIO NACIONAL

Compreende-se que os trabalhos de José Veríssimo acerca dos aspectos socioculturais amazônicos convergiram para uma visão da literatura enquanto projeto construtor da nacionalidade brasileira, percebendo-se nos escritos dos jornais, nos folhetins e primeiros livros do escritor paraense um esforço para a formação de um leitor brasileiro, conhecedor das questões nacionais. Esse movimento intelectual que o estudioso instaura no Pará oitocentista, tornou-se matéria de estudos e suscitaram diferentes interpretações ao longo do tempo.

Diante do exposto, na *Nueva Revista de Buenos Aires*, em 1883, Franklin Távora escreveu a biografia de José Veríssimo, afirmando que o estudioso foi o primeiro, no Pará, a

tratar da última revolução literária, com publicações de números notáveis e valores intrínsecos em que se reconhece o centro da ideia moderna (FRANKLIN TÁVORA, 1883, p. 18). A atuação de José Veríssimo no campo literário chama a atenção de Franklin Távora, cujo projeto em destacar os escritores do Norte encontrou no paraense a representatividade de um círculo intelectual ainda desconhecido no restante do Brasil. Conforme esse leitor, o conto “O Boto”⁶² configura-se como uma nova confirmação do talento de observação e exame social. Nota-se que Franklin Távora considera a existência de produção intelectual na Amazônia na década de 1870.

Para o romancista, “O Boto” é um trabalho que como todos os de José Veríssimo está iluminado por ideias naturalistas, tanto pela pintura da natureza como dos costumes (FRANKLIN TÁVORA, 1883), proporcionando leitura interessante, pois, acredita que sua conclusão produz no espírito do leitor uma impressão particular que participa da filosofia e vivencia a fatalidade do que considera “castigo infligido por acidentes” (FRANKLIN TÁVORA, 1883, p. 24). Esse leitor compreende o trabalho de José Veríssimo enquanto produções resistentes ao marasmo contrário à vida intelectual paraense, percebendo que, enquanto não havia escritores que pudessem marcar o selo literário do Norte, José Veríssimo e Inglês de Sousa são suficientes para confirmar a produção literária na região com elementos que traduzem a fisionomia particular da literatura nacional, sobre os quais afirma: “não conheço trabalhos mais nortistas que *Primeiras Páginas* e *Cenas da Vida Amazônica*”. (FRANKLIN TÁVORA, 1883, p. 28, grifo nosso). E, assim, descreve:

Nelas estão fotografados os costumes e quadros, estão por assim dizer, esculpidas ideias que não se confundiram jamais com as que dominam todos os livros de Bernardo Guimarães, e alguns de Afonso Taunay, além de romancistas do Sul, considerados muito nacionais, especialmente o primeiro (FRANKLIN TÁVORA, 1883, p. 28).

Em correspondência trocada com José Veríssimo, Franklin Távora afirma que *O Boto* é conto “muito bonito, “pelas notícias etnográficas, pela descrição da natureza, pela divisão da narrativa, pela naturalidade das cenas e, especialmente, pelo término que, conquanto

⁶² Franklin Távora e José Veríssimo trocaram correspondências e, na de 28 de janeiro de 1882, a resposta ao pedido do escritor paraense para que se publicasse na *Revista Brasileira* o conto “O Boto”, o que não ocorreu, pois, a publicação da revista havia sido suspendida, retornando somente na sua terceira fase com 19 tomos e 23 fascículos, no período de janeiro de 1895 a setembro de 1899, sob direção do próprio José Veríssimo.

perfeitamente natural, chega de modo imprevistamente, e por isso nos põe uma interessante surpresa” (FRANKLIN TÁVORA, 1883). O livro *Cenas da Vida Amazônica* tão mencionado por Franklin Távora na *Nueva Revista da Buenos Aires* (1883) teve, entretanto, pouca recepção nacional, uma circulação modesta, como demonstram os epitextos presentes em *O Liberal do Pará*, em 28 de julho de 1887.

Figura 32: Anúncio do livro *Cenas da Vida Amazônica*.

O Folhetinista do Pará: á propósito do ultimo livro do nosso illustre amigo José Verissimo escreve o seguinte:

Recobemos um livro cheio de interesse, o que será recebido com applausos pelos que prezam aquellas obras onde o util reune-se ao agradável.

Referimo-nos ás *Scenas da vida Amazonica* por José Verissimo.

O nome do autor já era garantia sufficiente, porquanto são conhecidos e muito bem reputados os seus trabalhos de critica em varias revistas litterarias.

O livro divide-se em duas partes: na primeira, que é a substancial, são estudadas as populações indigenas da Amazonia, seus usos, crenças, costumes e linguagem, apresentando o autor um curioso vocabulario de palavras de origem tupi-guarany, usadas pela gente amazonica.

Estudo largo e consciencioso, como o bello trabalho de Couto de Magalhães intitulado *O Selvagem*, estas paginas de José Verissimo honram ao digno paraense que a escreveu com tanta perspicuidade e erudição.

A segunda parte do livro, sem ser um trabalho puramente de fantasia, tem o tom do conto e da lenda, e revela o engenho poetico e as qualidades de estylista do narrador.

São admiraveis, entre os quadros pittorescos da vida amazonica, aquelles que o autor denominou *O crime do tapuio* e o *Bóto*.

Entre os esboçêtos, as discripções e os lances dramaticos são tantos, que difficil seria fazer menção dos melhores capitulos.

O *Serão*, bem como a *Lavadeira*, são dois idyllios delicados; a *Mameluca* e o *Lundum*, formosissimos quadros de *genre*.

Dando esta ligeira noticia do excellente livro do illustrado filho do Pará, para as *Scenas da Vida Amazonica*, por José Verissimo, chamamos a attenção dos nossos leitores.

Fonte: *O Liberal do Pará*. 28 de julho de 1887

No mesmo ano, outro conto de José Veríssimo foi publicado na revista *Arena*, organizada por Marques de Carvalho, o qual, na publicação de 17 de abril de 1887, apresenta o “O Crime do Tapuio” aos leitores paraenses:

O Crime do Tapuio, -um apreciável conto inédito de nosso ilustrado colaborador José Veríssimo, -há de agradar imensamente a todos, pelo brilhante estilo despretenso com que é traçado, e pela grande e palpitante corrente de vida que percorre-lhe o entrecho, colocando de pé todos os seus personagens. Obra de um inteligente *conteur* que timbra em escrever em uma linguagem simples e popular, seguindo, assim, os ditames de um louvável naturalismo sem pretensão de armar ao efeito, *O Crime do Tapuio* faz parte de uma importante obra de estudos amazônicos e de crítica que José Veríssimo tem atualmente nos prelos da casa editora Tavares Cardoso & Irmão, de Lisboa, e que deve aparecer a lume por todo o mês de maio vindouro (MARQUES DE CARVALHO, 1887, p. 1, grifos do autor).

Trata-se de uma breve apresentação, a qual resume o sentido do trabalho para José Veríssimo, considerado por Marques um *conteur*, um contador de história. Essa característica marca a obra enquanto escrita narrativa de um literato, não de um descritor etnógrafo que documenta a realidade e, posteriormente, a exemplifica por meio de contos. A leitura de Marques de Carvalho interpreta, portanto, a literatura produzida pelo escritor paraense, que somente, em 1889, ofereceu ao público uma segunda edição com a extinção do estudo científico.

Adherbal de Carvalho, por sua vez, na obra “O Naturalismo no Brasil” (1894), reconhece José Veríssimo como uma personalidade importante para as “novas ideias literárias”. Esse leitor compreende *Cenas da Vida Amazônica* (1883) enquanto obra essencialmente naturalista, um livro descritivo com bom trato na linguagem. (CARVALHO, 1894, p. 129). Em concordância com o posicionamento de Franklin Távora e Sílvia Romero, a obra apresenta-se ao público iniciando o movimento que, apoiado na ciência da observação, contribuía à construção da identidade brasileira por meio da mestiçagem cultural.

É importante ressaltar que quando a obra surge não havia um público habituado às ideias novas, as quais sobrevinham em contraponto ao estilo romântico. No momento do lançamento de sua segunda edição, o livro recebeu uma crítica importante na *Gazeta de Notícias* de 1889, ocasionando uma ampliação de sua circulação sobre a qual Machado de Assis afirma:

Aqui está o livro que “há” de ser lido com apreço, com interesse, não raro com admiração [...] Tal crítico, se tiver o mesmo dom de análise do senhor José Veríssimo, achará que um testemunho esclarecido é mais cabal que outro, e regulará os seus leitores, dando-lhes este depoimento feito com emoção, com exação e com estilo (MACHADO DE ASSIS, 1899, p. 1).

Machado de Assis considera a segunda edição melhor que a publicação de estreia, destacando na obra as “cenas daquela vida e daquele meio, recolhidas diretamente para compor os contos e os Esbocetos, vividos por personagens representados como “vítimas de um meio rude”. A linguagem do livro é interpretada como “locuções da terra. Há a tecnologia dos usos e costumes. Ninguém esquece que está diante da vida amazônica, não toda, mas aquela que o Sr. Veríssimo escolheu naturalmente para dar-nos a visão do contraste entre o meio e o homem” (MACHADO DE ASSIS, 1899), com imagens originais e expressivas:

Em várias cenas e lances, o estilo do Sr. José Veríssimo (salvo nos “esbocetos”, cuja estrutura é diferente) é já o estilo corrente e vernáculo dos seus escritos posteriores. Já então vemos o homem feito, de mão assentada, dominando a matéria. Há, a mais,

uma nota de poesia, a graça e o vigor das imagens que outra sorte de trabalho nem sempre consentem (MACHADO DE ASSIS, 1899).

Quando a crítica é publicada, o livro alcança maior notoriedade, inclusive a respeito do aspecto literário da obra. Machado de Assis realiza a recepção da obra e dialoga com seus futuros leitores, indicando que “tal crítico, se tiver o mesmo dom de análise do Sr. José Veríssimo, achará que um testemunho esclarecido é mais cabal que outro, e regulará os seus leitores, dando-lhes este depoimento feito com emoção, com exação e com estilo” (MACHADO DE ASSIS, 1899). Esse leitor considera os contos como novelas como dramas completos, vividos por personagens vítimas de um meio rude e das dificuldades políticas e econômicas a que são submetidos. Desse modo, Machado de Assis atribui valor literário ao livro, mas ressalta a sua capacidade etnográfica para, por meio dos futuros leitores, restituir costumes porventura extintos.

Em *O Momento Literário* organizado por João do Rio, publicado em 1907, Silvio Romero rebate as ideias de Franklin Távora na Nueva Revista de Buenos Aires, afirmando que a função literária das antigas províncias não era criar uma literatura à parte, como acontecia no Rio de Janeiro, ao aludir às tradições, os costumes, as cenas nortistas. De acordo com o ensaísta, o propósito literário das regiões do país é produzir e apresentar à capital seus melhores talentos, citando nome de José Veríssimo ao lado de: Silva Alvarenga, Ruy Barbosa, Joaquim Nabuco, Coelho Netto, Raymundo Corrêa, Arthur e Aluísio Azevedo, José do Patrocínio, Graça Aranha, Araripe Júnior, Gonçalves Dias, Alencar, Porto Alegre, Macedo, entre outros (ROMERO, 1907, p. 48 e 49). Percebe-se que o crítico literário compreende o trabalho de José Veríssimo, inferindo sobre o capítulo introdutório de *Cenas da Vida Amazônica* (1883) enquanto estudo que lança luz ao verdadeiro estado intelectual dos Tupis-Guaranis.

Martín García Mèron, em *El Brasil Intelectual* (1900), aponta na obra de José Veríssimo a facilidade com que podem ser lidas através do enfoque crítico, político, filosófico ou etnográfico (MÉROU, 1900), sobre o que afirma: “poco escritores de su país han realizado investigaciones tan minuciosas como José Veríssimo á propósito del elemento indígena que entra como un factor tan primordial en la formación de la raza brasileira (MÉROU, 1900, p. 104). Esse leitor acredita que o estudo de José Veríssimo se completa na análise que realiza em seu livro literário: “Análisis de las leyendas y mitos indígenas, análisis sagaz, interesante y digno de ser leído por todos los que se interesan en la vida y los sentimientos de los pobladores de nuestro continente en la época del descubrimiento y la conquista” (MÉROU, 1900, p. 106).

Esse leitor explica que o espírito investigador de José Veríssimo é puramente científico, baseado no positivismo de Augusto Comte, cuja filosofia foi alinhada ao exame do indígena, do colonizador e do africano escravizado, seguindo fielmente as ideias de Silvio Romero. Para esse leitor, o livro representa a Amazônia como um paraíso inacessível onde o tapuio vive melancólico à beira de um grande mar de água doce (Mérrou, 1900). Esse cenário de epopeia considerado pelo Martín Mèron oferece às descrições da obra de José Veríssimo a face documental da tirania da vida social e as necessidades implacáveis dos personagens.

O leitor Ronald de Carvalho, na obra *Pequena História da literatura brasileira* (1937), percebe a formação de um literato que inicia sua atividade com os “Quadros paraenses” e seus contos. De acordo com esse leitor, trata-se de uma síntese imperfeita, mas honesta da evolução literária brasileira, apresentando o “defeito primordial do seu processo, que era o de procurar o indivíduo em detrimento do meio, a obra pessoal com prejuízo da obra coletiva” (CARVALHO, 1937, p. 328).

Lúcia Miguel Pereira, na ocasião do centenário de José Veríssimo, publicou no suplemento literário de *O Estado de São Paulo* (1957), suas interpretações em relação ao trabalho literário do escritor paraense, ressaltando o caráter não literário do livro como fruto da inexperiência de um escritor em um trabalho heterogêneo, mas insuficiente para compor um texto ficcional. Essa leitora se atém às condições geográficas ao afirmar que a obra é uma forma de seu autor fixar na escrita “o seu nativo meio”. (PEREIRA, 1957, p.4).

Essa leitora ao realizar a análise literária dos contos, ratifica as características naturalistas da obra, sobretudo, no conto “O Boto” com suas descrições pormenorizadas do homem e do meio. Segundo ela, “O Crime do Tapuio” é a melhor produção e a única que merece ser conservada: “Aqui não há digressões inúteis, não há comparações de mau gosto como a que o levou, no Boto, a chamar a lua de gema d’ovo, não há intenção de denunciar coisa alguma. Há apenas evocação, simples e direta, de uma menina infeliz e da dedicação de um índio que se lhe afeiçoara” (PEREIRA, 1957, p.4). Ao contrário desse conto, entende “O Voluntário da Pátria” como um texto que revela seu autor um “artista vingador” (PEREIRA, 1957, p.4).

No mesmo suplemento literário do jornal *O Estado de São Paulo* (1957), José Aderaldo Castello indica os “Quadros Paraenses” e “A literatura brasileira, sua formação e destino” (1878) como estudos com ideias concordantes com as de Silvio Romero em *História da Literatura Brasileira*, publicada em 1881. Para esse leitor, José Veríssimo segue o critério etnográfico de Carl Von Martius, marcadamente pela publicação de “O conto popular” e “A poesia popular brasileira”, em 1879. Antonio Candido (1957), por sua vez, entende que a paixão

pela literatura não distanciou José Veríssimo do seu tempo, permitindo que concebesse uma literatura nacional focada nas coisas e nas gentes do Brasil. Segundo o historiador literário, o crítico e o educador se unem em José Veríssimo, condicionados pela áurea republicana que envolvia o país.

Quando João Alexandre Barbosa publica seus estudos sobre a temática literária de José Veríssimo, compreende-se, em sua leitura, a ideia de uma dualidade crítico-escritor, da atividade crítica como metalinguagem, resultado do encontro do escritor paraense com suas experiências e com os outros escritores (BARBOSA 1974). Quanto ao livro literário de José Veríssimo, esse leitor o entende como criação que forma e ao mesmo tempo o prepara para acumular o conhecimento que fez parte de sua vida no Norte, entre 1878 e 1890.

Constata-se que Barbosa entende os “Quadros Paraenses” enquanto esquemas ficcionais e etnográficos, o que não difere da compreensão dos leitores mais contemporâneos a José Veríssimo, reconhecendo na literatura do escritor paraense um espaço em que “a ficção servia apenas como moldura para as observações dos costumes, dos tipos e dos hábitos amazônicos” (BARBOSA, 1978, p. 32). Desse modo, para esse leitor, José Veríssimo contraria o romantismo ainda em voga, marcado por obras de grande reconhecimento como, por exemplo, *O Sertanejo*, de José de Alencar, em 1875.

Segundo Barbosa, o modelo de linguagem crítica conseguia ser coerente às demandas daquele “novo tempo”, distanciando-se, por meio de suas descrições, do estilo clássico de crítica horaciana e quintilianesca, o qual é percebido em sua condenação ao indianismo heroificado no romantismo, considerado por José Veríssimo como um desvio da realidade brasileira construída pela mestiçagem das diferentes etnias. Dessa maneira, João Alexandre Barbosa considera a obra do escritor paraense reveladora de uma “dupla face de Janus”:

[...] a linguagem da crítica, de que se utilizava José Veríssimo, fundava-se numa distinção primordial (...) que levava inelutavelmente a um impasse: o julgamento literário devia se apoiar no grau de participação que a obra revelava com relação ao projeto nacional, mas, ao mesmo tempo, se via obrigado a considerar uma linguagem do passado que conduzia o “espírito novo” (BARBOSA, 1994, p. 106).

Alfredo Bosi observa no prefácio de *A Tradição do Impasse* (1974) que a consagração de José Veríssimo não se dá apenas na última fase, mas na constatação da existência de condicionantes sociais e ideológicos de sua obra, a qual objetiva construir um projeto reformista e de campanha de educação nacional. Para João Alexandre Barbosa (1994, p. 113), a linguagem da crítica de José Veríssimo apontava não apenas para um impasse, mas para uma conciliação:

“(...) o nosso ponto de vista é de que há uma nítida simetria entre as proposições dos dois; o pessimismo exalado pela anotação pessoal encontra, por assim dizer, o seu correlativo lógico na ironia e no ceticismo propostos como estratégias de reflexão no primeiro texto”.

José Veríssimo afirma que são ironias que tornam a crítica superior à obra analisada, “muitas vezes numa modéstia estratégia de desilusão e de procura” (BARBOSA, 1994, p. 113). Compreende-se que o leitor ajusta a obra do obidense como parte de uma geração que contestava as estruturas sociais do Brasil do século XIX, lançando mão da fundamentação teórica cientificista para “civilizar” a nação, modernizá-la, o que somente poderia ser realizado por meio da ciência, do laicismo e de uma postura positivista diante da realidade.

Conforme João Alexandre Barbosa, ao lado de *O coronel Sangrado*, de Inglês de Souza (1877), os *Quadros Paraense* (1878) e *Cenas da Vida Amazônica*, publicados em 1886, mas desde 1883 circulando nos jornais paraenses, possibilitam considerar o literato paraense como “um dos primeiros escritores a se servir, na ficção, daqueles elementos de transformação que, por esse tempo, começavam a atuar na vida cultural brasileira” (BARBOSA, 1978, p. 33). Alexandre Barbosa reconhece o ensaio “A literatura brasileira” (1878) como a síntese da evolução literária brasileira, um trabalho que demonstra o esforço intelectual do autor obidense ainda desconhecido nacionalmente. Percebe-se que essa interpretação demarca a importância do conhecimento das primeiras produções de José Veríssimo para que se possa compreender sua linguagem crítica e a heterogeneidade de seu trabalho.

Após a publicação dos estudos de João Alexandre Barbosa, muitos outros leitores despertaram para compreender o pensamento de José Veríssimo. Em 1996, José Guilherme Merquior ao estudar a Literatura Brasileira de *José de Anchieta a Euclides da Cunha*, refere-se à historiografia do obidense como um trabalho equilibrado e lúcido, apesar das zéverissimações ineptas da crítica escritas por Silvio Romero (1909): “ciente - em boa hora, depois do truculento sociologismo romeriano - de que literatura é, por princípio, *arte* literária, nem por isso esqueceu os seus efeitos e condicionamentos sociais” (MERQUIOR, 1996, p. 155, grifo nosso). Merquior concorda com Alfredo Bosi (1974) no sentido de que identifica, em uma das faces do intelectual paraense, a presença marcante das questões sociais e culturais como modo operador da identidade nacional.

A História da Literatura Brasileira foi apreciada em *Suplemento Literário* de “A Manhã” (1942) por Ronald de Carvalho, o qual entende na linguagem de José Veríssimo um estilo sem requinte e verdadeiro, que observava a obra em detrimento do autor, o qual por vezes exaltava ou condenava independente de sua categoria social. O leitor considera a influência de

Sainte-Beuve e Brunetière na estética objetiva apresentada na historiografia literária de José Veríssimo, “uma síntese não diremos perfeita, mas honesta da nossa evolução literária” (CARVALHO, 1942, p. 254), tomando como referência fenômenos sociológicos dos quais decorrem as questões, estéticas, sociais e culturais”. Nessa mesma publicação do suplemento literário, Tristão da Cunha compara José Veríssimo com Brunetière, pela dedicação à crítica e pela visão da literatura enquanto Arte pela Arte, despreocupada com as questões emocionais do autor, para dar ênfase na criação e na linguagem literária.

A História da Literatura Brasileira, analisada à luz dos postulados de Maria Eunice Moreira (2002), relaciona obras e autores regidos por uma linha temporal ou orientação espacial que, segundo a historiadora, pressupõe a existência de nação que dá sentido à própria narrativa sistematizada. O aspecto historicista que motivou a obra objetiva cessar um eco eurocêntrico e organizar por meio das produções literárias o discurso que construiu o país, que conforme Ferdinand Denis ocorreu no movimento romântico (DENIS, 1968, p. 10). Segundo José Veríssimo, essa construção se orchestra desde o início da formação literária brasileira, de tal maneira que não descarta os movimentos literários anteriores:

Mas o sentimento que o promoveu e principalmente o distinguiu, o espírito nativista primeiro e o nacionalista depois, esse veio formando desde as nossas primeiras manifestações literárias, sem que a vassalagem ao pensamento e ao espírito português lograsse jamais abafá-lo. É exatamente essa persistência no tempo e no espaço de tal sentimento manifestado literariamente, que dá-nos da literatura a unidade e lhe justifica a autonomia” (VERÍSSIMO, 1915, p. 5).

A necessidade de descobrir um território, física e culturalmente, em sua diversidade e, por conseguinte, o reconhecimento internacional desse território, incentivaram os escritores José de Alencar, Bernardo Guimarães, Visconde de Taunay e Franklin Távora a investirem naquilo que poderia imprimir um maior significado de origem da nação brasileira, dando-lhe feição, caráter e sentimento. Era preciso criar uma imagem idílica e romântica desse imenso interior brasileiro, que não agradasse apenas o olhar europeu do exotismo, mas se constituísse como princípio de identidade nacional. É com esse propósito que consoante Sandro Fabres Viana (2005), a historiografia literária de José Veríssimo foi organizada, enquanto “a expressão de um pensar e sentir típicos de um povo, e uma forma particular de expressá-los na língua” (VIANA, 2005, p. 34). Segundo Viana, o crítico paraense não atentava às expressões sentimentais ou o motivo da criação das obras, mas, sobretudo, como a língua era utilizada para tornar-se brasileira em seu uso literário, utilizando, portanto, o caráter estético e não cronológico ou sociológico para marcar a feição nacionalista de sua crítica.

Segundo o leitor, José Veríssimo reconhece que a literatura brasileira nasce sob influência portuguesa, mas rejeita outras influências culturais ou raciais no período colonial:

Os únicos fatores que reconhece terem possivelmente interferido nas produções literárias seriam os de ordem física, provenientes do meio, de ordem fisiológica, dos cruzamentos étnicos, e os de ordem política e social, como as lutas com os forasteiros e as expedições. Para ele, esses fatores não serviram para enfraquecer a influência portuguesa na nossa literatura, apenas contribuíram para criar um sentimento que permitiu diferenciar a literatura nacional da portuguesa (VIANA, 2005, p. 35).

Sandro Fabres Viana verifica que José Veríssimo descreve em sua obra o contexto histórico em que o Brasil se encontrava, considerando escassas as atividades intelectuais no país como resultado da influência negativa do meio, que poderia ser resolvida com a miscigenação. Segundo o leitor, a presença de *Prosopopéia*, de Bento Teixeira, na abertura da História da Literatura Brasileira, marca a prioridade do sentimento nativista, em detrimento à estética, observação que o fez considerar Diálogos das Grandezas do Brasil (autor desconhecido) como a primeira obra de ficção escrita no país, bem como Frei Vicente do Salvador como primeiro brasileiro a produzir prosa literária (VIANA, 2005).

No conjunto de escritores, Viana considera que a polêmica crítica a Gregório de Matos Guerra ocorre para desarticular a compreensão de Silvio Romero de que o poeta se construiu como o fundador da literatura nacional (VIANA, 2005, p. 44). Em sua historiografia literária, o obidense realiza um esforço de exclusão do poeta barroco pelo que considerou falta de pensamento nativista. Esse leitor observa que o contrário se deu posteriormente com outros poetas como Cláudio Manoel da Costa, que embora português imprime em sua obra a nostalgia brasileira e Tomás Antônio Gonzaga, que se dedicou à Conjuração Mineira (VIANA, 2005, p. 51 e 52). Sobre o período colonial, o estudioso considera os predecessores do Romantismo como um último momento do Arcadismo no Brasil.

O pesquisador observa como a França e não mais Portugal, torna-se fornecedora de ideias à literatura brasileira romântica no período nacional, com ápice em Gonçalves Dias, modificando a representação do indígena como herói. Referente à segunda geração, Viana observa que José de Alencar é incluído no cânone principalmente por sua originalidade na escrita do romance *O Guarani*. Essa mudança de foco no critério de José Veríssimo leva Viana à compreensão de que, na segunda fase do Romantismo, o crítico paraense liberta a literatura da função patriótica que exerceu anteriormente (VIANA, 2005, p. 72), o que considera coerente, pois confirma a importância das formas de sentir e pensar do poeta em sua historiografia literária, como ressaltou no subjetivismo de Álvares de Azevedo.

Viana compreende que ao tratar sobre o Realismo, José Veríssimo parte da contextualização social para garantir a aceitação das ideias modernas na literatura brasileira, que, em clara oposição ao Romantismo, se alicerça com o Naturalismo, sua imitação do movimento francês e a vulgarização da arte que apresenta ao leitor. Ao analisar esses movimentos, destaca a visão do historiador literário acerca da característica científica da poesia parnasiana, ainda infectada pelo sentimentalismo romântico (VIANA, 2005, p. 83). Assim como a poesia, o teatro não alcança posteridade, fica restrito ao Romantismo, apegado ao nacionalismo e aos contextos históricos da época, com destaque a Gonçalves de Magalhães e Martins Penna.

Machado de Assis, por sua vez, é interpretado por Viana como “*o grand finale*” da História da Literatura Brasileira, com marcada influência intelectual do escritor, em contraponto à eleição de Tobias Barreto, por Sílvio Romero, como o intelectual mais destacado do país. Conforme Sandro Fabres Viana, o literato representa para José Veríssimo um gênio que não se limitava aos modismos estilísticos, o que justifica a inserção do autor no cânone. Apesar da questão cronológica, José Veríssimo cria um personagem através do qual a literatura brasileira se posicionou em antes e depois de Machado de Assis (VIANA, 2005, p. 91).

Em 2011 com a 4ª edição de *Cenas da Vida Amazônica* pela editora Martins Fontes, Antônio Dimas interpretou esse trabalho literário em sua riqueza bibliográfica e conhecimento empírico. Essa compreensão se deve ao fato de José Veríssimo apresentar suas leituras dos intelectuais: Louis Agassiz, Charles Darwin, Teófilo Braga e Couto de Magalhães, entre outros, os quais despontaram no contexto das novas ideias surgidas no século XIX, e compreende que os saberes explicitados nos contos e esboços surgem da experiência com o meio (DIMAS, 2011, p. 18-21). Somente neste quesito, concorda com Lúcia Miguel Pereira (1957) sobre a obra fixar o “nativo meio” de José Veríssimo, sua vida em Óbidos e as excursões às aldeias indígenas da região, já que credita à obra a característica da verossimilhança, diferente dessa leitora.

Dessa maneira, Dimas entende que a forma heterogênea da obra, constituída de ensaio e texto literários, foi prejudicada com a retirada do ensaio etnográfico na segunda edição, pois interfere no diálogo com os contos e esboços. Em seu ponto de vista, essa questão é uma perda na medida em que exclui fatores cruciais à compreensão da etnografia amazônica. Percebe-se a importância que esse leitor dá às representações das relações entre os povos, muitas vezes nada pacíficas, mas que culminaram em contatos de linguagem, de religiosidade, dos costumes, das compreensões de mundo, das festas, dos parentescos e outros aspectos culturais (DIMAS,

2011, p. 17). O ensaio, portanto, é interpretado como um exercício de campo, de profissão de fé social, política e cultural de José Veríssimo.

Segundo Antônio Dimas, o fato de a obra não ter uma boa circulação, no período de sua primeira publicação, influenciou o silêncio dos críticos daquele tempo. Na sua leitura atualizada da obra, percebe “uma ambivalência menos individual do que grupal (...), um deciframento de nossa identidade cultural mais recôndita” (DIMAS, 2011, p. 15). Conforme afirma:

Em momento propício à emergência das ciências sociais, Veríssimo não foi o único intelectual a se cativar pela experiência social para nossos descabros e usá-la, ao mesmo tempo, como instrumento de decifração da nossa intimidade cultural mais recôndita. Contemporâneos seus como Sílvio Romero, Manoel Bomfim e Euclides da Cunha, por exemplo, fizeram-lhe companhia neste sentido. Cada um a seu modo, são os “founding fathers” da investigação em torno de nossa identidade cultural e social, na esteira dos românticos mais atrevidos (DIMAS, 2011, p. 16).

Em relação a essas considerações, Antônio Dimas (2011) ratifica que a linguagem crítica de José Veríssimo coaduna a etnologia e a estética, as quais se atravessam e se unem não como imaturidade intelectual, mas por estilo que culmina em *História da Literatura Brasileira*, um “testamento crítico, elaborada como ponto de chegada de longo percurso” (DIMAS, 2011, p. 14).

Alessandra Greyce Gaia Pamplona (2013) ao ler “O Serão”, em sua primeira publicação nos folhetins do jornal, afirma que esse conto possui uma linguagem agradável ao leitor. Registra que o ritual das mulheres na produção de rendas evidenciava uma prática em desuso pela maioria das pessoas na capital e infere que a obra resgata os costumes perdidos, rememorando a história cultural paraense, na qual os personagens apresentam-se como tipos humanos estigmatizados: o mulatinho, a caboclinha, a sinhazinha, entre outros, que “compõem o cenário típico da região interiorana amazônica [...]”, por isso, a leitora compreende que “a descrição da reunião social é marcada pela distinção de raça e poder econômico” (PAMPLONA, 2013, p.44-45).

Nesse sentido, Pamplona entende que o folhetim “atuou como definidor da feição de José Veríssimo, por permitir que sua produção parta da posição de cronista de fatos corriqueiros e seja agregada a de escritor de ficção, observada, sobremaneira, pela comparação entre a linguagem de “Do Pará à Óbidos” e a d’O Serão (PAMPLONA, 2013, p.46). Os folhetins, por sua vez, foram espaços para a publicação de temas sociais, diferente do que se propunha com a publicação de romances. Ressaltando a leveza com que José Veríssimo escrevia sobre as questões amazônicas, Pamplona percebe o olhar de um viajante e o trabalho não de um narrador

de ficção, mas de “um escritor observador”, que diferente de se caracterizar pelo olhar de fora, era um filho da terra, cuja atividade confundia “sua história com a da busca da nacionalidade realizada, naquele momento, por toda a imprensa” (PAMPLONA, 2013, p.47).

Para tratar do que considera “a consagração periódica de José Veríssimo”, Pamplona analisa as Crônicas Teatrais escritas pelo autor paraense no advento da abertura e funcionamento do Teatro da Paz, afirmando que a primeira é marcante pela crítica às autoridades, ao gosto da elite e à contaminação do teatro pelo que ocorria no mundo das letras, a saber, o jogo de interesse de companhias e da imprensa, que ao comercializar o teatro, o despia da Arte. Outras temáticas das Crônicas são compreendidas pela ausência de assuntos nacionais, sobretudo, pelo fato de Belém, no período da *belle époque*, espelhar-se na França; por isso, Pamplona entende que, para o cronista, o movimentado teatro deveria enfatizar as questões brasileiras e alimentar o sentimento de nacionalidade: “Como arte, deve partir de um realismo conformado de fatos da vida e de paixões próprias aos humanos” (PAMPLONA, 2013, p.60).

Com relação à “A Poesia Popular”, em *Estudos Brasileiros* (1889), Pamplona enfatiza o fato de José Veríssimo ter sido o primeiro a tratar sobre o assunto no folhetim de *O Liberal do Pará* (1879), observando que devido às publicações correrem nos jornais significa a concordância dos homens daquele tempo com a inevitável afirmação social do povo, ainda que com a influência de intelectuais europeus embasados na ideia da preservação do nacionalismo por meio da literatura tradicional, conforme se deu com José Veríssimo quando publicou “Cantos Populares do Brasil”, em 1879. Desse modo, “Veríssimo, ao definir o que seria esse canto popular brasileiro, melhor adaptado em províncias pastoris, estabelece, por assim dizer, os primeiros momentos do papel do escritor na sociedade brasileira: a expressão da nação brasileira como algo ainda em formação” (PAMPLONA, 2013, p.73). Em sua análise observa, ainda, a metalinguagem crítica acerca das “Modinhas”, quando o autor paraense censura o que considera mera imaginação em detrimento do estudo empírico/científico” (PAMPLONA, 2013, p.73).

Voltada ao estudo da literatura de José Veríssimo, Aline Costa da Silva (2016) ao interpretar o livro *Cenas da Vida Amazônica* (1886), afirma que a obra expõe especificidades da sociedade representada:

[...] cada história surge como um quadro que compõe a exposição de uma Amazônia que se faz notável, de um lugar marcadamente contrastante, dividido entre a floresta exuberante e os sujeitos que nela convivem de modo nada pacífico, se relacionam conflituosamente em torno de questões políticas e ideológicas, por excelência, relações de poder (SILVA, 2016, p.19).

As marcas culturais: linguagem, religiosidade e trabalho refletem a hierarquia social que faz sucumbir a imaginação dos indígenas e impõe discursos dominadores, como a representação que o narrador realiza de Rosinha, no conto “O Boto”, a qual vivia uma “vida anfíbia”; assim como ela, outros personagens do livro são compreendidos em sua submissão ao branco português, ainda que, no contexto da floresta ou do rio, sejam experientes, porém determinados pela lei da natureza, como cúmplices, o que se observa no comportamento das personagens, no destino que vivenciam, na descrição dos seus lugares de moradia e nos costumes locais (SILVA, 2016, 25). Segundo Silva, os Tapuios são moradores marginais, ora por morarem distante da cidade, ora por serem tratados como criminosos, simplesmente por sua condição étnica. Essa condição que, no livro, se confunde com a realidade, como em “O Voluntário da Pátria”, em que a oposição mestiço/pobre, branco/rico dá vida a um entre-lugar, no qual a ascensão do oprimido o posiciona no lugar do opressor e o faz viver uma guerra cujo contexto desconhece.

A questão da mestiçagem brasileira é bastante presente na leitura da obra, destacando a importância dessa questão no que José Veríssimo considera a face da sociedade brasileira em plena formação. Na leitura do conto “A Sorte de Vicentina”, salienta o quanto as questões sociais marcam negativamente a personagem, descrita no livro como desventurada, mesquinha, com pratos sobrenaturais de um fantasma: “Cheia de preguiça de trabalhar, presa de uns grandes desfalecimentos de ânimo, relaxada, que se principiou a entregar-se a todos por amor da existência, uma mulher que nasceu para sofrer, acometida pelo determinismo social.

Os “Esboços” do livro, que figuraram em *Primeiras Páginas* (1878) como “Quadros Paraenses”, são interpretados enquanto descrições do espaço e da paisagem amazônica em que os sujeitos subalternos assumem o protagonismo, revelando a “infraestrutura que apontam as bases materiais e econômicas da sociedade e que molda, por sua vez, a superestrutura correspondente à política e à ideologia que legitimam uma sociedade marcada por divisões sociais: O dominador e o dominado, o homem a mulher, respectivamente (SILVA, 2016, P. 47). Na esteira do Naturalismo, os “Quadros Paraenses” demonstram o abalo das famílias diante da pobreza, da desonra e o quanto essa condição provoca a animalização do homem.

A leitura explícita questões etnográficas presentes no livro, construindo a imagem sobre a Amazônia, os “banhos de rios, uma cobra deslizando sobre as águas para morder o colo de Maria”, cenas que poetizam o acontecimento e o torna literário. Desse modo, a cultura popular é ressaltada pela leitora, que destaca a coexistência entre a natureza e as personagens

que interagem conflituosamente. Segundo Silva, não é, necessariamente, a questão racial que reproduz a divisão social, mas as desconformidades orquestradas pelo poder do capital. É o rico, o letrado, o burguês, o europeu, o fazendeiro que comanda os destinos dos pobres, iletrados, mestiços e tapuios” (SILVA, 2016, p.90). Para esse leitor,

O livro representa um marco do intelectualismo do país no contexto histórico oitocentista, representando a cultura popular, com todas as ressalvas, conforme os modos daquele tempo o qual, se interpretados sincronicamente, serviriam para o entendimento não apenas dos costumes perdidos, como sugere Machado de Assis, mas de como se instituíram preconceitos, pensamentos e posicionamentos etnocêntricos, em sua gênese, da cristalização estereotipada, no ficto, sobre as gentes da Amazônia: o tapuio indolente, a caboclinha de riso malicioso ou do índio como a fera da floresta (SILVA, 2016, p.139).

À guisa de conclusão, a leitura ressalta que a reedição do livro e sua circulação possibilitam novas leituras e, com isso, a atualização da obra, a qual compreende capaz de condensar o pensamento social brasileiro do século XIX.

Ao tratar sobre o tema literário, Felipe Tavares de Moraes (2018) reconhece a trajetória de publicações de José Veríssimo, nos jornais paraenses, que culminaram em *Primeiras Páginas* (1878), em que constam os “Quadros Paraenses”, “breves perfis sobre situações, manifestações artísticas e tipos característicos da Amazônia, como “Indo para a Seringa” e “Voltando da Seringa”, “duas narrativas que mostram o cotidiano de esperança de riqueza e a realidade de pobreza na coleta da seringa” (MORAES, 2018, p. 30). Nesse sentido, nota-se a atenção conferida às questões sociais, levando Moraes a interpretar, ainda, em *Primeiras Páginas*, o estudo “A Literatura Brasileira- Sua formação e Destino”, como uma análise baseada no critério etnográfico e mesológico, “na qual, a poesia, o teatro e romance, deveriam produzir e refletir a sociedade brasileira, em face de sua constituição social e física, de modo a oferecer elementos para a constituição da nacionalidade brasileira” (MORAES, 2018, p. 30).

Moraes focaliza, em *Cenas da Vida Amazônica*, a estética naturalista que a envolve, análise que acompanha outros leitores que se debruçaram sobre tal obra, afirmando que por meio dela, o autor “empreendia no campo da ficção uma investigação imaginativa do sertão amazônico” (MORAES, 2018, p. 237), alicerçada pela narração e descrição dos fatos sociais, “escritos pela pena ficcional do etnógrafo” (MORAES, 2018, p. 237). Esse leitor compreende que o fato de o autor, na primeira edição, apresentar um glossário das palavras de origem Tupi-Guarani pode exemplificar o trabalho etnográfico desenvolvido no livro.

Felipe Tavares compreende que *A Revista Amazônica*, na qual foi publicado “O Boto”, *Cenas da Vida Amazônica*, além de “Ídolos Amazônicos”, transformou-se em objetos

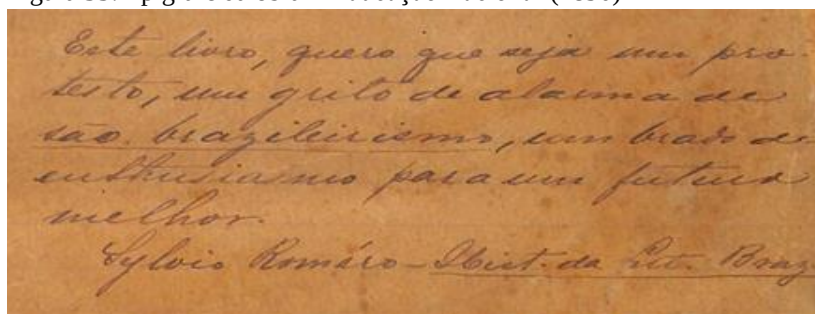
impressos de mediação cultural, responsável pela circulação e pela construção de uma rede de sociabilidade internacional, tornando José Veríssimo responsável pela expansão intelectual de uma Amazônia global (MORAES, 2018). Moraes afirma que o prefácio escrito pelo autor sobre o nenhum valor do livro *Primeiras Páginas* (1878), trata-se apenas de uma retórica mal interpretada por outros leitores, pois a obra registra o povo para construir a nação, representando as primeiras atividades do crítico.

5.3 INTERPRETAÇÕES SOBRE A *EDUCAÇÃO NACIONAL*

O Brasil do século XIX foi marcado por intensas mudanças filosóficas, como as raízes do movimento republicano, cujas questões ideológicas ditaram a política e a forma como se pensou a educação. Nesse contexto, quando José Veríssimo publica *A Educação Nacional* (1890), no Pará, interpreta a sociedade brasileira e as divisões sociais que atingiram o meio urbano, rural e suas diferenças econômicas e intelectuais, as quais poderiam ser aprimoradas por meio de um projeto inovador de educação da mentalidade do povo brasileiro.

A educação é um campo intelectual de destaque na carreira de José Veríssimo, o qual ocupou-se em cargos públicos, conferências que participou ou em publicações, como *A Educação Nacional* (1891), que alcançou notoriedade no Brasil. No manuscrito, Silvio Romero apresenta a epígrafe da obra⁶³, a qual considera um “grito de alarme” à formação da identidade brasileira e construção de um país melhor:

Figura 33: Epígrafe da obra *A Educação Nacional* (1890)

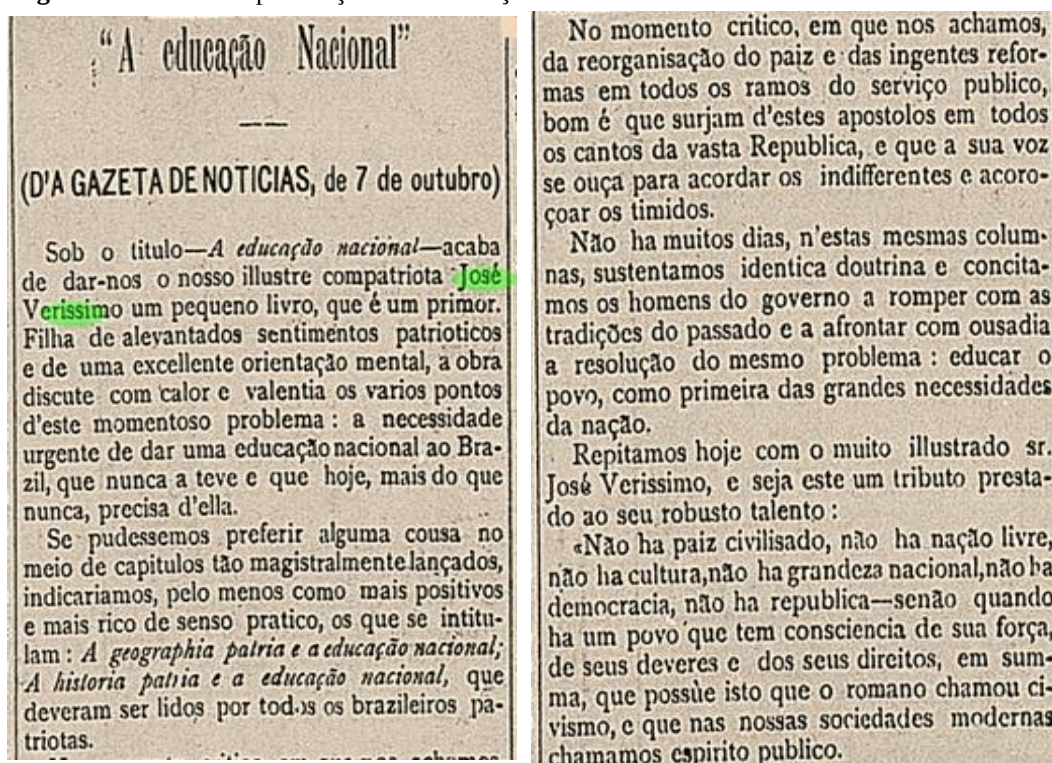


Fonte: Manuscritos da Biblioteca Estadual Arthur Vianna.

⁶³ Após ter escrito a epígrafe de apresentação de *A Educação Nacional* (1890), Silvio Romero escreveu o *Zeverissimações Ineptas da Crítica* (1909), em que expõe entendimentos de repulsas e desabaços contra José Veríssimo. Segundo afirma, as publicações do estudioso paraense são rapsódias sobre assuntos brasileiros e alienígenas, “exceção feita de três reduzidos opúsculos (*Educação Nacional*, *A Amazônia*, *A pesca na Amazônia*) que, mal feitos embora, têm alguma feição/de livros” (ROMERO, 1909, p. 11).

Na ocasião de sua publicação, o jornal *A república: Órgão do Club Republicano*, república notícia *D'A Gazeta de Notícias*, de 7 de outubro de 1890, na qual lamenta que José Veríssimo enquanto intelectual reformador, seja pouco conhecido nas outras regiões do Brasil

Figura 34: Notícia da publicação de *A Educação Nacional*



Fonte: *A República: Órgão do Club Republicano* (PA) – 1890.

Segundo o jornal, *A Educação Nacional* redimensiona o preconceituoso regime educativo, desvela os defeitos dos sujeitos, analisa e sintetiza a realidade brasileira e a necessidade urgente de educação. Os temas envolvendo a Geografia e a História pátria são compreendidos como apontamentos importantes, os quais deveriam ser lidos por todos os brasileiros naquele contexto histórico de mudanças, reforçando a ideia da necessidade de educar o povo para construir um futuro glorioso à nação.

Francisco Prisco (1937) ressalta o ânimo de José Veríssimo com a criação do ministério de instrução dirigido por Benjamin Constant, como esperança de um ensino de qualidade no Brasil, mas cedo frustrado pelos bastidores da velha política e alheio às questões do Brasil, as quais deveriam ser ensinadas pelos livros de leitura, desde a segunda leitura, contando com contos populares, lendas e pequenas narrativas históricas (PRISCO, 1937, p. 66). Prisco entende que os apontamentos presentes em *A Educação Nacional* servem para constituir, nas crianças, o sentimento de patriotismo e, na mulher, a oportunidade de uma vida intelectual, bem como

um lugar no mercado antes dedicado somente aos homens. Pelo seu conteúdo, considera a obra uma “sementeira de ideias” (PRISCO, 1937, p. 71), entusiasmada para resolver, por meio da educação do povo, os problemas sociais do Brasil.

Outros leitores debruçaram-se sobre a obra de José Veríssimo, dentre eles Antonio Candido (1957, p. 4), o qual no Suplemento Literário do jornal *O Estado de São Paulo*, ressaltou a importância do livro no cenário do debate republicano, do ponto de vista do patriotismo que reverbera na obra, chamando a atenção para a concepção da literatura enquanto expressão nacional, como aponta a preferência do autor pelo movimento Romântico. Segundo Antonio Candido, o crítico se junta harmoniosamente com o educador no mais amplo sentido, ambos condicionados pelo patriota” (ANTONIO CANDIDO, 1957, p.4) e na união entre teoria filosófica e prática política, as quais fizeram da educação um fator de construção nacional.

Antonio Candido compreende *A Educação Nacional* atrelada mais à filosofia da educação que à pedagógica, partindo da análise do caráter do povo brasileiro para melhorar a vida democrática. Conforme seu entendimento, a ideia de melhoramento era necessária para o autor paraense romper com os problemas causados pela mistura étnica com povos inaptos à vida moderna, pela relação com o meio, da influência da sociedade sobre o cidadão avesso ao trabalho e pela transferência de esforços aos escravizados. Destaca-se que o conceito de educação nacional incide sobre a formação de um cidadão provido de conhecimento da pátria, questão necessária no núcleo da educação pública e em casa com a “preparação racional da mãe moderna”.

Constata-se em sua leitura a importância da mulher para a educação e, por isso, Candido compreende que José Veríssimo desenvolve “uma teoria pedagógica avançada e livre, quase revolucionária para o meio, querendo-a aparelhar para o estágio básico do processo educativo, que se encontra no lar” (ANTONIO CANDIDO, 1957, p.4). Esse leitor destaca que a elaboração dos livros de leitura, as antologias adequadas ao ensino da literatura deveriam tratar das lições do Brasil enquanto preocupação avançada e inteligente, de uma obra anterior ao pensamento moderno no país.

Na apreciação de João Alexandre Barbosa (1974, p. 34), o livro demonstra o interesse pela educação não apenas teórico, mas fundado na experiência, que concorre à participação efetiva das transformações intelectuais que agitavam o país. Segundo Barbosa, José Veríssimo objetivou incutir as novas ideias, pautadas no positivismo e no evolucionismo social, na sua reforma da educação, destacando o pensamento de que à literatura cabia estudar profundamente o passado para possibilitar o entendimento do contexto sociocultural presente.

O estudioso entende que a forma como a obra desenvolve a crítica da educação se dá com uma linguagem apontando à superestrutura da sociedade, sem ferir essa mesma configuração, quando usa, por exemplo, generalizações, modelos, regeneração social e desenvolvimento do cidadão (BARBOSA, 1974, p. 109). Segundo Barbosa, o livro obedece a um modelo de linguagem geracional, embora, na introdução de 1906, mostre a decepção de José Veríssimo, “forçosamente republicano”, com o movimento de Benjamin Constant e sua expansão artificial do ensino.

O capítulo introdutório da segunda edição é compreendido não apenas como um marco da independência do autor, mas das perspectivas realistas por ele assumidas no trato dos problemas nacionais” (BARBOSA, 1974, p. 59). Conforme esse pensamento, a educação, a pedagogia e a experiência profissionais são coadunadas no projeto de modernidade ambicionado não apenas em *A Educação Nacional*, mas no conjunto da obra de José Veríssimo. Essa interpretação da obra é concordante com Antonio Candido (1957), sobretudo, em relação a sua organização e filiação à filosofia da educação, além da consideração dos exemplos estrangeiros, sem deixar de priorizar a realidade cultural nacional.

João Alexandre Barbosa percebe a inclinação do autor paraense em atribuir às questões étnicas e geográficas a causa do atraso social brasileiro, o qual seria vencido por meio do trabalho e da disciplina, dois fatores que esse leitor considera a base da educação nacional de José Veríssimo, o qual acredita que a História e a Geografia são fundamentais no projeto de ensino do livro, bem como a educação da mulher, entendida adversa à educação fundamental dos brasileiros. Alexandre Barbosa considera o livro “modelar para reflexão de questões teóricas e de ordem práticas” (BARBOSA, 1974, p. 61), que embora discuta questões, hoje, superadas, como a inferioridade intelectual da mulher, continua sendo um grito de contestação da sua geração, segundo consta na epígrafe de Silvio Romero.

Maria Auxiliadora Cavazotti (1997, p. 14) interpreta o livro a partir de uma perspectiva histórica (Marx e Engel 1996), por meio da qual entende que o quadro educacional discutido por José Veríssimo ocorre de modo mais amplo, alcançando ordens econômicas, científicas e políticas, pensadas com base no evolucionismo social à formação da nacionalidade brasileira. Essa leitora considera que as tendências do capitalismo são fundamentais na ideia de desenvolvimento pátrio e de formação moral do cidadão, como circunscritos em *A Educação Nacional*.

Segundo Cavazotti, a inclinação filosófica positivista do escritor paraense é marcada pelo moralismo, conforme pensado na crítica de João Alexandre Barbosa (1974) e o

evolucionismo social, vinculado à teoria evolucionista, como fundamento da educação inspirada, ainda, nos moldes da Itália e da França. Desse modo, tal leitora conclui que a obra afirma o caráter científico da educação, seguindo os princípios da biologia, da sociologia e da psicologia (CAVAZOTTI, 1997), com as quais seria possível alcançar a moral superior, a perfeição da existência (CAVAZOTTI, 1997). A crítica observa na obra a influência de Alfred Fouillée, contemporânea a Herbert Spencer, representando o positivismo espiritualista e, por isso, julga que José Veríssimo aplica em sua obra a noção de “ideia-força” responsável pelo equilíbrio entre as ideias de desenvolvimento econômico positivo sem desprezar os valores espirituais. Nessa perspectiva, Maria Auxiliadora Cavazotti atenta para a preocupação do autor paraense com a questão moral, já que o sistema político implantado previa direitos individuais, representados por um cidadão e essa representação governante necessitava de uma educação assertiva, pois cabia a ela não apenas o entendimento administrativo, mas, moral, de guiar a sociedade e os seus jovens então engajados com gritos de ordem republicanos, porém indisciplinados na escola.

Nesse sentido, Cavazotti entende que o caráter do indivíduo deveria ser educado, dada a sua responsabilidade com o novo sistema democrático, que não era somente voltado às questões econômicas, tal qual nos Estados Unidos destituído do sentimento de nacionalidade. Compreende que, segundo José Veríssimo, a ausência do brasileiro é agravada pela atitude antipatriótica, a qual dissimula os vícios em detrimento da correção que deveria acontecer desde a família e para além da escola. Isso se dá, pois, em sua compreensão acerca do capitalismo, o trabalho move a sociedade e conforme José Veríssimo, a escravidão o prejudicou, pois tornou os povos escravizados odiosos do trabalho, desprezando-o de modo a marcar negativamente o caráter do povo brasileiro.

A questão moral segundo a leitora é instrumentalizada pela educação, através dos livros de leitura que segundo José Veríssimo fariam conhecidas as coisas do Brasil para os próprios brasileiros. Na crítica ao projeto reformista do estudioso, Cavazotti compreende que a ideia de nação apresentada na obra é uma afirmação da consciência burguesa universal, enquanto o “nacionalismo revela o enquistamento das relações do capital, na forma protecionista” (CAVAZOTTI, 1997, p. 159), conservadora, ampliando as divisões entre as classes sociais.

Mariana Morena Castilho (2012) interpreta o indígena a partir do olhar de José Veríssimo e segundo ela a educação funcionaria como modificadora e “diretora de almas” (CASTILHO, 2012, p. 129). Nesse sentido, o autor e sua obra atuam como agentes transformadores, considerando os povos das florestas sujeitos passivos e domesticados em prol

da ideia ocidental de civilização. Esse posicionamento ideológico é observado pela leitora no pronunciamento de José Veríssimo no Ginásio Nacional do Rio de Janeiro, o qual se consolidou desde a publicação de *A Educação Nacional* (1890).

Conforme compreende,

A mudança do regime monárquico para o republicano implicou em momento de reelaboração do imaginário social, considerando que é por meio deste que as sociedades delimitam a sua identidade nacional e que este “é parte integrante da legitimação de qualquer regime político” (CASTILHO, 2012, p. 132).

Desse modo, José Veríssimo buscou construir esse novo imaginário de sociedade e valorizar a educação em sua vertente pedagógica e, principalmente, política, com espírito público, embasada no bom caráter do cidadão responsável pela coesão social. O indígena, assim, poderia compor o corpo nacional se educado, o povo em geral se tivesse despertado o sentimento nacional, se não houvesse incutido nos costumes, o atavismo e a interferência climática. Castilho parte da compreensão de que no livro *Primeiras Páginas* (1878) a concepção do indígena para o autor paraense difere-se em *A Educação Nacional* (1890) e em *Cenas da Vida Amazônica* (1886), ao destacar, na primeira obra, o discurso sobre a degradação das raças cruzadas inclusive na predominância do elemento “Tupi” (CASTILHO, 2012, p. 150).

A compreensão de Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França (2004) converge com a dos outros leitores referentes à educação do povo: “uma reforma profunda na educação nacional, a qual deveria abarcar não só a escola, mas também outras instituições como a família, as religiões, o governo, a política, a ciência, a arte e a literatura” (FRANÇA, 2004, p. 11-10). França ressalta, entretanto, a mudança de otimismo do autor entre a primeira e a segunda edição do livro, em que observa o desalento em relação à república e a possibilidade de transformar a precariedade material e moral do país. Para a leitora, o sentimento de nacionalidade é primordial para tal transformação, o qual deveria ser despertado pelo conhecimento do contexto histórico e geográfico brasileiro e a modificação dos livros para ler na escola, brasileiros pela autoria e conteúdo.

Segundo essa leitora, a comparação que o escritor paraense desenvolve entre o Brasil e os Estados Unidos recai no fato de que o país estrangeiro ovacionou a sua indústria e fez da educação instrumento construtor da nacionalidade. Para a sua nação, entende que José Veríssimo objetiva inaugurar nas instituições de ensino público o sentimento patriótico e com ele elevar a energia moral do povo (FRANÇA, 2004) com base nas ideias dos estudiosos: Sívio Romero, A. W. Sellin e Eduardo Prado, as quais discutem sobre a apatia dos sujeitos frente à

política, à economia ou à vida intelectual. A leitora parte da ideia de que esse comportamento foi observado pelo autor devido a sua inclinação não aos ideais da república, mas ao partidarismo que rodeou e contaminou o movimento brasileiro, reforçando os velhos vícios e privando a sociedade do aprendizado político abrangente, real e necessário, sobretudo, nas províncias mais distantes (FRANÇA, 2004).

Além das questões políticas, França percebe que a questão étnica é basilar à compreensão do autor paraense acerca da origem e formação do povo brasileiro, na qual encontram-se as raízes dos males sociais da nação. Seja pelos portugueses, representando a decadência de Portugal, seja pela resistência dos povos escravizados, seja pelas condições geográficas, França nota que o livro reforça impressões de estrangeiros, tal qual Louis Agassis, com ideia a ele concordante de que as condições climatéricas do país alimentavam a indolência do povo e o seu caráter. França (2004) evidencia que, para o autor, a educação desse caráter deveria ultrapassar as fronteiras dos grupos escolares e alcançar outras instituições sociais, com ênfase nas famílias “visando desenvolver e fortalecer o altruísmo da criança, buscando modificar e diminuir o seu egoísmo” (FRANÇA, 2004, p. 79) e, posteriormente, presentes nas religiões e nos partidos.

A leitora destaca a Educação da Mulher Brasileira, assunto discutido na obra, conferindo papel fundamental na educação moral dos filhos e formação das novas gerações, mas que eram submissas e dependentes, em desacordo com o espírito do mundo moderno. As mulheres que não sabiam ler e nem escrever eram educadas para serem mansas, quietas, humildes e caladas (FRANÇA, 2004). Percebe-se que o autor é posicionado para além daquele tempo, quando confere à mãe da família a urgência de sua média instrução e independência (FRANÇA, 2004) no contexto de um país onde a maioria das mulheres era analfabeta. França considera que, para José Veríssimo, essa condição melhorou com a fundação das Escolas Normais que formavam professores para o nível primário, difundindo a educação da mulher e a libertando do enclausuramento dos lares. Ao destacar o papel da Educação Física na obra, França entende que, para o autor paraense, essa disciplina funciona como um desdobramento da educação da mulher, pois considerava necessário formar “corpos fortes e saudáveis, cidadãos úteis e produtivos para bem servir aos interesses da Pátria, devendo o seu aprendizado começar o quanto antes, ou seja, desde a vida intrauterina, passando pela primeira e segunda infância, até atingir a idade adulta” (FRANÇA, 2004, p. 97).

França destaca a Reforma de Benjamin Constant ao Ensino, que se utilizou do Colégio Pedro II como referência para a educação primária, secundária e o ingresso ao nível superior

com seleção (FRANÇA, 2004, p.119). A leitora constata que a Reforma, embora restrita à capital, foi replicada nas províncias sem nenhuma fiscalização e sem atender às camadas mais pobres da população brasileira, herança da oligarquia cafeeira de não custear as regiões economicamente desfavorecidas, o que para José Veríssimo demonstrava desinteresse na educação do país, a qual não poderia estar restrita ao mercantilismo do ensino técnico e profissional, mas priorizar os conhecimentos filosóficos.

Rosana Lopes Alves (2006, p. 66) afirma que “elaborada a partir de uma crítica ao sistema educativo de então, *A Educação Nacional* procurou oferecer uma contribuição às mudanças que deveriam emergir com o regime republicano”. Ela compreende que a obra parte dos preceitos de nação e de nacionalismo de Hobsbawm (1990) enquanto produto de construções históricas localizadas e formadas pelo Estado, e considera, ainda, a ideia de Lúcia Lippi Oliveira, cuja “geração de 1870” marca o debate sobre o Brasil moderno, levando à reformulação do conceito de nação.

A leitora dialoga com outros leitores da obra, quais sejam: Francisco Prisco (1937), Antonio Candido (1957), Maria Auxiliadora Cavazotti (2003) e João Alexandre Barbosa (1985) quanto ao evolucionismo social, à educação feminina e à marcada presença da geografia e história pátria no projeto de José Veríssimo. Ao tratar sobre os livros para ler, destaca algumas obras importantes que não foram citadas pelo autor, como *Lições de História do Brasil* (1880), de Luís de Queirós Mattoso Maia, escrita a partir da *História Geral do Brasil* (1854), de Francisco Adolpho Varnhagen, além de outros que contassem com os contos, cantos populares e histórias sobre a cultura.

A contribuição da leitura está na listagem de obras que embasaram e foram citadas em *A Educação Nacional*, tais quais os livros lidos por José Veríssimo: “Bernard Perez, Hippeau, Dreyfus, Buisson, John Swett, Calkins, apenas para destacar alguns, figuram no livro de José Veríssimo atestando o seu conhecimento sobre as principais ideias de âmbito educacional que então circulavam na Europa e nos Estados Unidos” (ALVES, 2006, p. 108). Rosana Alves compreende o estudioso como um intelectual que transita por diversas áreas do conhecimento e que a Literatura era circunscrita a todos os campos da inteligência humana, “reunindo textos de todos os gêneros: - poesia, teatro, conto, eloquência, crítica, filosofia – tanto os considerados normalmente tanto literários quanto os não-literários, como as denominadas produções de cunho científico” (ALVES, 2006, p. 108), ideia posteriormente reformulada por José Veríssimo, um leitor eclético que considerava a Literatura como Arte.

Lêda Valéria Alves da Silva (2012) interpreta o panorama mundial do final do século XIX relevante para a ideia de modernização pensada por José Veríssimo, a saber, conforme as doutrinas filosóficas europeias de Augusto Comte e Herbert Spencer, as quais embasaram a inclusão do ensino da ciência como pressuposto à industrialização brasileira. A leitora entende que a formação de profissionais pelas novas instituições de ensino e as pesquisas do estudioso paraense são formas encontradas por ele de “fazer do Pará um lugar reconhecido por sua educação”, cuja ciência, no âmbito maior, “deve estar despida principalmente de preconceitos religiosos e revestida pela verdade (SILVA, 2012, p. 37).

A respeito da educação da mulher, Lêda Silva entende que embora José Veríssimo tenha estimulado a educação, como destacou Maria Auxiliadora Cavazotti (2003), seu discurso demonstra o desinteresse para que ela fosse aprofundada no campo científico, já que não seria aproveitado na atuação profissional. Sugere, então, um modelo de ensino daquilo que a mulher poderia estudar: “Embora a educação científica fosse uma das principais balizadoras do progresso brasileiro, a educação científica feminina seria apenas destinada “as noções”, pois sua “função social” era apenas de dar a primeira educação aos homens [...]” (SILVA, 2012, p. 47).

Conforme afirma:

É importante ter isso em mente, porque foi exatamente disso que Veríssimo se apropriou para justificar seu modelo de educação feminina. Sob o pretexto de “libertar” as moças do convento, que segundo ele não era um lugar apropriado para o ensino, Veríssimo acabou por encurralar a mulher em outro lugar: no lar (SILVA, 2012, p. 49).

Nessa perspectiva, a estudiosa entende que se antes as mulheres estavam limitadas à vida familiar, na ideia de José Veríssimo passariam a ter obrigação de estudar e, por meio de uma formação adequada, educar a moral dos filhos.

No prefácio da quarta edição (2013), José Murilo de Carvalho chama a atenção para o nacionalismo crítico de José Veríssimo, ressaltando que das três edições em 120 anos, apenas uma teve um alcance nacional: “é muito pouco para um livro pioneiro, original e corajoso” (CARVALHO, 2009, p. 11). Com essas palavras, Carvalho questiona o estigma do provincianismo conferido ao intelectual paraense, uma vez que suas viagens à Europa e visão cosmopolita estão marcadas no seu estilo crítico e nas leituras que embasam suas discussões: “De um provinciano se espera uma visão provinciana, voltada para assuntos locais e provinciais, alheia, se não hostil, ao nacional” (CARVALHO, 2013, p. 14), exatamente oposto

ao que se encontra em *A Educação Nacional*, na qual denuncia o bairrismo e a ausência do brasileiro.

Carvalho acredita que o cenário intelectual paraense, com as dificuldades para publicações e baixa circulação, contribuíram para que o pessimismo do autor em relação à educação, deixando ausente em sua obra questões importantes para o ensino, como as “Conferências populares da Glória” (1873), organizadas por Manoel Francisco Correia, e a criação da Escola de Minas, fundada em Ouro Preto e sob direção de Henri Gorceix, inaugurando, no país, o ensino moderno e prático da química, física, geologia e mineralogia. Esse crítico defende que a instituição atendia às preocupações de José Veríssimo, mas estava ausente de suas considerações (CARVALHO, 2013).

O leitor compreende como preconceito político o fato de o nome e o trabalho com a educação de D. Pedro II estarem lacunados na obra, sua presença nas escolas e nos concursos para professores. Segundo afirma: “a injustiça não foi corrigida nem mesmo no prefácio da segunda edição quando o imperador já estava morto e José Veríssimo já reconheceu o fracasso da República na área do ensino” (CARVALHO, 2013, p. 17), afirmando, que não havia no país nenhum estadista que se preocupasse com a educação: “Mas na verdade já houvera um, que ele escolheu não reconhecer” (CARVALHO, 2013, p. 18).

Em relação às lacunas da obra, atenta para a experiência do autor frente ao Ginásio Nacional, sem mencionar as atividades no estado do Pará, que não são mencionadas, o que acredita acontecer pois não houve, na instituição, impacto à modernização da educação. Com isso, deixa implícito que em relação ao Colégio Pedro II, teoria e prática não se complementam na carreira do educador. Ainda assim, o considera subversivo que acreditava no direito de desobediência do cidadão, ao que conclui: “O certo é que, em 1906, ele era mais um humanista do que um nacionalista” (CARVALHO, 2013, p. 25).

Marlucy do Socorro Aragão de Souza (2014) realiza um estudo comparado do pensamento de José Veríssimo sobre as questões envolvendo os conceitos de raça e educação na América Latina. Ao realizar esse estudo comparando José Veríssimo (1857-1916) e José Ingenieros (1877-1925), Souza interpreta que em *A Educação Nacional* o pensamento de José Veríssimo se encaminha para a formação do caráter pátria via educação reformada e de caráter, e não apenas de sentimento nacional (SOUZA, 2014, p. 126).

Segundo a autora,

Dotado de grande erudição, Verissimo transitou por várias áreas de conhecimento. Assim, suas citações não se circunscrevem somente à educação. A literatura também

ocupou um lugar de destaque na obra em questão, antecipando o crítico literário que acabaria, mais tarde, por sobrepujar o educador em sua trajetória intelectual. No momento da elaboração do livro “A Educação Nacional”, a literatura era bastante abrangente reunindo textos de todos os gêneros: - poesia, teatro, conto, eloquência, crítica, filosofia – tanto os considerados normalmente como literários quanto os não-literários, como as denominadas produções de cunho científico (SOUSA, 2014, p. 108).

Constata-se na leitura da introdução, que não se trata de uma obra entusiasmada com a moda política da época, mas uma preocupação com a educação enquanto projeto para o progresso do país e regeneração de suas gentes. De tudo um pouco que José Veríssimo discute na obra, uma fala chama atenção: “Para reformar e restaurar um povo, um só meio se conhece, quando não infalível, certo e seguro, é a educação, no mais largo sentido, na mais levantada acepção desta palavra” (VERÍSSIMO, 1890, p. X).

Ao discutir sobre raça e educação na América Latina, tem a obra de José Veríssimo como parâmetro aos estudos do argentino José Ingenieros (1877-1925). Como os leitores anteriores, Sousa reconhece, no livro do paraense, o objetivo de aprimoramento do caráter do povo brasileiro, no entanto acrescenta em sua interpretação a questão das influências étnicas na formação da identidade nacional, destacando “os estudos sobre a inferioridade dos povos ditos selvagens e mestiços, bem como a superioridade da raça branca” (SOUSA, 2014, p. 23). Nesse sentido, compreende que o modelo de educação proposto por José Veríssimo favorece o capitalismo industrial, pois visava educar o cidadão para o trabalho em detrimento da “indolência” enquanto característica marcante dos grupos sociais populares (SOUSA, 2014, p. 62).

A leitora compreende que os problemas sociais que o Brasil enfrentava, tais quais: o desconhecimento da sua história, o isolamento das províncias ocorria pela ausência de um programa de qualificação da instrução pública, a qual não estava apta para causar impacto integrador no espírito brasileiro, mas refletia o tratamento indiferente dado à nação (SOUZA, 2014). Essa observação é exemplificada com a partida das crianças para estudar nos países europeus, mas, segundo José Veríssimo, elas retornavam inúteis para o país.

Para Souza, a dedicação do autor à educação “deriva justamente do reconhecimento de que, tendo a literatura discretamente declinado da missão civilizadora, caberia à educação formal assumir o encargo de formar o homem brasileiro” (SOUZA, 2014, p. 108). Observa-se que a literatura é destacada enquanto meio pedagógico, de educação patriótica, na medida em que instrumentaliza o conhecimento do povo à história, à geografia e até mesmo ao seu caráter. Dada a lacuna deixada pela literatura em primeiro plano e pela educação em segundo, Marlucy

Souza entende que a história do Brasil é marcada pela segregação da maioria da população e pela negação da consciência crítica: “O direito à humanidade era negado ao índio e ao negro, mesmo que não oficialmente, de tal forma que se constituía numa prática recorrente e de forma livre pela sociedade, o que se dava por meio de ideologias e falsas ciências, como as teorias raciais” ” (SOUZA, 2014, p. 124).

Nessa perspectiva, a leitora afirma que as negações dadas aos grupos étnicos visavam excluir a noção de suas participações na formação da nacionalidade brasileira, por meio de uma segregação social arquitetada conforme os modelos europeus e seguidos pelos intelectuais brasileiros, que mais agradavam a elite e serviam como justificativas dos problemas do país e de sua aparente impossibilidade de acompanhar o mundo moderno. Segundo sua compreensão da obra, “a população negra, mestiça ou indígena era, nessa perspectiva, o fator que impedia o desenvolvimento das nações, e passava a ser vista como empecilho ao progresso da raça branca” (SOUZA, 2014, p. 125), noção claramente eugênica para o que, conforme o autor, poderia dignificar o Brasil.

Felipe Tavares Moraes (2018) interpreta *A Educação Nacional* como uma obra de são brasileiro, que se estende do Pará ao mundo e cujas causas se dão pela “ordem física, provocadas pela raça, meio e clima” (MORAES, 2018, p. 343). O leitor parte da compreensão evolucionista em voga no século XIX, complementando que, além desses fatores, o isolamento geográfico e a ausência de uma integração na instrução pública brasileira foram corroborados pela ausência de organização das instituições e divulgação das manifestações culturais como museus, festas, monumentos, diferente do que se dava com a França e com a Itália.

Além disso, Moraes enfatiza que o jornalismo, ainda que abundante nas províncias, não noticiava as coisas do Brasil, no máximo, reproduzia os acontecimentos que marcavam o Rio de Janeiro, esquecendo a realidade das demais regiões e dos locais onde estavam instalados. Dentre os periódicos, a ausência de revistas literárias é percebida como colaboradora da falta de sentimento nacional, pois se a literatura deveria representar o Brasil, a sua escassa circulação e falta de divulgação dos escritores e obras marcam negativamente a cultura nacional, “em clara referência a seu falecido amigo Franklin Távora e ao projeto de integração nacional corporificado na Revista Brasileira” (MORAES, 2018, p. 343). Na discussão em torno do local e do nacional, destaca como José Veríssimo situava o Brasil no continente americano a fim de projetar, no país, a modernidade que o ocidente vivenciava. Assim, reconhece que a proposta de educação nacional do autor era “filtrada em função de uma experiência amazônica”

(MORAES, 2018, p. 346), vislumbrando a integração da região no âmbito nacional e internacional.

Felipe Moraes ressalta que os discursos presentes em escritos anteriores continuam presentes em *A Educação Nacional*, como alguns argumentos do primeiro capítulo de *Cenas da Vida Amazônica* (1886), “As Populações Indígenas e Mestiças da Amazônia”, em que são apresentados os costumes, as linguagens, as crenças e outros aspectos histórico e etnográficos davam compreensões sobre a vida nômade dos tapuios, bem como a necessidade de reformulação do seu trabalho sazonal, a presença da colonização estrangeira, o desenvolvimento da agricultura e novas reformas na educação. Para Moraes, ao focalizar o indígena e pouco referir-se à cultura africana, José Veríssimo contribuiu à construção da imagem da região como “terra de índios” (MORAES, 2018, p. 348), cujo abatimento do caráter perpassaria pela inoperante aptidão física dedicada ao trabalho.

Assim, dos leitores de ontem e os de hoje, fica a atualização da obra em compreensões que atravessam diversos campos do conhecimento, concordantes com o fato de que a obra é um projeto reformador, construída por um autor que pela escrita do conto ‘O Voluntário da Pátria’ (1886) também foi reconhecido como “poeta vingador” e um educador que prima pela ideia de que:

Não há país civilizado, não há nação livre, não há cultura, não há grandeza nacional, não há democracia, não há república — senão quando há um povo que tem a consciência da sua força, dos seus deveres e dos seus direitos, em suma, que possui isso que o romano chamou civismo, e que nas nossas sociedades modernas chamamos espírito público (VERÍSSIMO, 1890, p. 179).

Seja olhando para o indígena, para a mulher, para a história, para a geografia, para a arte, seja pela construção de uma extensa rede de sociabilidade, a reunião dos leitores da obra de José Veríssimo referente a fase de formação possibilita um olhar ampliado sobre obra do estudioso. São leituras que podem retroagir sobre o comportamento social e o pensar-fazer a ciência, a literatura e a educação da sociedade brasileira, que uma vez conhecedora de suas raízes históricas poderá compreender o processo de construção de sua intelectualidade e posicionar-se criticamente diante das questões socioculturais do presente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidadezinhas do interior do Pará, como Óbidos, foram cenários vividos pelo menino José Veríssimo, que cresceu contemplando o grande rio Amazonas e seus braços que serpenteiam as matas, subiu em árvores com a alegria da infância, conheceu os caminhos dos sítios mais afastados, embrenhou-se nas matas, viu casebres com seus terreiros, bichos e pequenas plantações de mandioca, maniva, plantas de cheiros ou dedicadas aos santos.

Naquela Amazônia em lento e desigual processo de urbanização, é possível que tenha visto as lamparinas acesas com querosene iluminando a noite, a mesa servida com o pirarucu, o cheiro do molho de pimenta espremida e a farinha d'água jogada com destreza com a mão à boca. Eram nessas ceias, que as famílias, com suas “locuções da terra”, planejavam deixar tudo para ir em busca da fortuna nos seringais, onde decidiam o destino das mulheres, dos pobres, dos mestiços, dos negros, construindo uma sociedade ainda desconhecida e meramente imaginada pelos centros intelectuais do Brasil.

As visões dessas “cenas da vida amazônica” foram mais tarde revisitadas pelo homem José Veríssimo, que ao retornar de um período de formação ocorrido em outro rio, o Rio de Janeiro, viajou pelo sertão paraense construindo-se como um intelectual amazônico, cujas ideias circulavam nos folhetins da imprensa local: Relatos de viagens, críticas, compreensões políticas e etnografias, nos quais portugueses, tapuios, indígenas e negros escravizados eram apresentados e representados por sua participação ativa e nada pacífica na história da região.

Como pensador, absorveu as concepções das ciências sociais europeias, que circulavam nos centros brasileiros para interpretar o cenário regional, nacional e latino-americano. Com esse olhar de fora, José Veríssimo discutiu sobre aquele povo que conheceu desde a infância, com suas linguagens, crenças e costumes, interpretados com seu valor cultural singular, mas que sob ótica científica da qual o obidense foi discípulo, o positivismo, poderiam progredir economicamente e intelectualmente.

Passados os séculos, pergunta-se por que pesquisar, escrever ou ler sobre José Veríssimo nos dias de hoje? Porque, justamente, nestes novos tempos, as obras desse homem da Amazônia reeditam-se, movimentam-se e atualizam-se, em diversos campos de intelectualidade e de compreensões do seu pensamento? A resposta está na busca pelo conhecimento científico, que visa à compreensão do passado em “conhecimentos relampejantes”, conforme Walter Benjamin (2006). A mencionada expressão do filósofo de Frankfurt faz uma analogia acerca da velocidade da luz ser superior à do som. Nesse sentido, a produção de textos — barulho dos

trovões — viria com velocidade posterior à do pensamento — luz intensa de curta duração —, mas que continuaria a retumbar muito tempo depois nas obras de seus autores, esclarecendo os fatos presentes por meio da interpretação dos leitores.

Na produção que compreende o período de 1877 a 1891, percebe-se a importância de pesquisar, ler e escrever sobre o estudioso paraense, pois, em pleno século XXI, a sociedade brasileira ainda enfrenta semelhantes problemas combatidos, ou construídos, no âmbito da ciência positiva de 1800, como o desconhecimento sociocultural do país, o abatimento das questões científicas e o descaso com a educação.

Consolidado no campo literário, José Veríssimo tem para a crítica a mesma importância que Machado de Assis para a literatura. Hoje sua produção intelectual proporciona ao leitor interessado uma fonte de conhecimento sobre a etnografia amazônica e das raízes intelectuais brasileiras. Para ler seus folhetins ou livros é necessário reconhecer o repertório sociocultural que revelou a construção de uma linguagem corporificada pela etnografia, pela estética e pela educação identificadas em seus anos de formação.

No decorrer desta pesquisa, pode-se compreender nas obras de José Veríssimo um compromisso social que intervém, de maneira mais frequente, em outros estudos que objetivam traduzir e conhecer profundamente a construção da sociedade brasileira. José Veríssimo adiantava-se na análise da conjuntura da época em que ocorriam as bases reais das transformações socioculturais, propondo modificações simbólicas à sociedade, que iam de encontro ao projeto político de reprodução e naturalização das desigualdades existentes no séc. XIX.

Observou-se que a movimentada vida intelectual do paraense manifesta não um olhar cartográfico, de quem transita na fluência de um rio, mas um caminhar pelas margens, um adentrar no interior com pertencimento do contexto presente e um anseio reformador para o futuro. Em sua trajetória, ao falar sobre a Amazônia, o pensador obidense rompe um posto de marginalização intelectual, política e cultural existente na nação, no entanto, ao pensar com a lógica do cientificismo europeu, submete as classes populares a uma reforma em favor de um ideal positivista de civilização.

Portanto, o crítico ocupa posições de sujeito subalterno por viver marginalizado dos centros intelectuais do país, mas ao produzir intelectualmente, apresenta formas políticas de representação, fala em nome dos grupos populares e reforça a visão positivista eurocêntrica da mistura étnica e da eugenia.

Dentre suas publicações, os folhetins dos jornais paraenses configuram o primeiro veículo pedagógico do estudiosos, que desde os *Cânticos dos Cânticos* (1978), ao preocupar-se com a tradução dos textos, reivindica ao meio provincial a superação do marasmo literário, sobretudo, no momento histórico importante, mas incompreendido por conta da indiferença dos “inimigos das letras” (VERÍSSIMO, 1878, p.1). Suas crônicas revelam o nascimento de um leitor especializado, que pela primeira vez apresenta-se atento não só ao ineditismo das produções, às representações sociais, mas também à recepção artístico-literária, a educação intelectual do leitor de suas obras.

Se em *Primeira Páginas* (1878) as descrições presentes nos Esbocetos revelam uma face positivista do mundo, em *Cenas da Vida Amazônica* (1886) é possível encontrar a influência do naturalismo com enfoque nas questões populares e na representação do mestiço enquanto símbolo nacional. Posteriormente, o autor abandona essas vertentes científicas, assumindo um estilo voltado ao valor estético das obras literárias e ao sentimento de nacionalidade. O intelectual de Óbidos refaz-se um positivista anticlerical e, por conseguinte, rompe com o naturalismo, estabelecendo a aplicabilidade da crítica moderna aos moldes do impressionismo de Sainte-Beuve.

Seja diacronicamente — por se reconhecer em sua obra as representações sociais de uma época — ou, sincronicamente — na reconstrução dos horizontes de expectativas a partir do diálogo com os seus leitores — a obra do pensador amazônico apresenta o Brasil para além dos centros intelectuais, sua cultura popular, com todas as ressalvas que o termo emana, e a Amazônia como parte periférica do país, antes mesmo da prestigiada publicação de *Os Sertões* (1902). Com visão do jogador nato (Bourdieu, 1997), José Veríssimo pensa sobre a região em oposição à ideia de uma terra “*À Margem da História*” (1909) ou idealizada como um “paraíso perdido”.

É válido ressaltar a importância da *Revista Amazônica* (1883) enquanto trânsito intelectual entre as províncias, seja no âmbito nacional ou americano, pois tal percurso configura a construção e a expansão intelectual de José Veríssimo, ou seja, um estudioso não restrito à província e, portanto, não provinciano. Um cidadão que, conforme a leitura de Alessandra Pamplona (2009), assumiu o papel do Estado, reafirma-se aqui: ‘no Estado’, para difundir a pesquisa, a ciência e a educação na Amazônia oriental.

Em *Estudos Brasileiros*, (1889), o estudioso paraense manifesta que são as ideologias anglo-franco-germânicas que proporcionam o nascimento dos principais estudos vigentes na nação brasileira. A prática etnográfica do intelectual amazônico reflete essa influência

intercultural, embora, ele também traga para o debate a realidade do povo brasileiro, os costumes das mulheres lavadeiras, a vulnerabilidade das meninas nos seringais, o anseio dos colonos com o enriquecimento advindo da borracha, o jogo das posições sociais na dinâmica da mestiçagem e, principalmente, a antonímia da idealização do indígena marcante no Romantismo.

Quando tratou sobre as questões populares, como a linguagem, o estudioso amazônico as afirmou como movimentos novos, advindos da dinâmica da mestiçagem étnica e forte influência do Tupi. Para o pensador amazônico, o conto é a expressão da poesia, por traduzir as primeiras representações antropomórficas do homem, materializando metáforas e crenças acerca da existência. Com isso, observou-se em seu trabalho a marcante relação entre literatura e etnografia, ressaltada, entre outros, pela atenção dada aos estudos da poesia popular.

Dessa forma, as atividades dos jornais, as redes de relações locais, nacionais, internacionais e o conhecimento do contexto da Amazônia brasileira demonstram o compromisso do crítico amazônida com o que considerava elevação das condições sociopolíticas e, conseqüente, aprimoramento da população iletrada, empobrecida, abalada pelos males de uma escravidão que, segundo o estudioso, somente seria remediado por meio da literatura e da educação.

Desse modo, a reforma do livro de leitura reivindicada pelo crítico paraense demonstra seu tino futurista ao pensar o brasileiro forjado por assuntos modernos. Compreendeu-se que para José Veríssimo a educação despertaria um sentimento nacional mais interrogativo e menos exclamativo — inteligência política rejeitada nos tempos da colonização, deturpada na ambiência da república e ainda hoje dificultada ao povo.

A pesquisa acerca da recepção e da crítica das obras da fase de formação intelectual de José Veríssimo propiciou o conhecimento de diferentes campos do conhecimento por onde sua fortuna intelectual transitou, dos diversos leitores interessados pelas publicações, sobretudo, no intuito de conhecer as raízes históricas da Amazônia, da formação da linguagem crítica ou do projeto de educação nacional do autor. A obra de José Veríssimo demonstra-se tão atual, seja pelo surgimento dos seus novos leitores, ou pela necessidade de compreensão do tempo presente que ela desempenha.

Ressalta-se, ainda, que pela compreensão dos leitores passados e dos presentes é possível conhecer a história da recepção e da crítica da obra de José Veríssimo. Desse modo, constatou-se, por exemplo, que o modo como Francisco Prisco (1937) leu *Primeiras Páginas* (1878) considerando-a fruto da imaturidade difere da leitura de Franklin Távora (1883), que

destacou os ensinamentos históricos e reflexões filosóficas que o livro apresenta; ainda, da compreensão de João Alexandre Barbosa (1974), que observou a importância dos textos para o entendimento da linguagem crítica de José Veríssimo, ou da leitura de José Maia Bezerra Neto (1999), para quem a publicação preenche lacunas na história do pensamento brasileiro.

Sucessor de João Alexandre Barbosa quanto ao interesse pelo pensamento de José Veríssimo, Antônio Dimas (2011) ressalta o conhecimento empírico do crítico paraense, o que também foi estudado por Felipe Tavares (2018), o que reforça a existência de uma extensão intelectual encontrada nas obras do estudioso obidense. Antônio Dimas ressalta José Veríssimo como um literato, embora não seja tranquila a inserção do autor de *Cenas da Vida Amazônica* no campo da ficção, cuja etnografia decifra os aspectos culturais do Brasil.

Dessa forma, a produção literária do autor possibilita ao leitor de ontem um descobrimento da Amazônia e, aos de hoje, a compreensão da raiz histórica de problemáticas sociais e de estigmas perpetuados, dentre eles o que infere a ideia de uma região sem história, o que compromete o reconhecimento da existência de um povo que orchestra sua construção sociocultural, em uma posição diversa ao pensamento do colonizador estrangeiro propagada ao longo dos séculos.

A decepção com a política paraense e a face de um sistema social equivocado reconduziu o etnógrafo e despertou o crítico literário, que no Rio de Janeiro dedicou-se e consolidou-se como intelectual ao organizar a História da Literatura Brasileira até Machado de Assis. No decorrer dos séculos, a obra de José Veríssimo foi esquecida, mas após a publicação dos estudos de João Alexandre Barbosa, outros leitores se interessaram a compreendê-la.

A Tradição do Impasse (1974) é um trabalho mencionado por seus leitores posteriores, assim como nesta tese, que partiu da indicação do seu autor acerca da importância da fase de formação de José Veríssimo. Portanto, este trabalho somou-se a outros já realizados para construir, como indicou Machado de Assis na recepção de *Cenas da Vida Amazônica* (1899), testemunhos mais esclarecidos, bem como para colaborar com outras leituras dedicadas à produção do intelectual paraense até sua viagem irretornável no vapor "Vigilância".

BIBLIOGRAFIA GERAL

ANDRADE, Carlos Drummond. **Passeios na Ilha. Divagações Sobre a Vida Literária e Outras Matérias.** Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1952.

AGASSIZ, Louis. **Voyage au Brésil**- trad. De Félix Vogeli. Paris: Librairie Hachette, 1869.

AMORIM, Francisco Gomes de. **Os Selvagens**- Lisboa: Liv. de Mattos Moreira & Cia. 1875.

BENJAMIN, Walter. **Passagens.** Trad. Irene Aron. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira.** 34ª ed., São Paulo: Cultrix, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Trad. De Fernando Tomaz. Lisboa: Difusão Editorial, 1889. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/06/BOURDIEU-Pierre.-O-poder-simb%C3%B3lico.pdf>. Acesso em 04. 04. 2018.

CAMPINA, Júlio. **Subsídio ao Folclore Brasileiro- Anedotas sobre caboclos e portugueses, lendas, contos e canções populares; etc.** Capital Federal: Papelaria Mendes, Marques & C., 1897.

CÂNDIDO, Antônio. **Formação da Literatura Brasileira.** (1959) 4ª ed. Vol. II. São Paulo: Martins, 1971.

_____. **Literatura e Sociedade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **Cururu. Remate de Males.** Departamento de Teoria Literária IEL/UNICAMP, Número especial Antonio Candido, Campinas, 1999. Disponível em: www.iwl.unicamp.br/revista/in-dex.php/remate/artcle/download/.../3002.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade.** 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

COMPAGNON Antoine. O Leitor. In: **O Demônio da Teoria: Literatura e Senso Comum.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

COUTINHO, Afrânio. **A Literatura no Brasil.** São Paulo: Global Editora, 1969.

CRESPO, Gonçalves. **Obras Completas.** 1ª edição. Lisboa: Tavares Cardoso e Irmão-Editores, 1897. Disponível em: <https://archive.org/details/obrascompletas00cresuoft/page/26>.

CRESPO, Gonçalves. **Nocturnos.** 2ª edição. Lisboa: Tavares Cardoso e Irmão- Editores, 1882. Disponível em: https://archive.org/details/bub_gb_UB0BAAAAMAAJ/page/n5

CUNHA, Euclides da. **Um Paraíso Perdido: Reunião de Ensaio Amazônicos**- seleção e coordenação de Hildon Rocha, Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1038/573595.pdf>.

_____. **À Margem da História**. 1ª edição. Portugal: Editora Lello Brasileira S.A., 1967. Disponível em: <https://ia802705.us.archive.org/35/items/EuclidesDaCunha.AMargemDaHistoriaEditoraLelloBrasileiraS.a1967/AMargemDaHistoria.pdf>.

_____. **Um paraíso Perdido: reunião de ensaios amazônicos-seleção e coordenação de Hildon Rocha**. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2000.

CRUZ, Patrícia Cezar da. **Frey Apollonio. Um romance que o leitor brasileiro desconhece**. Nova Revista Amazônica, Bragança-Pará, ano V, v. 3, p. 55-62, 2017. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/6300>.

DARNTON, Robert. O que é a história dos livros?. In: **O beijo de Lamourette**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DENIS, Ferdinand. **Resumo da História Literária do Brasil**. Trad. Guilhermino César. Porto Alegre: Lima, 1968. 120 p.

FARIAS, William Gaia. **Republicanos Versus Democratas: Conflitos Políticos no Alvorecer republicano Paraense**. OPSIS, Catalão, v. 9, n. 13, p. 15-34, jul-dez 2009.

FERREIRA, Marcela. **Inglês de Sousa: imprensa, literatura e Realismo**. 2015. 307f. Tese (Doutorado em Letras). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/127922/000847875.pdf?sequence=1>

GARCIA, Izenete Nobre. **A circulação transatlântica de obras literárias entre Belém e Lisboa: o caso da livraria e editora de Tavares Cardoso & Irmão**. Disponível em: <http://www.espea.iel.unicamp.br/textos/IDtextos_55_pt.pdf>. Acesso em 02.06.2017.

GUIMARÃES, Leandro B. Euclides da Cunha na Amazônia: descontinuidades históricas nos modos de ver e narrar a floresta. In: **História, Ciências e Saúde – Manguinhos**: Rio de Janeiro, v.17, n.3, jul.set. 2010, p.705-718. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v17n3/08.pdf>.

GENETTE, Gérard. **Palimpsestes**. Paris: Seuil, 1982.

GUIMARÃES, Luís. **Lírica, Sonetos e Rimas**. 2ª edição. Lisboa: Tavares Cardoso e Irmão-Editores, 1886. Disponível em: https://archive.org/details/lyricasonetoser00guimgoog/page/n1_

HAMBURGER, Käte. **A Lógica da Criação Literária**. 2 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1986.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

JAUSS, Hans Robert. **A história da literatura como provocação à teoria literária**. Tradução Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1979.

LAUFER, Roger. **Introdução à Textologia**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1980.

MACHADO DE ASSIS. **Relíquias de Casa Velha**. Primeira edição. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor. 1906. Disponível Em: https://Digital.Bbm.Usp.Br/Bitstream/Bbm/4776/1/002121_Completo.Pdf. Acesso em 13.04.2018.

MAGALHÃES, José Vieira Couto de. **O Selvagem**. Rio de Janeiro: Typographia da Reforma, 1876.

_____. **Região e Raças Selvagens do Brasil. Memória onde se estuda o homem indígena- Debaixo do Ponto de Vista Physico e Moral e, Como Elemento de Riqueza, e Auxiliar para a aclimação do Branco nos Climats Intertropicais**. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro & C, 1874.

MOREIRA, Maria Eunice. **História da Literatura: Algumas Considerações Teóricas**. Vida, Santa Maria, v.21, n. 37, p. 121-129, jan. -jun. 2002.

MARTIUS, Carl Friedrich von. **Frey Apollonio – Um Romance do Brasil**. São Paulo. Tradução e apresentação: Erwin Theodor. Editora Brasiliense. 1992. Disponível em: https://archive.org/details/isbn_8511181911/page/122/mode/2up.

MÉRIAN, Jean Yves. **Aluísio Azevedo, Vida e Obra: (1857-1913)**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo Banco Sudameris; Brasília: INL, 1988.

PEREIRA, Lúcia Miguel. **História da Literatura Brasileira: Prosa de Ficção (de 1870 a 1920)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

PRESSLER, Gunter Karl. **Três Leitores: A Contribuição da Escola de Constança para o Estudo da Literatura**. Revista Moara, Belém, v. 1, n. 12, p. 19-41, 1999. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/3103/3547>>. Acesso em 04.01. 2016.

REIS, Artur César Ferreira. Euclides e o paraíso perdido. In. **Um Paraíso Perdido**. Euclides da Cunha. Brasília: Senado Federal, 2000.

RODRIGUES, Barbosa. **Ídolo Amazônico achado no Rio Amazonas**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Thypographia de Brown & Evaristo, 1875. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000011625&bbm/417#page/1/mode/2up>. Acesso em 25.06.2019.

RODRIGUES, Luciane Candido. **A Construção do Conceito de Popular em Theodor Adorno**. São Paulo. 2012. Disponível em: < <http://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/8811/Publico-8811.pdf?sequence=4&isAllowed=y> >. Acesso em 24.12.2017.

ROMERO, Silvio. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro, 1888.

_____. **Zeuerissimações Ineptas Da Crítica: Repulsas e Desabafos**. Porto: Oficina do Comércio do Porto, 1909.

_____. **Cantos Populares do Brasil**. Vol. I. Lisboa: Nova Livraria internacional, 1883.

SCHMID, Wolfgang. **Narratology: An Introduction**. Berlin/New York: Gruyter, 2010.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará: Sob o Regime da Escravidão**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Belém: UFPA, 1971. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/48>. Acesso em:

_____. Introdução. SOUSA, Inglês de. **História de um Pescador; Cenas da Vida do Amazonas**. Belém: Fundação Cultura do Pará Tancredo Neves/ Secretaria de Estado de Cultura, 1990.

SOUSA, H. Inglês de. **História de um Pescador**. Belém: EDUFPA, 2007.

SCHLEIERMACHER F. D. **Hermenêutica: Arte e Técnica da Interpretação**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Literatura Brasileira**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

_____. **História da Literatura Brasileira**. São Paulo: Difel, 1982.

_____. **História da Literatura Brasileira: Seus Fundamentos Econômicos**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1969.

SOUSA, Inglês de. **O Missionário**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1992

_____. **Contos Amazônicos**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2005.

SPIVAK, Gayatri Chakravort. **Pode o Subalterno Falar?** Tradução de Sandra R. Goulart Almeida; Marcos Feitosa; André Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. Disponível em: <https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2013/10/spivak-pode-o-subalterno-falar.pdf>. Acesso em 23.04.2017.

STIERLE, Karlheinz. Que significa a recepção dos textos ficcionais. In: LIMA, Luiz Costa. **A Literatura e o Leitor: Textos de Estética de Recepção**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

VODIČKA, Felix. A História da Repercussão das Obras Literárias. In: TOLEDO, Dionísio (org.). **Círculo Linguístico de Praga: Estruturalismo e Semiologia**. Trad. Zênia de Faria *et al.* Porto Alegre: Globo, 1978.

WELLEK, René; WARREN, Austin. História Literária. In: **Teoria da Literatura**. Trad. José Palla e Carmo. 5ª. ed. Lisboa: Europa-América, [19--].

BIBLIOGRAFIA ATIVA

Correspondência de Franklin Távora a José Veríssimo, Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1882. In: Coleção do Arquivo da Academia Brasileira de Letras.

Correspondência de Franklin Távora a José Veríssimo, Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1882. In: Coleção do Arquivo da Academia Brasileira de Letras.

Correspondência de Franklin Távora a José Veríssimo, Rio de Janeiro, 21 de abril de 1883. In: Coleção do Arquivo da Academia Brasileira de Letras.

Correspondência de Machado de Assis para José Veríssimo, Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1895. Fonte: Revista da Academia Brasileira de Letras, XXXIII, nº 103, jul. 1930.

Correspondência de Machado de Assis para José Veríssimo, Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1896. Fonte: Revista Brasileira, Tomo X, 58.o fascículo. | Rio de Janeiro, 1897.

Correspondência de José Veríssimo para Machado de Assis. Nova Friburgo, 27 de novembro de 1897. Fonte: Manuscrito Original, Arquivo ABL.

Correspondência de Machado de Assis para José Veríssimo, Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1897. Fonte: Revista da Academia Brasileira de Letras, XXXIII, nº 103, jul. 1930.

Correspondência de Machado de Assis para José Veríssimo, Rio de Janeiro, 18 de novembro [de 1898]. Fonte: Revista da Academia Brasileira de Letras, XXXIII, |nº 103, jul. 1930.

Correspondência de Machado de Assis para José Veríssimo, Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1898. Fonte: Manuscrito Original, Arquivo ABL.

Correspondência de José Veríssimo para Machado de Assis. Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1898. Fonte: Manuscrito Original, Arquivo ABL.

Correspondência de José Veríssimo para Machado de Assis. Rio de Janeiro, 12 de junho de 1899. Fonte: Manuscrito Original, Arquivo ABL.

Correspondência de Machado de Assis para José Veríssimo, Rio de Janeiro, 19 de março de 1900. Fonte: Manuscrito Original, Arquivo ABL.

Correspondência de Euclides da Cunha para José Veríssimo. Manaus, 13 de janeiro de 1905.
Correspondência de Euclides da Cunha para José Veríssimo. Manaus, 10 de março de 1905.

Correspondência de José Veríssimo à sua noiva. Revista da Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro, 1931. Academia Brasileira de Letras. Epistolário Acadêmico, ano XXII, nº 120, v. XXXVII. p. 492.

VERÍSSIMO, José. **O Serão**. O Liberal do Pará- Folhetim (PA). 23 de setembro de 1877, p. 1. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **Crônica Teatral - A Abertura do Teatro da Paz**. O Liberal do Pará- Folhetim (PA). 17 de fevereiro de 1878, p. 1. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **Crônica Teatral -A Crítica ao Teatro e a nossa crônica**. O Liberal do Pará- Folhetim (PA). 10 de março de 1878, p. 1. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **Crônica Teatral - O Saltimbanco**. O Liberal do Pará- Folhetim (PA). -- de 1878, p. 1. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **Crônica Teatral - O Paralítico**. O Liberal do Pará- Folhetim (PA). 17 de março de 1878, p. 1. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **Crônica Teatral - A Torre em Concurso**. O Liberal do Pará- Folhetim (PA). 31 de março de 1878, p. 1. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **Crônica Teatral - Lembrança**. O Liberal do Pará- Folhetim (PA). 14 de abril de 1878, p. 1. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **Crônica Teatral - Luxo e Vaidade**. O Liberal do Pará- Folhetim (PA). 12 de maio de 1878, p. 1. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **Do Pará a Óbidos**. O Liberal do Pará- Folhetim (PA). 17 de maio de 1877, p. 1. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **Crônica Teatral - Novos Artistas.** O Liberal do Pará- Folhetim (PA). 2 de junho de 1878, p. 1. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **Crônica Teatral - Comédias e Cenas cômicas.** O Liberal do Pará- Folhetim (PA). 7 de julho de 1878, p. 1. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **Crônica Teatral - Os Lazaristas.** O Liberal do Pará- Folhetim (PA). :21 de julho de 1878, p. 1. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **A Batalha de Tuyuty.** O Liberal do Pará- Folhetim (PA). 24 de maio de 1878, p. 1. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **A Batalha do Riachuelo.** O Liberal do Pará- Folhetim (PA). 11 de julho de 1878, p. 1. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **O Cântico dos Cânticos.** O Liberal do Pará- Folhetim (PA). :28 de julho de 1878, p. 1. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **O Cântico dos Cânticos.** O Liberal do Pará- Folhetim (PA). 8 de agosto de 1878, p. 1. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **O Cântico dos Cânticos.** O Liberal do Pará- Folhetim (PA). 9 de agosto de 1878, p. 1. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **Cânticos populares no Brasil.** O Liberal do Pará- Folhetim (PA). 19 de janeiro de 1879, p. 1. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **A Modinha e a Canção Popular dos Cânticos.** O Liberal do Pará- Folhetim (PA). 26 de janeiro de 1879, p. 1. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **O Canto Popular.** O Liberal do Pará- Folhetim (PA). 2 de fevereiro de 1879, p. 1. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **O Canto Popular.** O Liberal do Pará- Folhetim (PA). 9 de fevereiro de 1879, p. 1. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Lisboa e o Centenário de Camões.** A Província do Pará. Ciências, Letras e Artes (PA). 4 de agosto de 1880, p. 1. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **Lisboa e o Centenário de Camões.** A Província do Pará. Ciências, Letras e Artes (PA). 5 de agosto de 1880, p. 1. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **Carta de um Viajante.** A Província do Pará- A Província do Pará. Ciências, Letras e Artes (PA). 7 de agosto de 1880, p. 1. n: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **Os Congressos de Lisboa-** A Província do Pará. Ciências, Letras e Artes (PA). 17 de outubro de 1880, p. 1. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **Os Congressos de Lisboa-** A Província do Pará. Ciências, Letras e Artes (PA). 7 de novembro de 1880, p. 1. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **Emílio Littré- Continuação.** Gazeta de Notícias (PA). 1 de julho de 1881, p. 2. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **Emílio Littré- Conclusão.** Gazeta de Notícias (PA): 3 de julho de 1881, p. 2. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **O Batismo de Littré.** Gazeta de Notícias (PA). 7 de julho de 1881, p. 2. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **À Boa Nova.** Gazeta de Notícias- Ineditorial (PA). 12 de julho de 1881, p. 3. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____. **O Positivismo e a Boa Nova.** Gazeta de Notícias (PA). 16 de julho de 1881, p. 2. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Recepção ao Maestro Carlos Gomes.** O Liberal do Pará- Folhetim (PA). 27 de julho de 1882, p. 2. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Carlos Gomes.** Gram-Pará. 29 de julho de 1882, p. 1. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **Fundação do Jardim de Infância no Colégio Americano.** O Liberal do Pará- Nota (PA). 23 de abril de 1884, p. 2. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **Colégio Americano. Discurso proferido pelo diretor sr. José Veríssimo por ocasião do encerramento solene das aulas ano letivo de 1885.** 19 de novembro de 1885, p. 2. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **Do Espírito e Caráter das Rebeliões Paraenses- Motins Políticos do Pará- Por Domingos Raiol (Barão do Guajará).** O Liberal do Pará- Folhetim (PA). 2 de agosto de 1885, p. 1. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **José Veríssimo Defende-se das Acusações Publicadas no Diário do Gram-Pará, Afirmado que a Viagem à Europa foi Realizada com Recursos Próprios.** 15 de novembro de 1889, p. 2. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____. **A Conferência do Bispo.** A República: órgão do Club Republicano (PA). 19 de dezembro de 1886, p. 3. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **A Conferência do Bispo.** A República: órgão do Club Republicano (PA). 21 de dezembro de 1886, p. 3. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **A Conferência do Bispo.** A República: órgão do Club Republicano (PA). 22 de dezembro de 1886, p. 2. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **A Reforma do Liceu.** A República: órgão do Club Republicano (PA). 23 de agosto de 1890, p. 1. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Colégio Americano: Discurso Pronunciado pelo Diretor por Ocasião do Encerramento das Aulas.** A Província do Pará. Ciências, Letras e Artes (PA). 27 de novembro de 1887, p. 1. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **Construção do Liceu de Artes e Ofícios.** Amazônia. (PA). 19 de maio de 1888, p. 2. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Liceu de Artes e Ofícios- Celebração da lei 13 de maio e a redenção de 800 mil cativos.** 19 de maio de 1888, p. 2. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____. **O Romance Naturalista no Brasil.** A Província do Pará. Ciências, Letras e Artes (PA). 18 de janeiro de 1889. p. 1. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **O Romance Naturalista no Brasil.** A Província do Pará. Ciências, Letras e Artes (PA). 19 de janeiro de 1889. p. 1. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **O Romance Naturalista no Brasil.** A Província do Pará. Ciências, Letras e Artes (PA). 20 de janeiro de 1889. p. 1. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **O Romance Naturalista no Brasil.** A Província do Pará. Ciências, Letras e Artes (PA). 22 de janeiro de 1889. p. 1. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **O Romance Naturalista no Brasil.** A Província do Pará. Ciências, Letras e Artes (PA). 23 de janeiro de 1889. p. 1. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **Escola de Artes e Ofício: 1º Aniversário da Extinção da Escravidão no Brasil.** A Província do Pará. Ciências, Letras e Artes (PA). 16 de maio de 1889. p.1. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **A Lavadeira.** A Província do Pará. Ciências, Letras e Artes (PA). 10 de dezembro de 1889. p.1. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana. 16 de maio de 1889. p.2. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **Conferência feita por José Veríssimo na Sessão Celebrada pelo Clube Para Solenizar o Primeiro Aniversário de Extinção da Escravidão do Brasil.** 16 de maio de 1889. p.1. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **O Lundum.** A Província do Pará. Ciências, Letras e Artes (PA). 15 de dezembro de 1889. p. 2.

_____. **A Revista de Educação e Ensino.** 25 de setembro de 1890, p.2. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Discurso de abertura como diretor da Instrução Geral.** A república: Órgão do Club Republicano (PA). 23 de maio de 1890, p. 1. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____. **A Revista de Educação e Ensino.** A República: órgão do Club Republicano (PA). 23 de setembro de 1890, p. 1. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____. **A Revista de Educação e Ensino II.** A República: órgão do Club Republicano (PA). 25 de setembro de 1890, p. 2. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____. **A Filosofia de um poeta.** A República: órgão do Club Republicano (PA). 1 de dezembro de 1891, p. 2. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

C) MANUSCRITOS

VERÍSSIMO, José. **A Educação Nacional.** Manuscritos. Belém (PA), 225 p.

_____. **História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908).** Manuscritos. Belém (PA), 1.130 p.

_____. **Discurso Proferido por José Veríssimo, Diretor Geral da Instrução Pública, em 13 de Maio de 1891, por Ocasião de se Inaugurar o Museu.** Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia (PA). Belém-Pará, Vol. I. n. I, 1894, p. 1 a 8.

_____. **D. S. Ferreira Penna. Notícia Biográfica, por José Veríssimo.** Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia (PA- Belém-Pará, Vol. I. n. I, p. 56 a 73, 1894.

_____. **Os ídolos Amazônicos. Um novo Documento.** Revista Amazônica. Belém-Pa. I Tomo, ano I. nº 1, p. 32-40, março/1883.

_____. **A Linguagem Popular Amazônica.** Revista Amazônica. Belém-Pa. I Tomo, ano I. nº 2, p. 48-57, março/1883.

_____. **A Linguagem Popular Amazônica.** Revista Amazônica. Belém-Pa. I Tomo, ano I. nº 3, p. 86-93, maio/1883.

_____. **A Linguagem Popular Amazônica- Palavras de Origem Tupi-Guarani usadas pela gente amazônica e em prática corrente na região.** Revista Amazônica. Belém-Pa. I Tomo, ano I. nº 4, p. 135-142, junho/1883.

_____. **Cenas da Vida Amazônica- O Boto.** Revista Amazônica. Belém-Pa, I Tomo, ano I. nº 5, p. 145-156, Julho/1883.

_____. **O Movimento Intelectual Brasileiro nos Últimos Dez Anos.** Revista Amazônica. Belém-Pa. I Tomo, ano I. nº 5, p. 167-177, julho/1883.

_____. **Cenas da Vida Amazônica- O Boto.** Revista Amazônica. Belém-Pa. I Tomo, ano I. nº 6, p. 185-195, agosto/1883.

_____. **Tradições, Crenças e Superstições amazônicas.** In: Revista Amazônica. Belém-Pa. I Tomo, ano I. nº 6, p. 205-214, agosto/1883.

_____. **Tradições, Crenças e Superstições Amazônicas.** In: Revista Amazônica. Belém-Pa. II Tomo, ano I. nº 6, p. 6-11, setembro/1883.

_____. **Cenas da Vida Amazônica- O Boto.** In: Revista Amazônica. Belém-Pa. II Tomo, ano I. nº 6, p. 21 a 30 e 30 a 35, 1883.

_____. **As Populações Indígenas e Mestiças na Amazônia.** In: Revista Amazônica. Belém-Pa. II Tomo, ano II. Nº 8 e 9, p. 68-75, janeiro e fevereiro de 1884.

_____. **O Crime do Tapuio.** Revista Arena. Belém-Pa. Vol. I, p. 1 de maio de 1887.

_____. **O Crime do Tapuio.** Revista Arena. Belém-Pa. Vol. II, p.1, 8 de maio de 1887.

_____. **O Crime do Tapuio.** Revista Arena. Belém-Pa. Vol. IV, p.1, 22 de maio de 1887.

_____. **As Populações Indígenas e Mestiças da Amazônia: Suas Linguagens, Suas Crenças e Seus Costumes.** Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo L, Parte Primeira, p. 295-390. Rio de Janeiro: Tipografia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Averissimo-1887-%20populacoes/verissimo_1887_populacoes.pdf. Acesso em: 22.04.2017.

_____. **A Religião dos Tupis-Guaranis.** Revista Brasileira. Tomo 9. Ano 3. p. 69-87, julho a setembro de 1881 Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=139955&pasta=ano%20188&pesq=>. Acesso em: 13.06.2016

_____. **Primeiras Páginas.** 1ª ed. Belém: Tipografia Gutenberg, 1878.

_____. **Cenas da Vida Amazônica.** 1ª ed. Lisboa: Editora Tavares Cardoso & C, ^a, 1886.

_____. **Cenas da Vida Amazônica.** 2ª ed. Lisboa: Editora Laemmert editora, 1889. Disponível na Biblioteca Pública Arthur Viana. Exemplar digitalizado disponível em: <http://www.fcp.pa.gov.br/2016-11-24-18-22-47/scenas-da-vida-amazonica>

_____. **Estudos Brasileiros.** 1ª ed. Pará: Editores- Tavares Cardoso & C, ^a. 1889.

_____. **A Educação Nacional.** 1ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1890.

_____. **A Educação Nacional.** 4ª ed. Minas Gerais: Editora PUC Minas, 2013.

_____. **A Pesca na Amazônia,** 1ª edição, Rio de Janeiro: Tipografia Confiança, 1895.

_____. **Estudos de Literatura Brasileira**- 1ª série. 1ª ed. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro Editor, 1910.

_____. **História da Literatura Brasileira**, 1ª. ed., Rio de Janeiro: editora José Olympio, 1916.

_____. **Discurso Pronunciado Por José Veríssimo, Diretor Geral da Instrução Pública, Perante o Governador do Estado, Capitão Tenente Bacelar Pinto Guedes, por ocasião de se Inaugurar o Museu, Restaurado em 13 de Maio de 1891.** Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia. Pará, p. 6, 1884.

_____. **D. S. Ferreira Pena. Notícia Sobre Sua Vida e Trabalhos.** Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia. Pará, p. 57, 1895.

_____. **O Estado Atual dos Conhecimentos Sobre os índios do Brasil, Especialmente Sobre os índios da Foz do Amazonas no Passado e no Presente.** Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia. Pará, p. 404, 1898.

_____. **Formation Historique De La Nationalité Brésilienne-** Série De Conférences Fastes En Sorbonne- Avec Une Préfac E De M. E. Martinech e Professeur À L'université De Paris Et Un Avant-Propos De M. José Verissimo De L'académie Brésilienne« PARIS-7 de maio de 1911.

Bulletin de L'Association Littéraire Internationale –Congress de Lisbonne- Númer 10, Octobre. Bureaux & Bibliothèque : 51, rue Vivienne- Paris, 1880. In: Plataforma Gallica. Biblioteca Nacional da França.

_____. **Expose ses idées sur les populations anciennes du Brésil et leurs origines.** In: Congrès International d'Anthropologie et d' Archéologie Pré-historiques- Dixième session- Tenue à Paris du 19 au 27 Aout, compt. Rendu. Paris, Imprimerie Nationale, 1889. In: Plataforma Gallica da Biblioteca Nacional da França. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k97874809>

_____. **A Instrução Pública no Estado do Pará em 1890: Relatório Apresentado ao Ex Sr. Dr. Justo Leite Chermont - Governador do Estado.** Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna. Exemplar digitalizado disponível em: <http://www.fcp.pa.gov.br/2016-12-19-15-31-01/a-instrucao-publica-no-estado-do-para-em-1890-relatorio-apresentado-ao-ex-sr-dr-justo-leite-chermont-governador-do-estado-por-jose-verissimo>.

_____. **Notícia Geral Sobre o Colégio Americano.** Belém, Pará: Tipografia de Pinto Barbosa & C., 1888.

PARÁ. Regulamento Geral da Instrução Pública e Especial do Ensino Primário do Estado do Pará. Typographia “A Província do Pará”. Nº. 17, Pará. 1890. Fonte: Arquivo Público do estado do Pará. Secretaria do Governo. Série: Portarias Diversas. Códice:1890.

BIBLIOGRAFIA PASSIVA

A CONSTITUIÇÃO: ÓRGÃO DO PARTIDO CONSERVADOR - EXPEDIENTES DO GOVERNO (PA). **Nomeação Para Oficial da Secretaria do Governo.** 18 de janeiro de dezembro de 1882, p.1. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____. **José Veríssimo Assume o Cargo de Bibliotecário da Biblioteca Pública.** 02 de setembro de 1881, p. 1. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Comissão da Constituição do Pará.** 3 de agosto de 1890. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Diretor da Instrução Pública.** 08 de outubro de 1890, p. 2. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Divulgação de A Educação Nacional.** 24 de outubro de 1890, p. 2. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Defesa de José Veríssimo das Acusações de Juvenal Tavares.** 27 de outubro de 1890. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A REPÚBLICA: ÓRGÃO DO PARTIDO REPUBLICANO (PA). **Nota sobre o Discurso de José Veríssimo como Diretor Geral da Instrução Pública.** Em 23 de maio de 1890, p.1. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Comissão da Constituição do Pará.** 3 de agosto de 1890. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____. **A Reforma do Liceu.** 23 de agosto de 1890, p. 1. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Diretor da Instrução Pública.** 08 de outubro de 1890, p. 2. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Divulgação de A Educação Nacional.** 24 de outubro de 1890, p. 2. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Defesa de José Veríssimo das Acusações de Juvenal Tavares.** 27 de outubro de 1890. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Notícia da Partida de José Veríssimo,** 22 de maio de 1891. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

DIÁRIO DE BELÉM: FOLHA POLÍTICA, NOTICIOSA E COMERCIAL (PA). **Palestra de José Veríssimo sobre Marquês de Pombal no Grêmio Português.** 7 de maio de 1882. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Nota Sobre Palestra de José Veríssimo- O Movimento Intelectual Brasileiro nos Últimos 10 anos.** 14 de julho de 1883. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

DIÁRIO DO GRAM-PARÁ. **Despacho do Presidente da Província Sobre o Fechamento do Colégio Americano.** 26 de dezembro de 1885. p. 2. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Reabertura do Colégio Americano.** Edição 00293 (1) - 26 de dezembro, p. 1. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

CARPEAUX, Otto Maria. **O Passado e as Auroras.** O Estado de São Paulo- Suplemento Literário - O centenário de José Veríssimo, São Paulo, 04 de outubro de 1958, p. 35.

GAZETA DE NOTÍCIAS (PA). **A Publicação do Estudo Sobre os Tupi-Guarani na Revista Brasileira.** 09 de agosto de 1881, p. 2. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

GAZETA DE NOTÍCIAS (PA). **O Concurso da Cadeira de Francês do Lyceu Paraense.** 7 de julho de 1881, p. 2. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

GAZETA DO NORTE-ÓRGÃO LIBERAL. **Entre Clubes.** 12 de fevereiro de 1890, p.3. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

JORNAL DO PARÁ. **Despacho de Jovencio Para Óbidos.** 5 de novembro de 1868, p. 1. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Atuação na Câmara de Óbidos.** 1868, 27 de outubro de 1868, p. 1. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Exoneração do Cargo de Delegado de Polícia.** 9 de fevereiro de 1870, p. 1. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Nomeação Para o Cargo de Delegado Literário da Cidade de Óbidos.** 6 de julho de 1871, p. 1

MACHADO DE ASSIS. **Cenas da Vida Amazônia: Um livro.** Gazeta de Notícias. janeiro de 1889. In: Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

O DEMOCRATA: ÓRGÃO DO PARTIDO REPUBLICANO DEMOCRÁTICO (PA). **Desavença dos jornais A República e A Província envolvendo José Veríssimo.** 5 de outubro de 1890 p. 2. In: Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Divulgação da Obra A Educação Nacional.** 3 de setembro de 1890. p. 2. In: Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

_____. **José Veríssimo Pede a Juvenal que Não Escrevesse Mais Sobre Ele.** 22 de novembro de 1890. p. 2. In: Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Divulgação do Livro Coração - de Edmundo Amicis Com Estudo de José Veríssimo.** 26 de maio de 1893, p. 2. In: Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

O LIBERAL DO PARÁ (PA): ÓRGÃO DO PARTIDO REPUBLICANO. **Endereço do Dr. José Veríssimo**. 19 de março de 1876, p. 3. In: Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Nota Sobre a Publicação do Livro *Primeiras Páginas***. 28 de abril de 1878, p. 1. In: Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Candidatura ao Cargo de Secretária Oficial da Presidência**. 21 de dezembro de 1878, p.1. In: Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Nomeação ao Cargo da Secretaria Oficial da Presidência**. 31 de dezembro de 1878, p.1. In: Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Candidatura ao Cargo da Secretaria Oficial da Presidência**. 31 de dezembro de 1878, p. 1. In: Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Nota Sobre o Brinde Feito por José Veríssimo no Almoço aos Congressistas da Associação Literária Internacional, em Lisboa**. 29 de outubro de 1880, p.1. In: Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Nota Sobre a Participação de José Veríssimo no Congresso Internacional de Lisboa**. 25 de novembro de 1880, p. 1. In: Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Nota Sobre a Publicação do Primeiro Número da *Revista Amazônica***. 6 de março de 1883, p. 2. In: Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional

_____. **Protesto do Partido Liberal Contra as Forças Militares Chefiadas por Paes de Carvalho, por Ocasião da Tomada da Presidência da Província do Pará**. 17 de novembro de 1889, p.1. In: Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Boletim do Clube Militar declarando o Clube Nacional de José Veríssimo antipatriótico**. 7 de dezembro de 1889, p. 2. In: Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Nota Sobre a Participação de José Veríssimo no Congresso de Antropologia Pré-histórica**. 19 de setembro de 1889. In: Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

_____. **José Veríssimo é designado ao cargo de Bibliotecário Público**. 3 de setembro de 1881, p.1. In: Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Solicitação De Um Ano de Licença para tratamento de saúde**. 2 de março de 1880, p.2. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **Embarque Para Lisboa**. 23 de março de 1880, p.2. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **Terceira Discussão na Câmara sobre o Pedido Licença para Tratamento de Saúde**. 6 de maio de 1880, p. 2. In: Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Nomeação Para o Cargo de Bibliotecário.** 3 de setembro de 1880, p. 1. In: Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Notícias da Participação de José Veríssimo no Congresso Internacional.** 29 de outubro de 1880, p. 1. In: Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Participação no Congresso Internacional.** 25 de novembro de 1880, p. 1. In: Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Nota Sobre Retorno de José Veríssimo ao Pará.** 15 de dezembro de 1880, p. 1. In: Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Nota sobre o Colégio Americano.** 3 de setembro de 1881, p. 2. In: Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Publicação da Revista Amazônica.** 6 de março de 1883, p. 2. In: Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Instalação da Sociedade Paraense Promotora de Instrução- O método Frobel.** 3 de maio de 1883, p. 3. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Nota Anunciando Conferência de Domingos J. B. de Almeida.** 5 de junho de 1883, p. 3. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Nota Anunciando Conferência de Tito Franco- “A Mãe de Família.** 7 de junho de 1883, p. 3. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Nota Anunciando Conferência de José Veríssimo- O Movimento Intelectual Brasileiros nos últimos dez anos.** 14 de julho de 1883, p. 3. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Notícia sobre a Abertura do Colégio Americano Marcada para Janeiro de 1884.** 12 de dezembro de 1883, p. 3- In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Fundação do Primeiro Jardim de Infância.** O Liberal do Pará, 23 de abril de 1884, p. 2. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **Discurso do Encerramento do Ano Letivo no Colégio Americano.** Data: Quinta-feira-19 de novembro de 1885, p. 2. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____. **Participação no Congresso de Antropologia Pré-Histórica.** 27 de julho de 1889, p. 2. In: Setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana.

_____. **Colégio Americano- “O Operário da Civilização Futura da Amazônia”.** 20 de novembro de 1888, p.2-. In: In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

PEREIRA, Lúcia Miguel. **Cenas da Vida Amazônica.** O Estado de São Paulo. Suplemento literário- O centenário de José Veríssimo. 13 de abril de 1957. Disponível em:

<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19570413-25137-nac-0004-lit-4-not/busca/Cenas+Vida+Amaz%C3%B4nica>. Acesso em: 26.05.2017.

ROHAN, Beaurepaire. **Glossário de Vocábulo Brasileiros, Compreendendo Tanto Aqueles que são Derivados de Línguas Conhecidas, como Aqueles cuja Origem é Ignorada**. Gazeta Literária, Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1883, p. 4. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

SARAIVA, João. **Ao sr. José Veríssimo-Educador reformado**. Diário de Belém: Folha Política, Noticiosa e Comercial (PA). 13 de dezembro de 1885, p. 5. In: Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

VALLE, Cabral. **Achegas ao Estudo do Folclore Brasileiro**. Gazeta Literária, Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1884, p. 1. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

CASTILHO, Mariana Moreno. **O Indígena no Olhar de José Veríssimo**. 2012. Tese (Doutorado em História - Programa de Pós-Graduação em História), Universidade de São Paulo, São Paulo. 2012. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-17012013-142816/publico/2012_MarianaMorenoCastilho_VCorr.pdf. Acesso em 03. 06. 2016.

FRANÇA, Maria de Perpetuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. **Veríssimo (1857-1916) e a Educação Brasileira Republicana: Raízes da Renovação Escolar Conservadora**. Tese (Doutorado em Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação), Universidade de Campinas, Campinas, 2004. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/253582/1/Franca_MariadePerpetuoSocorroGomesdeSouzaAvelinode_D.pdf. Acesso em: 28 março de 2017.

MORAES, Felipe Tavares de. **José Veríssimo (1857-1896), Um Intelectual Amazônico. Geração de 1870 e a Educação no Gram-Pará. (1877-1891)**. Tese (Doutorado em Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo), São Paulo, 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/Aline/Downloads/FELIPE_TAVARES_DE_MORAES_rev%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Aline/Downloads/FELIPE_TAVARES_DE_MORAES_rev%20(3).pdf). Acesso em 28.09.2019.

SILVA, Lutero Rodrigues. **Carlos Gomes, Um Tema em Questão: A Ótica Modernista e a Visão de Mário de Andrade**. Tese (Doutorado em música - Programa de Pós-Graduação em Música, Universidade de São Paulo), São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27157/tde-26102010-163812/publico/994500.pdf>. Acesso em 05.04.2020.

ANANIAS, VILMAR HENRIQUE. **A Construção da Identidade do Crítico Literário A Partir de Argumentos Morais em Artigos de José Veríssimo**. Dissertação (Mestrado em Letras - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de São João Del-Rei), Minas Gerais. 2008. Disponível em: https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/mestletras/DISSERTACOES_2/argumentos.pdf. Acesso em: 01.09.17.

FABRES, Viana Sandro. **José Veríssimo: Tendências e Tensões na Escrita da História da Literatura Brasileira**. Dissertação (Mestrado em Letras -Programa de Pós-Graduação em

Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Rio Grande do Sul, 2005. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/2670/sandrofabres.pdf?sequence=1>. Acesso em: 29.010.2016.

LOPES, Alves Rosana. **José Veríssimo Dias de Matos: Um Crítico na Direção do Gynasio Nacional (1892-1898)**. Dissertação (Mestrado em Educação –Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense), Niterói, 2006. Disponível em <https://docplayer.com.br/73867565-Universidade-federal-fluminense-centro-de-estudos-sociais-aplicados-faculdade-de-educacao-mestrado-em-educacao-rosana-llopis-alves.html>. Acesso em: 11.10.2016, às 14:13h.

PAMPLONA, Alessandra Greyce Gaia. **A Consagração Periódica de José Veríssimo (1877-1884)**. Dissertação (Mestrado em Letras - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Pará), Belém-Pará, 2009. Disponível em: http://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/1984/1/Dissertacao_ConsagracaoPeriodicaJose.pdf. Acesso em 18.06.2016.

SOUSA, Marlucy do Socorro Aragão de. **Raça e Educação na América Latina: Um Estudo Comparado do Pensamento de José Veríssimo (Brasil/1857-1916) e José Ingenieros (Argentina/1877-1925)**. Dissertação (Mestrado em Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação- Universidade Federal do Pará., Belém- Pa, 2014.

SILVA, Aline Costa da. **Travessia no Rio-Tempo: A História e a Recepção de Cenas da Vida Amazônica (1886), de José Veríssimo**. Dissertação (Mestrado em Linguagens e Saberes da Amazônia - Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes da Amazônia, Universidade Federal do Pará), Bragança-Pará, 2016. Disponível em: <http://ppls.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2015/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Aline%20Costa%20da%20Silva%20-%20Vers%C3%A3o%20Final.pdf>

SILVA, Lêda Valéria Alves da. **José Veríssimo: Ciência e Educação Feminina no Século XIX**. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemáticas - Programa de Pós-Graduação em Educação e Ciências da Matemática, Universidade Federal do Pará), Belém-Pará, 2012. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/3811/1/Dissertacao_JoseVerissimoCiencia.pdf. Acesso em 11.10.2016.

ARAÚJO, Sônia Maria da Silva. José Veríssimo: Vida, obra e personalidade. In: (org). **José Veríssimo: Raça, Cultura e Educação**. Belém: EDUFPA, 2007.

BARBOSA, João Alexandre. **A Tradição do Impasse: A Linguagem da Crítica e a Crítica da Linguagem em José Veríssimo**. São Paulo: Ática, 1974.

BARBOSA, João Alexandre. **José Veríssimo- Teoria, Crítica e História Literária**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.1978.

BARBOSA, João Alexandre. **A Biblioteca Imaginária**. São Paulo: Ateliê Editorial. 2003.

BOSI, Alfredo. Prefácio. In: BARBOSA, João Alexandre. **A Tradição do Impasse: A Linguagem da Crítica e a Crítica da Linguagem em José Veríssimo**. São Paulo: Ática, 1974.

CARVALHO, Ronald de. **Pequena História da Literatura Brasileira**. 6ª edição. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia editores, 1937.

CARVALHO, Adherbal de. **O Naturalismo no Brasil**. 1ª edição. São Luís, MA: Livraria Contemporânea. 1894. Disponível em: <https://www.portalcatarina.ufsc.br/documentos/?action=download&id=43989>. Acesso em 21.09.2019.

CAVAZOTTI, Maria Auxiliadora. **O Projeto Republicano de Educação Nacional na Versão de José Veríssimo**. São Paulo: Annablume, 2003.

DIMAS, Antônio. “Introdução”. Em VERÍSSIMO, José. **Cenas da Vida Amazônica**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

JUNIOR, Campina. **Subsídio ao Folclore Brasileiro. Anedotas Sobre Caboclos e Portugueses; Lendas, Contos e Canções Populares**. Capital Federal. Papelaria Mendes & C. 1897. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518676>.

ASSIS, Machado. **Obra Completa**, vol. 3, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

MERON, Martin Garcia. **El Brasil Intelectual- Impresiones y Notas Literarias**. Buenos Aires: Félix La Joane Editor. 1900. Disponível em: <https://ia800300.us.archive.org/29/items/elbrasilintelect00garc/elbrasilintelect00garc.pdf>.

MERQUIOR, José Guilherme. **De Anchieta a Euclides da Cunha. Breve História da Literatura Brasileira**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

MONTENEGRO, Olívio. **José Veríssimo-Crítica**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1958.

NETO, José Maia Bezerra. Os Males da Nossa Origem: O Passado Colonial Através de José Veríssimo. In. **Terra Matura: Historiografia e História Social na Amazônia**. Belém-Pará: Ed. Pakatatu, 2002.

PRISCO, Francisco. **José Veríssimo. Sua Vida e suas Obras**. Rio de Janeiro: Bedeschi, 1937.

RENAULT, Delso. **A Vida Brasileira no Final do Século XIX. Visão Sócio-Cultural e política de 1890 a 1901**. Rio de Janeiro: José Olympio. 1987.

ROMERO, Silvio. **História da Literatura Brasileira**. 7ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio: 1980. Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000117.pdf> >. Acesso em 31 de maio de 2017.

_____. **A Evolução do Lirismo Brasileiro**. Recife: Tip. De J. B. Edelbrock, 1905.

SILVA, Aline Costa da. Para quem a Civilização foi Madrasta: Questão de Identidade e Recepção Crítica na Ficção de José Veríssimo In: ALENCAR, Larissa Fontenele de; JÚNIOR,

Fernando Alves da Silva. **Reflexões, Diálogos e Práticas no Ensino de Língua e Literatura**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2016

SILVA, C. Aline. Identidade étnica e Relações de Poder no texto literário de José Veríssimo. In. Org. **Diálogos interculturais na Amazônia Oriental**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016.

VERÍSSIMO, Ignácio José. **José Veríssimo Visto por Dentro**. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966.

BARBOSA, Márcio Roberto Pereira, Sidney. **José Veríssimo: Da Valorização Etnológica à Defesa Estética na Construção do Cânone Literário Brasileiro**. Revista Polidisciplinar Eletrônica da Faculdade Guairacá. Paraná, vol. 1, n. 1, p. 51-64, 2009. Disponível em: http://www.revistavoos.com.br/seer/index.php/voos/article/view/31/03_Vol1_VOOS2009_C L2. Acesso em: 28.09.2016, às 2:00h.

CARPEAUX, Otto Maria. **O Passado e as Auroras**. O Estado de São Paulo, Suplemento Literário. São Paulo, p. 53, 1958.

CARVALHO, Marques. **Prefácio de O Crime do Tapuio**. Revista Arena. Vol. I, p.1, 1887.

CASTILHO, Mariana Moreno. **Mestiçagem cultural em “Cenas da Vida Amazônica” (1886)**. Revista Maracanan. V. 7, n.7, p. 171 a 190, 2012, Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/viewFile/12899/9992>. Acesso em 13.08.2017.

DIMAS, Antônio. **Notas Sobre a Ficção de José Veríssimo**. In: 15º IFNOPAP, 2012, Belém, p. 365-378, 2012.

GOELDI, Emílio. **O Estado Atual do Conhecimento Sobre os Índios do Brasil, Especialmente Sobre os Índios da Foz do Amazonas no Passado e no Presente**. Boletim do museu paraense de história natural e etnografia, p. 404, 1898.

PEREIRA, Lúcia Miguel. **Cenas da Vida Amazônica**. O Estado de São Paulo, Suplemento Literário, p. 4, 1957. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19570413-25137-nac-0004-lit-4-not/busca/Cenas+Vida+Amaz%C3%B4nica>. Acesso em 22. 09. 2017.

PEREIRA, Márcio Robert. **José Veríssimo e a Construção do Cânone Literário Brasileiro: Um Ponto de Vista Estético**. Revista do Curso de Letras da UENP, Jacarezinho–PR, vol.1, n. 1, p. 49-61, 2014. Disponível em: http://seer.uenp.edu.br/index.php/claraboia/article/view/417/pdf_12. Acesso em: 23.06.2019.

PEREIRA, Marcio Roberto. **José Veríssimo: Leitor De Machado De Assis**. Triceversa-Revista do Centro Ítalo-Luso-Brasileiro de Estudos Linguísticos e Culturais. UNESP, São Paulo, vol.1, n.2, 2008. Disponível em: <http://www2.assis.unesp.br/cilbelc/triceversa/publicacao/ed2/marcio.pdf>. Acesso em: 16.04.2018.

REGO, Clóvis Moraes de. **A Mina Literária Nortista de Eustachio de Azevedo e n' "O Pará Literário", de Theodoro Rodrigues**. Belém-Pará: UFPA, 1997.

CAMPOS, Haroldo de. **O Que é Mais Importante: A Escrita ou o Escrito**. Revista USP, n. 37, p. 77-84, 1998.

SALLES, Vicente. **Veríssimo e a Modernidade**. Tucunduba, vol. 1, n. 2, p. 52 a 63, 2011, Disponível em: https://issuu.com/proexufpa/docs/2___ed._revista_tucunduba. Acesso em: 18.010.2017.

SILVA, Alan Victor Flor da. **Marques de Carvalho na história literária de José Veríssimo**. Palimpsesto. vol. 14, n. 20, p. 162-171, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Aline/Downloads/35071-116911-1-SM.pdf>. Acesso em: 28.04.2018, às 9h.

SILVA, Aline Costa da. **Cenas da Vida Amazônica: Recepção e Representações de Identidade na Literatura de José Veríssimo**. In: Simpósio Linguagens e Identidades na/da Amazônia Sul-Occidental. VIII Colóquio Internacional "As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia. Acre: Universidade Federal do Acre: 2016. Disponível em: [file:///C:/Users/Aline/Downloads/935-Texto%20do%20artigo-2111-1-10-20161114%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Aline/Downloads/935-Texto%20do%20artigo-2111-1-10-20161114%20(1).pdf).

SILVA, Aline Costa. **Entre a Fronteira e o Limiar: O Autor e o Narrador em Cenas da Vida Amazônica**. Nova Revista Amazônica, vol. 5, n. 3, p. 37 a 53, 2017. Bragança-Pa. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/6299/5058>. Acesso em 18.09.2017.

SOUZA, Marcos Aurélio. **O Regionalismo na História da Literatura Brasileira de José Veríssimo**. Fólio – Revista de letras. vol.7, n.2, p. 51-67, 2015. Disponível:<https://periodicos2.uesb.br/index.php/folio/article/view/2892>. Acesso em: 06.04.2017.

TÁVORA, Franklin. **Escritores Del Norte Del Brasil. José Veríssimo**. Nueva Revista de Buenos Aires, ano III, Tomo VII, p. 17-28, 1883. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=hvd.32044094362092&view=1up&seq=20&q1=jos%C3%A9%20ver%C3%ADssimo>. Acesso em 24.07.2019.

APÊNDICES

Quadro 24: **Apêndice 1 - Jornais paraenses** - Com listagem de atividades, publicações, referências e fonte de pesquisa.

Local	Atividades	Publicações	Referência	Fonte da Pesquisa
Pará	Notícias	-Anúncio de Palestra no salão do Grêmio Literário Português sobre Marquês de Pombal (Domingo, 7 de maio de 1882); - Anúncio de conferência sobre projeto de reforma da instrução (Sábado, 31 de março de 1883); - Matéria sobre a conferência acerca da reforma da instrução (quarta-feira, 04 de abril de 1883); -Desagravos de João Saraiva- “Ao Sr. José Veríssimo, educador reformado” (Domingo, 13 de dezembro de 1885);	Diário de Belém: folha política, noticiosa e comercial (PA) (1868-1889- ano 1880	Hemeroteca da Biblioteca Nacional
Pará	Notícias	-Nomeação para a biblioteca pública (02 de setembro de 1881); -Nomeação para oficial para a Secretaria do Governo (18 de janeiro de 1882- nº 14); -Petições (27 de maio de 1881 nº 118); -Concessão de licença com ordenado (1882 edição 2451); - Polêmica e liberação de funcionamento do Colégio Americano (data ilegível);	A constituição: órgão do partido conservador (PA) (1874 – 1886)	Hemeroteca da Biblioteca Nacional
Pará	Notícias e escritos	-Notícia sobre o discurso de abertura de José Veríssimo como diretor da instrução geral (Sexta-feira, 23 de maio de 1890); - Envolvimento Político- Nota sobre nomeação do governador para comissão de confecção do	A República: Órgão do Club Republicano (PA): 1886-1890	Hemeroteca da Biblioteca Nacional

Pará	Notícias e escritos	projeto de constituição do estado do Pará (data ilegível); -Notícia sobre a reforma do Lyceu (Sábado, 23 de agosto de 1890); -“A Revista de Educação e Ensino” (data ilegível); -Notícia do Rio-27: José Veríssimo entra para o corpo de colaboração da revista <i>d’O Paiz</i> (data ilegível); -Notícia sobre relatório de José Veríssimo enviada a Justo Chermont sobre a instrução pública do Pará (p. 2- data ilegível); -Revista Litteraria- “A Philosophia de um Poeta”- sobre Frederico Nietzsche (Sexta-feira, 01 de dezembro 1899 p. 2); - “A Revista de educação e Ensino”-Continuação (Quinta-feira, 25 de novembro de 1890); - Matéria em defesa de José Veríssimo contra os ataques de Juvenal Tavares em publicação no <i>Gram-Pará</i> (Sexta-feira, 27 de outubro de 1890); -Nota sobre a publicação de estreia de <i>A Educação Nacional</i> (Sexta-feira, 24 de outubro de 1890); -Envolvimento político- Notícia sobre a socialização do projeto de constituição do Estado do Pará (Terça-feira, 28 de outubro de 1890); - Notícia sobre a partida de José Veríssimo para o Rio de Janeiro (Sexta-feira, 22 de maio de 1891); -Notícia sobre nomeação de José Veríssimo como inspetor escolar no Rio (Quarta-feira, 18 de outubro de 1891); -Reprodução de matéria <i>d’O Paiz</i> sobre José Veríssimo e a obra <i>A Educação Nacional</i> (data ilegível);	A República: Órgão do Club Republicano (PA): 1886-1890	Hemeroteca da Biblioteca Nacional

		- A Conferência do Bispo, sob o pseudônimo de Lúcifer (19 de novembro de 1886); - A Conferência do Bispo, sob o pseudônimo de Lúcifer (data ilegível); -		
Pará	Escritos	"Lyceu de Artes e Offícios"	Amazônia (1888)- 19 de maio, anno 1, nº 86	Hemeroteca da Biblioteca Nacional
Pará	Notícias	Nota sobre atuação como tesoureiro da Sociedade da União Econômica (ano de 1883);	Almanak Paraense: Administração, Commercio, Industria e Estatística para o anno de 1883 (PA) - 1883	Hemeroteca da Biblioteca Nacional
Pará	Notícias	Notícia sobre polêmica envolvendo o colégio Franco-Americano (26 de dezembro de 1885);	Diário do Gram-Pará (PA) - 1885 a 1886	Hemeroteca da Biblioteca Nacional
Pará	Notícias	-Divulgação da obra A Educação Nacional (Quarta-feira, 3 de setembro de 1890); - Notícia sobre desavença dos jornais <i>A República</i> e <i>A Província</i> envolvendo José Veríssimo acerca de acusação sobre despesas da diretoria da Instrução (15 de outubro de 1890); -Nota sobre Justo Chermont ter ido visitar Juvenal Tavares, pedindo que não escrevesse mais atacando José Veríssimo (sábado, 22 DE novembro de 1890); -Nota sobre negação do pedido de demissão dos democratas, exceto de José Veríssimo (Domingo, 23 de novembro de 1890); -Anúncio do lançamento da 2ª edição do livro <i>Coração</i>, de Edmund Amiens, com estudo de José Veríssimo (sexta-feira, 26 de maio de 1893);	O Democrata : Órgão do Partido Republicano Democrático (PA) - 1890 a 1893	Hemeroteca da Biblioteca Nacional

Pará	Escritos e referências	-Discurso de Inauguração do Museu perante o governador Bacelar Pinto Guedes (13 de maio de 1891); - D.S Ferreira Penna- Notícias sobre sua vida e seu trabalho (janeiro de 1895); -Carta do Dr. Emílio Goeldi referendando José Veríssimo como facilitador de informações inéditas sobre Louis Agassiz relativas a viagens por ele realizada na Amazônia (31 de dezembro de 1894); -O estado atual do conhecimento sobre os índios no Brasil, especificamente sobre os índios da foz do Amazonas no passado e no presente- José Veríssimo é citado por Emílio Goeldi, na p. 404, por como sucessor de Martius (7 de dezembro de 1896);	Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia- 1894 – 1956	Biblioteca Domingos Soares Ferreira Penna- Museu paraense Emílio Goeldi.
Pará	Escritos e Notícias	- O Batismo de Littré (7 de julho de 1881, p. 2); -Emílio Littré- Continuação (1 de julho, p. 2); -Emílio Littré- Conclusão (3 de julho de 1881 p. 2); - À Boa Nova (nota) – (terça-feira, 12 de julho de 1881); -O Positivismo e a Boa Nova (16 de julho de 1881); -Noticiando a publicação de A Religião dos Tupi-Guarani na Revista Brasileira (Terça-Feira, 09 de agosto de 1881); -O Concurso da cadeira de Francez do Lyceu Paraense (quarta-feira, 17 de agosto de 1881); -José Veríssimo publica (“sem comentários”) a carta do Dr. Ignácio Justo Ribeiro sobre falsa notícia de nota R no concurso da	Gazeta de Notícias (PA)- Ano 1881	Hemeroteca da Biblioteca Nacional

		cadeira do Lyceu (14 de agosto de 1881);		
Pará	Referências	José Veríssimo é citado pelo governador que lembra seu discurso em defesa da biblioteca e do museu na ocasião da inauguração dessa instituição (24 de junho de 1891);	Mensagens do Governador do Pará para a Assembléia-Relatório de Bacellar Pinto Guedes ao governador Lauro Sodré (PA) - 1891 a 1930.	Hemeroteca da Biblioteca Nacional
Pará	Escritos	- O Crime do Tapuio (17 de abril de 1887); - O Crime do Tapuio (1 de maio de 1887); - O Crime do Tapuio (8 de maio de 1887); - O Crime do Tapuio (22 de maio de 1887); - O Crime do Tapuio (29 de maio de 1887);	Revista Arena- 1887	Biblioteca Pública Arthur Vianna-Setor de microfilmagens.
Pará	Escritos	- Do Pará a Óbidos IV (7 de maio de 1877); - O Serão (23 de setembro de 1877); -A Batalha do Riachuelo (11 de julho de 1878); -A Batalha do Tayuty (24 de maio de 1878); -O Cantico dos Canticos (18 de agosto de 1878);	O Liberal do Pará-Folhetim(1877-1878-1879)	Biblioteca Pública Arthur Vianna-Setor de microfilmagens.
Pará	Escritos e Notícias	-O Cântico dos Canticos (28 de julho de 1878); - O Cântico dos Canticos (9 de agosto de 1878); - Chronica Theatral (Data ilegível); - Chronica Theatral (17 de fevereiro de 1878);	O Liberal do Pará-Folhetim(1877-1878-1879)	Biblioteca Pública Arthur Vianna-Setor de microfilmagens

Pará	Escritos e Notícias	-Chronica Theatral (7 de março de 1878); - Chronica Theatral (14 de março de 1878); - Chronica Theatral (3 de março de 1878); - Chronica Theatral (14 de abril de 1878); - Chronica Theatral (7 de julho de 1878); - Chronica Theatral (julho de 1878); - Chronica Theatral (8 de agosto de 1878); - Chronica Theatral (9 de junho de 1878); - Chronica Theatral (12 de maio de 1878); - Notícia de <i>A Boa Nova</i> sobre recebimento do livro <i>Primeiras Páginas</i> (28 de abril de 1878); -Anúncio da candidatura de José Veríssimo a oficial da secretaria da presidência (21 de dezembro de 1878); - Portaria de nomeação de José Veríssimo como oficial da secretaria da presidência (31 de dezembro de 1878); - Opiniões- sobre problemas sociais, interesses populares e interesses do proletário- ainda em defesa do positivismo e em oposição à religião (12 de janeiro de 1879); -Portaria concedendo 3 meses de licença à José Veríssimo para tratamento de saúde “onde lhe convier” (24 de junho de 1879); - Cânticos populares no Brasil (19 de janeiro de 1879); - A modinha e a canção popular (26 de janeiro de 1879);	O Liberal do Pará-Folhetim(1877-1878-1879) O Liberal do Pará-Folhetim(1877-1878-1879)	Hemeroteca da Biblioteca Nacional Biblioteca Pública Arthur Vianna-Setor de microfilmagens Hemeroteca da Biblioteca Nacional
Pará	Notícias	- Cânticos populares no Brasil (19 de janeiro de 1879); - A modinha e a canção popular (26 de janeiro de 1879);		Hemeroteca da Biblioteca Nacional

		- Envolvimento Político-Exposição de carta de José Veríssimo, declarando suas propostas na sessão de reorganização do Partido Liberal (29 de junho de 1882); - Notícia a participação de José Veríssimo na recepção ao maestro Carlos Gomes, saudando-o (27 de julho de 1882) - Divulgação do primeiro número da Revista Amazônica (6 de março de 1883); - Notícia cobranças de imposto de 1879-1880 para José Veríssimo (26 de Abril de 1883); - Notícias sobre a convocação de para instalação da Sociedade Paraense Promotora de Instrução, presidida por Tito Franco e com José Veríssimo como primeiro secretário (5 de maio de 1883) - Portaria concedendo 3 meses de licença saúde para José Veríssimo (17 de outubro de 1883); - Notícia o requerimento de José Veríssimo pedindo um terreno em Benevides para fazer uma casa (9 de agosto de 1884); - Informa sobre a instituição da Sociedade Paraense Promotora de Instrução, ocorrida em 15 de abril de 1883 (17 de abril de 1883); - José Veríssimo noticia para 3 de junho, no salão do Grêmio Literário Português, a preleção do Dr. Domingos J.B. de Almeida, sobre o método Froebel para educação da primeira infância (31 de maio de 1883); - José Veríssimo notícia para 10 de abril de 1883, a terceira conferência, no salão da Assembleia Paraense, com Tito		

		Franco tratando sobre “A mãe de Família” (6 de junho de 1883); - Marcelino Barata, segundo secretário, notícia a conferência de José Veríssimo denominada “O Movimento Intelectual Brasileiro nos Últimos Dez Anos” (11 de junho de 1883); - Nota sobre a fundação do Colégio Americano em 7 de janeiro, com José Veríssimo com diretor (12 de dezembro de 1883); - Informações sobre o Colégio Americano, em que José Veríssimo afirma que irá fundar no Pará o primeiro Jardim de Infância (23 de abril de 1884); - Notícia sobre José Veríssimo, diretor do Colégio Americano, como professor de Geografia e de História (data ilegível-1885\Edição 00031 (1)); - Do Espírito e Caráter das rebeliões paraenses- Motins Políticos do Pará- por Domingos Antônio Raiol (Barão do Guajará) (02 de agosto de 1885); - Discurso proferido por José Veríssimo na ocasião do encerramento das aulas do ano 1885, do Colégio Americano (19 de novembro de 1885); - Notícia a publicação <i>de Scenas da Vida Amazônica</i> (06 de maio de 1887); - Notícia de Tito Franco sobre José Veríssimo dispor em favor da libertação dos escravos de órfãos uma caixa esmoladora para fins beneficentes no Colégio Americano (10 de abril de 1888); - Em notícia sobre Colégio Americano, é chamado operário da civilização futura dos povos da Amazônia (20 de novembro de 1888); - Em notícia sobre o Colégio Americano, cita a viagem de José Veríssimo para a Europa, a convite da Sociedade de Antropologia Pré-histórica (27 de junho de 1889);		

		- José Veríssimo rebate notícia do <i>Gram-Pará</i>, afirmando que sua viagem à Europa foi unicamente as suas custas, sem nada pedir e nada ter prometido à província (14 de novembro de 1889) - Notícia sobre o Club Tenreiro Aranha, com José Veríssimo (orador) reeleito (- Assinatura de José Veríssimo no protesto contra a intimação da força militar e o órgão do Dr. Paes de Carvalho (que intentava tomar posse a força da cadeira presidencial, dado o movimento republicano iniciado pela força militar) ao que considera violência ao direito, a honra e a pátria (17 de novembro de 1889); -		
Pará	Notícias			Biblioteca Pública Arthur Vianna-Setor de microfilmagens

Quadro 25: Apêndice 2- Revistas paraenses- Com listagem de atividades, publicações, referências e fonte de pesquisa.

Local	Mês/ano	Publicações	Referência	Fonte da Pesquisa
Pará	mar/1883	- Prefácio (março de 1883);	Revista Amazônica 1883-1884- (Organizador)	Biblioteca Pública Arthur Vianna- Setor de Obras Raras e microfilmagem.
	mar/1883	“Os Ídolos Amazônicos (Um novo Documento)	(I Tomo, anno I. nº 1, p. 32-40)	
	mar/1883	“A Linguagem Popular Amazônica”	(I Tomo, anno I. nº 2, p. 48-57)	
	mai/1883	“A Linguagem Popular Amazônica”	(I Tomo, anno I. nº 3, p. 86-93).	

	jun/1883	“A Linguagem Popular Amazônica- Palavras de Origem Tupi-Guarani usadas pela gente amazônica e em prática corrente na região” ”	(I Tomo, anno I. nº 4, p. 135-142).	
	jul/1883	“Cenas da Vida Amazônica- O Boto”	(I Tomo, anno I. nº 5, p. 145-156).	
	jul/1883	“O Movimento Intelectual Brasileiro nos Últimos Dez Anos”	(I Tomo, anno I. nº 5, p.167-177).	
	agos/1883	“Cenas da Vida Amazônica- O Boto”	” (I Tomo, anno I. nº 6, p. 185-195).	
	agos/1883	“Tradições, Crenças e Superstições Amazônicas”	” (I Tomo, anno I. nº 6, p. 205-214).	
	set/1883	“Tradições, Crenças e Superstições Amazônicas”	(II Tomo, anno I. nº 6, p. 6-11).	
		“Cenas da Vida Amazônica- O Boto”	(II Tomo, anno I. nº 6-Cap. III e cap. IV, p. 21-30; 30-35).	
	Jan/fev/1884	“As Populações Indígenas e Mestiças na Amazônia”	(II Tomo, anno II. nº 8 e 9, p. 68-75).	
	mar/1883	“A Linguagem Popular Amazônica”	(I Tomo, anno I. nº 3, p. 86-93).	
	mar/1883	“A Linguagem Popular Amazônica- Palavras de Origem Tupi-Guarani usadas pela gente amazônica e em prática corrente na região” ”	(I Tomo, anno I. nº 4, p. 135-142).	
	abril/1887	- O Crime do Tapuio	Revista Arena, Vol. 1, 17 de abril de 1887.	
	maio/1887	- O Crime do Tapuio	Revista Arena, Vol. 2, 1 de maio de 1887.	
	maio/1887	- O Crime do Tapuio	Revista Arena, Vol. 3, 8 de maio de 1887.	

	maio/1887	- O Crime do Tapuio	Revista Arena, Vol. 4, 22 de maio de 1887.	
	Maio/1887	-O Crime do Tapuio	Revista Arena, Vol. 5, 29 de maio de 1887.	

Quadro 26: Apêndice 3- Revistas externas- Com listagem de atividades, publicações, referências e fonte de pesquisa.

Local	Mês/ano	Publicações	Referência	Fonte da Pesquisa
Rio de Janeiro		“A Religião dos Tupi-Guaranis”	Revista Brasileira (RJ) – 1861-1979. Tomo I. Ano 1881.	Memória Digital da Biblioteca Nacional